



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS
DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA BR-101/AL/SE/BA**

VOLUME 2
TOMO III
DIAGNÓSTICO MEIO ANTRÓPICO

OIKOS
PESQUISA APLICADA LTDA
EMPRESA CERTIFICADA
ISO 9001

JANEIRO DE 2007



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA BR-101 AL/SE/BA

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ANTRÓPICO	2
3.1 – INTRODUÇÃO	2
3.2 – CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM	4
3.3 – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO	5
3.4 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	6
3.4.1 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	6
3.4.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA	23
3.5 – DEMOGRAFIA	26
3.5.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO REGIONAL	26
3.5.2 – URBANIZAÇÃO, HIERARQUIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS E VETORES DE CRESCIMENTO URBANO	29
3.5.3 – ZONEAMENTOS	41
3.6 – EDUCAÇÃO	43
3.6.1 – ESCOLARIZAÇÃO	43
3.6.2 – ESTABELECIMENTOS, DOCENTES E ALUNOS	46
3.7 – SAÚDE	47
3.7.1 – INDICADORES	47
3.7.2 – INFRAESTRUTURA	50
3.7.3 – PROGRAMAS E PROJETOS	51
3.8 – INFRAESTRUTURA REGIONAL	54
3.8.1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	54
3.8.2 – ENERGIA ELÉTRICA	56
3.8.3 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO	59
3.8.4 – DESTINO DO LIXO	60
3.8.5 – SISTEMA DE TRANSPORTES	62
3.8.6 – COMUNICAÇÕES	64
3.9 – ESTRUTURA PRODUTIVA	65
3.10 – COMUNIDADES DA ÁREA DE IFLUÊNCIA	73

3.10.1 – CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES NA AII	73
3.10.2 – COMUNIDADES ATINGIDAS	76
3.10.3 – EXPECTATIVAS DAS COMUNIDADES LOCAIS	97
3.11 – PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	97
3.11.1 – ANTECEDENTES	97
3.11.2 – EM ALAGOAS	101
3.11.3 – EM SERGIPE	102
3.11.4 – NA BAHIA	103
3.11.5 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGISTRADOS NA AII E NA ADA	104
3.12 – PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO	109
3.13 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS	121
3.13.1 – ASPECTOS GERAIS	121
3.13.2 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS (NÃO QUILOMBOLAS) NA AII E ADA	122
3.13.3 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	123
3.14 – TERRAS INDÍGENAS KARIRI XOCÓ E KARAPOTO	129
3.14.1 – INTRODUÇÃO	129
3.14.2 – IDENTIFICAÇÃO E DADOS HISTÓRICOS	134
3.14.3 – AS TERRAS INDÍGENAS KARIRI XOCÓ E KARAPOTÓ	140
3.14.4 – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	145
3.14.5 – INFRA-ESTRUTURA DA FUNAI	161
3.14.6 – EXPECTATIVAS DAS COMUNIDADES E IMPACTOS	161

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 3.1 – MAPA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA	03
FIGURA 3.2 – MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	08
FIGURA 3.3 – MAPA DE HIEARQUIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS DA AI	40
FIGURA 3.4 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM ALAGOAS	78
FIGURA 3.5 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 1	81
FIGURA 3.6 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 2	84
FIGURA 3.7 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 3	85
FIGURA 3.8 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 NO TRECHO DA PERIFERIA DE ESTÂNCIA	87
FIGURA 3.9 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 DE ESTÂNCIA (SE) ATÉ A DIVISA COM A BAHIA	88
FIGURA 3.10 – ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 NA BAHIA	91
FIGURA 3.11 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO	93
FIGURA 3.12 – MAPA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DA AI	108
FIGURA 3.13 – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA COM PRESENÇA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E BENS TOMBADOS	120
FIGURA 3.14 – COLÔNIA DE PESCADORES Z13, ALAGOAS	122
FIGURA 3.15 – REGISTROS DA PESQUISA DE CAMPO DE QUILOMBOS	128
FIGURA 3.16 – ASPECTOS DAS TERRAS INDÍGENAS KARAPOTÓ E KARIRI-XOCÓ	149
FIGURA 3.17 – ESCOLAS INDÍGENAS KARIRI-XOCÓ E KARAPOTÓ	152
FIGURA 3.18 – POSTOS DE SAÚDE NAS TI KARIRI-XOCÓ E KARAPOTÓ	154
FIGURA 3.19 – CENTRO CULTURAL KARIRI-XOCÓ	155
FIGURA 3.20 – CEMITÉRIO E IGREJA KARAPOTÓ	157
FIGURA 3.21 – LOCAL DO OURICURI	160
FIGURA 3.22 – BENFEITORIAS ATINGIDAS	162

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (%), 1996	06
GRÁFICO 3.2 – TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1996 (EM HECTARES)	23
GRÁFICO 3.3 – TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1996 (EM HECTARES)	24
GRÁFICO 3.4 – GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AI, 1991 E 2000	31
GRÁFICO 3.5 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR FAIXAS POPULACIONAIS, 2000	32
GRÁFICO 3.6 – PERCENTUAL DE ANALFABETISMO POR FAIXAS ETÁRIAS, 2000	45
GRÁFICO 3.7 – ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE, 2000	48
GRÁFICO 3.8 – PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADO, 2000	54
GRÁFICO 3.9 – PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, 2002	66
GRÁFICO 3.10 – VALOR AGREGADO POR SETORES, 2002	68
GRÁFICO 3.11 – PERCENTUAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN POR ESTADO	98
GRÁFICO 3.12 – PERCENTUAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA AII CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN	105

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 3.1 – PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA'S) DO INCRA	07
TABELA 3.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, 1996	25
TABELA 3.3 – POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRAFICA, 2000	26
TABELA 3.4 – ÁREA DE INFLUÊNCIA: CARACTERÍSTICAS GERAIS	27
TABELA 3.5 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1991 E 2000	29
TABELA 3.6 – POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 2000	32
TABELA 3.7 – GRAU DE URBANIZAÇÃO: DÉCADA DE 1990	38
TABELA 3.8 – MUNICÍPIOS DA AI: MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	41
TABELA 3.9 – ZONEAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA DA AI	42
TABELA 3.10 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO, 2000	43
TABELA 3.11 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS, 2000	46
TABELA 3.12 – ÍNDICES DE LONGEVIDADE, ESPERANÇA DE VIDA E FECUNDIDADE, 2000	48
TABELA 3.13 – INFRA-ESTRUTURA DE SAÚDE, 2000	50
TABELA 3.14 – PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADO, 2000	54
TABELA 3.15 – REDE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ALAGOAS	56
TABELA 3.16 – PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ENERGIA ELÉTRICA E BENS DE CONSUMO (TV E GELADEIRA), 2000	57
TABELA 3.17 – TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS DOMICÍLIOS, 2000	59
TABELA 3.18 – PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS COM COLETA DE LIXO, 2000	60
TABELA 3.19 – FROTA DE VEÍCULOS, 2004	62
TABELA 3.20 – EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, 2001	64
TABELA 3.21 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO, 2002	66
TABELA 3.22 – PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL A PREÇOS DE MERCADO, 2002	66
TABELA 3.23 – PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA EM ALAGOAS, 2002	69
TABELA 3.24 – PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA EM SERGIPE, 2002	70
TABELA 3.25 – PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NA BAHIA, 2002	70
TABELA 3.26 – EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO, 2002	71
TABELA 3.27 – PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS NA RENDA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2000	75
TABELA 3.28 – PERIODIZAÇÃO TUPIGUARANI	101
TABELA 3.29 – BENS HISTÓRICOS NA AII	109
TABELA 3.30 – PATRIMÔNIO CULTURAL – MUNICÍPIOS DA BAHIA DA AI	110
TABELA 3.31 – FESTIVIDADES TRADICIONAIS NA AI	114

TABELA 3.32 – COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS	125
TABELA 3.33 – OCORRÊNCIAS INFORMADAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	126
TABELA 3.34 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AII	126
TABELA 3.35 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS INFORMADAS	127
TABELA 3.36 – NÚMERO DE PESSOAS POR FAIXA ETÁRIA E ETNIA NA TI KARIRI-XOCÓ, 1989	145
TABELA 3.37 – SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NA TI KARIRI-XOCÓ, 1989	146
TABELA 3.38 – NÚMERO DE PESSOAS POR FAIXA ETÁRIA E ETNIA NA TI KARAPOTÓ, 1989	147
TABELA 3.39 – SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NA TI KARAPOTÓ, 1989	148

APRESENTAÇÃO

As obras de adequação de capacidade da BR-101 AL/SE/BA são aqui discutidas em seus aspectos ambientais, na forma de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), coordenado e elaborado por equipe da OIKOS Pesquisa Aplicada Ltda. O relatório segue a indicação metodológica sugerida no Termo de Referência fornecido pelo DNIT, em consonância ao atendimento à legislação pertinente.

O Estudo compreendeu a realização de um conjunto de atividades técnicas que incluíram o levantamento dos recursos naturais e antrópicos, a elaboração do diagnóstico ambiental, a identificação, previsão e avaliação dos impactos significativos, as medidas mitigadoras e compensatórias e o monitoramento dos impactos ambientais. O diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e antrópico foi elaborado a partir de levantamentos de dados primários, de campo, apoiado em foto cartas, e de pesquisa bibliográfica e de outras fontes de dados secundários. As observações e análises reunidas orientaram a determinação e a avaliação do potencial de interação dos impactos ambientais em relação às particularidades da Área de Influência.

O EIA está subdividido em TRÊS VOLUMES e um Anexo para facilitar a leitura e o manuseio, conforme descrição a seguir.

VOLUME 1 – Identificação do Empreendedor e da Consultora responsável pelos Estudos; Regulamentação Aplicável; Abordagem Metodológica; Definição da Área de Estudo: Área de Influência Indireta e Área Diretamente Afetada; Descrição do Empreendimento (justificativas, alternativas locacionais, características físicas, técnicas e operacionais).

VOLUME 2 – Diagnóstico Ambiental dividido em TRÊS TOMOS: TOMO I - A e B, caracterização do MEIO FÍSICO; TOMO II, caracterização do MEIO BIÓTICO; **TOMO III, que é o presente relatório, contendo a caracterização do MEIO ANTRÓPICO.**

VOLUME 3 – Análise Integrada do Diagnóstico Ambiental, Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais, Prognóstico Ambiental, Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais, Conclusões, Glossário, Bibliografia.

ANEXO – Detalhamento da Área de Influência em Fotocartas

Os Programas Ambientais serão detalhados em volume próprio intitulado Plano Básico Ambiental.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ANTRÓPICO

3.1 – INTRODUÇÃO

A Área de Influência da BR-101 nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia (AI, doravante) situa-se em uma região cuja ocupação remonta ao período colonial, apresentando um alto grau de utilização dos recursos naturais e alteração dos ecossistemas primários. O trecho da rodovia do qual este estudo trata atravessa o espaço territorial de 47 municípios, sendo 10 em Alagoas, 20 em Sergipe e 17 na Bahia (ver Figura 3.1).

A principal característica dos dez municípios que compõem a AI em Alagoas é a centralidade da economia canavieira. A dinâmica sócio-econômica da maioria destes, portanto, é fortemente determinada pelo ciclo da cana de açúcar. A economia dos municípios sergipanos e baianos é bastante variada, com destaque para o extrativismo, a agricultura e a pecuária, porém com importantes presenças industriais e do setor terciário.

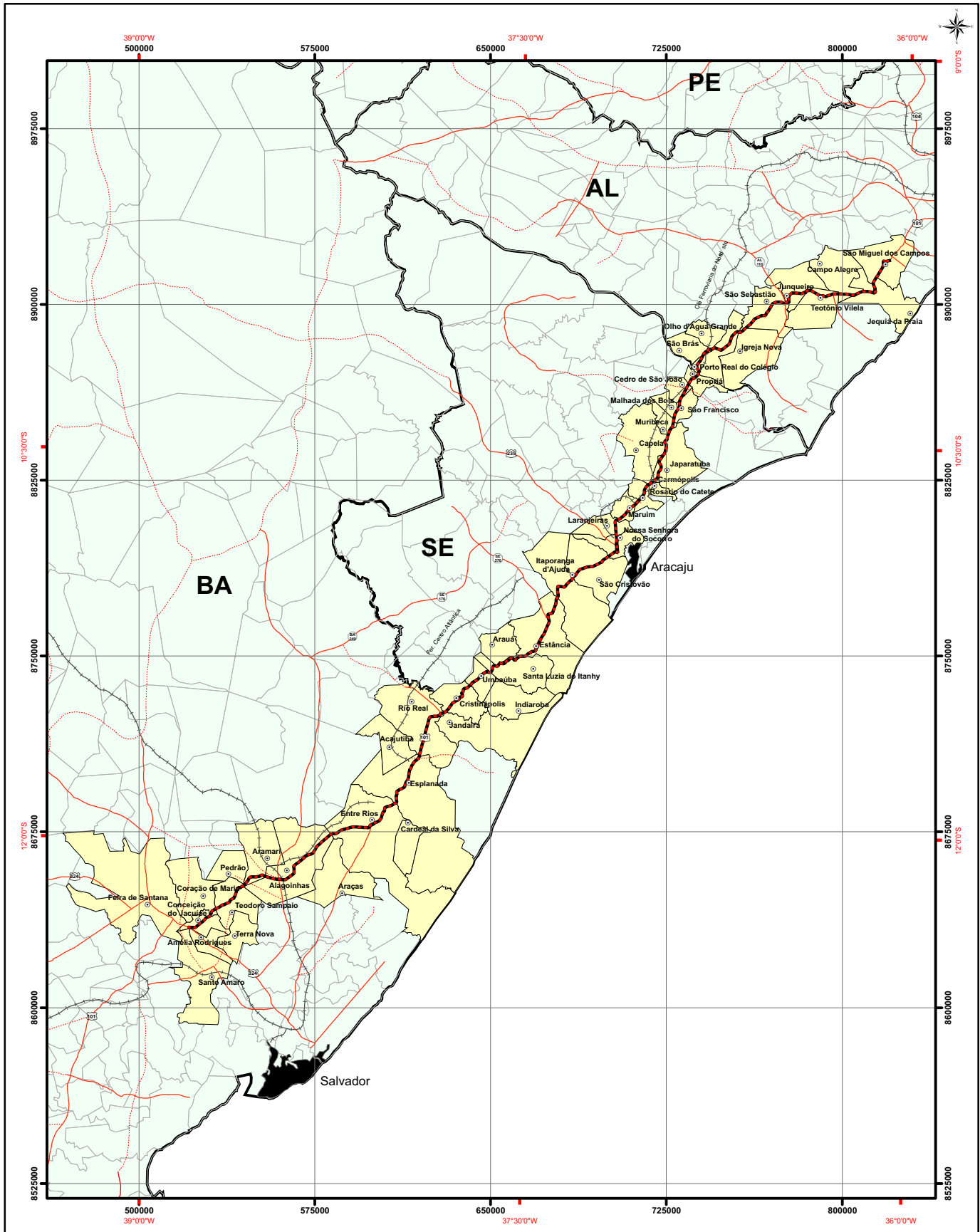
O trecho da rodovia em estudo atravessa ou passa muito próximo às áreas urbanas dos municípios de Teotônio Vilela e Junqueiro, em Alagoas; Própria, Rosário do Catete, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Umbaúba e Cristinápolis, em Sergipe; e Esplanada, Entre Rios e Alagoinhas, na Bahia. O trecho margeia ainda as Terras Indígenas Kariri Xocó e Karapotó, em Alagoas, respectivamente nos municípios de Porto Real do Colégio e São Sebastião.

O presente diagnóstico integra o Volume 2 dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), contemplando os aspectos mais relevantes para a caracterização do quadro antrópico regional: a dinâmica populacional, o uso e ocupação do solo, a caracterização socioeconômica das comunidades sob influência do empreendimento, a estrutura produtiva e de serviços, a organização social e política e os patrimônios arqueológico, artístico, cultural e histórico.

Os dados secundários utilizados no trabalho referem-se ao conjunto dos municípios correspondendo à AI. Como o município de Jequiá da Praia (AL) foi formado no ano de 2001, a partir de São Miguel dos Campos, não existem dados disponíveis para o mesmo. Desta forma, foram utilizados os dados dos demais 46 municípios da AI.

As informações foram coletadas a partir de fontes secundárias, especialmente as bases de dados do IBGE, disponibilizadas em seu sítio eletrônico (www.ibge.gov.br), e de visita de campo empreendida no período de outubro/novembro de 2005. O trabalho de recolhimento de fontes primárias comportou (i) entrevistas; (ii) identificação *in loco* das condições sócio-econômicas; (iii) registro fotográfico; e (iv) georreferenciamento de pontos notáveis.

A equipe percorreu todo o trecho em estudo em sentido Norte-Sul, partindo do entroncamento com a AL-220(B), no município de São Miguel dos Campos (AL), até o entroncamento com a BR-324, no município de Conceição do Jacuípe (BA). Foram visitadas ainda as sedes de 32 dos 47 municípios incluídos na Área de Influência. Os pontos notáveis foram registrados em fotografias e coordenadas geográficas. Todas as fotografias expostas apresentam sua descrição e a localização de onde foram realizadas (em coordenadas UTM).



<p>Convenções Cartográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> Área de Diretamente Afetada Área de Influência Limite Municipal Divisão Municipal Limite Estadual Áreas Urbanas Rodovias Pavimentadas 	<p>Elaborado Por: OIKOS <small>PEREIRA APLICADA LTDA.</small></p>	<p>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA</p>	<p>DNIT</p>
	<p>Data: Janeiro / 2007</p>	<p>RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA</p>	<p>Escala: 1:1.500.000</p>
	<p>Versão: 01</p>	<p>MAPA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA</p>	<p>Figura: 3.1</p>

3.2 – CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

O relevo da Área de Influência se apresenta como plano a suave ondulado, sendo que a rodovia se estende por várias retas longas e poucas curvas. O trecho mais movimentado do ponto de vista geomorfológico corresponde ao setor mais ao sul do Estado de Alagoas, onde as colinas e morrotes encontram-se quase totalmente recobertas pelo cultivo de cana-de-açúcar que não poupou nem mesmo as matas ciliares situadas nos vales e depressões úmidas do terreno.

O estado de conservação da vegetação dentro da faixa de domínio ao longo de todo o trecho encontra-se bastante degradado, sendo observado nítido predomínio dos estágios iniciais de sucessão ecológica (estágio pioneiro a inicial) sobre os estágios mais avançados.

No Estado de Alagoas restam alguns poucos fragmentos remanescentes da floresta estacional original. Em Sergipe, a floresta estacional dá lugar a matas de transição com as formações de tabuleiros (que correspondem aproximadamente aos cerrados do Brasil Central, porém, de origem diversa), sendo que as árvores diminuem de porte (altura e grossura), incorporando espécies tolerantes a solos de menor fertilidade e disponibilidade hídrica.

Sobre alguns afloramentos rochosos (que aparecem de forma localizada), onde o solo possui pouca profundidade, observam-se fragmentos de matas aparentemente decíduas, com menor diversidade, e alguns elementos da caatinga como juazeiros e mandacarus.

Nas margens do rio Sergipe assinala-se a ocorrência de manguezais associados a uma floresta de tabuleiro dos dois lados da rodovia (margem S). Neste ponto do lado Oeste da rodovia, o bom estado de conservação da vegetação permitiu a criação da Floresta Nacional (FLONA) de Iburá. Na Bahia ocorrem fragmentos de floresta ombrófila com alternância de fragmentos de tabuleiros.

Na Al são observadas rochas distribuídas nas províncias estruturais brasileiras: Borborema, São Francisco e Mantiqueira. Em termos geotécnicos, a maioria das unidades geológicas presentes na Al mostra variações nos graus de coesão, alteração e fraturamento, bem como exibem movimentos de massa (movimentos coletivos de solo e de rocha).

As rochas apresentam diferentes graus de coerência, alteração e fraturamento. As rochas de natureza sedimentar apresentam-se com grau de coerência variando de friável a muito coerente, e de alteração de muito alterada a são ou praticamente são. Há o predomínio de litologias friáveis e pouco coerentes que se apresentam alteradas e muito alteradas. Em alguns locais são encontradas rochas são ou praticamente são. As rochas sedimentares são ocasionalmente ou pouco fraturadas.

As rochas de natureza metamórfica geralmente apresentam-se mais preservadas e coesas. Exibem estruturas do tipo xistosidade, foliação e fraturas, que em alguns locais chegam a ser freqüentes, abertas e preenchidas (geralmente por quartzo leitoso).

Os materiais inconsolidados, que estão distribuídos sobre as unidades geológicas, em sua maioria são residuais. Os materiais são do tipo: areia-argilosa

medianamente compacta; pedregulho-argiloso com consistências média e rija, e fragmentos rochosos; silte-arenoso com elevada plasticidade; silto-argiloso de consistência rija; e argilo-arenosa de consistência média e plástica. Tais materiais apresentam porosidade média e baixa, e espessuras variadas (rasos a muito profundos). O material é geralmente empregado na construção civil, sobretudo, o saibro, as areias e os seixos. Os materiais mais grosseiros, os pedregulhos com seixos, apresentam qualidade variando de boa a excelente para utilização como base e sub-base em obras de pavimentação.

Tanto as erosões laminar quanto os sulcos são freqüentes em toda a AI, e as ravinas e voçorocas estão restritas às encostas naturais (vertentes) ou taludes de corte (rodovias), sempre associados às áreas de relevo ondulado a forte ondulado, sobretudo, nas quebras de relevo (mudanças de níveis altimétricos).

Na AI foram encontrados nove tipos de solos: ARGISSOLOS VERMELHO-AMARELO, CHERNOSSOLOS ARGILÚVICOS, ESPOSSOLOS CÁRBICOS, GLEISSOLOS MELANICOS, LATOSSOLOS AMARELO E VERMELHO AMARELO, LUVISSOLOS, NEOSSOLOS, PLANTOSSOLOS E VERTISSOLOS.

3.3 – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO

O processo histórico de ocupação da AI iniciou-se no período colonial, a partir da implantação das Capitânicas Hereditárias. O território alagoano pertenceu à Capitania de Pernambuco (1534), cujo donatário foi Duarte Coelho. A capitania se estendia desde o rio Igarassu, na ponta da Ilha de Itamaracá, até a foz do rio São Francisco, atual fronteira entre os estados de Alagoas e Sergipe.

O território sergipano também foi constituído a partir das Capitânicas Hereditárias, em 1534, integrando à Capitania da Baía de Todos os Santos. A ausência de portugueses nas terras sergipanas incentivou a invasão de piratas franceses que contrabandeavam pau-brasil. A primeira tentativa de colonização aconteceu em 1575, com os jesuítas, que encontraram forte resistência dos índios. A conquista definitiva aconteceu em 1590, após violentos combates pela posse da terra, resultando no domínio dos índios por parte das tropas portuguesas comandadas por Cristóvão de Barros.

Por ordem da Coroa portuguesa, Cristóvão de Barros fundou o Arraial de São Cristóvão, sede da capitania, à qual deu o nome de Sergipe Del Rey. Com o crescente povoamento de Sergipe, inicia-se a criação de gado e o plantio de cana-de-açúcar. O gado serviu de base para a economia, mas foi superado pela cana-de-açúcar, cultivada principalmente no Vale do Cotinguiba. O cultivo da cana trouxe os primeiros escravos da África para trabalhar na lavoura.

Na Bahia, o processo foi semelhante com a ocupação da área por exploradores portugueses, atraídos pela fertilidade da Mata Atlântica, dedicando-se à agricultura, principalmente de mandioca, milho, arroz e cana-de-açúcar e à exploração das riquezas florestais, especialmente do pau-brasil. As terras férteis da Mata Atlântica e o clima tropical úmido se adequavam à produção em larga escala do açúcar, utilizando mão-de-obra escrava negra ou indígena.

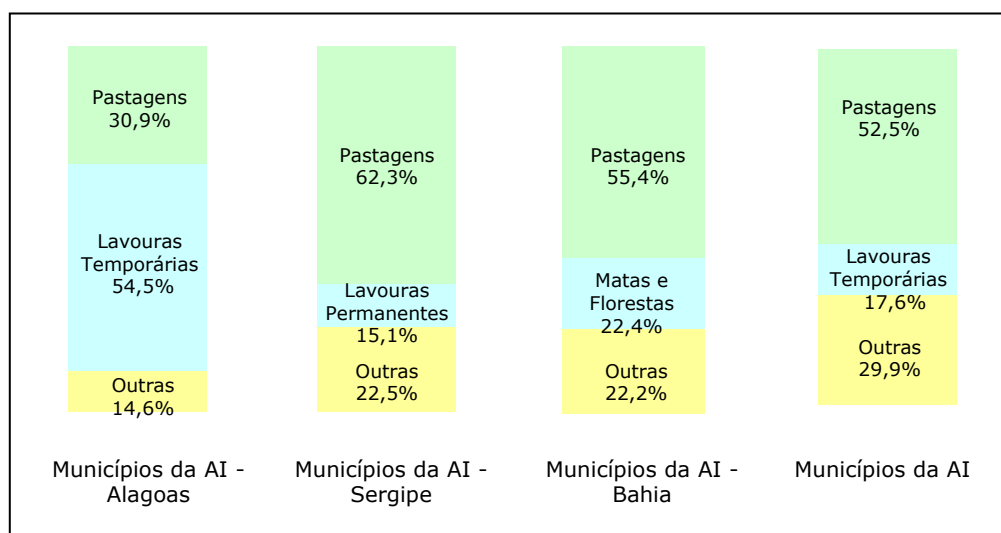
A maioria dos municípios teve origem, portanto, a partir de pequenas vilas associadas a entrepostos comerciais, engenhos da monocultura da cana-de-açúcar, da catequese jesuítica e dos acampamentos de bandeirantes paulistas que atravessavam os principais rios da região.

3.4 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

3.4.1 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

A utilização das terras é diferenciada na AI. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1996, a maioria da área total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios alagoanos da AI, 54,5%, era utilizada pela lavoura temporária, grande parte destas pela cana-de-açúcar, e 30,9% pela pecuária. Em Sergipe e na Bahia, por outro lado, a predominância era da pecuária, com, respectivamente, 62,3% e 55,4% da área total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da AI utilizados para a atividade. Estas tendências levavam a que, na média, a maioria das terras de estabelecimentos agropecuários da AI em 1996 fosse utilizada para a pecuária (52,5%), seguida pelas lavouras temporárias (17,6%), como pode ser observado no Gráfico 3.1. O uso do solo na AI está representado na Figura 3.2.

GRÁFICO 3.1 - ÁREA DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (%), 1996



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996.

No que se refere à condição legal do produtor, em todos os municípios da AI, em 1996, a maioria da área dos estabelecimentos agropecuários era de terras próprias, sendo reduzidas às terras ocupadas, em parceria ou arrendadas. A parcela de terras próprias nos municípios de Alagoas era de 92,8%, de Sergipe, 96,3% e, da Bahia, 98,3%, o que resultava em 96,6%, em média, na AI.

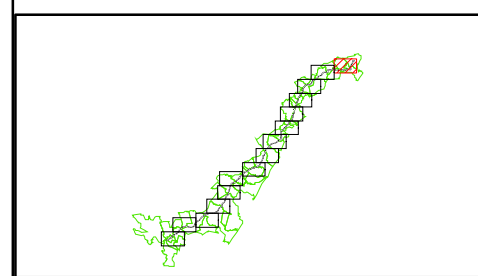
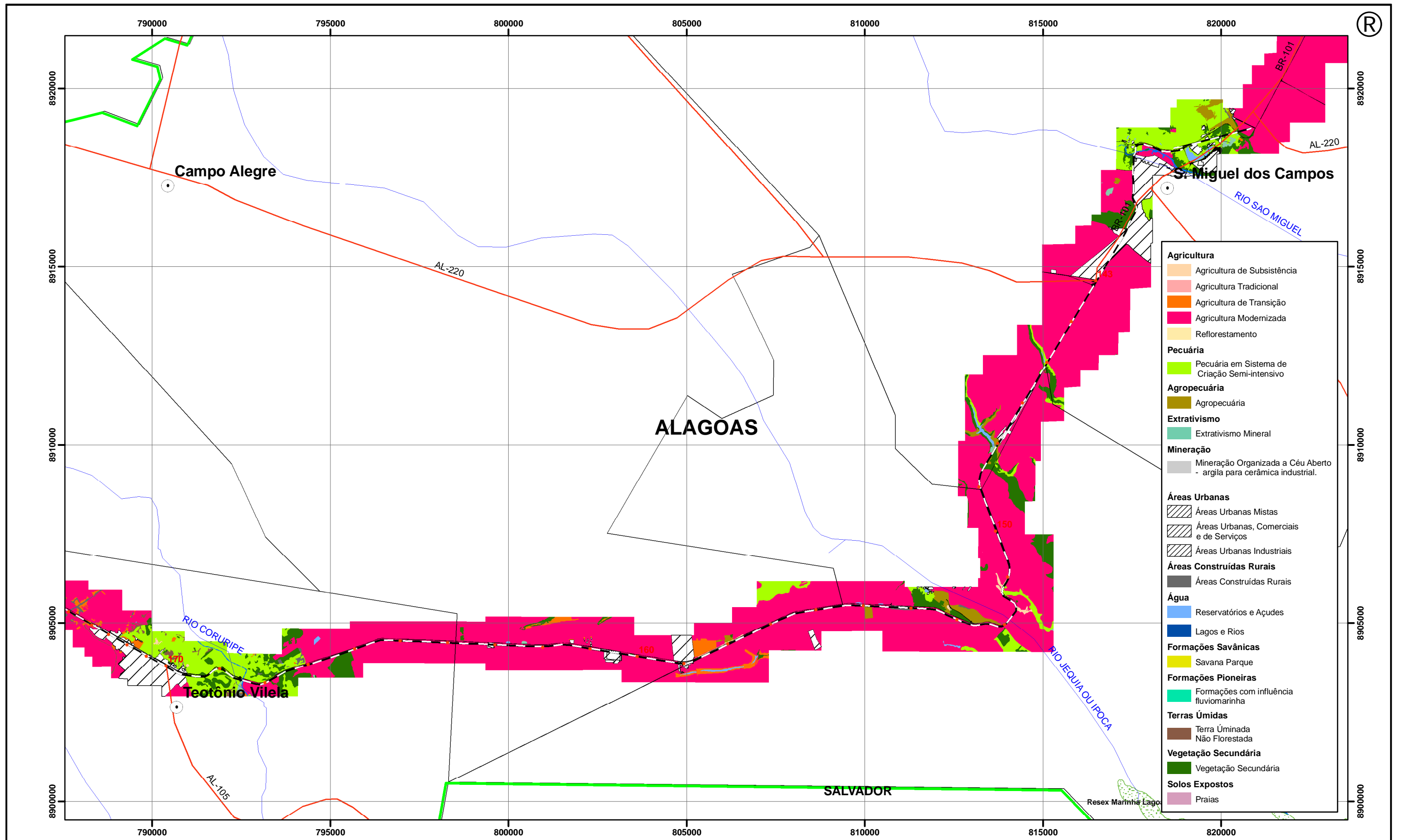
Não foram instalados até o momento, nos municípios alagoanos da AI, Projetos de Assentamento do INCRA. Os municípios de Sergipe, por seu turno, contam com 25 Projetos, enquanto, os da Bahia, com oito. A área total desapropriada para a implantação destes Projetos é de aproximadamente 29 mil

hectares, representando apenas 2,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários em 1996. Estes Projetos apresentaram uma capacidade de assentamento de 1.792 famílias. A Tabela 3.1 resume estas informações.

TABELA 3.1 - PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA'S) DO INCRA

MUNICÍPIO	IMÓVEL	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS
SERGIPE			
CAPELA	Usina Santa Clara	4.250,0	220
CRISTINÁPOLIS	Fazenda São Roque / Fazenda Paiaia	707,1	83
ESTÂNCIA	Fazenda Maravilha/Fazenda Araçá/ Fazenda Fogões	530,8	80
INDIAROBA	Fazenda São Jorge/ Fazenda Sete Brejos/ Fazenda de Baixo/ Fazenda Taquara/ Fazenda Bela Vista/ Fazenda Alto Alegre	1.504,5	163
ITAPORANGA D'AJUDA	Fazenda Pau Brasil	624,6	51
JAPARATUBA	Fazenda Pontal/ Fazenda Caraíbas	3.026,5	160
PROPRIÁ	Fazenda Terra Nova/ Fazenda Morro dos Chaves	617,7	52
SANTA LUZIA DO ITANHY	Fazenda Mocambo/ Fazenda Priapú/ Fazenda Pau Torto/ Fazenda Águas Claras/ Fazenda Barco	3.139,6	282
SÃO CRISTOVÃO	Fazenda Cumbe De Baixo (Parte)/ Fazenda Quissamã	2.170,9	52
UMBAÚBA	Fazenda Mangabeira/ Fazenda Campo Alegre	2.186,0	75
Total Sergipe		18.757,7	1.218
BAHIA			
ARAÇÁS	Fazenda Capianga/ Fazenda Quebra Cabaça/ Fazenda Boa Vista /Fazenda Imbiguda	540,9	31
ESPLANADA	Fazenda Riacho Grande/ Fazenda Pau D'alto, Fazenda Redenção/ Fazenda Juerana/Fazenda Luzitana	3.877,7	152
SANTO AMARO	Fazenda Petinga/ Fazenda Nova Suissa / Fazenda Santo Antonio dos Calmons/Fazenda Santa Catarina	3.394,9	293
TERRA NOVA	Fazenda Campo Alegre	2.495,2	98
Total Bahia		10.308,8	574
Total Área de Influência		29.066,5	1.792

Fonte: INCRA, Desapropriações de Imóveis Rurais, Relatório Analítico por UF, 2005.

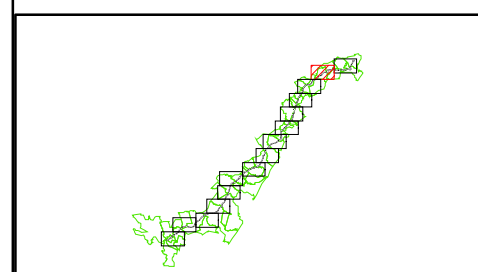
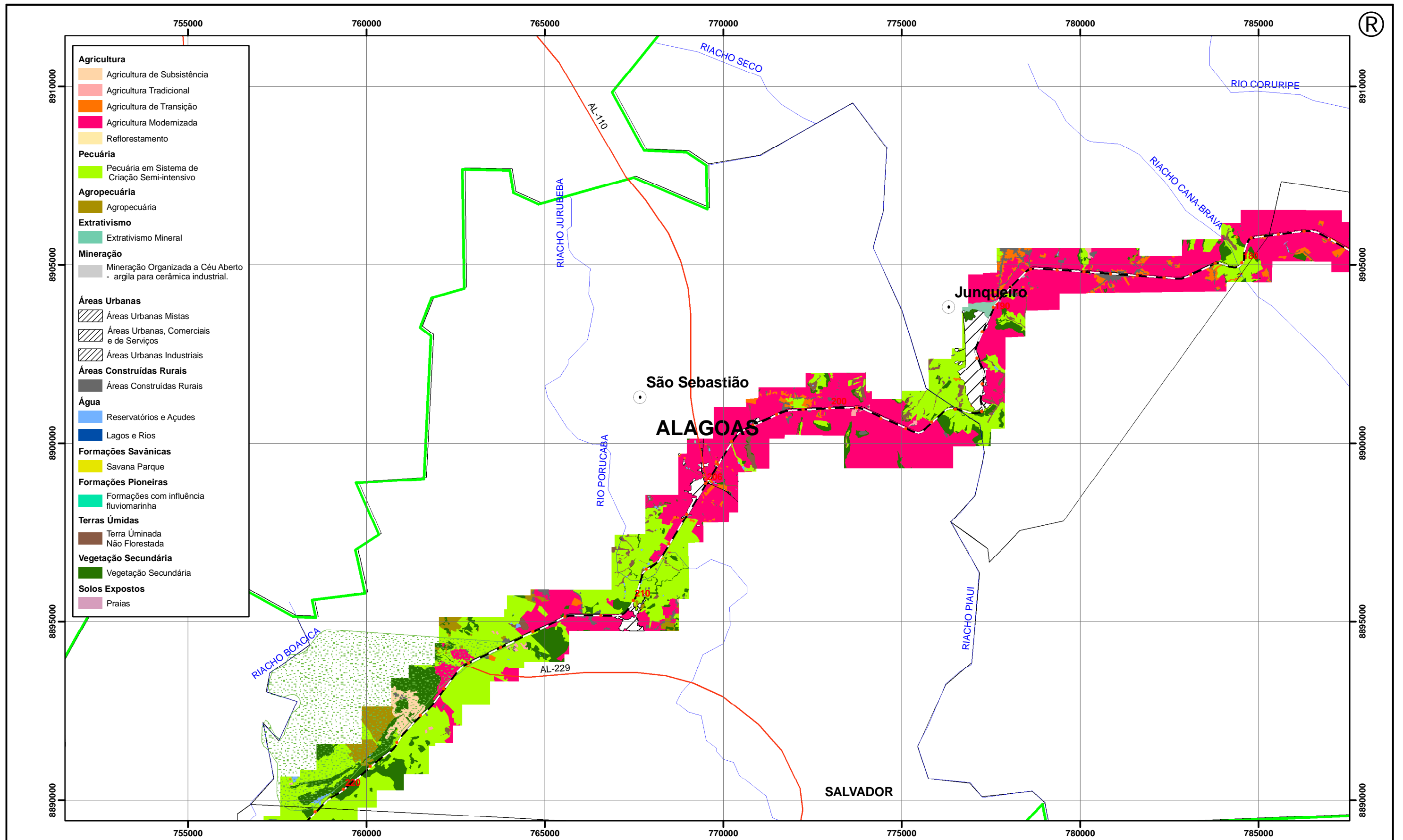


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (1/15)

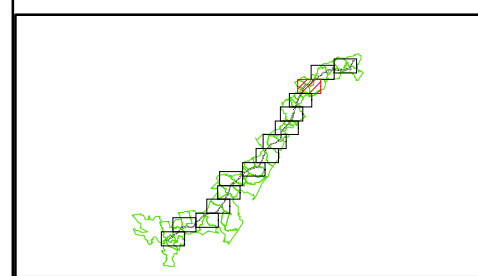
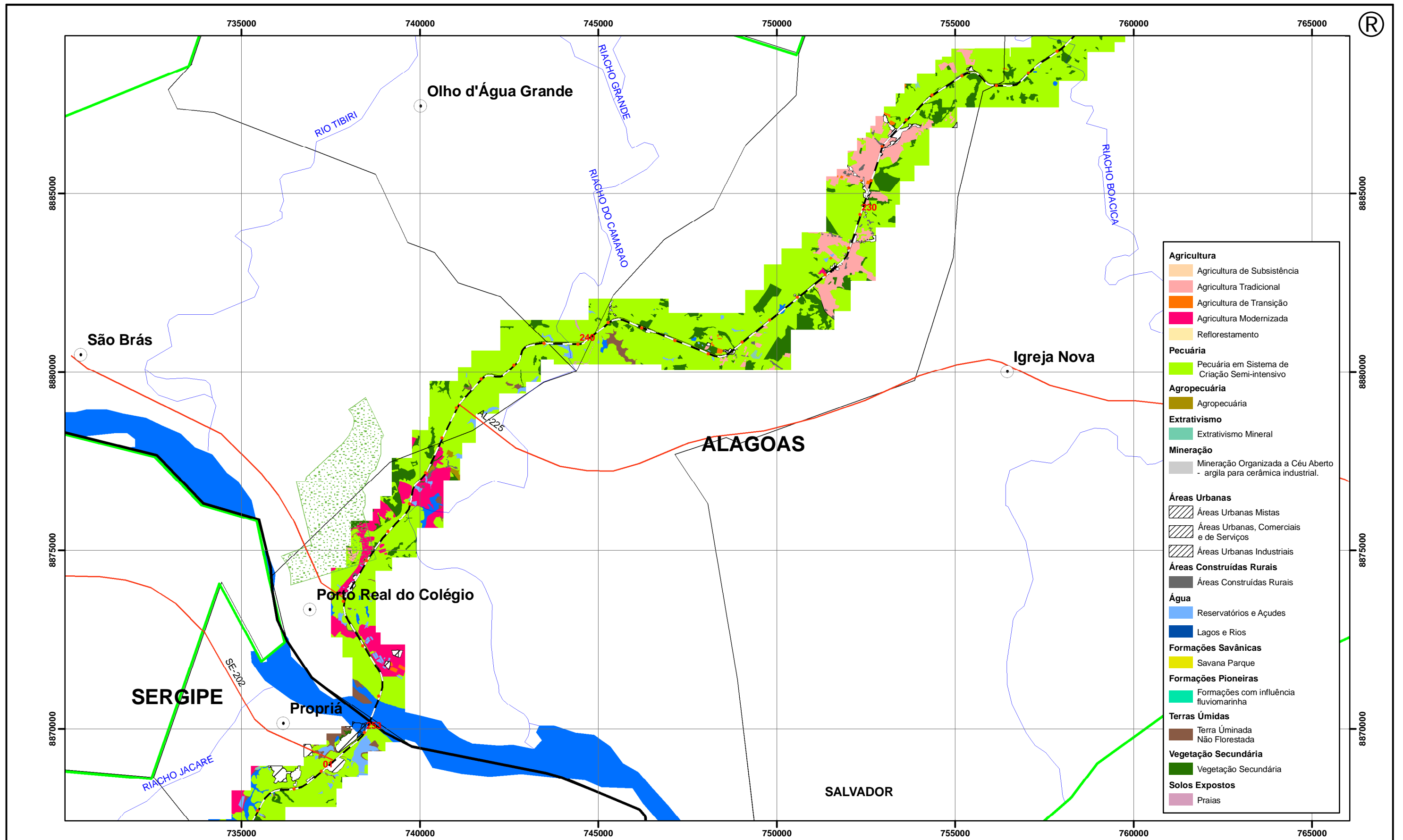


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (2/15)

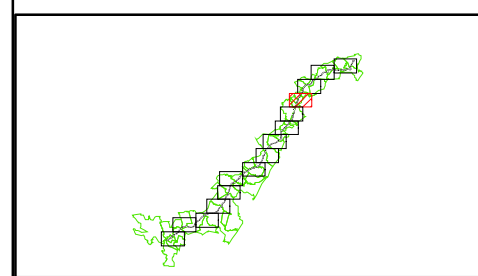
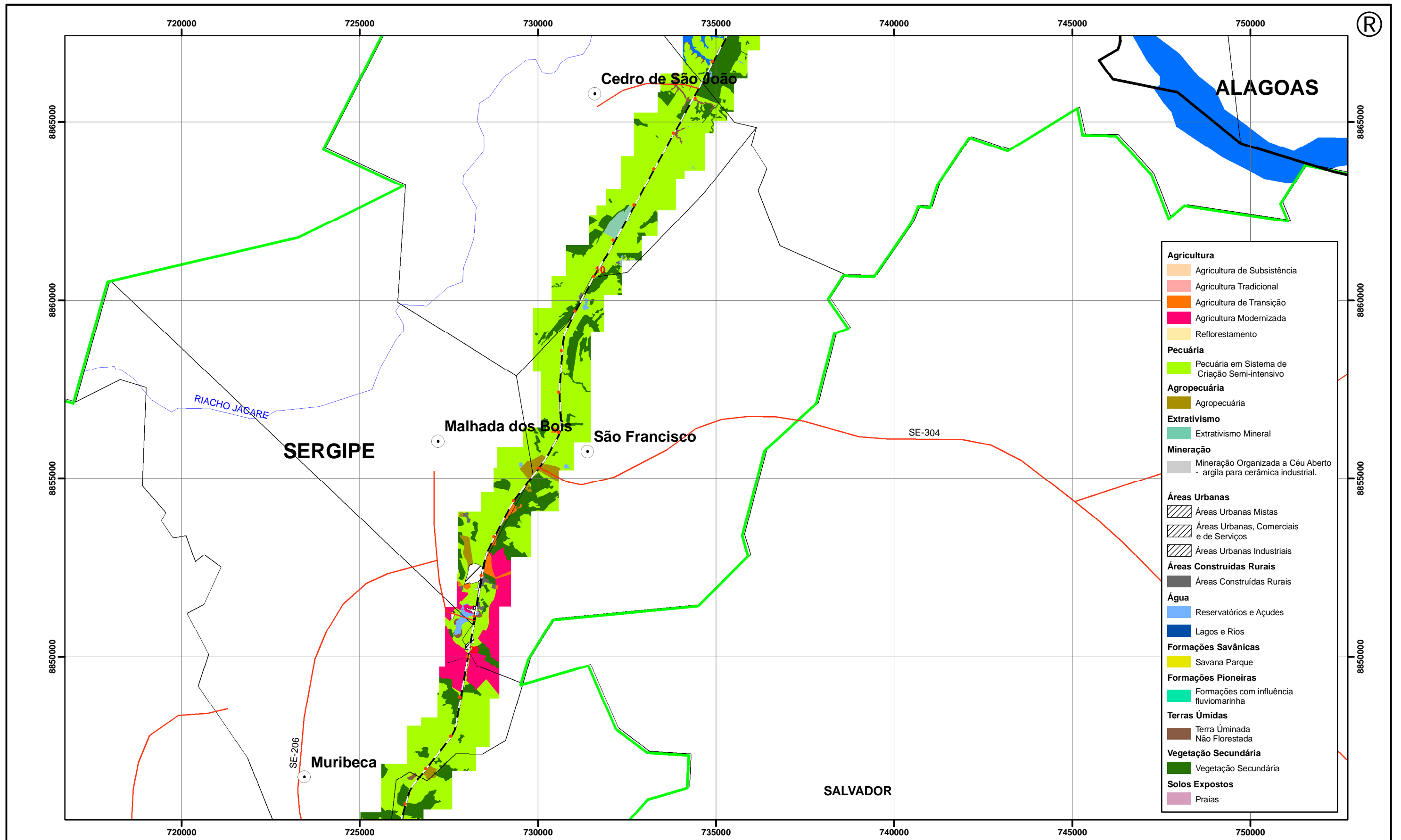


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (3/15)

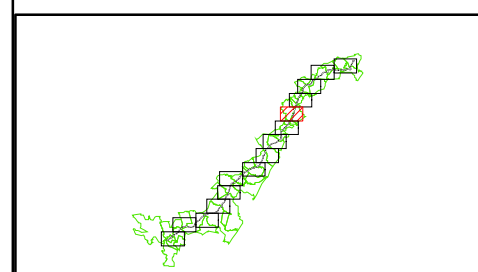
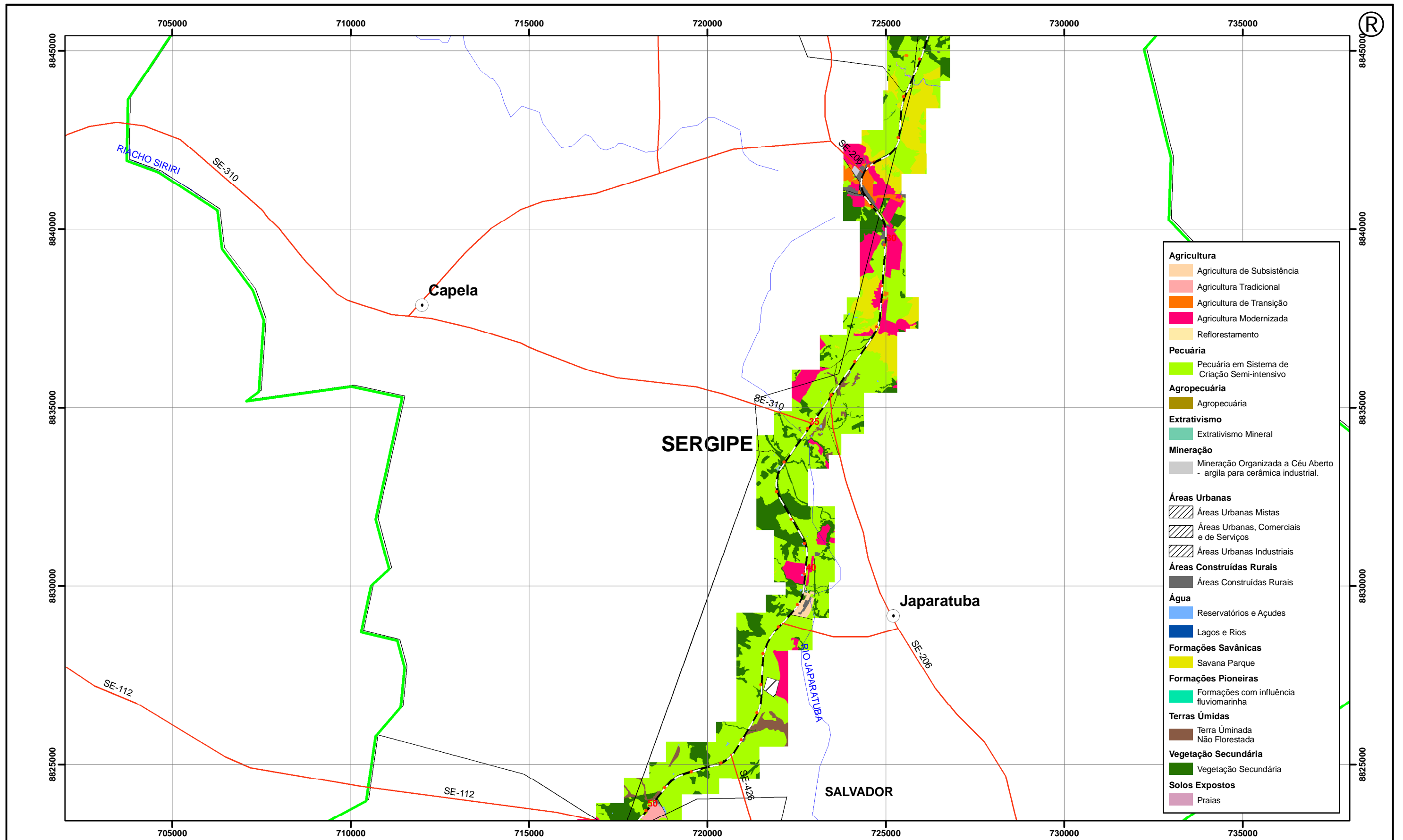


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (4/15)

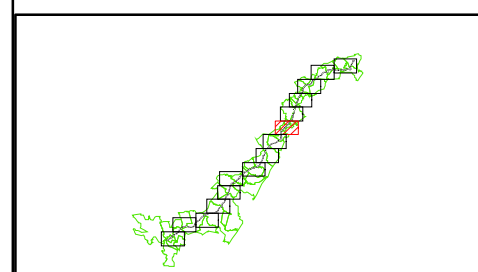
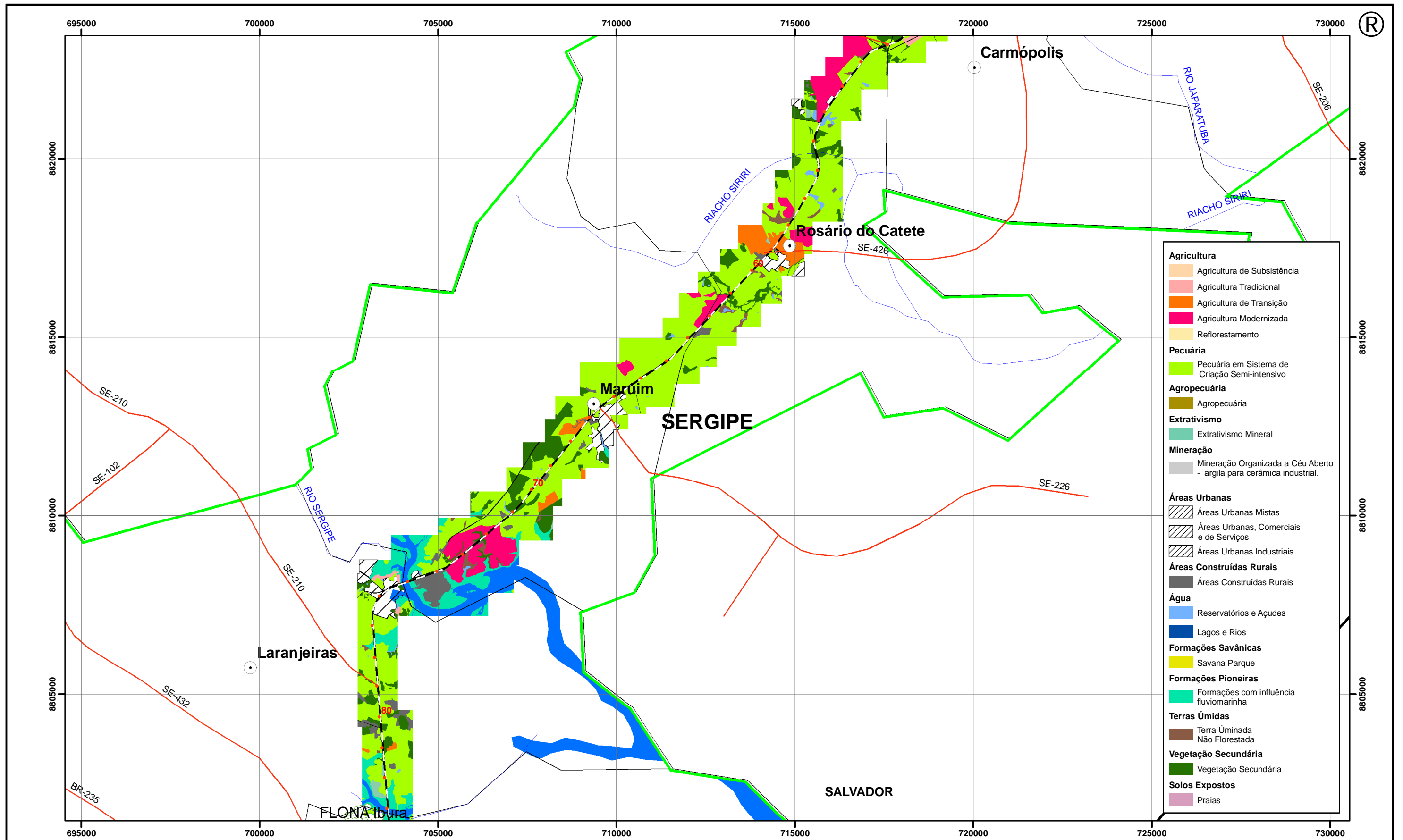


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (5/15)

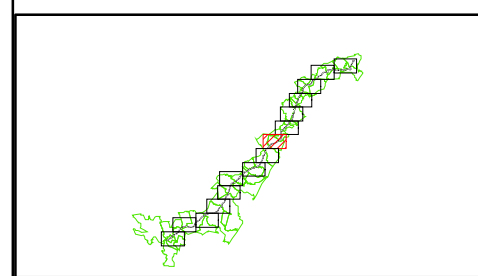
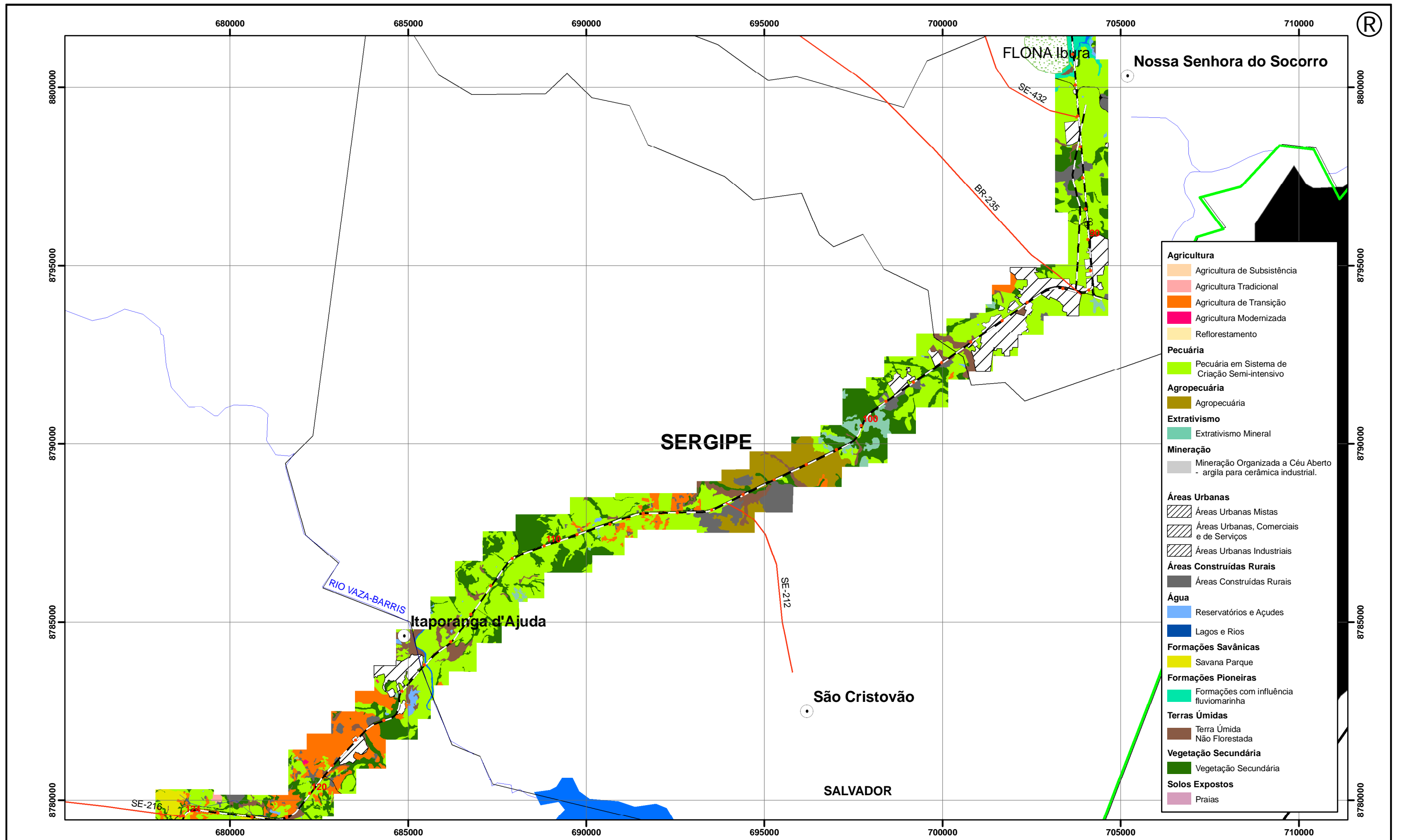


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (6/15)

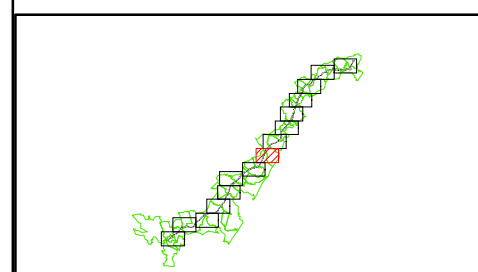
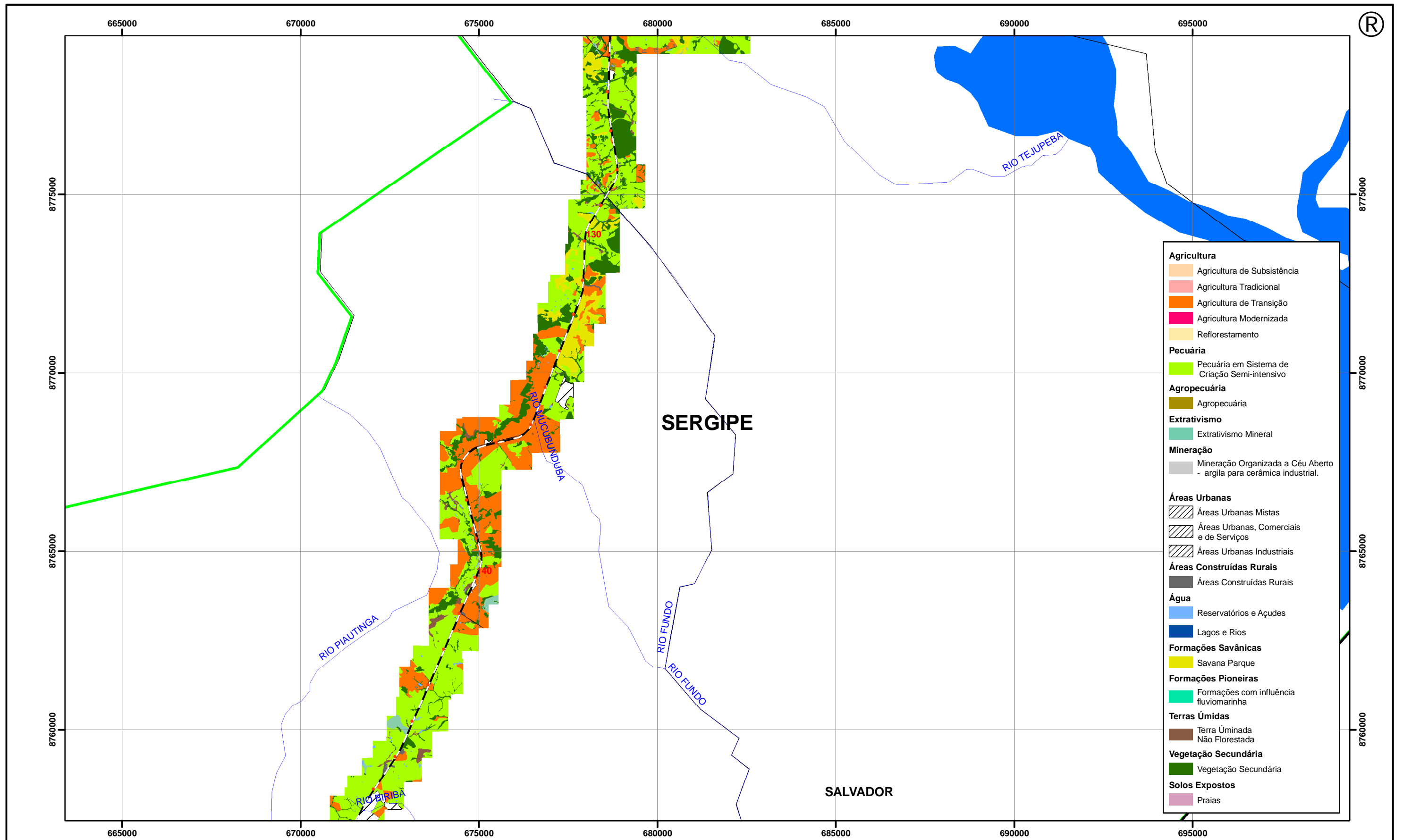


Convenções Cartográficas	
	Rodovia BR-101
	Rodovias Pavimentadas
	Sedes Municipais
	Unidades de Conservação
	Limite da Área Influência Indireta
	Limite Estadual
	Corpos D'água
	Área Urbana
	Limite Municipal
	Km Rodovia

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (7/15)

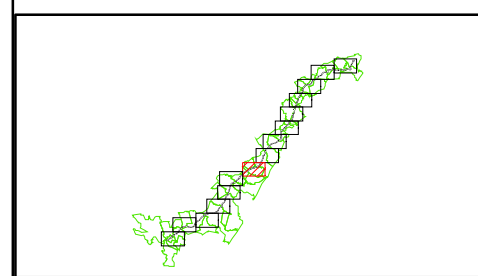
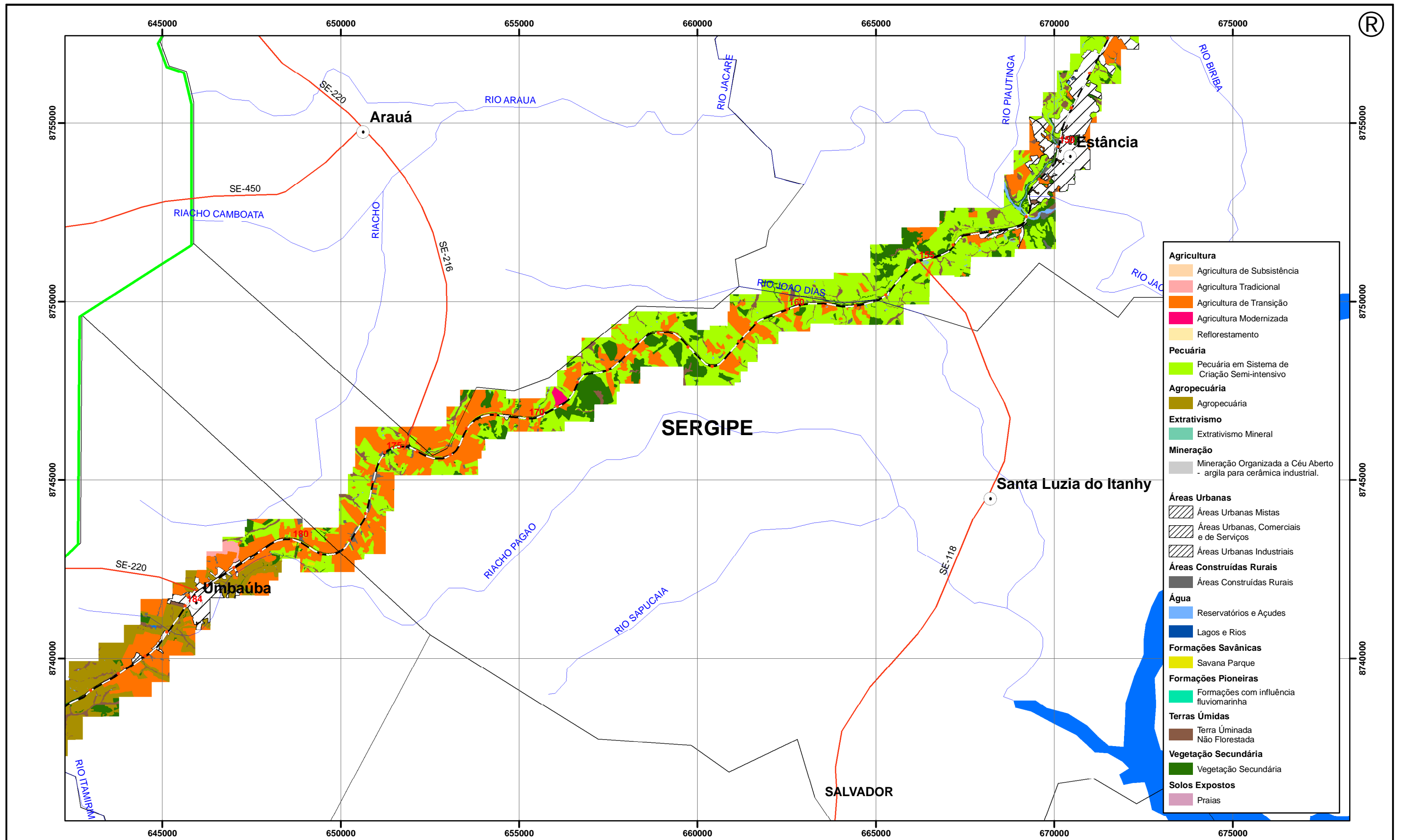


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (8/15)

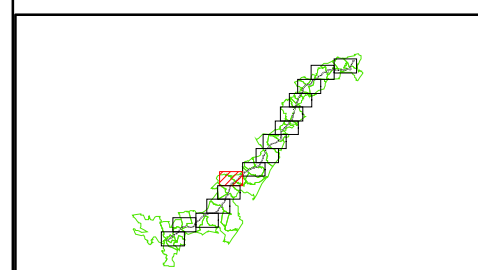
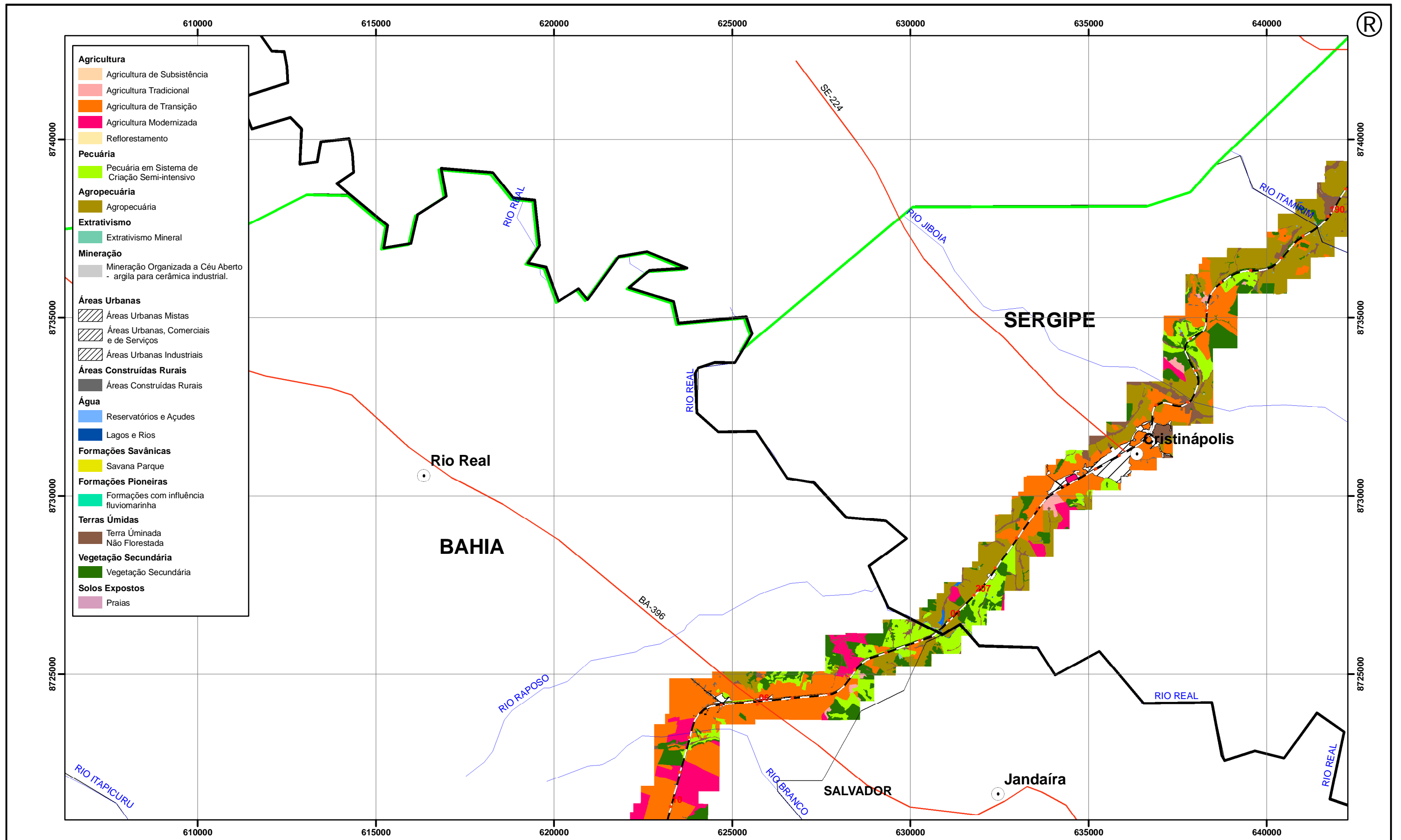


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (9/15)

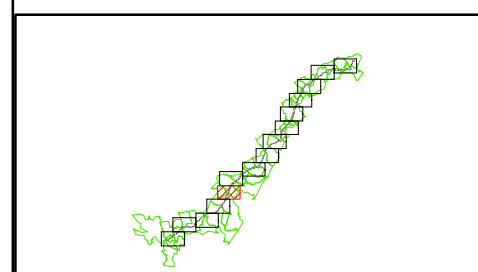
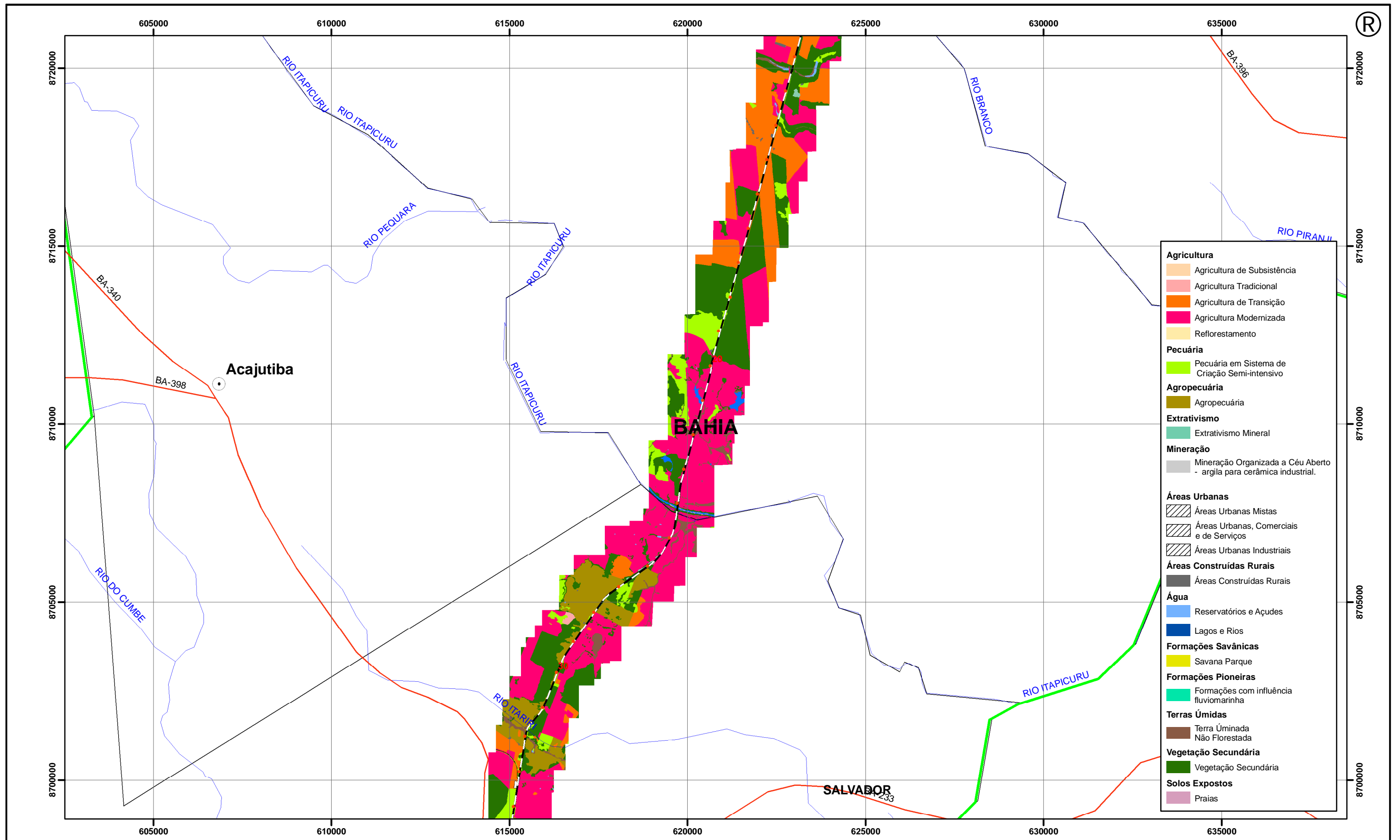


Convenções Cartográficas		Limites e Áreas	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual
	Sedes Municipais		Corpos D'água
	Unidades de Conservação		Área Urbana
	Limite Municipal		Km Rodovia

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (10/15)

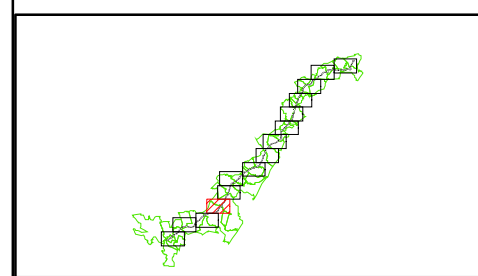
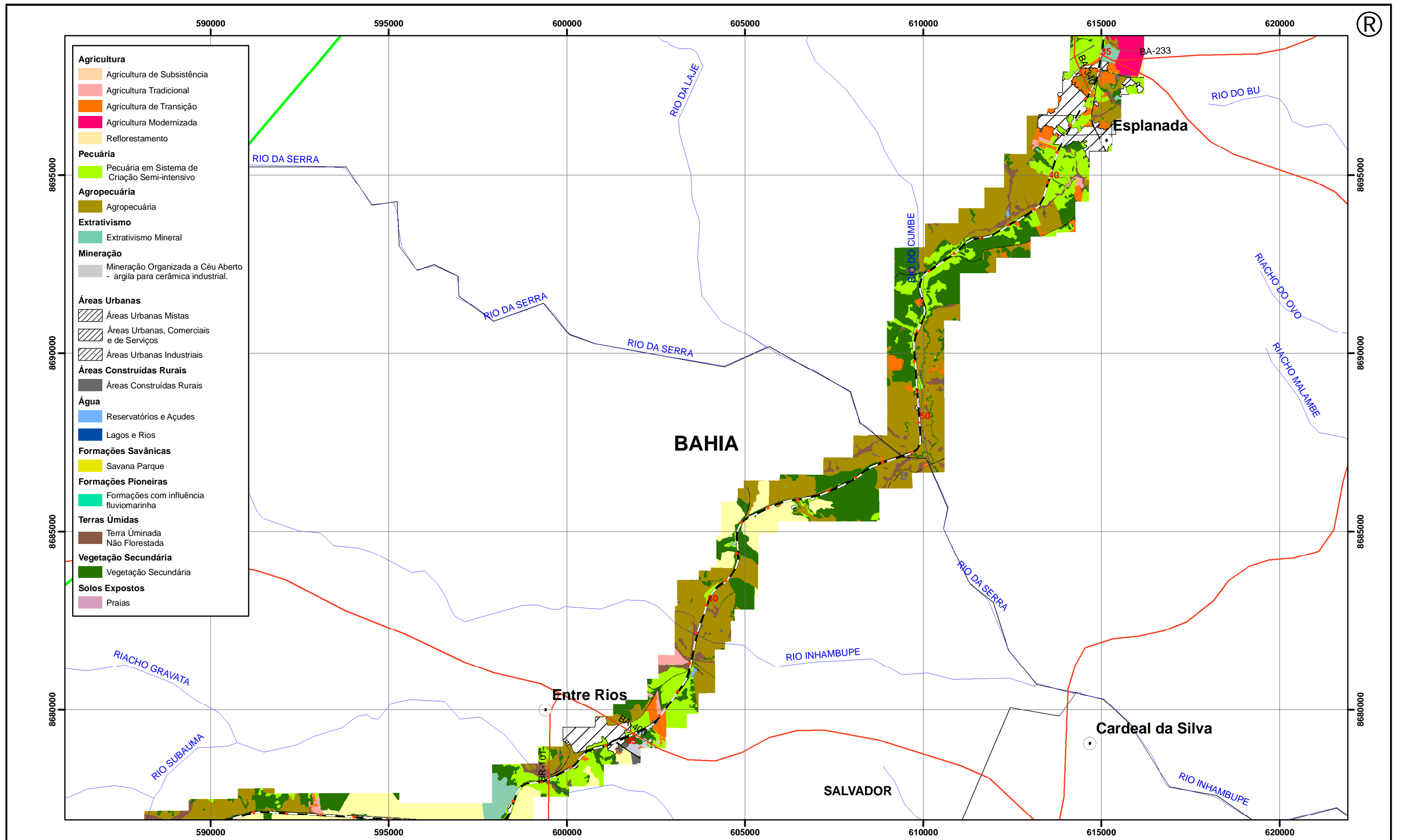


Convenções Cartográficas		— Verde —	Limite da Área Influência Indireta	— Preto —	Limite Municipal
— Preto —	Rodovia BR-101	— Preto —	Limite Estadual	— Preto —	Km Rodovia
— Amarelo —	Rodovias Pavimentadas	— Azul —	Corpos D'água	— Preto —	Área Urbana
— Preto —	Sedes Municipais	— Verde —	Unidades de Conservação		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

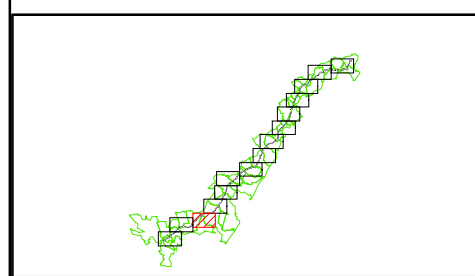
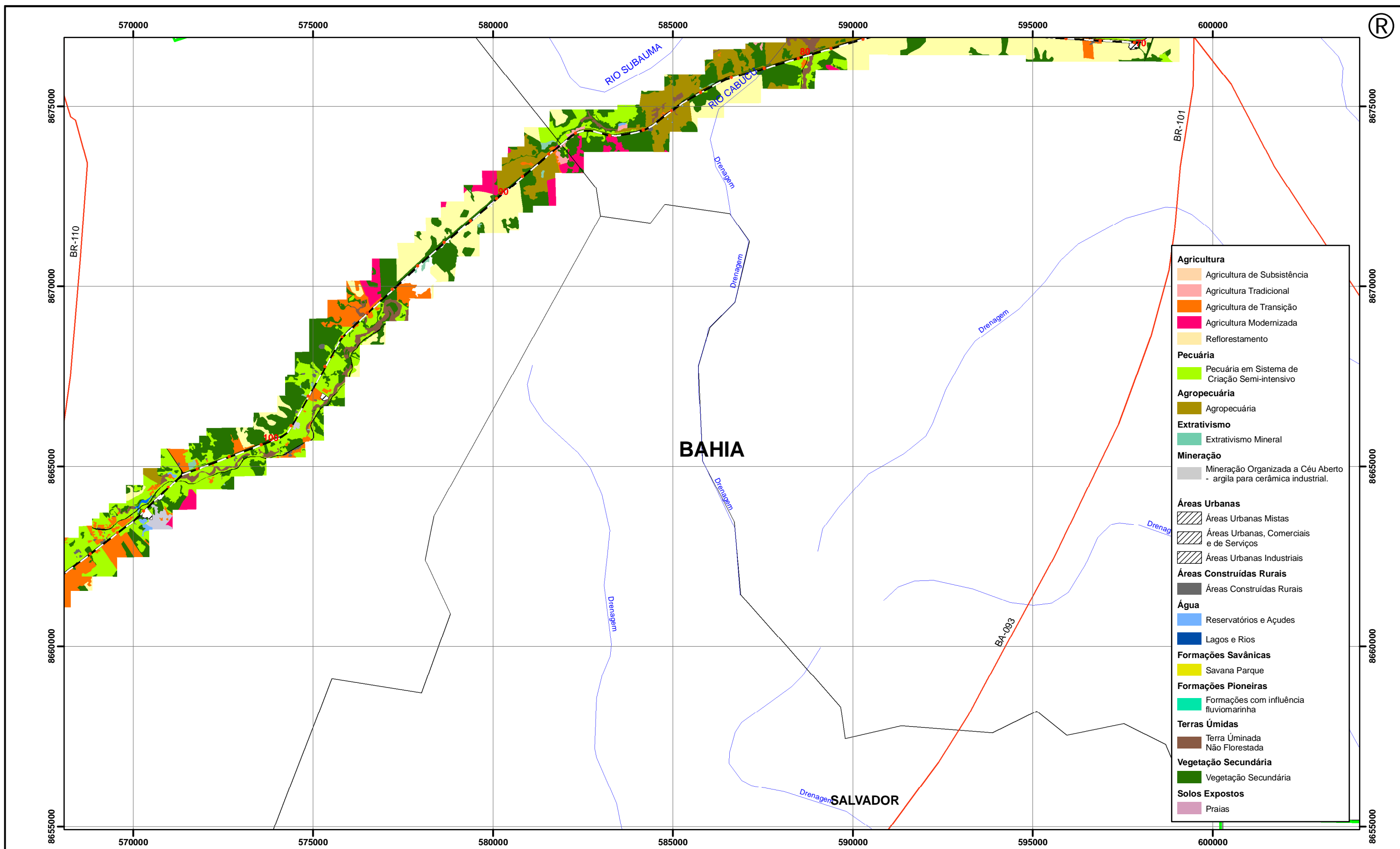
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA	

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (11/15)



<p>Elaborado Por: OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA</p> <p>Data: Janeiro / 2007</p> <p>Versão: 01</p>	<p>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA</p> <p>RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA</p> <p>MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA</p>	<p>DNIT</p> <p>Escala: 1:100.000</p> <p>Figura: 3.2 (12/15)</p>
---	--	--

<p>Elaborado Por: OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA</p> <p>Data: Janeiro / 2007</p> <p>Versão: 01</p>	<p>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA</p> <p>RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA</p> <p>MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA</p>	<p>DNIT</p> <p>Escala: 1:100.000</p> <p>Figura: 3.2 (12/15)</p>
---	--	--

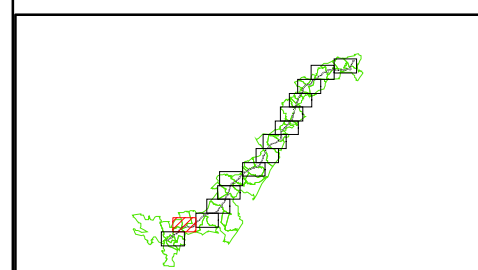
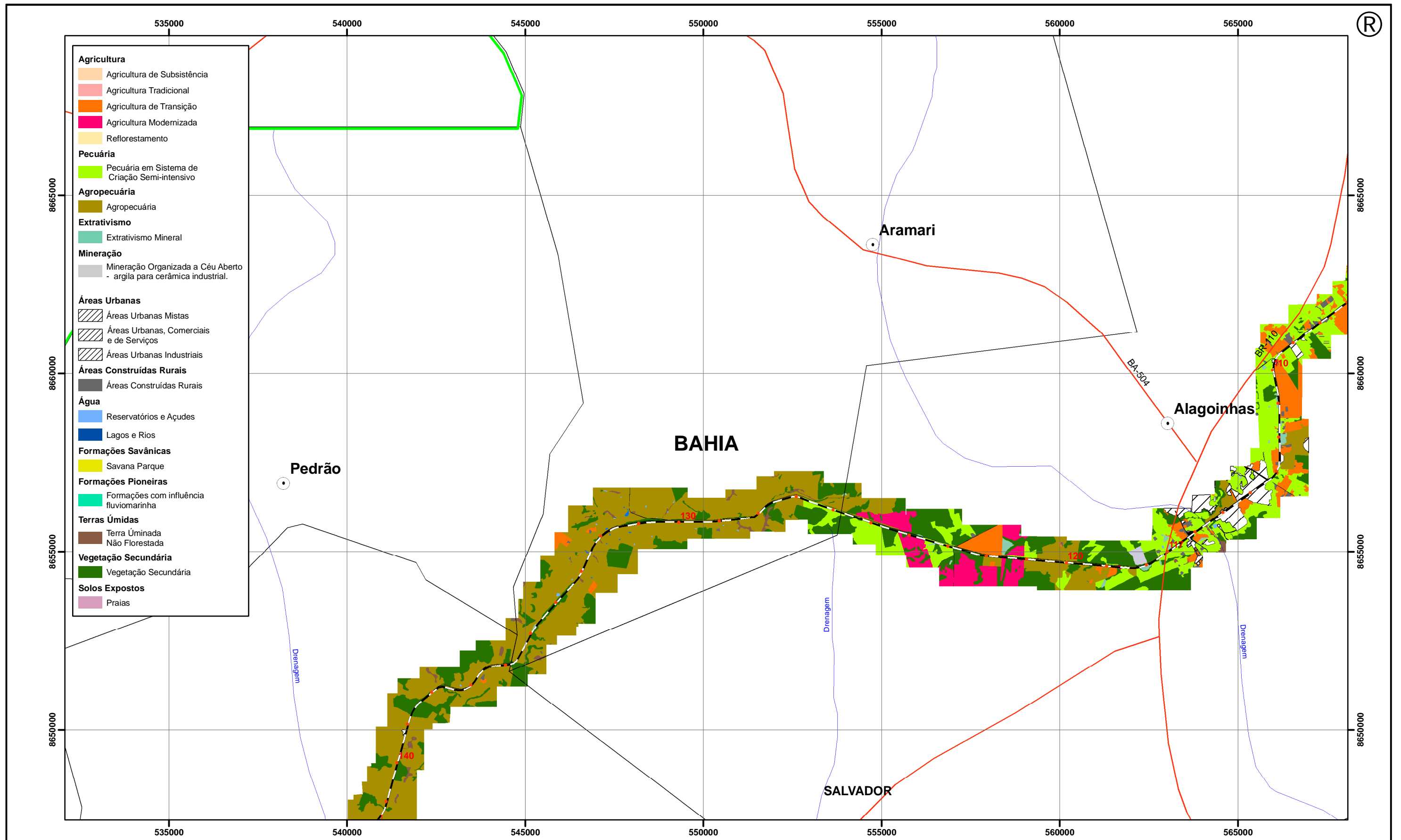


Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 / AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL / - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTRE. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (13/15)

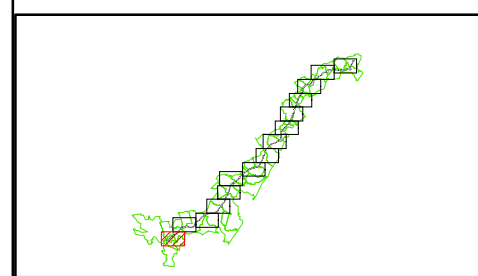
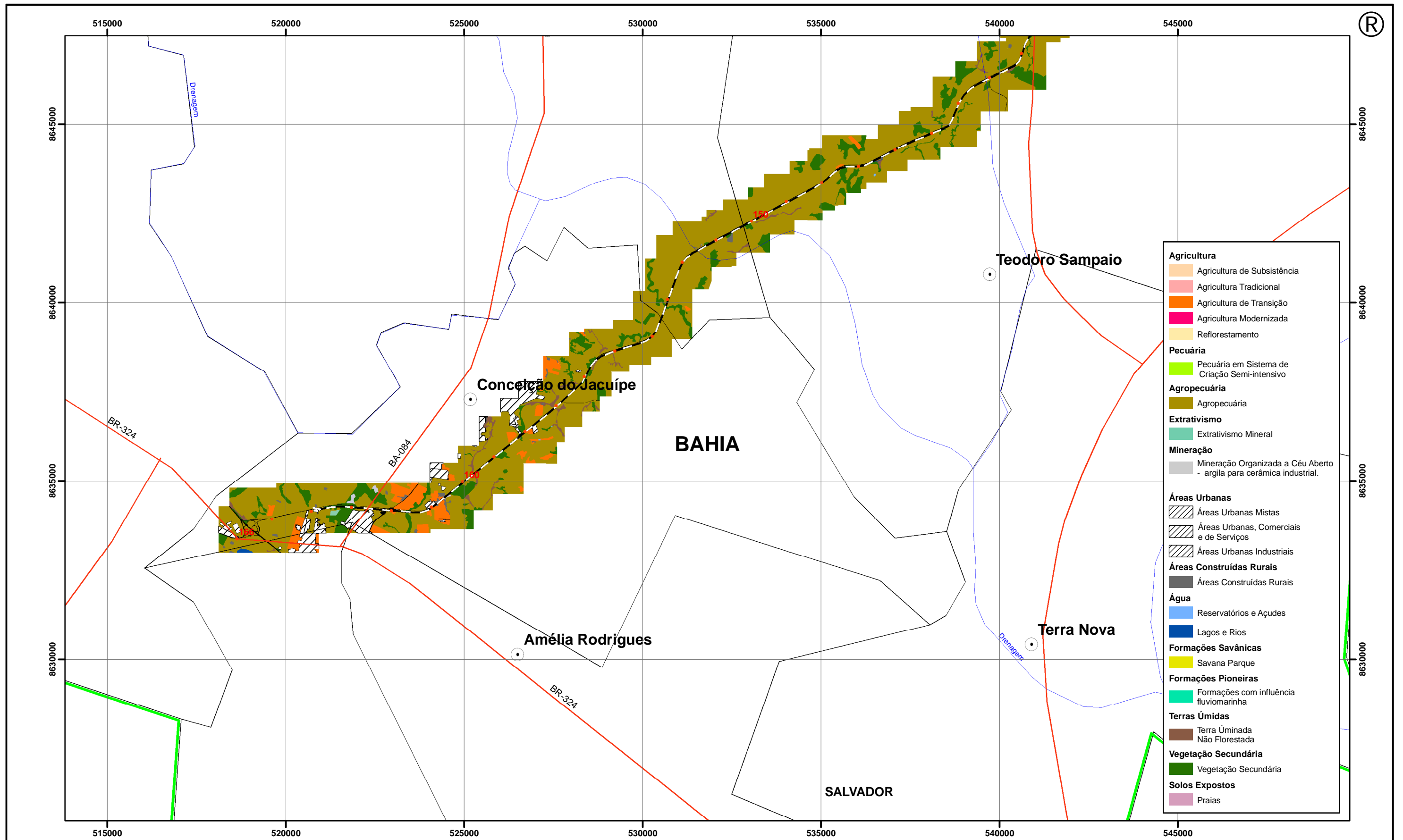


Convenções Cartográficas		Limites e Áreas	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual
	Sedes Municipais		Km Rodovia
	Unidades de Conservação		Corpos D'água
			Área Urbana

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (14/15)



Convenções Cartográficas		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta		Limite Municipal
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual		Km Rodovia
	Sedes Municipais		Corpos D'água		
	Unidades de Conservação		Área Urbana		

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

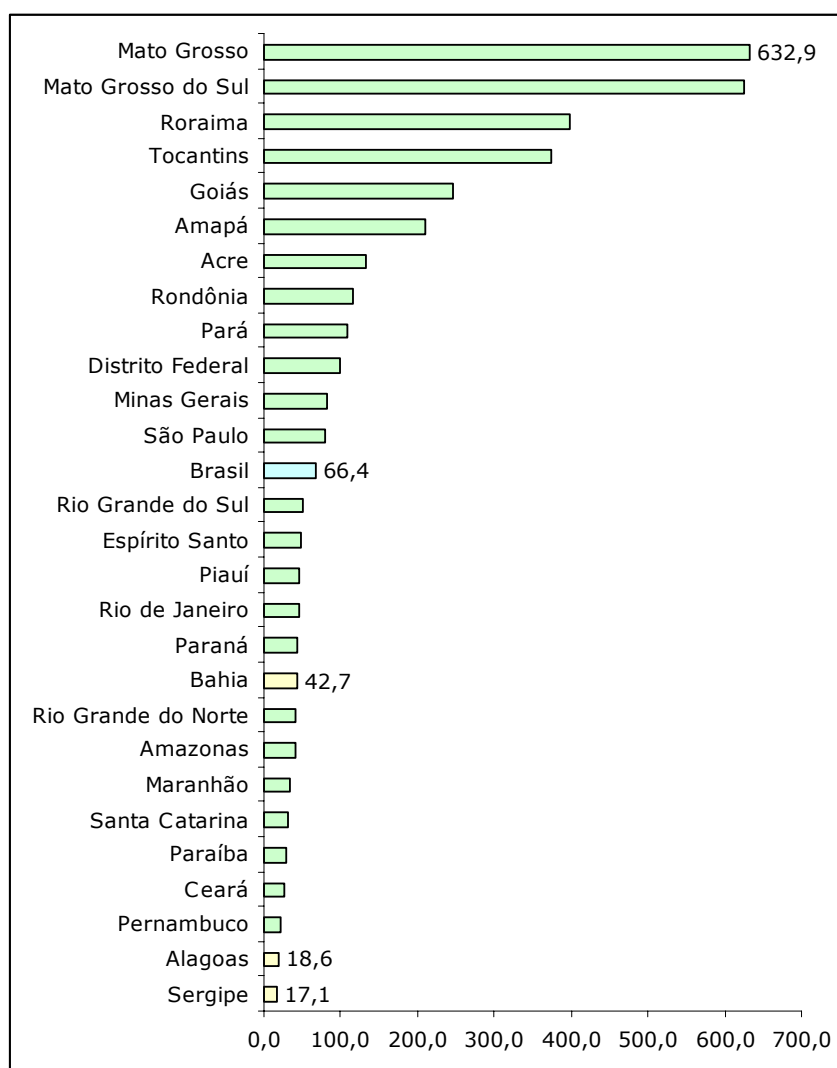
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

Escala: 1:100.000
Figura: 3.2 (15/15)

3.4.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para avaliar a estrutura fundiária da Área de Influência, será utilizado o indicador de tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários¹ para o ano de 1996.² Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que os Estados da Região Nordeste apresentam, no quadro brasileiro, os menores valores para este indicador, como pode ser observado no Gráfico 3.2. Desta forma, no quadro nacional, os três Estados seriam classificados como tipicamente de pequenas propriedades fundiárias.

GRÁFICO 3.2 - TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1996 (EM HECTARES)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996.

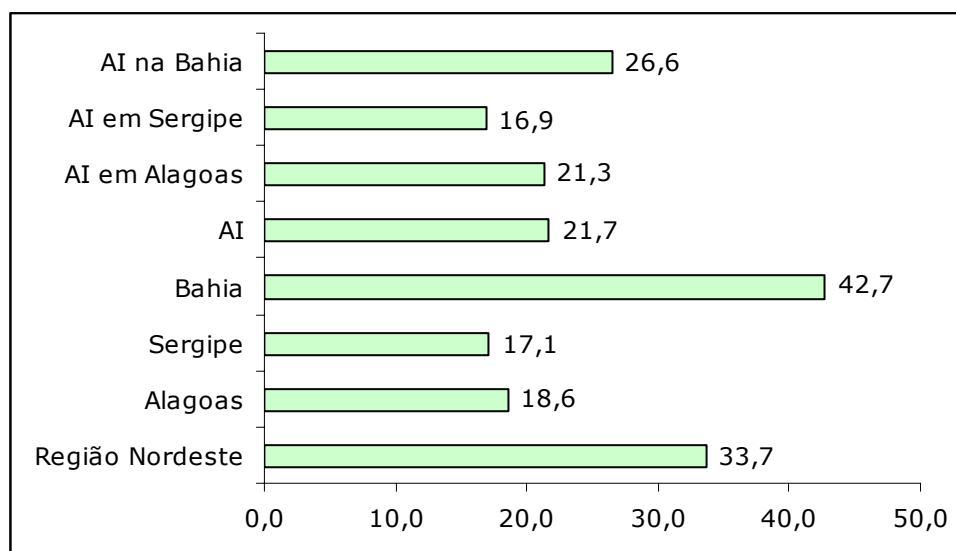
Para avaliar relativamente a estrutura fundiária na Área de Influência, é necessário observar como esta se comporta no quadro *regional*. O tamanho médio

¹ Calculado como a área total dos estabelecimentos agropecuários dividida pelo número total destes.

² Ano do último Censo disponível.

da propriedade da Área de Influência é de 26,6 hectares nos municípios baianos, de 16,9 hectares nos sergipanos, e de 21,3 nos de Alagoas. Apenas nos municípios de Alagoas essa média é superior à estadual, indicando uma maior concentração relativa da terra naqueles. O tamanho médio das propriedades na Área de Influência, de 21,7 hectares, é ainda inferior à da Região Nordeste considerada em conjunto (de 33,7 hectares). Essas informações podem ser visualizadas no Gráfico 3.3.

GRÁFICO 3.3 - TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1996 (EM HECTARES)



Fonte: Elaborado a partir dos dados de IBGE, Censo Agropecuário 1996.

Em termos municipais, alguns resultados chamam à atenção. Em Alagoas, o município de São Miguel dos Campos apresenta uma estrutura fundiária bastante discrepante estadual e regionalmente, já que o tamanho médio da propriedade (334,1 hectares) é relativamente bastante superior, inclusive à média nacional (de 66,4 hectares). O mesmo pode ser dito ainda sobre o município de Campo Alegre. No extremo oposto em termos de estrutura fundiária estão os municípios de São Sebastião e Porto Real do Colégio, com tamanhos médios de, respectivamente, 6,5 e 8,5 hectares.

No estado de Sergipe, os municípios em geral apresentam tamanhos médios da propriedade dentro das médias estaduais e regionais, chamando atenção apenas ao pequeno valor para os municípios de Própria e Umbaúba (ambos de 7,2 hectares).

Na Bahia, a propriedade rural é relativamente concentrada nos municípios de Cardeal da Silva e Jandaíra, com tamanhos médios de 123,1 e 95,2 hectares, respectivamente. As informações comentadas estão apresentadas na Tabela 3.2.

TABELA 3.2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA, 1996

MUNICÍPIOS DA AI	ÁREA TOTAL DOS E.A.S – HA (A)	Nº TOTAL DE E.A.S (B)	TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (C) = (A) / (B)
ALAGOAS			
Campo Alegre	19.575,6	220	89,0
Igreja Nova	43.137,5	1.645	26,2
Junqueiro	15.889,0	1.770	9,0
Olho d'Água Grande	11.131,9	571	19,5
Porto Real do Colégio	10.355,3	1.218	8,5
São Braz	9.700,6	450	21,6
São Miguel Campos	57.467,5	172	334,1
São Sebastião	21.992,4	3.401	6,5
Teotônio Vilela	20.515,6	388	52,9
Municípios da AI em Alagoas	209.765,5	9.835	21,3
SERGIPE			
Araúá	17.523,7	1398	12,8
Capela	43.638,1	2501	17,8
Carmópolis	5.309,0	176	30,3
Cedro de São João	6.072,4	338	18,0
Cristinápolis	20.046,5	1322	15,3
Estância	37.049,5	1.369	12,9
Indiaroba	22.204,8	2.445	12,1
Itaporanga d'Ajuda	30.960,3	175	20,8
Japaratuba	23.668,0	337	44,6
Laranjeiras	16.475,4	1.314	27,8
Malhada dos Bois	6.606,5	2.866	22,1
Maruim	4.914,2	1.830	25,6
Muribeca	8.286,1	1.492	22,9
N. Senhora do Socorro	4.154,8	531	29,3
Própria	4.980,8	592	7,2
Rosário do Catete	8.886,9	299	66,3
Santa Luzia do Itanhy	23.601,7	192	13,1
São Cristóvão	17.395,8	362	29,8
São Francisco	5.954,0	142	53,2
Umbaúba	11.574,9	691	7,2
Municípios da AI em Sergipe	319.303,3	134	16,9
BAHIA			
Acajutiba	16.054,8	1.183	13,6
Alagoinhas	29.534,3	1.570	18,8
Amélia Rodrigues	27.493,9	368	74,7

MUNICÍPIOS DA AI	ÁREA TOTAL DOS E.A.S – HA (A)	Nº TOTAL DE E.A.S (B)	TAMANHO MÉDIO DA PROPRIEDADE (C) = (A) / (B)
Araçás	23.997,5	734	32,7
Aramari	17.841,1	676	26,4
Cardeal da Silva	16.613,9	135	123,1
Conceição Jacuípe	6.834,0	453	15,1
Coração de Maria	27.873,4	2.401	11,6
Entre Rios	49.200,4	962	51,1
Esplanada	62.970,3	1.228	51,3
Feira de Santana	64.653,5	3.926	16,5
Jandaíra	42.261,8	444	95,2
Pedrão	11.578,3	839	13,8
Rio Real	62.166,7	2.554	24,3
Santo Amaro	18.271,7	721	25,3
Teodoro Sampaio	10.810,2	362	29,9
Terra Nova	9.673,5	166	58,3
Municípios da AI na Bahia	497.829,3	18.722	26,6
Municípios da AI	1.026.898,0	47.431	21,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996.

3.5 – DEMOGRAFIA

3.5.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO REGIONAL

A população residente na Área de Influência Indireta totalizou, no ano de 2000, aproximadamente 1,6 milhões de habitantes. Este contingente está distribuído em uma área total de 16,4 mil km². A densidade demográfica da AI é, portanto, de 100,6 hab/km².

A Bahia detém a maior parcela dos moradores, 55,9% do total, seguida por Sergipe, 29,9% e Alagoas, com 14,1%. Essas informações estão na Tabela 3.3.

TABELA 3.3 - POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRAFICA, 2000

MUNICÍPIOS DA AI	POPULAÇÃO		ÁREA (EM KM ²)		HAB/ KM ²
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
Em Alagoas	233.525	14,2	2.699,8	16,5	86,5
Em Sergipe	493.300	29,9	4.800,2	29,3	102,8
Na Bahia	922.989	55,9	8.901,5	54,3	103,7
Total	1.649.814	100,0	16.401,5	100,0	100,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Os maiores municípios encontram-se na Bahia: Esplanada, Feira de Santana e Entre Rios. O tamanho médio dos municípios da AI naquele estado é de 300,0 km²,

sendo de 240,0 km² nos de Sergipe, e de 523,6 km² nos da Bahia. O tamanho médio dos municípios na AI é de 356,6 km².

TABELA 3.4 - ÁREA DE INFLUÊNCIA: CARACTERÍSTICAS GERAIS

MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO (2000)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2000)	DISTÂNCIA À CAPITAL (KM)
ALAGOAS					
Campo Alegre	1960	295,1	41.028	139,0	68,7
Igreja Nova	1890	428,2	21.451	50,1	113,6
Jequiá da Praia	2001	-	-	-	39,3
Junqueiro	1947	220,7	23.832	108,0	86,1
Olho d'Água Grande	1962	118,5	4.847	40,9	126,2
Porto Real Colégio	1876	236,1	18.355	77,7	134,0
São Brás	1947	140,0	6.551	46,8	137,6
São Miguel Campos	1832	657,6	51.456	78,2	41,3
São Sebastião	1960	305,7	29.124	95,3	94,5
Teotônio Vilela	1987	297,9	36.881	123,8	72,7
Sub Total Alagoas	-	2.699,8	233.525	86,5	91,4*
SERGIPE					
Araúá	1870	193,8	9.762	50,4	71,4
Capela	1835	430,2	26.518	61,6	45,4
Carmópolis	1922	39,9	9.352	234,4	30,6
Cedro de São João	1928	72,7	5.378	74,0	76,1
Cristinápolis	1882	250,3	14.268	57,0	97,4
Estância	1831	647,1	59.002	91,2	56,3
Indiaroba	1846	310,2	13.152	42,4	82,9
Itaporanga d'Ajuda	1854	754,3	25.482	33,8	27,8
Japaratuba	1859	372,5	14.556	39,1	38,2
Laranjeiras	1832	162,8	23.560	144,7	15,8
Malhada dos Bois	1953	59,1	3.208	54,3	64,5
Maruim	1835	94,8	15.454	163,0	19,3
Muribeca	1926	81,7	7.101	86,9	55,2
N. Senhora Socorro	1868	156,6	131.679	840,9	8,6
Propriá	1801	95,1	27.385	288,0	81,8
Rosário do Catete	1836	103,4	7.102	68,7	24,3
Santa Luzia do Itanhy	1835	334,8	13.948	41,7	63,8
São Cristóvão	1590	430,7	64.647	150,1	18,6
São Francisco	1963	86,5	2.532	29,3	67,3
Umbaúba	1953	123,7	19.214	155,3	82,7
Sub total Sergipe	-	4.800,2	493.300	102,8	51,4*

MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO (2000)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2000)	DISTÂNCIA À CAPITAL (KM)
BAHIA					
Acajutiba	1952	267,4	14.322	53,6	155,0
Alagoinhas	1852	733,9	130.095	177,3	93,3
Amélia Rodrigues	1961	152,6	24.134	158,2	69,6
Araçás	1990	420,0	11.003	26,2	89,9
Aramari	1961	331,4	9.258	27,9	98,8
Cardeal da Silva	1962	194,9	8.034	41,2	129,6
Conceição Jacuípe	1961	144,5	26.194	181,3	65,2
Coração de Maria	1891	357,3	23.818	66,7	287,3
Entre Rios	1872	1.164,8	37.513	32,2	123,4
Esplanada	1806	1.403,0	27.230	19,4	144,3
Feira de Santana	1832	1.333,0	480.949	360,8	92,5
Jandaíra	1944	644,2	10.027	15,6	175,1
Pedrão	1962	148,6	6.979	47,0	92,5
Rio Real	1880	734,0	33.260	45,3	176,7
Santo Amaro	1727	486,2	58.414	120,1	51,9
Teodoro Sampaio	1961	229,4	8.884	38,7	76,4
Terra Nova	1961	156,3	12.875	82,4	65,5
Sub total Bahia	-	8.901,5	922.989	103,7	116,9
Total AI		16.401,5	1.649.814	100,6	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Considerando a população residente na Área no ano de 1991 (de aproximadamente 1,4 milhões de habitantes), destaca-se seu relativo crescimento populacional, expresso em sua taxa geométrica de crescimento anual positiva (1,6% a.a.). De fato, quando comparada às taxas de crescimento demográfico regional (Região Nordeste: 1,3%a.a.) e estaduais (Alagoas: 1,3%a.a.; Sergipe: 2,0% a.a.; Bahia: 1,1%a.a) no mesmo período, ou mesmo à taxa brasileira (1,6% a.a.), fica nítido o aumento populacional e o relativo equilíbrio em relação às taxas estaduais e regional.

Em toda a Área de Influência, apenas os municípios de Arauá (SE) e Teodoro Sampaio (BA) apresentaram taxas de crescimento populacional negativas, respectivamente, -0,8%a.a e -0,9%a.a (ver Tabela 3.5).

3.5.2 – URBANIZAÇÃO, HIERARQUIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS E VETORES DE CRESCIMENTO URBANO

Para compreender a dinâmica demográfica da AI, é fundamental observar o comportamento das populações residentes em áreas rurais vis-à-vis aquelas em áreas urbanas.

A tendência geral no Brasil, na década de 1990, foi a de decréscimo das populações rurais relativamente às urbanas, o que significou um aumento no grau de urbanização, de 75,6% em 1991 para 81,2% em 2000. Tendência semelhante foi observada na Área de Influência, cujo grau de urbanização passou de 70,9% para 75,4% no mesmo período (ver Tabela 3.5 e Gráfico 3.4).

TABELA 3.5 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1991 E 2000

MUNICÍPIOS DA AI	1991			2000			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL: 1991/2000 (%)
	TOTAL	URBANA	%	TOTAL	URBANA	%	
ALAGOAS							
Campo Alegre	36.770	11.532	31,4%	41.028	16.117	39,3%	1,2
Igreja Nova	19.849	4.010	20,2%	21.451	4.433	20,7%	0,9
Junqueiro	22.221	5.133	23,1%	23.832	6.957	29,2%	0,8
Olho d'Água Grande	4.413	920	20,8%	4.847	1.077	22,2%	1,0
Parto Real do Colégio	17.557	5.731	32,6%	18.355	5.960	32,5%	0,5
São Brás	6.313	2.733	43,3%	6.551	3.021	46,1%	0,4
São Miguel Campos	50.689	28.121	55,5%	51.456	35.375	68,7%	0,2
São Sebastião	24.696	7.350	29,8%	29.124	9.408	32,3%	1,8
Teotônio Vilela	29.664	21.830	73,6%	36.881	29.838	80,9%	2,4
Total	212.172	87.360	41,2%	233.525	112.186	48,0%	1,1
SERGIPE							
Araúá	10.477	3.581	34,2%	9.762	4.050	41,5	-0,8
Capela	25.105	14.721	58,6%	26.518	16.095	60,7	0,6
Carmópolis	6.782	5.361	79,0%	9.352	7.606	81,3	3,6
Cedro de São João	5.122	4.021	78,5%	5.378	4.650	86,5	0,5
Cristinápolis	10.932	4.921	45,0%	14.268	6.445	45,2	3,0
Estância	53.869	44.356	82,3%	59.002	50.854	86,2	1,0
Indiaroba	11.607	3.923	33,8%	13.152	4.681	35,6	1,4
Itaparanga d'Ajuda	20.324	7.078	34,8%	25.482	9.159	35,9	2,5

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

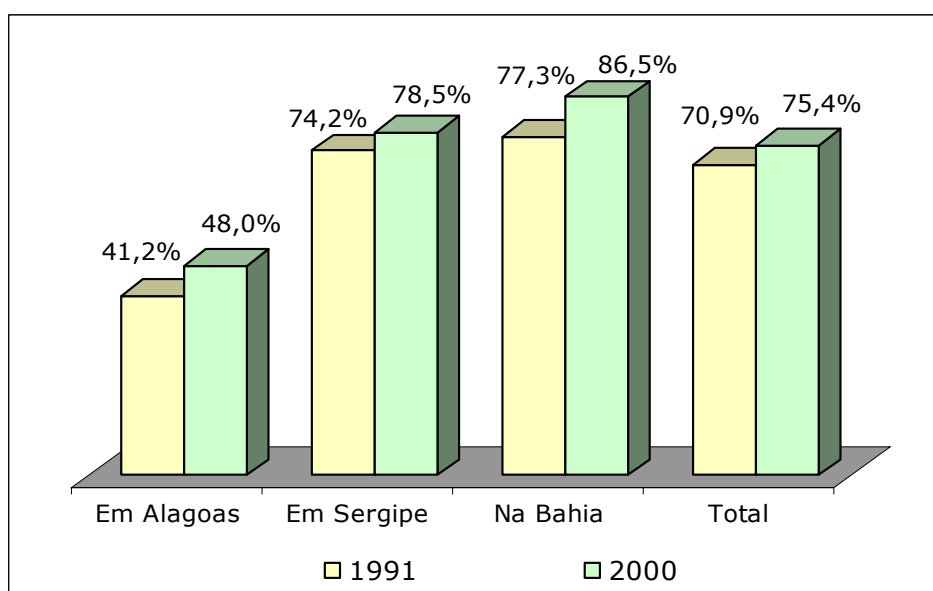
MUNICÍPIOS DA AI	1991			2000			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL: 1991/2000 (%)
	TOTAL	URBANA	%	TOTAL	URBANA	%	
Japaratinga	13.004	6.190	47,6%	14.556	7.212	49,5	1,3
Laranjeiras	18.944	16.020	84,6%	23.560	21.213	90,0	2,5
Malhada dos Bois	2.550	1.024	40,2%	3.208	1.331	41,5	2,6
Maruim	14.683	11.105	75,6%	15.454	11.666	75,5	0,6
Muribeca	6.682	2.369	35,5%	7.101	2.763	38,9	0,7
N.Senhora do Socorro	67.574	67.516	99,9%	131.679	131.279	99,7	7,7
Propriá	25.091	21.944	87,5%	27.385	23.567	86,1	1,0
Rosário do Catete	5.639	4.454	79,0%	7.102	5.656	79,6	2,6
Santa Luzia do Itahy	9.874	1.868	18,9%	13.948	2.585	18,5	3,9
São Cristóvão	47.558	46.233	97,2%	64.647	63.116	97,6	3,5
São Francisco	2.222	1.737	78,2%	2.532	2.166	85,5	1,5
Umbaúba	14.593	8.103	55,5%	19.214	10.935	56,9	3,1
Total	372.632	276.525	74,2%	493.300	387.029	78,5	3,2
BAHIA							
Acajutiba	12.894	9.728	75,4%	14.322	12.184	85,1	1,2
Alagoinhas	116.894	99.508	85,1%	130.095	112.440	86,4	1,2
Amélia Rodrigues	22.779	16.444	72,2%	24.134	19.022	78,8	0,6
Araçás	8.940	3.759	42,0%	11.003	5.330	48,4	2,3
Aramari	7.636	3.829	50,1%	9.258	4.291	46,3	2,2
Cardeal da Silva	6.400	2.274	35,5%	8.034	2.832	35,3	2,6
Conceição Jacuípe	22.905	16.174	70,6%	26.194	19.466	74,3	1,5
Coração de Maria	21.937	5.570	25,4%	23.818	7.528	31,6	0,9
Entre Rios	27.718	16.897	61,0%	37.513	23.019	61,4	3,4
Esplanada	23.205	15.198	65,5%	27.230	17.538	64,4	1,8
Feira de Santana	406.447	349.557	86,0%	480.949	431.730	89,8	1,9
Jandaíra	8.225	4.471	54,4%	10.027	5.507	54,9	2,2
Pedão	6.813	1.411	20,7%	6.978	1.457	20,9	0,3
Rio Real	27.783	13.917	50,1%	33.260	20.043	60,3	2,0
Santo Amaro	54.160	40.894	75,5%	58.414	44.505	76,2	0,8
Teodoro Sampaio	9.601	6.490	67,6%	8.884	6.627	74,6	-0,9
Terra Nova	12.238	10.003	81,7%	12.875	11.131	86,5	0,6

MUNICÍPIOS DA AI	1991			2000			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL: 1991/2000 (%)
	TOTAL	URBANA	%	TOTAL	URBANA	%	
Total	796.575	616.124	77,3%	922.989	744.650	80,7%	1,7
Área de Influência	1.381.379	980.009	70,9%	1.649.814	1243865	75,4%	2,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000.

Os municípios situados nos Estados de Sergipe e da Bahia apresentam um maior grau de urbanização. Em cerca de 60% dos municípios daqueles Estados, os moradores de núcleos urbanos são mais numerosos. Em Alagoas, esse quadro é o oposto. Em cerca de 80% dos municípios os habitantes rurais são predominantes (ver Tabela 3.5 e Gráfico 3.4).

GRÁFICO 3.4 - GRAU DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AI, 1991 E 2000



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000.

Dos 47 municípios da AI, 54,0% apresentam população residente de até 20 mil habitantes, ou seja, estão classificados como municípios de porte pequeno; 31,0% encontram-se na faixa entre 20 mil e 30 mil habitantes (porte médio); e apenas 15,0% contam com população acima de 50 mil habitantes (porte grande). Este perfil é similar na Bahia e em Sergipe. Em Alagoas, contudo, predominam os municípios de médio porte (ver Gráfico 3.5).

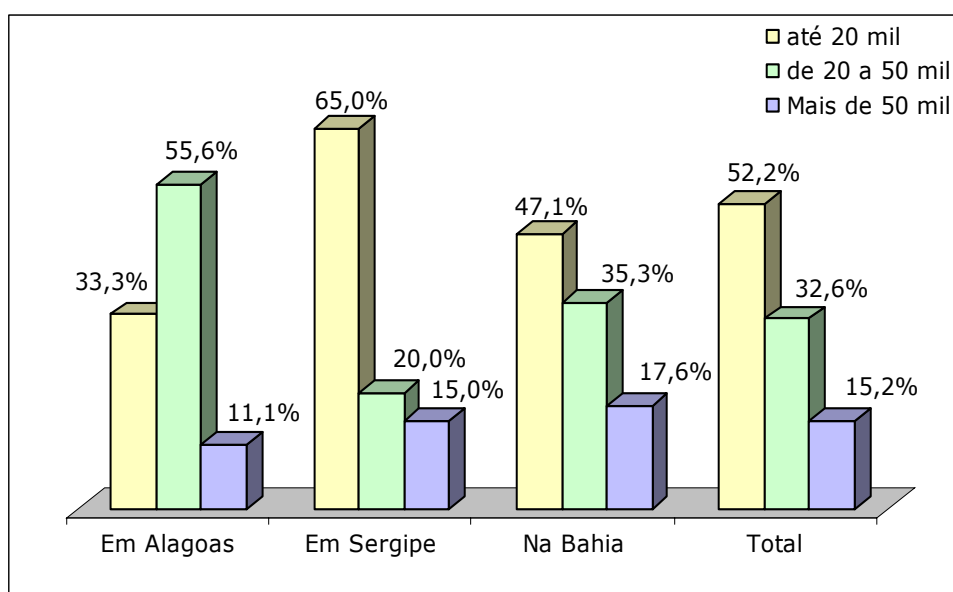
A distribuição total da população por sexo indica um quantitativo maior de mulheres em relação aos homens. Esta tendência é confirmada, de acordo com a divisão por domicílio, na área urbana. Na área rural, porém, a tendência é inversa, com um quantitativo masculino maior (ver Tabela 3.6).

Os núcleos urbanos da Área de Influência formam-se essencialmente nas sedes de seus municípios ou em suas proximidades, e caracterizam-se pela concentração de comércios e serviços, em função dos quais as populações são

atraídas. Mais geralmente, a atração de populações e, portanto, a importância de cada sede municipal enquanto núcleo urbano, está relacionada à concentração de unidades empresariais em sua sede, que podem oferecer comércio, serviços e emprego às populações regionais. Como a maior parte das unidades empresariais municipais localiza-se em suas sedes, o número total destas pode ser utilizado, portanto, enquanto indicador da importância de cada núcleo urbano.

O principal núcleo urbano da Área de Influência é Feira de Santana que concentra, sozinho, 51% das unidades empresariais da Área de Influência (14.871 unidades em 2003). Em seguida, também na Bahia, está a área urbana de Alagoinhas que, com suas 2.561 unidades empresariais, representa um importante núcleo urbano estadual. Destacam-se ainda na Bahia as sedes municipais de Santo Amaro, Conceição de Jacuípe e Entre Rios.

GRÁFICO 3.5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR FAIXAS POPULACIONAIS, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

TABELA 3.6 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 2000

MUNICÍPIOS	TOTAL			HOMENS		MULHERES	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
ALAGOAS							
Campo Alegre	41.028	19.985	21.043	7.858	12.127	8.259	12.784
Igreja Nova	21.451	10.858	10.593	2.189	8.669	2.244	8.349
Junqueiro	23.832	11.899	11.933	3.328	8.571	3.629	8.304
Olho d'Água Grande	4.847	2.441	2.406	517	1.924	560	1.846
Porto Real do Colégio	18.355	9.140	9.215	2.847	6.293	3.047	6.168
São Brás	6.551	3.334	3.217	1.539	1.795	1.482	1.735
São Miguel Campos	51.456	25.441	26.015	17.214	8.227	18.161	7.854

MUNICÍPIOS	TOTAL			HOMENS		MULHERES	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
São Sebastião	29.124	14.561	14.563	4.654	9.907	4.754	9.809
Teotônio Vilela	36.881	18.422	18.459	14.802	3.620	15.036	3.423
Sub total Alagoas	233.525	116.081	117.444	54.948	61.133	57.172	60.272
SERGIPE							
Araúá	9.762	4.903	4.859	1.994	2.909	2.056	2.803
Capela	26.518	13.221	13.297	7.798	5.423	8.297	5.000
Carmópolis	9.352	4.587	4.765	3.709	878	3.897	868
Cedro de São João	5.378	2.707	2.671	2.325	382	2.325	346
Cristinápolis	14.268	7.283	6.985	3.181	4.102	3.264	3.721
Estância	59.002	29.053	29.949	24.722	4.331	26.132	3.817
Indiaroba	13.152	6.690	6.462	2.218	4.472	2.463	3.999
Itaporanga d'Ajuda	25.482	12.793	12.689	4.403	8.390	4.756	7.933
Japarutuba	14.556	7.347	7.209	3.547	3.800	3.665	3.544
Laranjeiras	23.560	11.662	11.898	10.437	1.225	10.776	1.122
Malhada dos Bois	3.208	1.571	1.637	642	929	689	948
Maruim	15.454	7.675	7.779	5.686	1.989	5.980	1.799
Muribeca	7.101	3.576	3.525	1.337	2.239	1.426	2.099
N. Senhora do Socorro	131.679	64.517	67.162	64.321	196	66.958	204
Própria	27.385	13.262	14.123	11.310	1.952	12.257	1.866
Rosário do Catete	7.102	3.502	3.600	2.750	752	2.906	694
Santa Luzia do Itanhy	13.948	7.211	6.737	1.302	5.909	1.283	5.454
São Cristóvão	64.647	31.564	33.083	30.774	790	32.342	741
São Francisco	2.532	1.305	1.227	1.114	191	1.052	175
Umbaúba	19.214	9.555	9.659	5.326	4.229	5.609	4.050
Sub Total Sergipe	493.300	243.984	249.316	188.896	55.088	198.133	51.183
BAHIA							
Acajutiba	14.322	7.104	7.218	6.012	1.092	6.172	1.046
Alagoinhas	130.095	62.068	68.027	53.033	9.035	59.407	8.620
Amélia Rodrigues	24.134	11.882	12.252	9.295	2.587	9.727	2.525
Araçás	11.003	5.565	5.438	2.603	2.962	2.727	2.711
Aramari	9.258	4.617	4.641	2.098	2.519	2.193	2.448
Cardeal da Silva	8.034	4.071	3.963	1.413	2.658	1.419	2.544
Conceição Jacuípe	261940	19.466	6.728	12.851	9.467	3.384	13.343
Coração de Maria	23.818	11.809	12.009	3.565	8.244	3.963	8.046
Entre Rios	37.513	18.682	18.831	11.223	7.459	11.796	7.035
Esplanada	27.230	13.597	13.633	8.535	5.062	9.003	4.630
Feira de Santana	480.949	229.656	251.293	204.802	24.854	226.617	24.676

MUNICÍPIOS	TOTAL			HOMENS		MULHERES	
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Jandaíra	10.027	5.207	4.820	2.665	2.542	2.546	2.274
Pedrão	6.979	3.592	3.387	562	3.030	615	2.772
Rio Real	33.260	16.807	16.453	9.661	7.146	9.818	6.635
Santo Amaro	58.414	28.646	29.768	21.432	7.214	23.073	6.695
Teodoro Sampaio	8.884	4.393	4.491	3.173	1.220	3.454	1.037
Terra Nova	12.875	6.291	6.584	5.297	994	5.687	897
Sub total Bahia	922.989	453.453	469.536	358.220	98.085	381.601	97.934
Total AI	1.649.814	813.518	836.296	602.064	214.306	636.906	209.389

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O principal núcleo urbano de Sergipe é a sede do município de Nossa Senhora do Socorro. A centralidade desta está relacionada a sua proximidade à capital estadual e à presença de um Distrito Industrial, bem como de um grande volume de unidades de comércio e serviços. Estância, São Cristóvão e Própria são igualmente importantes núcleos urbanos estaduais. Já na porção alagoana da Área de Influência, o principal núcleo urbano é São Miguel dos Campos.

Os núcleos supra citados têm como característica principal o fato de atraírem populações não apenas dos municípios onde se localizam, como igualmente dos municípios em seu entorno. Neste sentido, podem ser classificados como núcleos urbanos estaduais.

Seguido desses, porém, encontra-se outro conjunto de pequenos núcleos urbanos localizados em sedes municipais que, embora não cheguem a apresentar importância estadual, atraem populações dos municípios e povoados mais próximos. Esses podem ser classificados como núcleos urbanos municipais.

A partir dessas considerações, das visitas de campo às sedes municipais e do Número de Unidades Municipais, disponibilizado através das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (IBGE, para o ano de 2003), foram estabelecidos os seguintes critérios de hierarquização dos núcleos urbanos:

Nº de Unidades	Classificação do Núcleo Urbano
Até 100	Sem formação de Núcleo relevante
100 a 150	Núcleo Municipal Pequeno
150 a 250	Núcleo Municipal Médio
250 a 500	Núcleo Municipal Grande
500 a 1000	Núcleo Estadual Pequeno
1000 a 2500	Núcleo Estadual Médio
2500 a 5000	Núcleo Estadual Grande
5000 a 10000	Núcleo Regional Pequeno
10000 a 15000	Núcleo Regional Médio
Mais de 15000	Núcleo Regional Grande

Os resultados obtidos para os municípios da Área de Influência, e apresentados na Figura 3.3, foram:

▪ **SEM FORMAÇÃO DE NÚCLEO RELEVANTE**

Total de Municípios: 16

Em Alagoas:

- ✓ Olho D'Água Grande
- ✓ São Brás
- ✓ Jequiá da Praia

Em Sergipe:

- ✓ São Francisco
- ✓ Malhada dos Bois
- ✓ Cedro de São João
- ✓ Indiaroba
- ✓ Muribeca
- ✓ Aruá
- ✓ Santa Luzia do Itanhy

Na Bahia:

- ✓ Pedrão
- ✓ Jandaíra
- ✓ Cardeal da Silva
- ✓ Aramari
- ✓ Araçás
- ✓ Teodoro Sampaio

▪ **NÚCLEO MUNICIPAL PEQUENO**

Total de Núcleos: 10

Em Alagoas:

- ✓ Igreja Nova
- ✓ Porto Real Colégio
- ✓ Junqueiro
- ✓ Campo Alegre

Em Sergipe:

- ✓ Cristinápolis
- ✓ Rosário do Catete
- ✓ Japaratusba

- ✓ Maruim

Na Bahia:

- ✓ Terra Nova
- ✓ Acajutiba

▪ **NÚCLEO MUNICIPAL MÉDIO**

Total de Núcleos: 06

Em Alagoas:

- ✓ Teotônio Vilela

Em Sergipe:

- ✓ Carmópolis
- ✓ Laranjeiras
- ✓ Capela
- ✓ Umbaúba

Na Bahia:

- ✓ Coração de Maria

▪ **NÚCLEO MUNICIPAL GRANDE**

Total de Núcleos: 06

Em Alagoas:

- ✓ São Sebastião

Em Sergipe:

- ✓ Itaporanga D'Ajuda
- ✓ Própria

Na Bahia:

- ✓ Rio Real
- ✓ Amélia Rodrigues
- ✓ Esplanada

▪ **NÚCLEO ESTADUAL PEQUENO**

Total de Núcleos: 05

Em Alagoas:

- ✓ São Miguel dos Campos

Em Sergipe:

- ✓ São Cristóvão
- ✓ Estância

Na Bahia:

- ✓ Entre Rios
- ✓ Conceição do Jacuípe
- **NÚCLEO ESTADUAL MÉDIO**
 - Total de Núcleos: 02
 - Em Sergipe:**
 - ✓ Nossa Senhora do Socorro (44)
 - Na Bahia:**
 - ✓ Santo Amaro (45)
- **NÚCLEO ESTADUAL GRANDE**
 - Total de Núcleos: 01
 - Na Bahia:**
 - ✓ Alagoinhas (46)
- **NÚCLEO REGIONAL PEQUENO**
 - Total de Núcleos: 00
- **NÚCLEO REGIONAL MÉDIO**
 - Total de Núcleos: 01
 - Na Bahia:**
 - ✓ Feira de Santana (47)
- **NÚCLEO REGIONAL GRANDE**
 - Total de Núcleos: 00

Dada a existência dessa rede de Núcleos Urbanos na Área de Influência, pode-se dizer que o principal vetor de crescimento urbano na mesma é a abertura de novos postos de trabalho. Para avaliar as regiões que têm sido alvo de maiores crescimentos urbanos, pode-se considerar a taxa de crescimento geométrico anual do grau de urbanização, ao longo da década de 1990, como expressa na Tabela 3.7.

A Tabela deve ser analisada cuidadosamente pois, nos casos de municípios majoritariamente rurais, elevadas taxas de crescimento do grau urbanização não indicam que estes sejam regiões de expansão urbana. Esses são os casos de todos os municípios que apresentaram resultados superiores a 2,0% a.a., com exceção de São Miguel dos Campos que, de fato, sofreu um importante processo de urbanização na década de 1990. Ainda em Alagoas, o mesmo pode ser dito com relação a Teotônio Vilela.

Dos principais núcleos urbanos de Sergipe (Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Estância), apenas Estância manteve um processo de urbanização relativamente intenso ao longo da década de 1990. Ainda em Sergipe, embora os municípios de Cedro de São João e São Francisco não sejam núcleos urbanos

significativos no quadro estadual, ambos passaram por importantes processos de urbanização, assim como o município de Laranjeiras.

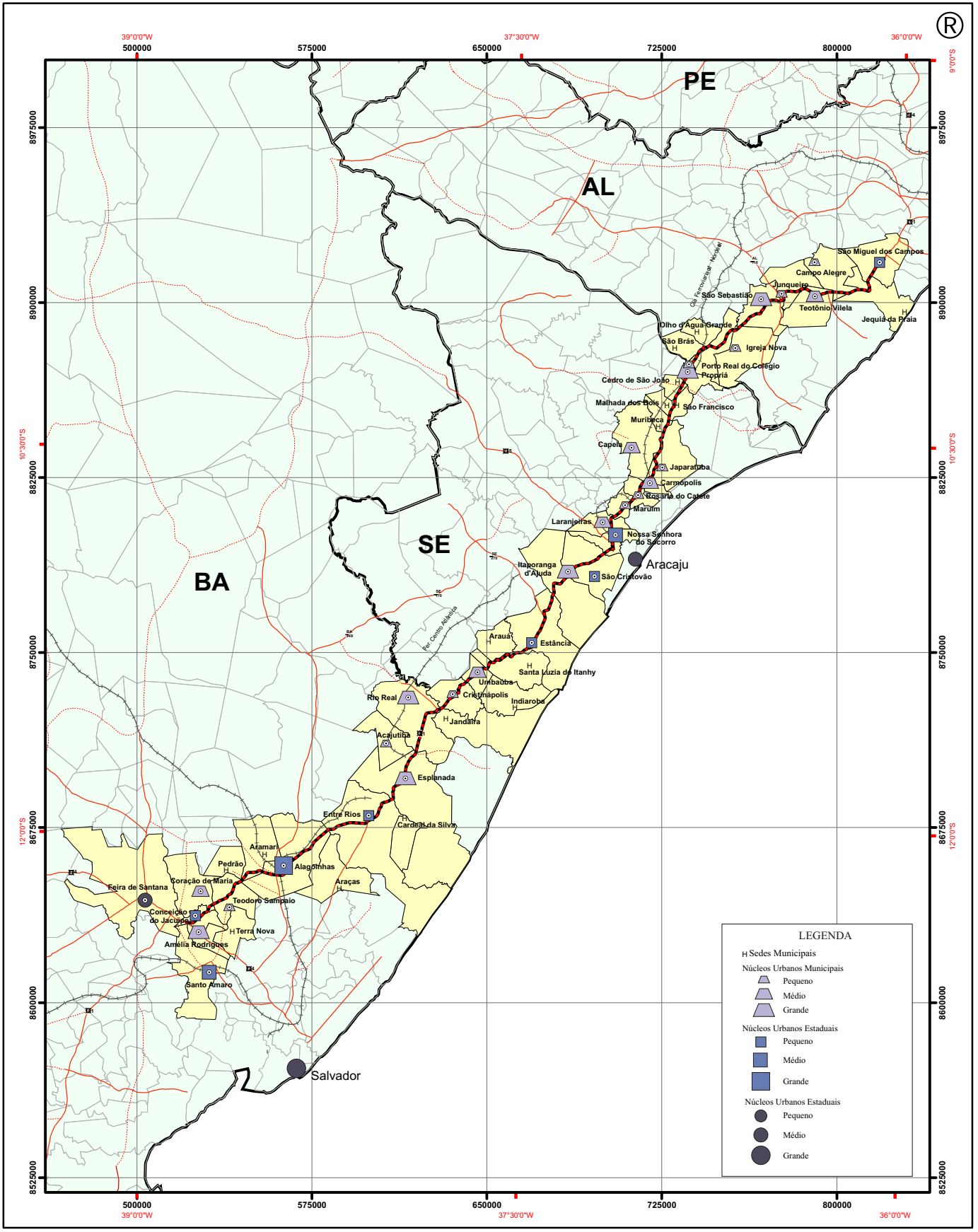
Dos núcleos urbanos estaduais da Bahia, Feira de Santana e Conceição de Jacuípe mantiveram importantes processos de urbanização na década de 1990, o que não pode ser afirmado inequivocamente para o caso de Alagoinhas, Entre Rios e Santo Amaro. Quanto aos núcleos municipais, chama à atenção o ritmo de urbanização de Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Rio Real e, especialmente, de Acajutiba; e o processo de des-urbanização de Esplanada, que pode estar relacionado à implantação de uma variante ao traçado original da BR-101 na década de 1980 (ver a frente).

TABELA 3.7 - GRAU DE URBANIZAÇÃO: DÉCADA DE 1990

MUNICÍPIOS	URBANIZAÇÃO 1991	URBANIZAÇÃO 2000	CRESC. GEOMÉTRICO ANUAL (1991-2000)
ALAGOAS			
Campo Alegre	31,4%	39,3%	2,5%
Igreja Nova	20,2%	20,7%	0,3%
Junqueiro	23,1%	29,2%	2,6%
Olho d'Água Grande	20,8%	22,2%	0,7%
Porto Real do Colégio	32,6%	32,5%	0,0%
São Braz	43,3%	46,1%	0,7%
São Miguel Campos	55,5%	68,7%	2,4%
São Sebastião	29,8%	32,3%	0,9%
Teotônio Vilela	73,6%	80,9%	1,1%
SERGIPE			
Araúá	34,2%	41,5%	2,2%
Capela	58,6%	60,7%	0,4%
Carmópolis	79,0%	81,3%	0,3%
Cedro de São João	78,5%	86,5%	1,1%
Cristinápolis	45,0%	45,2%	0,0%
Estância	82,3%	86,2%	0,5%
Indiaroba	33,8%	35,6%	0,6%
Itaporanga d'Ajuda	34,8%	35,9%	0,3%
Japarutuba	47,6%	49,5%	0,4%
Laranjeiras	84,6%	90,0%	0,7%
Malhada dos Bois	40,2%	41,5%	0,4%
Maruim	75,6%	75,5%	0,0%
Muribeca	35,5%	38,9%	1,0%
N. Senhora do Socorro	99,9%	99,7%	0,0%
Própria	87,5%	86,1%	-0,2%

MUNICÍPIOS	URBANIZAÇÃO 1991	URBANIZAÇÃO 2000	CRESC. GEOMÉTRICO ANUAL (1991-2000)
Rosário do Catete	79,0%	79,6%	0,1%
Santa Luzia do Itanhy	18,9%	18,5%	-0,2%
São Cristóvão	97,2%	97,6%	0,0%
São Francisco	78,2%	85,5%	1,0%
Umbaúba	55,5%	56,9%	0,3%
BAHIA			
Acajutiba	75,4%	85,1%	1,4%
Alagoinhas	85,1%	86,4%	0,2%
Amélia Rodrigues	72,2%	78,8%	1,0%
Araçás	42,0%	48,4%	1,6%
Aramari	50,1%	46,3%	-0,9%
Cardeal da Silva	35,5%	35,3%	-0,1%
Conceição Jacuípe	70,6%	74,3%	0,6%
Coração de Maria	25,4%	31,6%	2,5%
Entre Rios	61,0%	61,4%	0,1%
Esplanada	65,5%	64,4%	-0,2%
Feira de Santana	86,0%	89,8%	0,5%
Jandaíra	54,4%	54,9%	0,1%
Pedrão	20,7%	20,9%	0,1%
Rio Real	50,1%	60,3%	2,1%
Santo Amaro	75,5%	76,2%	0,1%
Teodoro Sampaio	67,6%	74,6%	1,1%
Terra Nova	81,7%	86,5%	0,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.



LEGENDA

- H Sedes Municipais
- Núcleos Urbanos Municipais
 - Pequeno
 - Médio
 - Grande
- Núcleos Urbanos Estaduais
 - Pequeno
 - Médio
 - Grande
- Núcleos Urbanos Estaduais
 - Pequeno
 - Médio
 - Grande

Convenções Cartográficas

	Área de Diretamente Afetada		Área de Influência
	Limite Municipal		
	Limite Estadual		
	Rodovias Pavimentadas		

Elaborado Por:	
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE HIERARQUIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS DA AI

Escala:	1:1.500.000
Figura:	3.3

3.5.3 – ZONEAMENTOS

Do ponto de vista político-administrativo, todos os municípios brasileiros estão organizados segundo Micro e Mesorregiões, como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As micro e mesorregiões de cada um dos municípios da Área de Influência estão apresentados na Tabela 3.8 abaixo.

TABELA 3.8 - MUNCÍPIOS DA AI: MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

MUNICÍPIOS	MICRORREGIÃO	MESORREGIÃO
ALAGOAS		
Campo Alegre	São Miguel dos Campos	Leste Alagoano
Igreja Nova	Penedo	Leste Alagoano
Junqueiro	São Miguel dos Campos	Leste Alagoano
Olho d'Água Grande	Traipu	Agreste Alagoano
Porto Real do Colégio	Penedo	Leste Alagoano
São Braz	Traipu	Agreste Alagoano
São Miguel Campos	São Miguel dos Campos	Leste Alagoano
São Sebastião	Arapiraca	Agreste Alagoano
Teotônio Vilela	São Miguel dos Campos	Leste Alagoano
SERGIPE		
Araúá	Boquim	Leste Sergipano
Capela	Cotinguiba	Leste Sergipano
Carmópolis	Baixo Cotinguiba	Leste Sergipano
Cedro de São João	Própria	Leste Sergipano
Cristinápolis	Boquim	Leste Sergipano
Estância	Estância	Leste Sergipano
Indiaroba	Estância	Leste Sergipano
Itaporanga d'Ajuda	Estância	Leste Sergipano
Japaratuba	Japaratuba	Leste Sergipano
Laranjeiras	Baixo Cotinguiba	Leste Sergipano
Malhada dos Bois	Nossa Senhora das Dores	Agreste Sergipano
Maruim	Baixo Cotinguiba	Leste Sergipano
Muribeca	Nossa Senhora das Dores	Agreste Sergipano
N. Senhora do Socorro	Aracaju	Leste Sergipano
Própria	Própria	Leste Sergipano
Rosário do Catete	Baixo Cotinguiba	Leste Sergipano
Santa Luzia do Itanhy	Estância	Leste Sergipano
São Cristóvão	Aracaju	Leste Sergipano
São Francisco	Japaratuba	Leste Sergipano
Umbaúba	Boquim	Leste Sergipano
BAHIA		

MUNICÍPIOS	MICRORREGIÃO	MESORREGIÃO
Acajutiba	Alagoinhas	Nordeste Baiano
Alagoinhas	Alagoinhas	Nordeste Baiano
Amélia Rodrigues	Catu	Metropolitana Salvador
Araçás	Alagoinhas	Nordeste Baiano
Aramari	Alagoinhas	Nordeste Baiano
Cardeal da Silva	Entre Rios	Nordeste Baiano
Conceição Jacuípe	Feira de Santana	Centro norte Baiano
Coração de Maria	Feira de Santana	Centro norte Baiano
Entre Rios	Entre Rios	Nordeste Baiano
Esplanada	Entre Rios	Nordeste Baiano
Feira de Santana	Feira de Santana	Centro Norte Baiano
Jandaíra	Entre Rios	Nordeste Baiano
Pedrão	Feira de Santana	Centro Norte Baiano
Rio Real	Alagoinhas	Nordeste Baiano
Santo Amaro	Santo Antônio de Jesus	Metropolitana Salvador
Teodoro Sampaio	Feira de Santana	Centro Norte Baiano
Terra Nova	Catu	Metropolitana Salvador

Fonte: IBGE, Base Cartográfica Digital.

Ao mesmo tempo, outros Zoneamentos, em nível estadual, foram estabelecidos por seus respectivos governos como instrumentos de planejamento e políticas públicas. Os municípios baianos estão organizados em 15 Regiões Econômicas definidas pelo governo estadual para efeitos de Gestão de Investimentos e de Planejamento Estratégico. Ao mesmo tempo, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR/BA) definiu sete Zonas Turísticas, identificadas através das potencialidades naturais, históricas e culturais, com o objetivo de ordenar o espaço territorial e priorizar ações necessárias ao desenvolvimento do turismo nacional e internacional. A organização dos municípios da Área de Influência nestes Zoneamentos está apresentada na Tabela 3.9 abaixo.

TABELA 3.9 - ZONEAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA DA AI

MUNICÍPIOS	REGIÃO ECONÔMICA	ZONA TURÍSTICA
Acajutiba	Litoral Norte	-
Alagoinhas	Litoral Norte	-
Amélia Rodrigues	Paraguaçu	-
Araçás	Litoral Norte	-
Aramari	Litoral Norte	-
Cardeal da Silva	Litoral Norte	-
Conceição Jacuípe	Paraguaçu	-
Coração de Maria	Paraguaçu	-
Entre Rios	Litoral Norte	Costa dos Coqueiros

MUNICÍPIOS	REGIÃO ECONÔMICA	ZONA TURÍSTICA
Esplanada	Litoral Norte	Costa dos Coqueiros
Feira de Santana	Paraguaçu	-
Jandaíra	Litoral Norte	Costa dos Coqueiros
Pedrão	Litoral Norte	-
Rio Real	Litoral Norte	-
Santo Amaro	Recôncavo Sul	Baía de Todos os Santos
Teodoro Sampaio	Paraguaçu	-
Terra Nova	Paraguaçu	-

Fonte: SEI/SEPLAN/BA, Anuário Estatístico da Bahia 2004.

3.6 – EDUCAÇÃO

3.6.1 – ESCOLARIZAÇÃO

As taxas de escolarização para o ano de 2000 evidenciam que mais de 90,0% das crianças da Área de Influência, na faixa de 7 a 14 anos (correspondendo ao ensino fundamental), freqüentavam a escola (ver Tabela 3.10). A freqüência escolar das crianças de 5 a 6 anos atingia, em média, 79,4%.

A taxa de analfabetismo era bastante elevada nos municípios alagoanos da Área de Influência (em média de 49,3%). Nos municípios de Sergipe e da Bahia, por outro lado, esta taxa era mais baixa, respectivamente de 29,2% e 21,9%, e compatíveis com os níveis nacionais. Os anos de estudo de pessoas com mais de 25 anos indicam um alto grau de analfabetismo funcional em Alagoas (cerca de 2,7 anos de estudo, abaixo dos quatro anos do ensino fundamental). Sergipe e Bahia apresentavam uma média um pouco mais elevada (4,4 e 5,2 anos, respectivamente) mas ainda assim caracterizando um alto índice de analfabetismo funcional.

TABELA 3.10 - TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO, 2000

MUNICÍPIOS	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA	
			5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
ALAGOAS				
Campo Alegre	49,4	2,4	47,7	84,4
Igreja Nova	58,3	2,2	70,0	92,3
Junqueiro	50,2	2,4	81,3	94,4
Olho d'Água Grande	59,8	1,9	74,0	89,2
Porto Real do Colégio	51,1	2,7	71,9	88,0
São Brás	50,5	2,9	84,3	93,1
São Miguel Campos	36,6	3,9	75,2	92,0
São Sebastião	58,7	2,0	53,5	89,3

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

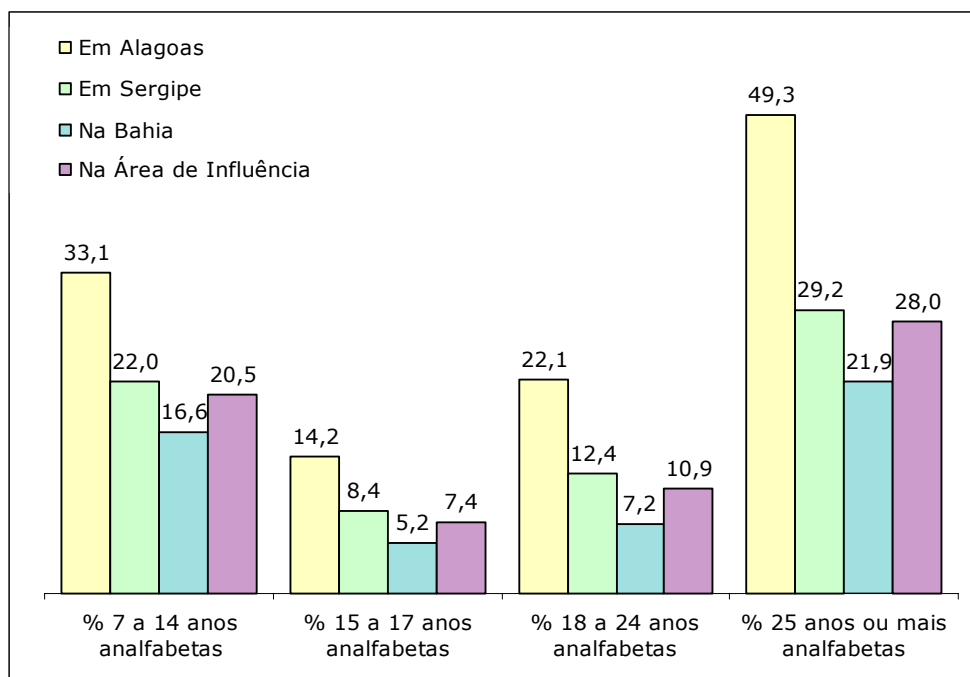
MUNICÍPIOS	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA	
			5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Teotônio Vilela	51,1	2,5	65,0	91,7
Média em Alagoas*	49,3	2,7	66,1	90,2
SERGIPE				
Araúá	42,6	3,0	82,8	95,3
Capela	45,0	3,2	90,4	95,7
Carmópolis	27,3	4,4	92,7	95,7
Cedro de São João	26,7	4,7	91,3	97,1
Cristinápolis	49,7	2,7	71,2	93,0
Estância	28,4	4,3	78,5	92,6
Indiaroba	48,7	2,7	74,8	90,5
Itaporanga d'Ajuda	41,5	3,1	62,2	92,4
Japaratuba	36,0	3,9	87,5	96,1
Laranjeiras	30,8	4,4	80,5	94,2
Malhada dos Bois	37,2	3,6	85,0	94,7
Maruim	29,4	4,1	86,6	95,0
Muribeca	40,9	3,3	76,6	96,5
N. S. do Socorro	16,3	5,5	79,2	93,1
Propriá	27,8	4,9	92,2	93,7
Rosário do Catete	27,7	4,4	94,2	96,0
Santa Luzia do Itanhy	55,9	2,0	76,7	92,5
São Cristóvão	21,5	5,2	81,4	91,7
São Francisco	40,8	3,4	93,2	94,6
Umbaúba	44,1	2,8	76,4	92,6
Média em Sergipe*	29,2	4,4	80,6	93,3
BAHIA				
Acajutiba	39,7	3,1	72,2	92,5
Alagoinhas	17,1	5,8	77,2	97,2
Amélia Rodrigues	22,4	4,7	92,6	95,6
Araçás	45,3	2,3	63,3	96,1
Aramari	40,7	3,4	74,0	93,3
Cardeal da Silva	40,8	2,6	73,5	93,3
Conceição do Jacuípe	24,7	4,6	89,9	97,3
Coração de Maria	37,9	3,1	76,1	95,5
Entre Rios	35,4	3,6	72,4	94,5
Esplanada	36,5	3,4	81,6	92,1
Feira de Santana	16,5	6,0	84,2	96,0
Jandaíra	49,1	2,5	74,2	89,7

MUNICÍPIOS	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA	
			5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Pedrão	36,0	2,9	78,0	97,1
Rio Real	37,6	2,9	76,3	92,6
Santo Amaro	22,0	5,0	87,0	96,3
Teodoro Sampaio	35,2	3,7	87,3	94,8
Terra Nova	25,2	4,0	90,6	95,8
Média na Bahia*	21,9	5,2	82,0	95,7
Média na AI*	28,0	4,6	79,4	94,2

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais;
Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

O Gráfico 3.6 apresenta, para o ano de 2000, a porcentagem da população analfabeta para diferentes faixas etárias: de 7 a 14 anos, de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e na faixa acima de 25 anos. Como é possível observar, a maior taxa de analfabetismo é encontrada na faixa de mais de 25 anos, seguida do analfabetismo na faixa de 7 a 14 anos.

GRÁFICO 3.6 - PERCENTUAL DE ANALFABETISMO POR FAIXAS ETÁRIAS, 2000



Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

3.6.2 – ESTABELECIMENTOS, DOCENTES E ALUNOS

Os municípios contam com estabelecimentos de ensino para os níveis pré-escolar, fundamental e médio, em nível municipal e estadual. Apenas em Olho D’Água Grande e São Brás (Alagoas) e Santa Luzia do Itanhy (Sergipe) não foi constatada a oferta de ensino médio. Os dados relativos ao número de estabelecimentos, professores e alunos, bem como à presença de curso profissionalizante, podem ser visualizados na Tabela 3.11.

TABELA 3.11 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS, 2000

MUNICÍPIOS	ESCOLAS			PROFESSORES			ALUNOS			CURSO PROFISSIONALIZANTE
	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	
ALAGOAS										
Campo Alegre	8	21	3	13	178	32	8	21	3	
Igreja Nova	17	57	1	18	209	11	17	57	1	
Junqueiro	5	58	1	9	323	16	5	58	1	
Olho d’Água	11	24	0	11	61	0	11	24	0	
Porto Real	33	36	1	47	135	6	33	36	1	
São Brás	9	11	0	15	62	0	9	11	0	
S. Miguel Campos	31	49	4	83	421	51	31	49	4	X
São Sebastião	4	49	2	5	266	18	4	49	2	
Teotônio Vilela	22	39	3	35	273	36	22	39	3	
Sub Total Alagoas	140	344	15	236	1 928	170	140	344	15	
SERGIPE										
Araúá	18	23	1	25	116	12	679	3 246	304	
Capela	34	45	3	83	235	40	2 143	7 517	750	
Carmópolis	6	8	1	28	93	15	747	2 481	354	
Cedro São João	6	5	1	13	69	17	309	1 046	117	
Cristinápolis	14	24	1	27	107	11	688	4 316	213	
Estância	50	68	5	142	569	69	3 154	16 388	1 525	
Indiaroba	23	26	1	45	134	11	1 027	4 299	222	
Itaporanga	7	49	1	30	180	6	794	7 650	333	
Japaratuba	17	27	1	56	185	14	1 067	4 210	560	
Laranjeiras	24	27	1	53	229	11	1 683	6 781	550	
Malhada dos Bois	6	7	1	18	33	3	280	928	117	
Maruim	12	19	1	23	152	9	585	4 282	335	
Muribeca	10	11	1	31	57	3	646	1 965	120	
N.Sen. Socorro	38	56	3	135	636	41	852	38	56	
Própria	19	22	4	84	331	71	1 531	19	22	
Rosário do Catete	5	4	2	21	93	48	385	1 702	216	

MUNICÍPIOS	ESCOLAS			PROFESSORES			ALUNOS			CURSO PROFISSIONALIZANTE
	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	PRÉ-ESCOLAR	FUNDA MENTAL	MÉDIO	
S. Luzia do Itanhy	18	23	0	24	68	0	1 055	2 910	0	
São Cristóvão	35	56	5	119	526	111	2 793	16 267	1 789	X
São Francisco	1	5	1	11	41	3	148	691	55	
Umbaúba	19	27	1	56	197	15	1 080	5 287	425	
Sub Total Sergipe	362	532	35	1 024	4 051	510	21 646	92 023	8 063	
BAHIA										
Acajutiba	4	23	2	12	172	22	275	4 587	303	
Alagoinhas	83	175	12	137	1 300	308	2 603	37 874	6 566	X
Amália Rodrigues	26	29	2	0	58	245	1 334	7 468	899	
Araçás	27	31	1	32	94	7	615	3 142	89	
Aramari	12	34	2	16	117	23	268	2 637	213	
Cardeal da Silva	2	9	1	3	83	13	39	2 767	134	
Conceição Jaúipe	15	29	1	26	224	37	632	7 610	1 171	
Cor. de Maria	5	61	3	13	326	58	225	7 816	654	
Entre Rios	11	76	2	40	337	27	771	10 273	814	
Esplanada	34	55	2	44	232	23	699	7 224	809	
Feira de Santana	270	446	37	691	4 202	844	13 979	129 916	23 559	X
Jandaíra	18	21	1	28	86	5	455	3 403	131	
Pedrão	22	28	1	27	76	14	304	2 049	167	
Rio Real	15	74	4	78	263	37	1 066	7 448	422	
Santo Amaro	48	93	4	104	606	103	2 357	19 960	2 844	
Teodoro Sampaio	13	18	1	19	83	12	303	2 703	229	
Terra Nova	13	28	1	24	134	18	576	4 316	421	
Sub Total Bahia	618	1 230	77	1 294	8 393	1 796	26 501	261 193	39 425	
Total AI	1 120	2 106	127	2 554	14 372	2 476	48 287	353 560	47 503	

Fonte: IBGE, BIM, 2000; e MEC/INEP, 2000.

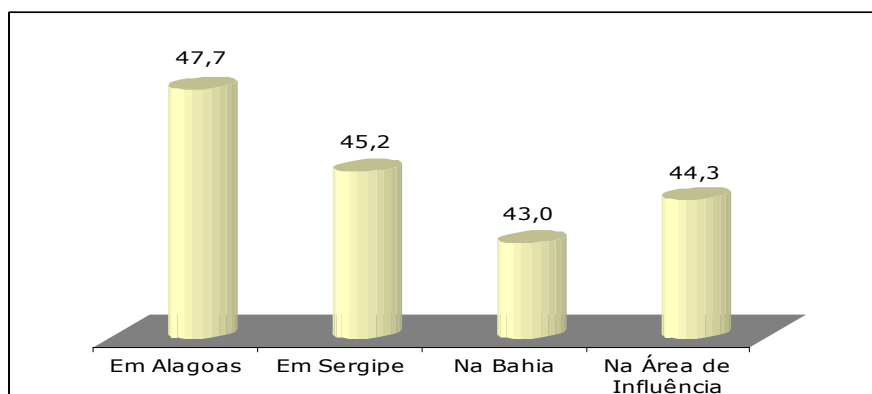
3.7 – SAÚDE

3.7.1 – INDICADORES

A mortalidade infantil é um indicador historicamente utilizado para a avaliação das condições de saúde e de vida das populações. Analisando-se os índices de mortalidade infantil (número de mortes até um ano de idade em 1000 nascimentos) nos municípios que integram a AI, observam-se melhoras significativas ao longo da década de 1990, passando de 74,8%, em 1991, para 44,3%, em 2000. Em Alagoas, o índice médio representou 47,7%, 45,2% em Sergipe e 43,0% na Bahia (ver Gráfico 3.7). Apesar desta melhora, o indicador ainda é alto se comparado à

meta de 33,0% estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano de 2000.

GRÁFICO 3.7 - ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE, 2000



Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

A *esperança de vida ao nascer* na AI, apesar de ter aumentado significativamente ao longo da década de 1990 (passando de 58,1 anos, em 1991, para 64,7 anos, em 2000 – ver Tabela 3.12) ainda é baixa quando comparada aos níveis estadual e regional, e especialmente com a média nacional de 68,6 anos.

TABELA 3.12 - ÍNDICES DE LONGEVIDADE, ESPERANÇA DE VIDA E FECUNDIDADE, 2000

MUNICÍPIOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ 60 ANOS
ALAGOAS			
Campo Alegre	64,9	2,6	70,7
Igreja Nova	66,9	3,2	74,4
Junqueiro	65,4	2,8	71,8
Olho d'Água Grande	64,4	4,6	69,9
Porto Real do Colégio	62,1	3,1	65,7
São Brás	67,1	4,2	74,7
São Miguel dos Campos	68,1	3,2	76,5
São Sebastião	62,8	3,9	67,0
Teotônio Vilela	57,5	3,7	57,3
Média em Alagoas*	64,2	3,3	69,6
SERGIPE			
Araúá	60,5	3,5	63,7
Capela	62,7	4,2	67,7
Carmópolis	65,0	2,9	71,6
Cedro de São João	68,3	2,6	77,3
Cristinápolis	60,1	4,0	63,1
Estância	63,7	2,8	69,3
Indiaroba	63,7	3,7	69,3

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

MUNICÍPIOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ 60 ANOS
Itaporanga d'Ajuda	66,0	3,1	73,3
Japaratinga	63,8	3,8	69,5
Laranjeiras	62,7	2,5	67,5
Malhada dos Bois	64,5	3,0	70,7
Maruim	64,6	2,6	70,8
Muribeca	57,1	3,6	58,0
Nossa Senhora do Socorro	66,7	2,9	74,5
Propriá	61,4	2,7	65,3
Rosário do Catete	62,6	2,7	67,5
Santa Luzia do Itanhy	58,6	4,4	60,6
São Cristóvão	66,7	2,7	74,5
São Francisco	63,8	3,8	69,5
Umbaúba	60,5	3,9	63,7
Média em Sergipe*	64,3	3,1	70,4
BAHIA			
Acajutiba	59,3	3,1	61,8
Alagoinhas	65,3	3,0	72,2
Amélia Rodrigues	64,8	2,4	71,2
Araçás	56,0	3,6	56,2
Aramari	57,6	3,0	58,8
Cardeal da Silva	60,8	5,0	64,3
Conceição do Jacuípe	65,2	2,4	72,0
Coração de Maria	63,5	3,0	69,0
Entre Rios	60,1	3,5	63,2
Esplanada	60,0	3,5	62,9
Feira de Santana	66,8	2,3	74,8
Jandaíra	62,5	5,0	67,2
Pedrão	64,9	2,3	71,5
Rio Real	58,0	3,2	59,5
Santo Amaro	63,9	2,2	69,7
Teodoro Sampaio	67,5	2,5	75,9
Terra Nova	65,1	2,4	71,7
Média na Bahia*	65,0	2,6	71,6
Total AI*	64,7	2,8	70,9

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais.
Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

3.7.2 – INFRAESTRUTURA

A Al contava, em dezembro de 2000, segundo o Ministério da Saúde, com uma rede de 55 hospitais com um total de 3072 leitos hospitalares (ver Tabela 3.13). A Bahia conta com um maior número de hospitais e leitos, respectivamente 36 e 1.980, devido à presença de Feira de Santana, um município de maior porte. Considerando a população residente naquele ano, de aproximadamente 1,6 milhões de habitantes, este volume representa aproximadamente um índice de 1,8 leitos por mil habitantes. Esta média, bem como o indicador por Estado (Alagoas: 2,1 leitos/mil habitantes; Sergipe: 1,2 leitos/mil habitantes; Bahia: 2,1 leitos/mil habitantes) está abaixo das recomendações da OMS, de 4,5 a 5,0 leitos para cada grupo de 1.000 habitantes.

Em Alagoas, cerca de 70,0% dos municípios possuem hospitais, enquanto que na Bahia este percentual é de 60,0%. Sergipe apresenta o percentual mais baixo, cerca de 55,0%.

TABELA 3.13 - INFRA-ESTRUTURA DE SAÚDE, 2000

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	POSTOS SAÚDE	LEITOS	MÉDICOS
ALAGOAS				
Campo Alegre	1	1	36	13
Igreja Nova	1	12	0	13
Jequiá da Praia	0	4	12	9
Junqueiro	1	8	60	38
Olho d'Água Grande	0	5	0	5
Porto Real do Colégio	0	9	0	12
São Brás	1	4	26	5
São Miguel dos Campos	1	14	93	70
São Sebastião	2	15	237	21
Teotônio Vilela	1	10	43	26
Sub Total Alagoas	8	82	507	212
SERGIPE				
Araúá	1	9	6	10
Capela	1	16	67	17
Carmópolis	0	4	0	16
Cedro de São João	0	2	0	3
Cristinápolis	0	8	0	14
Estância	1	19	120	93
Indiaroba	0	12	0	14
Itaporanga d'Ajuda	1	15	13	23
Japaratinga	1	8	30	23
Laranjeiras	1	10	45	29
Malhada dos Bois	0	3	0	7

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	POSTOS SAÚDE	LEITOS	MÉDICOS
Maruim	0	9	0	11
Muribeca	0	8	0	11
N Senhora do Socorro	1	7	110	40
Própria	1	16	91	34
Rosário do Catete	1	2	34	17
Santa Luzia do Itanhy	0	8	0	9
São Cristóvão	1	8	64	35
São Francisco	0	2	0	2
Umbaúba	1	3	5	11
Sub Total Sergipe	11	169	585	419
BAHIA				
Acajutiba	0	0	0	0
Alagoinhas	7	58	182	271
Amélia Rodrigues	0	2	0	12
Araçás	1	0	10	6
Aramari	0	4	0	9
Cardeal da Silva	0	1	0	5
Conceição do Jacuípe	2	6	35	43
Coração de Maria	1	5	28	17
Entre Rios	1	8	68	34
Esplanada	2	12	99	62
Feira de Santana	15	95	1 234	1205
Jandaíra	0	6	0	6
Pedrão	0	3	0	6
Rio Real	1	13	60	48
Santo Amaro	5	10	260	116
Teodoro Sampaio	1	4	4	11
Terra Nova	0	2	0	13
Sub Total Bahia	36	229	1 980	1 864
TOTAL AI	55	480	3 072	2 495

Fonte: DATASUS, 2000.

3.7.3 – PROGRAMAS E PROJETOS

Diversos Programas e Projetos públicos relacionados à área da saúde estão sendo implementados na Área de Influência, em níveis Estadual e Federal. Em nível Federal, os seguintes Programas se destacam na mesma:

- ✓ **Programa de Saúde da Família** - tem como objetivo reorganizar a prática da atenção à saúde; o Programa está sendo implementado nos

três Estados da Área de Influência através de suas Secretarias Estaduais de Saúde;

- ✓ **Programa Banco de Leite Humano** - ação conjunta realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), com o objetivo de promover uma expansão quali-quantitativa dos Bancos de Leite Humano no Brasil; a Área de Influência conta com três Bancos de Leite Humano: um em São Miguel dos Campos (AL) e dois em Feira de Santana (BA);
- ✓ **Programa Humaniza SUS** - voltado à melhoria da qualidade dos serviços dos diferentes níveis de atenção, está sendo implementado pelos Governos Estaduais de Alagoas, de Sergipe e da Bahia;
- ✓ **Programa de Alimentação e Vigilância Nutricional** - o Ministério da Saúde desenvolveu a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e criou o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), com o propósito de garantir a qualidade dos alimentos consumidos no país, de promover práticas alimentares saudáveis e de prevenir e controlar os distúrbios nutricionais; o Programa está sendo implementado nos três Estados dos quais a Área de Influência faz parte;
- ✓ **Programa De Volta Para Casa** - programa de reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais, egressas de longas internações; o Programa vem sendo implementado pelas Secretarias de Saúde Estaduais no âmbito de seus Programas de Saúde Mental;
- ✓ **Programa de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco de Câncer** - coordenado pelo INCA, tem como objetivo reduzir a prevalência de fumantes e a conseqüente morbimortalidade por doenças tabaco relacionadas; e
- ✓ **Projeto Reforsus** - projeto de investimento, integrando seu Plano de Metas e o Programa Avança Brasil (governo Fernando Henrique Cardoso), instituído em fins de 1996, por meio de um acordo de empréstimo celebrado entre o governo brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) para a recuperação da rede física de saúde do País.

Além destes, os Governos Estaduais desenvolvem Programas e Projetos específicos através de suas Secretarias de Saúde, como apresentado abaixo.

- **Programas e Projetos da Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas (SESAU/AL):**
 - ✓ Plano Diretor de Regionalização das ações de Saúde do Estado de Alagoas; e
 - ✓ Programa de Saúde do Trabalhador.
- **Programas e Projetos da Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe (SES/SE):**
 - ✓ Projeto Gestante de Alto Risco;
 - ✓ Programa Saúde da Criança;

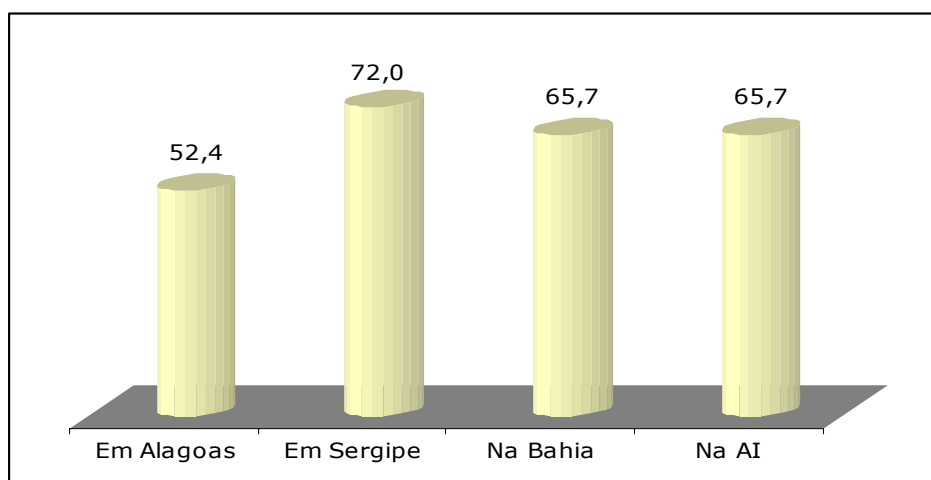
- ✓ Programa Saúde do Adolescente e do Jovem;
 - ✓ Programa Saúde da Mulher;
 - ✓ Programa de Proteção às Gestantes;
 - ✓ Programa Saúde do Idoso;
 - ✓ Programa Saúde Bucal;
 - ✓ Programa DST/AIDS;
 - ✓ Programa de Prevenção e Controle de doenças e agravos não transmissíveis;
 - ✓ Programa de Controle da Hipertensão e do Diabetes;
 - ✓ Programa de Prevenção e Controle do Câncer; e
 - ✓ Programa de Imunização.
- **Programas e Projetos da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB/BA):**
- ✓ Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher;
 - ✓ Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança;
 - ✓ Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador;
 - ✓ Programa de Controle de Doenças e Agravos à Saúde;
 - ✓ Programa Diabetes Mellitus;
 - ✓ Programa Hipertensão Arterial;
 - ✓ Programa Humanização do Pré-Natal e Nascimento;
 - ✓ Programa de Prevenção do Abuso de Substâncias Psicoativas;
 - ✓ Programa de Prevenção e Assistência ao Deficiente;
 - ✓ Programa de Controle de Fatores de Riscos à Saúde;
 - ✓ Programa de Controle de Infecção Hospitalar;
 - ✓ Programa do Idoso;
 - ✓ Programa de Redução da Mortalidade na Infância;
 - ✓ Projeto de Reorganização do Sistema de Saúde do Estado da Bahia;
 - ✓ Programa de Saúde do Adolescente;
 - ✓ Programa de Saúde Bucal; e
 - ✓ Programa de Saúde Mental.

3.8 – INFRAESTRUTURA REGIONAL

3.8.1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No que se refere ao abastecimento de água, do total dos moradores residentes em domicílios particulares permanentes da AI, apenas 52,4% residiam em domicílios cujo abastecimento era canalizado. O Gráfico 3.8 permite avaliar esse resultado para o conjunto dos municípios dos Estados que integram a AI.

GRÁFICO 3.8 - PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADO, 2000



Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Em termos municipais, chama à atenção a precariedade relativa do sistema de abastecimento de água em São Sebastião (AL); Indiaroba (SE); e Araças, Cardeal da Silva, Coração de Maria, Esplanada, Jandaíra e Pedrão (BA), que não atingem 40,0% dos moradores em domicílios particulares com acesso ao abastecimento canalizado (ver Tabela 3.14).

TABELA 3.14 - PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA CANALIZADO, 2000

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA
ALAGOAS	
Campo Alegre	54,9
Igreja Nova	41,6
Junqueiro	44,9
Olho d'Água Grande	25,8
Porto Real do Colégio	51,8
São Brás	65,3
São Miguel dos Campos	75,6
São Sebastião	23,7
Teotônio Vilela	52,7

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA
Média em Alagoas*	52,4
SERGIPE	
Araúá	54,2
Capela	61,0
Carmópolis	82,4
Cedro de São João	85,0
Cristinápolis	44,5
Estância	80,0
Indiaroba	37,9
Itaporanga d'Ajuda	47,4
Japaratuba	61,3
Laranjeiras	62,7
Malhada dos Bois	69,5
Maruim	57,8
Muribeca	60,3
Nossa Senhora do Socorro	89,3
Propriá	83,8
Rosário do Catete	80,4
Santa Luzia do Itanhý	24,3
São Cristóvão	80,1
São Francisco	79,9
Umbaúba	44,2
Média em Sergipe*	72,0
BAHIA	
Acajutiba	50,2
Alagoinhas	77,9
Amélia Rodrigues	46,3
Araçás	35,1
Aramari	51,5
Cardeal da Silva	38,8
Conceição do Jacuípe	44,2
Coração de Maria	30,2
Entre Rios	50,4
Esplanada	36,8
Feira de Santana	75,3
Jandaíra	27,8
Pedrão	21,9
Rio Real	42,0

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA
Santo Amaro	59,5
Teodoro Sampaio	56,6
Terra Nova	57,9
Média na Bahia*	65,7
Média na AI*	65,7

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais.
 Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

3.8.2 – ENERGIA ELÉTRICA

Os municípios da Área de Influência do Estado de Sergipe são atendidos por duas empresas distribuidoras de energia elétrica, a Energipe e a Sulgipe, supridas pelo Sistema da Chesf, através das Usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso (BA) e Xingó (SE). O Estado possui ainda três (03) usinas termoelétricas a diesel, instaladas nos municípios de Lagarto, Neópolis e Nossa Senhora do Socorro (o último fazendo parte da Área de Influência). Os municípios do Estado de Alagoas são atendidos pela Companhia Energética de Alagoas, que é suprida pelo Sistema da Chesf, através de suas seis UHEs localizadas nos trechos médio e inferior do Rio São Francisco. O Estado dispõe ainda de 14 UTEs. O suprimento dos consumidores da Área de Influência dos municípios alagoanos dá-se por meio de sub-estações que fazem parte dos diferentes Sub-Sistemas de Energia do Estado (ver Tabela 3.15).

TABELA 3.15 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ALAGOAS

MUNICÍPIO	SUBESTAÇÃO	SUB-SISTEMA
Campo Alegre	Junqueiro	Rio Largo
Igreja Nova	Marituba	Penedo
Jequiá da Praia	-	-
Junqueiro	Junqueiro	Rio Largo
Olho d'Água Grande	São Brás	ITABAIANA/PROPRIÁ (ENERGIPE)
Porto Real do Colégio	São Brás	ITABAIANA/PROPRIÁ (ENERGIPE)
São Brás	São Brás	ITABAIANA/PROPRIÁ (ENERGIPE)
São Miguel Campos	São Miguel dos Campos	Rio Largo
São Sebastião	Junqueiro	Rio Largo
Teotônio Vilela	Junqueiro	Rio Largo

Fonte: CEAL, www.ceal.com.br, 2005.

Finalmente, os municípios da Área de Influência na Bahia são também supridos pelo Sistema da Chesf, especialmente pelas 10 (dez) UHEs da Bacia do São Francisco, 03 (três) UHEs da Bacia do Rio das Contas e 01 (uma) UHE da Bacia do Rio

Jequitinhonha; e ainda por um complexo de 15 (quinze) UTEs. Nenhuma destas, porém, encontra-se na Área de Influência. A distribuição é feita pela concessionária do Estado, a Coelba.

No que se refere ao consumo, os moradores de domicílios atendidos pelo serviço representam, em média, 93,10%, embora de forma diferenciada se tomarmos os valores pelos Estados. Em Alagoas e Sergipe, esse percentual atinge, respectivamente, 93,1% e 95,4% dos moradores. Na Bahia, o percentual é mais baixo, ou seja, 91,9%. As porcentagens de moradores com acesso à geladeira e à televisão encontram seus maiores valores também em Sergipe (ver Tabela 3.16).

TABELA 3.16 - PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM ENERGIA ELÉTRICA E BENS DE CONSUMO (TV E GELADEIRA), 2000

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GELADEIRA	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA E TV
ALAGOAS			
Campo Alegre	95,0	60,2	79,8
Igreja Nova	90,3	45,8	68,1
Junqueiro	94,2	56,2	75,2
Olho d'Água Grande	78,3	36,4	53,9
Porto Real do Colégio	92,1	47,6	73,6
São Brás	91,0	48,8	70,2
São Miguel dos Campos	95,7	76,2	85,1
São Sebastião	89,6	44,9	73,0
Teotônio Vilela	93,7	56,3	71,4
Média em Alagoas*	93,1	57,7	75,9
SERGIPE			
Araúá	88,6	53,0	73,3
Capela	91,4	56,1	77,8
Carmópolis	97,5	78,8	86,8
Cedro de São João	96,0	78,2	84,6
Cristinápolis	82,3	39,7	65,1
Estância	94,3	68,6	84,1
Indiaroba	83,1	42,8	60,1
Itaporanga d'Ajuda	93,4	66,0	77,7
Japaratinga	90,6	68,7	78,4
Laranjeiras	98,4	81,5	87,8
Malhada dos Bois	94,1	63,2	77,8
Maruim	98,5	74,4	87,2
Muribeca	94,8	57,7	77,8

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GELADEIRA	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA E TV
Nossa Senhora do Socorro	99,4	87,4	92,7
Propriá	98,6	78,3	89,1
Rosário do Catete	97,9	76,2	87,0
Santa Luzia do Itanhy	85,7	37,8	57,7
São Cristóvão	97,1	82,4	88,9
São Francisco	95,4	67,9	80,8
Umbaúba	94,5	58,2	79,5
Média em Sergipe*	95,4	73,1	84,4
BAHIA			
Acajutiba	90,7	31,7	80,4
Alagoinhas	92,6	60,9	86,2
Amélia Rodrigues	94,4	55,4	85,6
Araçás	70,7	17,2	54,3
Aramari	73,2	27,5	59,8
Cardeal da Silva	76,0	19,8	58,0
Conceição do Jacuípe	96,8	57,3	87,4
Coração de Maria	85,1	21,9	71,2
Entre Rios	83,0	33,6	67,0
Esplanada	84,7	36,6	70,1
Feira de Santana	96,5	65,3	88,9
Jandaíra	67,1	16,0	49,4
Pedrão	73,1	21,5	56,2
Rio Real	62,3	24,3	54,1
Santo Amaro	95,8	56,8	86,8
Teodoro Sampaio	82,6	33,5	69,1
Terra Nova	93,1	45,4	79,5
Média na Bahia*	91,9	55,6	83,0
Média na AI*	93,1	61,1	82,4

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais.
Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

3.8.3 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema de esgotamento sanitário é precário, atingindo mais de 50,0% dos domicílios apenas em São Miguel dos Campos (AL) e Própria (SE). O sistema de fossa séptica só é expressivo em Rosário do Catete (SE), onde atende 83,1% dos domicílios. A predominância é o lançamento de efluentes em outros escoadouros ou mesmo a inexistência de banheiro ou sanitário (ver Tabela 3.17).

TABELA 3.17 - TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS DOMICÍLIOS, 2000

MUNICÍPIOS	REDE GERAL ESGOTO PLUVIAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRO ESCOADOURO	SEM BANHEIRO	TOTAL
ALAGOAS					
Campo Alegre	3,1	8,4	79,7	8,9	100,0
Igreja Nova	0,5	5,6	53,2	40,7	100,0
Junqueiro	0,0	1,4	76,1	22,5	100,0
Olho D'Água Grande	0,0	0,5	45,3	54,2	100,0
Porto Real do Colégio	9,8	1,3	58,3	30,6	100,0
São Brás	0,7	0,4	65,6	33,3	100,0
São Miguel dos Campos	51,5	4,8	25,4	18,4	100,0
São Sebastião	0,3	10,7	66,4	22,6	100,0
Teotônio Vilela	4,5	0,3	80,0	15,2	100,0
Média em Alagoas*	13,5	4,7	60,5	21,3	100,0
SERGIPE					
Araúá	0,6	1,5	81,5	16,4	100,0
Capela	1,2	0,4	81,7	16,8	100,0
Carmópolis	25,2	24,2	44,7	5,8	100,0
Cedro de São João	16,8	17,2	62,1	3,9	100,0
Cristinápolis	3,3	0,7	67,4	28,6	100,0
Estância	4,8	4,8	81,7	8,7	100,0
Indiaroba	0,2	1,0	71,1	27,7	100,0
Itaporanga d'Ajuda	16,4	10,5	43,5	29,6	100,0
Japarutuba	0,6	1,7	77,9	19,8	100,0
Laranjeiras	14,0	26,9	47,5	11,7	100,0
Malhada dos Bois	0,0	0,6	83,6	15,9	100,0
Maruim	42,2	5,3	38,9	13,7	100,0
Muribeca	0,7	1,0	75,3	23,0	100,0
N. Senhora do Socorro	47,2	22,6	25,5	4,7	100,0
Própria	66,3	7,9	21,6	4,2	100,0
Rosário do Catete	7,0	83,1	7,8	2,2	100,0
Santa Luzia do Itanhy	0,5	0,6	48,1	50,8	100,0
São Cristóvão	21,9	23,4	45,5	9,2	100,0
São Francisco	2,5	0,0	92,7	4,8	100,0
Umbaúba	0,7	0,3	90,0	9,0	100,0
Média em Sergipe*	23,6	14,1	50,2	12,1	100,0
BAHIA					
Acajutiba	1,0	7,8	74,2	17,0	100,0
Alagoinhas	32,9	17,2	38,4	11,5	100,0
Amélia Rodrigues	2,0	52,0	26,4	19,6	100,0

MUNICÍPIOS	REDE GERAL ESGOTO PLUVIAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRO ESCOADOURO	SEM BANHEIRO	TOTAL
Araçás	0,2	0,3	65,8	33,7	100,0
Aramari	4,3	1,8	46,8	47,2	100,0
Cardeal da Silva	1,4	34,1	23,9	40,6	100,0
Conceição do Jacuípe	0,9	0,9	90,4	7,8	100,0
Coração de Maria	0,2	0,2	61,1	38,5	100,0
Entre Rios	0,4	1,1	76,6	21,9	100,0
Esplanada	0,6	0,7	79,0	19,7	100,0
Feira de Santana	35,6	13,0	42,9	8,5	100,0
Jandaíra	0,5	1,5	45,4	52,7	100,0
Pedrão	1,7	1,2	60,4	36,7	100,0
Rio Real	2,3	0,3	70,2	27,2	100,0
Santo Amaro	41,6	9,2	29,2	20,1	100,0
Teodoro Sampaio	9,3	19,0	49,7	22,0	100,0
Terra Nova	41,6	0,1	27,1	31,2	100,0
Média na Bahia*	26,8	11,9	46,8	14,5	100,0
Média na AI*	23,9	11,5	49,8	14,7	100,0

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais.
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

3.8.4 – DESTINO DO LIXO

Para avaliar o destino do lixo nos municípios da AI, foi escolhido indicador referente à porcentagem de domicílios servidos por sistema de coleta. 92,4%, 81,2% e 82,6% dos moradores de domicílios particulares permanentes em Alagoas, Sergipe e Bahia, respectivamente, residiam em domicílios com este serviço, como se pode constatar na Tabela 3.18.

TABELA 3.18 - PORCENTAGEM DE MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS COM COLETA DE LIXO, 2000

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS URBANOS COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
ALAGOAS	
Campo Alegre	94,3
Igreja Nova	90,8
Junqueiro	89,4
Olho d'Água Grande	58,8
Porto Real do Colégio	95,0
São Brás	79,2
São Miguel dos Campos	95,9
São Sebastião	96,8
Teotônio Vilela	90,5
Média em Alagoas*	92,4

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS URBANOS COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
SERGIPE	
Araúá	78,1
Capela	62,4
Carmópolis	89,0
Cedro de São João	93,3
Cristinápolis	69,8
Estância	85,5
Indiaroba	93,8
Itaporanga d'Ajuda	96,1
Japaratuba	96,1
Laranjeiras	72,7
Malhada dos Bois	93,4
Maruim	93,0
Muribeca	91,0
Nossa Senhora do Socorro	78,7
Propriá	90,7
Rosário do Catete	91,5
Santa Luzia do Itanhy	82,7
São Cristóvão	67,9
São Francisco	94,8
Umbaúba	94,0
Média em Sergipe*	81,2
BAHIA	
Acajutiba	30,8
Alagoinhas	85,2
Amélia Rodrigues	48,8
Araçás	80,0
Aramari	37,6
Cardeal da Silva	89,9
Conceição do Jacuípe	89,5
Coração de Maria	89,4
Entre Rios	74,7
Esplanada	65,8
Feira de Santana	88,5
Jandaíra	41,4
Pedrão	81,3
Rio Real	55,2
Santo Amaro	95,3

MUNICÍPIO	% PESSOAS EM DOMICÍLIOS URBANOS COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
Teodoro Sampaio	68,9
Terra Nova	77,8
Média na Bahia	82,6
Média na AI	83,6

*Calculado como média ponderada pelas populações municipais.
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

3.8.5 – SISTEMA DE TRANSPORTES

A maioria do transporte coletivo das populações da AI, intra e intermunicipal, é feito por ônibus e micro-ônibus, sendo complementado pelos serviços de vans particulares e de moto-táxi.

Observando a frota de transportes dos municípios da AI (Tabela 3.19), nota-se que as maiores frotas são as de automóveis e de motocicletas ou motonetas. Em alguns municípios, porém, a frota de motocicletas chega a ultrapassar a de automóveis (notadamente, Aruá, Própria e Umbaúba, em Sergipe, e Acajutiba e Rio Real, na Bahia) indicando, portanto, piores condições relativas de transportes. Em alguns municípios a frota de ônibus e micro-ônibus é bastante reduzida. Observando o indicador do número de ônibus e micro-ônibus por mil habitantes, nota-se que em vários municípios este não atingiu o valor unitário.

TABELA 3.19 - FROTA DE VEÍCULOS, 2004

MUNICÍPIO	AUTOMÓVEL	CAMINHÃO E CAMINHONETE	MOTOCILETAS E MOTONETAS	ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS	Nº DE ÔNIBUS OU MICRO-ÔNIBUS POR MIL HABITANTES
ALAGOAS*					
Campo Alegre	-	-	-	-	
Igreja Nova	-	-	-	-	
Junqueiro	-	-	-	-	
Olho d'Água Grande	-	-	-	-	
Porto Real do Colégio	-	-	-	-	
São Brás	-	-	-	-	
São Miguel dos Campos	2.906	1.083	1.507	407	7,9
São Sebastião	-	-	-	-	
Teotônio Vilela	-	-	-	-	
SERGIPE					
Aruá	204	54	261	21	2,2
Capela	583	70	399	38	1,4
Carmópolis	468	82	86	25	2,7
Cedro de São João	207	29	121	7	1,3
Cristinápolis	262	62	299	36	2,5
Estância	2.709	443	2.209	149	2,5

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III
BR-101 AL/SE/BA

MUNICÍPIO	AUTOMÓVEL	CAMINHÃO E CAMINHONETE	MOTOCILETAS E MOTONETAS	ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS	Nº DE ÔNIBUS OU MICRO-ÔNIBUS POR MIL HABITANTES
Indiaroba	191	27	97	15	1,1
Itaporanga d'Ajuda	676	142	335	30	1,2
Japaratinga	526	54	94	31	2,1
Laranjeiras	985	128	283	35	1,5
Malhada dos Bois	61	17	41	3	0,9
Maruim	604	56	81	25	1,6
Muribeca	147	19	73	20	2,8
N. Senhora do Socorro	5.839	611	1.634	105	0,8
Propriá	1.186	263	1.347	65	2,4
Rosário do Catete	326	45	43	33	4,6
Santa Luzia do Itanhy	122	13	57	9	0,6
São Cristóvão	3.182	276	1.068	79	1,2
São Francisco	95	15	47	18	7,1
Umbaúba	584	219	740	56	2,9
Sub Total Sergipe	18.957	2.625	9.315	800	1,6
BAHIA					
Acajutiba	228	36	260	10	0,7
Alagoinhas	8.724	1.287	3.746	349	2,7
Amélia Rodrigues	665	151	279	40	1,7
Araçás	169	39	67	30	2,7
Aramari	146	17	52	3	0,3
Cardeal da Silva	50	15	23	7	0,9
Conceição do Jacuípe	739	193	623	81	3,1
Coração de Maria	336	108	266	45	1,9
Entre Rios	638	194	450	50	1,3
Esplanada	603	127	328	41	1,5
Feira de Santana	43.649	9.028	18.490	1.253	2,6
Jandaíra	55	18	51	2	0,2
Pedrao	63	12	35	6	0,9
Rio Real	534	143	1.128	31	0,9
Santo Amaro	1.338	235	854	303	5,2
Teodoro Sampaio	101	22	33	10	1,1
Terra Nova	149	6	23	10	0,8
Sub Total Bahia	58.187	11.631	26.708	2.271	2,5
Total AI	80.050	15.339	37.530	3.478	2,4

* Dados disponíveis apenas para o município de São Miguel dos Campos.

Fonte: DENATRAN, 2005.

A cidade de Feira de Santana é o eixo polarizador do sistema rodoviário do estado da Bahia, que tem como vias principais, além da BR-101, a BR-242, que liga a cidade de Salvador ao oeste do Estado e a Brasília, e a BR-116, que liga o Estado de Pernambuco ao Sudoeste Baiano, em direção a Minas Gerais.

3.8.6 – COMUNICAÇÕES

A infra-estrutura de comunicação na Área de Influência é bastante precária, como pode ser observado na Tabela 3.20. Apenas três municípios dispunham, no ano de 2001, de Geradora de TV e seis de Provedor de Internet.

TABELA 3.20 - EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, 2001

MUNICÍPIO	ESTAÇÃO DE RÁDIO AM	ESTAÇÃO DE RÁDIO FM	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET
ALAGOAS				
Campo Alegre		X		
Igreja Nova				
Jequiá da Praia				
Junqueiro				
Olho d'Água Grande				
Porto Real do Colégio				
São Brás		X		
São Miguel Campos		X		X
São Sebastião				
Teotônio Vilela		X	X	X
Nº de Municípios servidos – Alagoas	00	04	01	02
SERGIPE				
Araúá				
Capela				
Carmópolis				
Cedro de São João				
Cristinápolis				
Estância	X	X		X
Indiaroba				
Itaporanga d'Ajuda		X		
Japaratuba		X		
Laranjeiras				
Malhada dos Bois				
Maruim				
Muribeca				
N. Senhora do Socorro				
Propriá		X		X
Rosário do Catete				
Santa Luzia do Itahy				
São Cristóvão				
São Francisco				
Umbaúba				
Nº de Municípios servidos – Sergipe	01	04	00	02
BAHIA				
Acajutiba				
Alagoinhas	X	X		X

MUNICÍPIO	ESTAÇÃO DE RÁDIO AM	ESTAÇÃO DE RÁDIO FM	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET
Amélia Rodrigues				
Araçás				
Aramari		X		
Cardeal da Silva				
Conceição Jacuípe				
Coração de Maria				
Entre Rios		X		
Esplanada				
Feira de Santana	X	X	X	X
Jandaíra				
Pedrão				
Rio Real			X	
Santo Amaro	X			
Teodoro Sampaio				
Terra Nova				
Nº de Municípios servidos – Bahia	03	04	02	02
Nº de Municípios servidos – Al	04	12	03	06

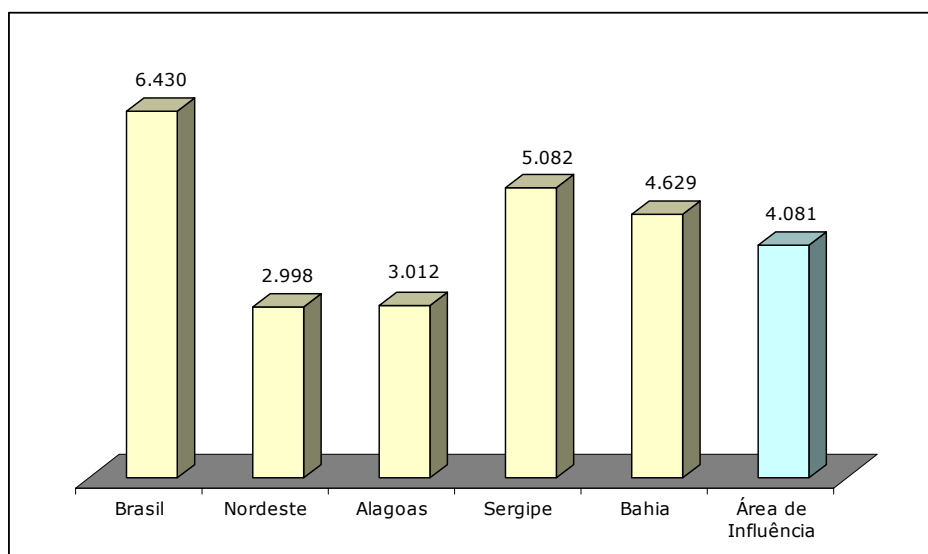
Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001.

3.9 – ESTRUTURA PRODUTIVA

A Área de Influência, em termos produtivos, coloca-se em um patamar relativamente satisfatório no quadro regional e estadual, o que pode ser avaliado pela comparação de seu Produto Interno Bruto *per capita* (Gráfico 3.9). Embora, em 2000, este tenha sido inferior aos valores dos Estados de Sergipe e Alagoas, foi bastante superior aos da Região Nordeste e do Estado de Alagoas.

A porção alagoana da Área de Influência foi responsável, em 2002, pela geração de 8,6% do total do PIB da Área de Influência; a porção sergipana, por 37,8%; e a porção baiana, por 53,6% (ver Tabela 3.21). Considerando que as áreas respondiam, no mesmo ano, por, respectivamente, 14,3%, 29,9% e 55,9% do total de população da Área de Influência, a porção sergipana da AI é relativamente mais produtiva que a das demais.

GRÁFICO 3.9 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, 2002



Fonte: IBGE, PIB dos Municípios, 2002.

TABELA 3.21 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO, 2002

ESTADOS/ AI	PIB (EM MIL R\$)	PIB PER CAPITA (R\$)	% DO PIB ESTADUAL	% DO PIB DA AI
Alagoas	8.767.282	3.012	100,0	-
AI em Alagoas	579.620	2.482	6,6	8,6
Sergipe	9.496.187	5.082	100,0	-
AI em Sergipe	2.543.728	5.157	26,8	37,8
Bahia	62.102.753	4.629	100,0	-
AI na Bahia	3.610.270	3.911	5,8	53,6
AREA DE INFLUÊNCIA	673.3618	4.081	-	100,0

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios, 2002.

Feira de Santana e Alagoinhas, na Bahia, são os municípios com o maior PIB da AI, embora Carmópolis e Rosário do Catete, em Sergipe, sejam os de maiores PIB per capita. Em Sergipe destacam-se ainda os municípios de Estância, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras. Em Alagoas, apenas o de São Miguel dos Campos destaca-se em termos produtivos (ver Tabela 3.22).

TABELA 3.22 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL A PREÇOS DE MERCADO, 2002

MUNICÍPIO	PIB		PIB per capita	
	Valor em R\$ mil	Posição na AI	Valor em R\$	Posição na AI
Feira de Santana	1.960.709	1	3.903	12
Alagoinhas	586.850	2	4.383	11
Estância	541.314	3	8.951	5
Nossa Senhora do Socorro	439.411	4	2.928	19
Laranjeiras	353.908	5	14.222	3

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

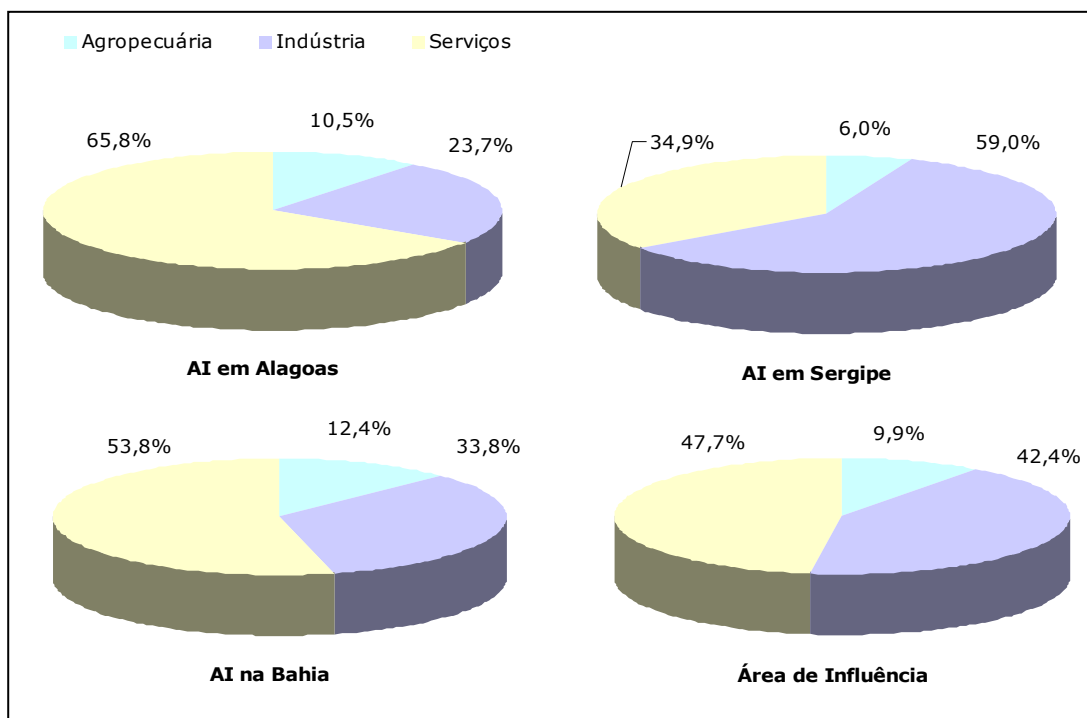
MUNICÍPIO	PIB		PIB per capita	
	Valor em R\$ mil	Posição na AI	Valor em R\$	Posição na AI
São Miguel dos Campos	225.070	6	5.220	8
Esplanada	198.558	7	6.995	6
Itaporanga d'Ajuda	178.026	8	6.603	7
Santo Amaro	169.821	9	2.848	20
Carmópolis	165.048	10	16.359	2
Japaratinga	159.377	11	12.624	4
Rosário do Catete	157.976	12	21.002	1
São Cristóvão	156.060	13	2.244	28
Entre Rios	129.986	14	3.224	18
Rio Real	119.023	15	3.417	16
Conceição do Jacuípe	103.096	16	3.799	13
Própria	76.428	17	2.725	22
Maruim	71.249	18	4.545	9
Amélia Rodrigues	65.194	19	2.658	23
São Sebastião	64.388	20	2.118	32
Teotônio Vilela	63.120	21	1.620	42
Igreja Nova	60.840	22	2.777	21
Campo Alegre	57.533	23	1.362	46
Acajutiba	54.672	24	3.711	14
Capela	53.027	25	1.970	38
Araçás	51.091	26	4.397	10
Porto Real do Colégio	41.072	27	2.210	31
Coração de Maria	38.735	28	1.590	44
Junqueiro	38.668	29	1.592	43
Umbaúba	38.253	30	1.879	39
Jandaíra	36.533	31	3.465	15
Cristinápolis	30.835	32	2.025	36
Cardeal da Silva	28.185	33	3.315	17
Santa Luzia do Itanhhy	28.143	34	2.059	33
Indiaroba	27.571	35	2.028	35
Araúá	24.983	36	2.233	29
Terra Nova	24.138	37	1.849	40
Teodoro Sampaio	17.316	38	1.995	37
São Brás	16.091	39	2.431	27
Muribeca	14.852	40	2.057	34
Aramari	14.240	41	1.465	45
Olho d'Água Grande	12.838	42	2.582	25
Pedrão	12.123	43	1.796	41
Cedro de São João	12.084	44	2.217	30

MUNICÍPIO	PIB		PIB per capita	
	Valor em R\$ mil	Posição na AI	Valor em R\$	Posição na AI
Malhada dos Bois	8.317	45	2.448	26
São Francisco	6.866	46	2.619	24

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios, 2002.

Em termos setoriais, como se pode observar no Gráfico 3.10, a porção sergipana é a mais industrializada da Área de Influência, na medida em que o setor industrial é responsável, naquela, pela produção de 59,0% do Valor Agregado total. A predominância na Área de Influência considerada em conjunto é do setor serviços, responsável pela produção de 47,7% do Valor Agregado, seguido pelo setor industrial (42,4%).

GRÁFICO 3.10 - VALOR AGREGADO POR SETORES, 2002



Fonte: IBGE, PIB dos Municípios, 2002.

As principais atividades econômicas geradoras de renda e produção na Área de Influência são:

- ✓ As atividades relacionadas à cadeia produtiva do açúcar e do álcool, como grandes plantações de cana-de-açúcar, destilarias e usinas de refinamento;
- ✓ As atividades relacionadas à agroindústria do suco de laranja, como grandes plantações do fruto e a produção industrial;
- ✓ As atividades relacionadas à pecuária, com a presença de importantes rebanhos, especialmente bovinos, leiteiros ou de corte;

- ✓ As atividades relacionadas à cadeia produtiva de papel e celulose, com extensas plantações de eucalipto e fábricas;
- ✓ As atividades relacionadas à agroindústria do coco, com grandes plantações e fábricas de produtos derivados; e
- ✓ As atividades relacionadas à cadeia do petróleo e do gás natural, dirigida pela Petrobrás, contando especialmente com a extração dos mesmos.

Na porção norte da Área de Influência, especialmente nos municípios alagoanos e do Norte do Estado de Sergipe, predominam as atividades envolvidas na cadeia do açúcar e do álcool; enquanto nos municípios do Sul de Sergipe e da Bahia, aquelas relacionadas à agroindústria da laranja e à cadeia de papel e celulose. A extração do petróleo concentra-se especialmente em Sergipe, notadamente no município de Carmópolis e em seu entorno. Ao mesmo tempo, praticamente a totalidade da Área de Influência envolve-se na pecuária e na agroindústria do coco.

O setor primário é diferenciado para os municípios que compõe a AI. Em Alagoas, predominam as culturas temporárias, em especial o cultivo da cana-de-açúcar, secundada pelas culturas de subsistência do milho, mandioca, arroz e feijão (Tabela 3.23). Dentre os produtos oriundos da lavoura permanente, destacam-se a fruticultura de banana, coco e laranja.

TABELA 3.23 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA EM ALAGOAS, 2002

MUNICÍPIOS	ARROZ		CANA		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha
Campo Alegre	0	0	943.640	15.350	39	100	180	20	34	85
Igreja Nova	8.242	2.013	228.036	3.678	160	495	6.930	630	208	495
Junqueiro	0	0	883.290	14.800	360	1.030	720	80	128	320
Olho d'Água Grande	9	6	0	0	136	336	2.160	240	156	390
Porto Real Colégio	8.910	2.100	13.929	130	106	232	5.900	590	91	175
São Brás	34	20	0	0	83	206	850	90	144	240
S. Miguel Campos	0	0	2.482.910	41.063	330	965	822	93	148	370
São Sebastião	112	70	342.240	5.520	540	800	24.035	1.265	434	620
Teotônio Vilela	0	0	551.300	8.900	150	430	594	66	34	85
Al em Alagoas	17.307	4.209	5.445.345	89.441	1.904	4.594	42.191	3.074	1.377	2.780

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2002.

Em Sergipe, a cana de açúcar é expressiva em metade dos municípios da AI. Para o conjunto dos municípios são significativos os cultivos de feijão, milho, mandioca e abacaxi (ver Tabela 3.24). Dentre os produtos oriundos da lavoura permanente, destacam-se a fruticultura de banana, coco, laranja, limão e maracujá.

TABELA 3.24 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA EM SERGIPE, 2002

MUNICÍPIOS	ABACAXI		CANA		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	TON	HA	TON	HA	TON	HA	TON	HA	TON	HÁ
Araúá	259	12	0	0	49	112	3.650	275	84	135
Capela	100	5	102.000	1.700	136	325	8.840	680	1.080	900
Carmópolis	0	0	0	0	1	5	467	55	49	80
Cedro S. João	105	5	0	0	32	66	650	50	56	70
Cristinápolis	43	2	0	0	76	174	4.525	340	148	237
Estância	168	8	0	0	38	90	7.518	570	74	120
Indiaroba	520	24	0	0	53	122	9.479	710	88	142
Itaparanga	0	0	0	0	45	104	9.237	693	65	106
Japaratinga	0	0	194.400	2.700	9	27	3.649	410	156	250
Laranjeiras	0	0	157.300	2.200	1	5	473	55	67	100
Malhada Boá	63	4	1.440	24	45	84	1.650	150	110	110
Maruim	0	0	63.900	900	1	3	498	60	35	60
Muribeca	0	0	6.000	120	53	105	2.600	200	124	130
N.S. Socorro	0	0	0	0	1	5	243	30	41	60
Própria	0	0	0	0	25	50	1.400	100	50	60
Rosário Catete	0	0	7.200	100	1	5	410	50	50	80
S. Luzia Ilhéu	259	12	0	0	50	115	8.459	636	74	122
São Cristóvão	0	0	32.660	460	2	9	2.362	270	97	160
São Francisco	0	0	31.248	480	16	35	960	80	27	30
Umbaúba	65		96		46		3.8	0	0	0
Al em Sergipe	1.582	72	596.244	8.684	680	1.441	67.070	5.414	2.475	2.952

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2002.

Na Bahia, a situação é similar àquela encontrada em Sergipe sendo que plantio de cana um pouco menos expressivo (ver Tabela 3.25). Dentre os produtos oriundos da lavoura permanente, destacam-se a fruticultura de banana, coco, laranja, limão e maracujá.

TABELA 3.25 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA TEMPORÁRIA NA BAHIA, 2002

MUNICÍPIOS	ABACAXI		CANA		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	TON	HA	TON	HÁ	TON	HA	TON	HA	TON	HA
Acajutiba	72	3	0	0	5	22	520	40	10	10
Alagoinhas	113	5	0	0	46	100	20.115	1.490	36	100
Amélia Rodrigues	0	0	191.680	4.792	33	55	3.000	250	24	30
Araçás	0	0	0	0	18	40	5.400	400	50	70
Aramari	0	0	0	0	21	45	8.370	620	23	50
Cardeal da Silva	0	0	0	0	130	180	3.900	260	216	180
Conceição Jacuípe	725	29	0	0	141	235	6.617	509	212	283
Coração de Maria	26.970	930	0	0	60	100	6.000	600	70	100
Entre Rios	1.200	50	0	0	295	410	9.000	600	312	260
Esplanada	720	30	0	0	27	125	3.640	280	120	120

MUNICÍPIOS	ABACAXI		CANA		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	TON	HA	TON	HÁ	TON	HA	TON	HA	TON	HA
Feira de Santana	400	20	2.700	45	3.000	5.000	60.000	5.000	3.750	5.000
Jandaíra	0	0	0	0	91	185	6.000	400	96	120
Pedrao	540	24	0	0	27	55	3.354	258	27	75
Rio Real	1.300	50	0	0	224	380	15.000	1.000	180	200
Santo Amaro	450	30	90.424	2.241	12	20	2.040	170	24	30
Teodoro Sampaio	45	3	5.100	170	36	60	3.510	260	56	70
Terra Nova	30	2	113.840	2.846	66	110	1.200	100	32	40
Al na Bahia	32.565	1.176	403.744	10.094	4.232	7.122	157.666	12.237	5.238	6.738

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal (PAM), 2002.

Em Sergipe e na Bahia, a paisagem é marcada pela presença de inúmeras fazendas de gado. Há presença de diferentes tipos de rebanhos, especialmente bovinos, suínos, eqüinos, muares e caprinos, porém seu volume não se destaca no quadro estadual ou regional. A criação bovina é, em geral, feita de forma extensiva. Destacam-se o rebanho de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos dos municípios de Itaporanga d’Ajuda e São Cristóvão (em Sergipe) e Alagoinhas, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e Entre Rios (Bahia), e o rebanho bovino do município de Feira de Santana, na Bahia. (ver Tabela 3.26).

TABELA 3.26 - EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO, 2002

MUNICÍPIO	BOVINO	SUINO	EQÜINO	MUAR	OVINO	GALINHAS	CAPRINO
ALAGOAS							
Campo Alegre	2.580	370	155	172	150	3.000	185
Igreja Nova	16.471	353	940	92	360	10.220	55
Junqueiro	2.950	210	182	135	125	5.750	105
Olho d’Água Grande	8.244	425	410	50	690	7.709	115
Porto Real do Colégio	8.377	369	900	82	520	6.858	210
São Brás	4.658	7.111	245	40	215	1.980	215
S. Miguel dos Campos	2.310	270	160	135	190	2.500	70
São Sebastião	10.407	1.300	695	130	1.490	88.326	315
Teotônio Vilela	2.850	60	160	70	130	950	
Sub total Alagoas	58.847	10.468	3.847	906	3.870	127.293	1.270
SERGIPE							
Araúá	12.428	575	603	285	1.407	63.639	44
Capela	27.000	1.205	1.740	350	1.370	69.600	80
Carmópolis	4.730	113	270	58	120	3.185	30
Cedro de São João	5.400	300	350	40	280	5.500	80
Cristinápolis	11.670	245	516	264	655	15.283	32
Estância	16.114	1.228	1.280	420	1.386	99.183	78
Indiaroba	10.982	406	403	333	502	28.085	24

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

MUNICÍPIO	BOVINO	SUINO	EQÜINO	MUAR	OVINO	GALINHAS	CAPRINO
Itaporanga d'Ajuda	16.357	2.280	720	277	905	372.332	63
Japaratinga	9.850	254	1.090	95	410	14.800	37
Laranjeiras	4.630	138	405	112	178	10.275	35
Malhada dos Bois	3.550	450	250	40	140	11.300	20
Maruim	3.580	147	242	48	108	134.680	20
Muribeca	5.300	570	600	110	350	3.460	30
N. Senhora do Socorro	4.130	267	320	60	160	27.830	15
Própria	4.250	800	350	80	580	14.000	50
Rosário do Catete	3.780	37	245	42	128	3.075	15
Santa Luzia do Itanhy	12.143	253	557	274	527	36.851	45
São Cristóvão	7.820	3.667	875	142	870	485.880	120
São Francisco	3.400	80	170	18	70	1.750	10
Umbaúba	8.047	330	502	290	377	17.152	31
Sub total Sergipe	175.161	13.345	11.488	3.338	10.523	1.417.860	859
BAHIA							
Acajutiba	21.420	3.994	1.030	388	816	49.140	588
Alagoinhas	13.215	1.971	599	460	259	570.809	127
Amélia Rodrigues	4.874	722	605	253	257	52.403	14
Araçás	3.493	649	1.186	277	238	35.480	279
Aramari	5.853	518	407	208	116	15.154	42
Cardeal da Silva	8.161	592	333	200	65	8.178	33
Conceição do Jacuípe	14.510	5.920	849	1.658	2.137	1.397.428	398
Coração de Maria	19.745	10.948	2.050	1.670	6.823	446.143	3.490
Entre Rios	31.788	1.709	1.596	365	871	925.512	-
Esplanada	27.540	1.826	4.040	2.626	5.253	36.955	404
Feira de Santana	69.184	66.015	15.302	2.804	38.689	2.654.011	4.819
Jandaíra	11.008	607	150	780	900	9.775	810
Pedrão	9.765	1.198	1.059	432	244	12.099	60
Rio Real	18.483	4.118	3.840	1.545	8.720	64.152	515
Santo Amaro	13.945	813	642	270	193	6.177	47
Teodoro Sampaio	12.166	530	690	184	975	4.693	52
Terra Nova	7.780	303	380	120	139	2.128	25
Sub total Bahia	292.930	102.433	34.758	14.240	66.695	6.290.237	11.703
TOTAL AI	526.938	126.246	50.093	18.484	81.088	7.835.390	13.832

Fonte: IBGE: Produção Pecuária Municipal (PPM), 2002.

Enquanto é possível afirmar, por um lado, que a totalidade da Área de Influência está envolvida nas atividades relacionadas à pecuária e à agroindústria do coco, na porção Norte da mesma, especialmente nos municípios alagoanos e

do Norte do Estado de Sergipe, predominam as atividades envolvidas na cadeia do açúcar e do álcool; enquanto nos municípios do Sul de Sergipe e da Bahia, aquelas relacionadas à agroindústria da laranja e à cadeia de papel e celulose. A extração do petróleo concentra-se especialmente em Sergipe, notadamente no município de Carmópolis e em seu entorno. Além dessas cadeias produtivas típicas, outras atividades econômicas são conduzidas em grande escala e, portanto, a Área de Influência conta ainda com a presença de grandes fábricas de outros produtos (como as fábricas da Ambev, no município de Estância; da Schincariol, em Alagoinhas; da Santista, em Nossa Senhora do Socorro; e da Maratá, em Itaporanga D'Ajuda) e com alguns grandes centros comerciais.

A Área de Influência conta com algumas instalações industriais de grande porte, como as fábricas da Ambev, no município de Estância; da Schincariol, em Alagoinhas; da Santista, em Nossa Senhora do Socorro; e da Maratá, em Itaporanga D'Ajuda, e com alguns grandes centros comerciais, localizados especialmente nos municípios de São Miguel dos Campos (AL), Nossa Senhora do Socorro, Estância e São Cristóvão (SE), e Alagoinhas e Esplanada (BA). Os municípios de Teotônio Vilela, em Alagoas; Capela, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Nossa Senhora do Socorro e Própria, em Sergipe; e Conceição do Jacuípe, Esplanada e Feira de Santana, na Bahia, contam com Distritos Industriais.

O trecho da BR-101 em estudo intercepta, em vários pontos, o Etenoduto subterrâneo que liga o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, ao Complexo Cloroquímico de Alagoas e a Pernambuco, transportando o eteno em forma de gás. O Etenoduto foi construído na década de 1990 pela antiga COPENE e tem 480 km de extensão. Em alguns pontos da Rodovia ao longo do trecho em estudo, placas indicam a presença de válvulas próximas ou na faixa de domínio da Rodovia. O mesmo vale no que diz respeito a tubulações subterrâneas de gás natural ou petróleo, já que em Sergipe e na Bahia localizam-se importantes pontos de extração da Petrobrás; e para cabos de fibra ótica para telefonia, ambos indicados por placas respectivas ao longo de todo o trecho. As obras de adequação da capacidade, portanto, poderão atingir estas instalações.

3.10 – COMUNIDADES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

3.10.1 – CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES EXISTENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Utilizando critérios econômicos, culturais, sociais e de moradia, é possível caracterizar em linhas gerais os grupos sociais existentes na Área de Influência.

Do ponto de vista econômico, em primeiro lugar, pode-se distinguir um grupo social formado por empresários ou grupos empresariais que conduzem atividades produtivas em grande escala na Área de Influência. As principais cadeias produtivas em que estão envolvidos são, notadamente: i) a cadeia do açúcar e do álcool, englobando grandes plantações de cana-de-açúcar, destilarias e usinas de refinamento; ii) a agroindústria do suco de laranja, englobando especialmente as grandes plantações do fruto e a produção industrial; iii) as cadeias envolvidas com a pecuária, com a presença de importantes rebanhos, especialmente bovinos, leiteiros ou de corte; iv) a cadeia de papel e celulose, com extensas plantações de

eucalipto (em alguns casos destinadas também à geração de energia) e fábricas; v) a agroindústria do coco, com grandes plantações e fábricas de produtos derivados; e vi) a cadeia do petróleo e do gás natural, dirigida pela Petrobrás, contando especialmente com a extração do mesmo.

Em paralelo às atividades produtivas de grande porte, a Área de Influência conta igualmente com importantes centros urbanos que concentram um grande volume de empreendimentos comerciais e industriais. Tais centros agrupam, portanto, um segundo grupo social de importância na mesma: a de pequenos e médios empresários. Este grupo diferencia-se do primeiro não apenas pelo porte das atividades em que está envolvido, mas também por, em princípio, residir diretamente na Área de Influência. Tratam-se não apenas de donos de empreendimentos comerciais e industriais de pequeno ou médio porte, mas igualmente de proprietários rurais médios envolvidos nas atividades supra citadas. Sua produção pode se destinar tanto aos mercados consumidores regionais, como integrar, em diferentes pontos, as cadeias produtivas supra citadas. Destacam-se, nesse quadro, as áreas urbanas dos seguintes municípios: em Alagoas, São Miguel dos Campos; em Sergipe, Nossa Senhora do Socorro e Estância; e, na Bahia, Alagoinhas e Feira de Santana.

Os dois grupos sociais destacados engendram, por suas atividades econômicas, um terceiro de grande importância na Área de Influência: as populações residentes empregadas nas atividades produtivas supra-citadas. Os membros deste grupo podem residir tanto em seus locais de trabalho (ou seja, nos centros urbanos supra citados ou em pequenos povoados rurais próximos às grandes plantações e fábricas), como em áreas rurais dispersas, deslocando-se ao local de trabalho diariamente. Os centros urbanos da Área de Influência, portanto, atraem diariamente um importante fluxo de pessoas não apenas para utilização de suas redes de comércio e serviços, mas também para a atividade produtiva.

Deve-se destacar que uma importante parcela da população residente encontra emprego em regiões fora da Área de Influência, notadamente nas capitais estaduais de Aracajú e Salvador, especialmente as populações de seus municípios próximos, como Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, em Sergipe; e Amélia Rodrigues e Santo Amaro, na Bahia.

Existe ainda outro grupo social cujos rendimentos são provenientes em grande medida das transferências governamentais, as quais incluem aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego. A Tabela 3.27 a seguir mostra que, no ano de 2000, o percentual da renda dos municípios da Área de Influência proveniente de transferências governamentais é significativo em comparação à média do Brasil. Dos 46 municípios da AI, apenas seis (Campo Alegre, São Sebastião, Teotônio Vilela, Cristinápolis, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão) estão abaixo da média brasileira. Pode-se observar também que, na AI dos Estados da Bahia e de Sergipe, existe uma maior concentração de municípios favorecidos por tais transferências, uma vez que mais da metade desses municípios têm percentuais superiores aos de seus respectivos Estados. No caso da Bahia, 12 dos 17 municípios da AI possuem percentuais maiores que a do Estado. Em Sergipe, 13 dos 20.

TABELA 3.27 - PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS NA RENDA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2000

MUNICÍPIO	% DA RENDA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	% DA RENDA PROVENIENTE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO
ALAGOAS		
Campo Alegre	12,4	66,7
Igreja Nova	17,2	38,4
Olho d'Água Grande	18,4	34,7
Porto Real do Colégio	21,0	34,7
São Brás	21,7	50,9
São Miguel dos Campos	15,8	66,9
São Sebastião	14,4	45,4
Teotônio Vilela	14,2	62,7
Estado de Alagoas	16,7	61,6
SERGIPE		
Araúá	16,5	64,5
Capela	19,9	56,8
Carmópolis	17,5	62,8
Cedro de São João	23,0	61,4
Cristinápolis	14,0	76,0
Estância	17,7	63,8
Indiaroba	18,2	64,2
Itaporanga d'Ajuda	19,9	64,2
Japaratusba	19,9	67,0
Laranjeiras	15,6	64,3
Malhada dos Bois	16,0	65,3
Maruim	21,3	56,3
Muribeca	20,2	65,5
Nossa Senhora do Socorro	10,4	69,0
Própria	21,4	62,5
Rosário do Catete	17,9	62,6
Santa Luzia do Itanhy	18,3	64,1
São Cristóvão	14,6	63,4
São Francisco	19,4	71,9
Umbaúba	16,1	70,0
Total Sergipe	17,2	65,4
BAHIA		
Acajutiba	20,1	43,5
Alagoinhas	21,2	59,9
Amélia Rodrigues	22,1	57,7
Araçás	16,6	54,9
Aramari	23,2	48,7

MUNICÍPIO	% DA RENDA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	% DA RENDA PROVENIENTE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO
Cardeal da Silva	15,2	53,7
Conceição do Jacuípe	19,7	66,4
Coração de Maria	20,3	67,8
Entre Rios	15,2	70,0
Esplanada	19,8	55,9
Feira de Santana	13,5	71,0
Jandaíra	14,8	61,0
Pedrão	26,6	54,4
Rio Real	15,6	62,0
Santo Amaro	25,9	62,1
Teodoro Sampaio	27,6	52,1
Terra Nova	25,6	55,8
Total Bahia	15,9	63,7
BRASIL	14,7	69,8

Fonte: IPEADData, (WWW.IPEADATA.GOV.BR).

Outros grupos sociais da Área de Influência são:

- i) pequenos proprietários de terra residentes em áreas rurais próximas aos centros urbanos, que produzem para subsistência ou para o comércio em raio curtos; entre estes incluem-se as populações residentes em Projetos de Assentamento instalados pelo Incra;
- ii) trabalhadores rurais organizados pelo Movimento Sem Terra e acampados na Área de Influência;
- iii) comunidades de trabalhadores da pesca, tanto fluvial como marítima, organizados em Colônias de Pescadores;
- iv) artesãos, especialmente de peças de tecido (rendeiras) e de madeira;
- v) comunidades indígenas (ver item 3.13).

3.10.2 – COMUNIDADES ATINGIDAS

A centralidade sócio-econômica da BR-101 na Área de Influência faz com que grande parte das atividades dos grupos sociais destacados anteriormente concentre-se em regiões bastante próximas à mesma. Em não poucos casos, inclusive, sua faixa de domínio encontra-se ocupada irregularmente por tais atividades. Os maiores exemplos desta ocupação irregular são as áreas urbanas municipais atravessadas diretamente pela rodovia e as plantações e pastagens, tanto em pequenas quanto em médias e grandes propriedades. Para efeito analítico, as comunidades diretamente atingidas pelas obras serão apresentadas por Estado. A localização dos Pontos de Campo citados nas Figuras abaixo está apresentada na Figura 3.11.

3.10.2.1 – EM ALAGOAS

O trecho em estudo da BR-101 no Estado de Alagoas compreende os 110,2 Kms entre o entroncamento com a AL-220(B) e a divisa do Estado com Sergipe (início no Km 143,2 até o Km 253,4). Como dito, as principais atividades econômicas conduzidas na porção alagoana da Área de Influência são aquelas envolvidas nas agroindústrias do açúcar e do álcool e do coco, e na pecuária bovina, leiteira ou de corte. Em não poucos casos, áreas ocupadas com plantações de cana-de-açúcar e de coco ou com pastagens chegam mesmo às proximidades da estrada ou a ocupar irregularmente sua faixa de domínio. Neste contexto, portanto, as obras de adequação da capacidade da BR-101 poderão atingir diretamente estas propriedades.

Ao mesmo tempo, dois municípios têm suas sedes atravessadas diretamente pela Rodovia. As construções residenciais, comerciais e de serviços associadas à sede do município de Teotônio Vilela acompanham a BR-101 por um trecho aproximado de dois quilômetros, em ambos os seus lados. No trecho central da sede, uma pista lateral serve ao tráfego relacionado à mesma, e três passagens subterrâneas para veículos atravessam a Rodovia. Isso não impede, porém, que as populações a utilizem diretamente tanto para deslocamento como para travessia. As obras de adequação da capacidade atingirão, portanto, a pista lateral e, em alguns casos, construções residenciais, comerciais e de serviços localizadas na faixa de domínio. Trata-se especialmente de pequenas residências de moradores da sede e do comércio de pequeno porte.

Embora a sede municipal de Junqueiro localize-se notadamente no lado direito da BR-101 (sentido Sul), acompanhando a mesma por uma faixa de aproximadamente três e meio quilômetros, em torno da entrada da cidade encontra-se um conjunto de construções comerciais, residenciais e de serviços (escola, posto de saúde, igreja) de ambos os seus lados, como mostram os exemplos das Fotos 07 e 08 da Figura 3.4). Em alguns casos, formam-se aglomerações que chegam a configurar pequenos povoados às margens da estrada, como o de Retiro (Foto 06). As obras de adequação da capacidade, portanto, atingirão diretamente essas construções.

Ao longo do trecho, ainda, encontram-se alguns distritos e povoados dispersos localizados às margens da estrada, especialmente para a residência de populações empregadas nas plantações de cana-de-açúcar, contando em geral com um pequeno comércio, igrejas e escolas. Nesses casos, encontram-se igualmente pequenas plantações destinadas ao consumo direto dessas populações, em muitos casos, inclusive, no interior da faixa de domínio da BR-101. Destaca-se, neste conjunto, o distrito de Luziápolis (Figura 3.4, Foto 02), localizado às margens da estrada, em seu lado direito (sentido Sul). Alguns exemplos das comunidades da Área de Influência que serão atingidas pelas obras de adequação no trecho da BR-101 em Alagoas estão apresentados na Figura 3.4 abaixo.

FIGURA 3.4 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM ALAGOAS

	
<p>FOTO 01: Fazenda Pau Amarelo, grande propriedade destinada à plantação de cana-de-açúcar (Ponto 1).</p>	<p>FOTO 02: Visão do Distrito de Luziápolis, município de Campo Alegre (Ponto 2).</p>
	
<p>FOTO 03: Plantação de cana-de-açúcar, com a Usina de Seresta ao fundo (Ponto 3).</p>	<p>FOTO 04: Travessia urbana do município de Teotônio Vilela (Ponto 4).</p>
	
<p>FOTO 05: Muro de escola no interior da faixa de domínio da Rodovia, próxima ao Povoado de Olho D'Água (Ponto 5).</p>	<p>FOTO 06: Povoado de Retiro (Ponto 6).</p>
	
<p>FOTO 07: Travessia urbana de Junqueiro, com Escola Municipal às margens da Rodovia (Ponto 7).</p>	<p>FOTO 08: Povoado localizado em frente ao entroncamento para a sede municipal de Junqueiro (Ponto 8).</p>

	
<p>FOTO 09: Escola Municipal (Ponto 9).</p>	<p>FOTO 10: Povoado Salomezinho, Igreja às margens da Rodovia (Ponto 10).</p>
	
<p>FOTO 11: Plantações de subsistência na faixa de domínio da Rodovia (Ponto 11).</p>	<p>FOTO 12: Torre de transmissão de energia e residência às margens da Rodovia (Ponto 12).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

3.10.2.2 – EM SERGIPE

O trecho em estudo da BR-101 no Estado de Sergipe compreende integralmente seus 207,0 Kms de extensão no Estado. As comunidades atingidas no trecho serão apresentadas em três sub-trechos:

Sub-Trecho	Início	Km	Fim	Km	Extensão
1	Divisa AL/SE	0	Entroncamento BR-235(A)	90	90
2	Entroncamento BR-235(A)	90	Entroncamento BR-349(B)	115,1	25,1
3	Entroncamento BR-349(B)	115,1	Divisa SE/BA	207	91,9

▪ Sub-Trecho 1

O Sub-trecho 01, como indicado no Quadro acima, corresponde aos 90 Kms entre a Divisa AL/SE e o entroncamento com a BR-235(A). Trata-se de um trecho que, do ponto de vista econômico, está marcado por três principais atividades: aquelas relacionadas à agroindústria canavieira, à pecuária e à extração do Petróleo. Como no trecho anterior, portanto, algumas propriedades ocupadas com

plantações de cana-de-açúcar ou pastagens podem ser atingidas pelas obras de adequação de capacidade da BR-101.

No que se refere à exploração do petróleo, concentrada especialmente no município de Carmópolis, em princípio as obras de adequação não atingiram diretamente suas instalações e locais de extração, que se localizam em geral em áreas distantes da Rodovia. Em alguns casos, porém, foram registrados locais de extração bastante próximos à mesma (Figura 3.5, Foto 15) e estas poderão atingir suas instalações subterrâneas (oleodutos e/ ou gasodutos) ou mesmo superficiais (Figura 3.5, Foto 16).


Embora a Rodovia, nesse sub-trecho, não intercepte áreas urbanas municipais, uma série de pequenos povoados (e alguns médios) localiza-se às suas margens, especialmente nos entroncamentos que dão acesso às sedes municipais. Nestes povoados, construções residenciais e comerciais de pequeno porte, bem como pequenas plantações de subsistência (mandioca, banana, etc.) poderão, portanto, ser atingidas pelas obras de adequação da capacidade da Rodovia (Figura 3.5). Como exemplos típicos pode-se citar o Projeto de Assentamento Treze de Maio, no município de Japaratuba, cujas construções se iniciam a aproximadamente 100 metros da faixa de domínio da Rodovia (Coord.: N: 722879 / E: 8828223), em seu do lado esquerdo (sentido Sul), instalado há quatro anos no local.

Em alguns pontos da Rodovia, há a presença de trabalhadores organizados pelo Movimento Sem-Terra acampados às margens da BR-101 (Figura 3.5, Fotos 13 e 14). Esses acampamentos deverão ser diretamente atingidos pelas obras.

Finalmente, duas grandes fábricas de fertilizantes localizam-se às margens da BR-101, embora fora de sua faixa de domínio, podendo ser atingidas; e um viaduto inoperante no final do sub-trecho deverá ser atingido (Figura 3.5, Fotos 21 e 22).

FIGURA 3.5 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 1

<p>FOTO 13: Acampamento do Movimento Sem Terra (Ponto 13).</p>	<p>FOTO 14: Acampamento do Movimento Sem Terra (Ponto 14).</p>
<p>FOTO 15: Extração de Petróleo a aproximadamente 200 metros da faixa de domínio da Rodovia (Ponto 15).</p>	<p>FOTO 16: Duto Superficial, ao lado da ponte sobre o Rio Sergipe (Ponto 16).</p>
<p>FOTO 17: Visão do Povoado Cruz das Almas (Ponto 17).</p>	<p>FOTO 18: Escola associada ao Povoado de Pirunga (Ponto 18).</p>
<p>FOTO 19: Plantação de cana-de-açúcar às margens da BR-101 (Ponto 19).</p>	<p>FOTO 20: Povoado no entroncamento para Rosário do Catete (Ponto 20).</p>

	
<p>FOTO 21: Construção Industrial (fábrica de Fertilizantes Heringer) às margens da BR-101 (Ponto 21).</p>	<p>FOTO 22: Construção Industrial (fábrica de Fertilizantes Boa Safra) às margens da BR-101 (Ponto 22).</p>
	
<p>FOTO 23: Povoado no entroncamento para Maruim (Ponto 23).</p>	<p>FOTO 24: Conjunto Habitacional em frente ao entroncamento para Laranjeiras (Ponto 24).</p>
	
<p>FOTO 25: Povoado de Tabocas, na periferia de Nossa Senhora do Socorro (Ponto 25).</p>	<p>FOTO 26: Povoado Várzea, em entroncamento para Laranjeiras (Ponto 26).</p>
	
<p>FOTO 27: Plantações de subsistência na faixa de domínio da BR-101 (Ponto 27).</p>	<p>FOTO 28: Viaduto inoperante, no entroncamento da BR-235(A), e Placa de Válvula do Etenoduto (Ponto 28).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

▪ **Sub-Trecho 2**

O Sub-trecho 2 corresponde aos 25,1 Kms entre o entroncamento com a BR-235(A) e o entroncamento com a BR-349(B), ou seja, entre o Km 90,0 e o Km 115,1 da Rodovia no Estado de Sergipe.

Nos primeiros 2,1 Kms do trecho, a BR-101 é confluyente com a BR-235, até o entroncamento com a BR-349 (BR-235(B)). Desse ponto, a BR-235 segue para Aracajú, e a BR-101 passa a ser confluyente com a BR-349, seguindo por 23,0 Kms até o entroncamento com a BR-349(B) (e com a SE-265 para Itaporanga D'Ajuda).

Nos primeiros dois quilômetros após o entroncamento com a BR-235(B)/BR-349, a Rodovia está duplicada, com a presença de pistas laterais em alguns sub-trechos. O estado de conservação da estrada, porém, bem como sua sinalização, estão em condições relativamente precárias.







Esse sub-trecho é marcado especialmente por um intenso fluxo de veículos em função da confluência com as Rodovias supracitadas e pela proximidade à capital estadual e ao município de Nossa Senhora do Socorro. Ao mesmo tempo, o trecho apresenta forte presença de construções comerciais (postos de gasolina, oficinas, comércio de artigos para veículos, etc) e industriais, especialmente nas proximidades do entroncamento com a BR-235(B), embora, em geral, fora da faixa de domínio da Rodovia.

Seguindo após o entroncamento com a BR-235(B), a cana-de-açúcar começa a deixar de ser a cultura dominante na paisagem para dar lugar a plantações de laranja e de eucalipto. Embora não haja povoados, travessias urbanas ou aglomerações populacionais significativas entre o fim da duplicação e o entroncamento com a BR-349(B), o trecho é marcado pela presença de pequenas chácaras, construções comerciais, pastagens e/ou plantações, eventualmente ocupando a faixa de domínio. As obras de duplicação da BR-101, portanto, neste trecho, poderão atingir algumas destas.

Deve-se ressaltar que a característica já comentada da presença de gasodutos e oleodutos subterrâneos é especialmente marcante nesse trecho, em função da proximidade à capital do Estado e ao Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro e o grande número de Postos de Gasolina que oferecem o gás natural como combustível.

Finalmente, aproximadamente 12 Kms após o entroncamento com a BR-235(B), localiza-se, do lado direito da Rodovia (sentido Sul), o Complexo Penitenciário da Grande Aracajú (Coord.: N: 694178 / E: 8789012), localizado a aproximadamente a 200 metros da BR-101.

FIGURA 3.6 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 2

	
<p>FOTO 29: Entroncamento com a BR-235(B)/BR-349 (Ponto 29).</p>	<p>FOTO 30: Chácara com muro na faixa de domínio da BR-101 (Ponto 30).</p>
	
<p>FOTO 31: Comércio e plantações na faixa de domínio da BR-101 (Ponto 30).</p>	<p>FOTO 32: Plantações na faixa de domínio da BR-101, com igreja a aproximadamente 100 metros da mesma (Ponto 31).</p>
	
<p>FOTO 33: Parque de Turismo Rural em construção, na faixa de domínio da BR-101 (Ponto 31).</p>	<p>FOTO 34: Chácara com cerca na faixa de domínio da BR-101 (Ponto 32).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

▪ Sub-Trecho 03

O Sub-trecho 03 corresponde aos 91,9 km entre o entroncamento com a BR-349(B) e a Divisa de Sergipe com a Bahia, entre o km 115,1 e o Km 207,0 da Rodovia no Estado de Sergipe. Esse trecho está marcado especialmente pela interceptação da Rodovia da área urbana de três municípios: Estância, Umbaúba e Cristinápolis.

O trecho inicial, entre Itaporanga D´Ajuda e a periferia de Estância, embora se trate de uma área ocupada especialmente por grandes plantações de coco e pastagens, apresenta grandes unidades fabris dispersas, embora fora da faixa de domínio, mas em geral com pistas laterais e retornos na BR-101 em suas

proximidades. As obras de adequação da capacidade poderão atingir, portanto, estas últimas construções. Destaca-se, nesse quadro, as fábricas da Setel, da Maratá, da Mabel (Figura 3.7, Foto 40) e da Azaléia, em Itaporanga D'Ajuda; e da Ambev, em Estância. Tanto a fábrica da Ambev quanto a da Mabel estão interligadas ao sistema de distribuição de gás natural da Petrobrás e, portanto, como no caso anterior, o trecho deve apresentar a ocorrência de dutos de gás subterrâneos.

Ao mesmo tempo, iniciam-se na paisagem grandes plantações de eucalipto, destinados à produção de papel e celulose ou à geração de energia, com destaque para a implantação de uma unidade da Companhia Industrial de Celulose e Papel (Figura 3.7, Foto 38). Como nos demais trechos da BR-101, a área é marcada ainda pela presença de pequenos povoados rurais, alguns formados nos entroncamentos, pelo lado esquerdo da BR-101 (sentido Sul), com estradas que ligam a mesma ao litoral, com os seguintes destaques: em Itaporanga D'Ajuda, o povoado no entroncamento para a sede municipal (Figura 3.7, Foto 35) e o Povoado de Minante (Figura 3.7, Foto 37); em Estância, o Projeto de Assentamento 17 de Abril, recém instalado e com casas em construção (Figura 3.7, Foto 36), e o Povoado de Colombi (Figura 3.7, Foto 41).

A área também apresenta acampamentos no Movimento Sem Terra às margens da BR-101, como mostra a Foto 39 da Figura 3.7.

FIGURA 3.7 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 EM SERGIPE, SUB-TRECHO 3

	
<p>FOTO 35: Povoado no entroncamento com a SE-218, para o Litoral (Ponto 33).</p>	<p>FOTO 36: Projeto de Assentamento 17 de Abril (Ponto 34).</p>
	
<p>FOTO 37: Povoado de Minante (Ponto 35).</p>	<p>FOTO 38: Implantação de unidade da Companhia Industrial de Papel e Celulose (CICP), com extensas plantações de eucalipto (Ponto 36).</p>

	
<p>FOTO 39: Acampamento MST (Ponto 37).</p>	<p>FOTO 40: Fábrica da Mabel (Ponto 38).</p>
	
<p>FOTO 41: Povoado Colombi (Ponto 39).</p>	<p>FOTO 42: Conjunto Habitacional Santo Antônio (Ponto 40).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

A periferia de Estância inicia-se aproximadamente no Conjunto Habitacional Santo Antônio (Figura 3.7, Foto 42), a partir do qual as margens da Rodovia encontram-se ocupadas especialmente por povoados e outros conjuntos habitacionais (Figura 3.8, Foto 43). Após aproximadamente 01 Km, uma pista lateral acompanha a BR-101 pelo lado direito (sentido Sul), correspondendo à área do Distrito Industrial de Estância (com um grande conjunto de instalações industriais), até a primeira entrada da cidade e a interseção com sua área urbana.

A BR-101 acompanha então a área urbana do município por aproximadamente dois quilômetros e meio, e sua faixa de domínio encontra-se integralmente ocupada por construções de todos os tipos: residências, igrejas, escolas, postos de gasolina, etc. A pista lateral encerra-se após o primeiro Km da cidade. No final do trecho urbano central da cidade, segue-se, por aproximadamente mais 01 km, construções comerciais e residenciais e o cemitério da cidade, às margens da BR-101. Todo o trecho e, portanto, todas as comunidades que o ocupam (comerciantes, populações residentes, etc) deverão ser diretamente atingidos pelas obras de adequação da capacidade da Rodovia.

Encerradas as construções de Estância, o trecho até a divisa com o Estado da Bahia é marcado fortemente pela presença de grandes plantações de laranja. Essas plantações realizam-se em geral em grandes propriedades, porém também existindo a presença de pequenas propriedades destinadas à laranja e a outras culturas, como a mandioca e o coco, e a pastagens. Em ambos os casos, ou seja, tratando-se das grandes plantações comerciais de laranja ou de pequenas propriedades, há registro de invasão destas da faixa de domínio da BR-101 que, portanto, poderão ser atingidos por suas obras de adequação da capacidade.

FIGURA 3.8 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 NO TRECHO DA PERIFERIA DE ESTÂNCIA

<p>FOTO 43: Periferia de Estância (Ponto 41).</p>	<p>FOTO 44: Zona Industrial de Estância, com pista lateral (Ponto 41).</p>
<p>FOTO 45: Início da área urbana de Estância (Ponto 42).</p>	<p>FOTO 46: Cruzamento com a área urbana de Estância (Ponto 43).</p>
<p>FOTO 47: Área urbana de Estância (Ponto 44).</p>	<p>FOTO 48: Construção (possível Patrimônio Histórico) às margens da BR-101 (Ponto 45).</p>
<p>FOTO 49: Fim da Área urbana de Estância, com cemitério às margens da Rodovia (Ponto 46).</p>	<p>FOTO 50: Periferia de Estância (Ponto 47).</p>





Fonte: elaboração Oikos.

Seguindo o padrão anteriormente descrito, nos entroncamentos com estradas estaduais formam-se pequenos povoados rurais, em geral contando com algum comércio de pequeno porte (lanchonetes, borracheiros, etc). Além destes, três povoados às margens da BR se destacam: Areia Branca e Picaueira, em Santa Luiza do Itahy, e Dois Riachos, em Umbaúba.

Finalmente, a BR-101 intercepta as áreas urbanas dos municípios de Umbaúba e Cristinápolis. Em Umbaúba, a Rodovia acompanha a área urbana da cidade por aproximadamente 1,9 Kms, sendo que, em alguns trechos, há pistas laterais. Dessa forma, todo o trecho encontra-se irregularmente ocupado por construções de todos os tipos: residências, escolas, clube, postos de gasolina, etc. Em Cristinápolis, a situação é bastante similar, embora, neste caso, a ausência de pistas laterais no trecho torne a invasão da faixa de domínio ainda mais acentuada. O trecho em que a Rodovia cruza a cidade segue por uma faixa de aproximadamente 3 Kms.

Nos três casos supra-citados de cruzamento da Rodovia em áreas urbanas municipais (Estância, Umbaúba e Cristinápolis) e nos povoados rurais cujas construções localizam-se na faixa de domínio da mesma, as obras de adequação da capacidade da BR-101 atingirão diretamente suas comunidades.

FIGURA 3.9 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 DE ESTÂNCIA (SE) ATÉ A DIVISA COM A BAHIA

	
<p>FOTO 51: Acampamento do MST às margens da Rodovia (Ponto 48).</p>	<p>FOTO 52: Povoado Areia Branca (Ponto 49).</p>
	
<p>FOTO 53: Plantação de Laranja (Ponto 50).</p>	<p>FOTO 54: Plantação de Laranja na faixa de domínio da Rodovia (Ponto 50).</p>

	
<p>FOTO 55: Povoado Picaueira (Ponto 51).</p>	<p>FOTO 56: Início da travessia de Umbaúba (Ponto 52).</p>
	
<p>FOTO 57: Travessia urbana de Umabúba (Ponto 53).</p>	<p>FOTO 58: Travessia urbana de Umbaúba (Ponto 53).</p>
	
<p>FOTO 59: Povoado Dois Riachos (Ponto 54).</p>	<p>FOTO 60: Periferia de Cristinápolis (Ponto 55).</p>
	
<p>FOTO 61: Travessia urbana de Cristinápolis (Ponto 56).</p>	<p>FOTO 62: Travessia urbana de Cristinápolis (Ponto 56).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

3.10.2.3 – Na Bahia

O trecho em estudo da BR-101 no Estado da Bahia corresponde aos 166,2 Kms entre a divisa com o Estado de Sergipe e o entroncamento com a BR-324 (para Feira de Santana).

A principal característica do trecho é a extensa ocupação das terras por plantações de eucalipto, destinadas às indústrias de móveis, mas especialmente às de papel e celulose. A paisagem compõe-se ainda por pastagens e plantações de coco e de produtos alimentícios para subsistência (especialmente a mandioca). Como nos demais trechos, tais ocupações chegam a atingir, em alguns pontos, a faixa de domínio da Rodovia, devendo, portanto, serem atingidas por suas obras de adequação. O trecho também apresenta atividades de exploração de petróleo, algumas bastante próximas à Rodovia (Figura 3.10, Foto 69), e algumas fábricas dispersas, em geral fora da faixa de domínio da BR-101 (como a da Schincariol, em Alagoinhas, em cuja proximidade a BR-101 apresenta uma pista dupla para seu acesso).





No entroncamento para Jandaíra e Rio Real, o Povoado Loreto, localizado às margens da BR-101, deverá ser atingido por suas obras de adequação.

Originalmente, o traçado da BR-101 cruzava a área urbana de Esplanada. Na década de 1980, porém, uma variante do traçado original desviou a mesma daquela área, como pode ser observado na Foto 65 da Figura 3.10 abaixo. Embora, portanto, a Rodovia não atravessasse diretamente a área urbana do município, que se localiza majoritariamente em seu lado esquerdo (sentido Sul), a mesma tem, no trecho da cidade, sua faixa de domínio ocupada por diversas construções associadas à sede do município, como residências, comércio, cemitério e escolas, em ambos os lados da Rodovia. Duas passagens sob a mesma, construídas por viadutos, servem de pontos de travessia no trecho, tanto às populações como à via férrea. Todas as ocorrências comentadas serão atingidas pelas obras de adequação da capacidade da BR-101.

No caso do município de Entre Rios, embora este se localize majoritariamente do lado direito da Rodovia (sentido Sul), a região próxima a seu entroncamento encontra-se ocupada, em ambos os lados da Rodovia, por construções residenciais, comerciais e industriais, algumas interceptando sua faixa de domínio, que poderão ser atingidas pelas obras.

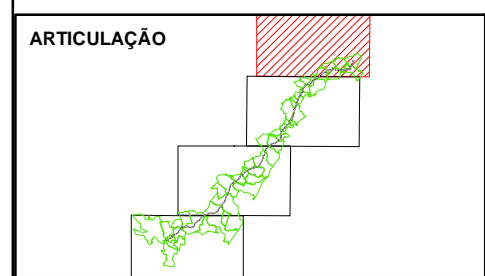
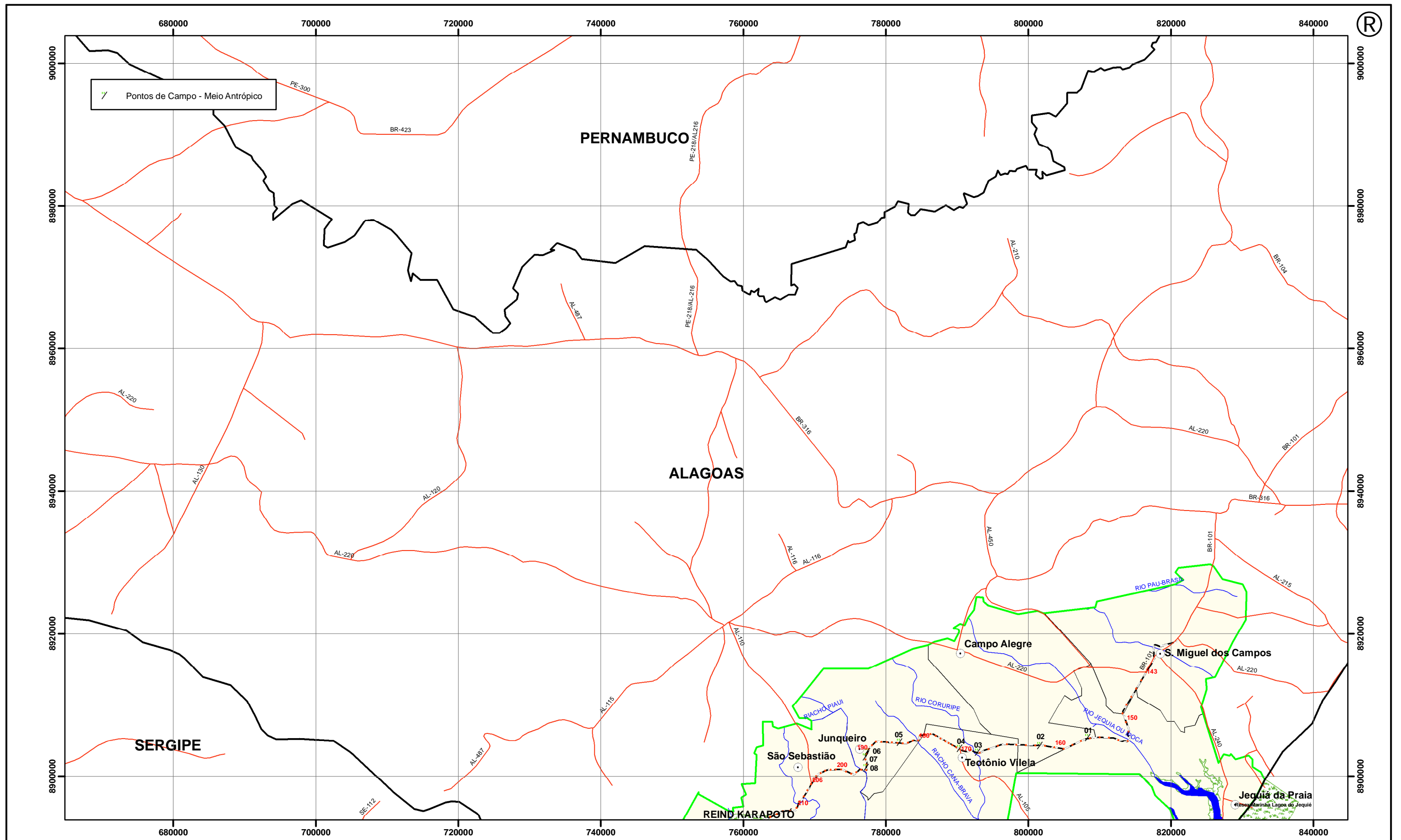
O município de Alagoinhas acompanha, *grosso modo*, pelo lado direito (sentido Sul), a Rodovia, embora suas construções encontrem-se distantes da mesma. Nos 04 entroncamentos, porém, que dão acesso à cidade, formam-se pequenos povoados com construções residenciais e comerciais, que podem ser atingidos pelas obras. O entroncamento com a BR-110(B) é feito através de um viaduto, que também deverá ser atingido.

FIGURA 3.10 - ASPECTOS DA FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-101 NA BAHIA

	
<p>FOTO 63: Povoado Loreto, no entroncamento para Jandaíra e Rio Real (Ponto 57).</p>	<p>FOTO 64: Após o Povoado Loreto, cemitério a 200 metros da BR-101, pelo lado direito (sentido Sul) (Ponto 58).</p>
	
<p>FOTO 65: Em frente: traçado original, passando na área urbana de Esplanada; à direita: BR-101, variante já construída (Ponto 59).</p>	<p>FOTO 66: No trecho da BR-101 em Esplanada (Ponto 60).</p>
	
<p>FOTO 67: Saída, à direita, para Esplanada, passando sob a Rodovia (Ponto 58).</p>	<p>FOTO 68: Plantação de Eucalipto (Ponto 61).</p>

	
<p>FOTO 69: Extração de Petróleo (Ponto 62).</p>	<p>FOTO 70: Vista do entroncamento para Entre Rios (Ponto 62).</p>
	
<p>FOTO 71: Entroncamento para Alagoinhas (Ponto 63).</p>	<p>FOTO 72: Fábrica da Sckincariol (Ponto 64).</p>
	
<p>FOTO 73: Entroncamento com a BR-110(B) (Ponto 65).</p>	<p>FOTO 74: Entroncamento com a BR-324 – Fim do Trecho em estudo (Ponto 66).</p>

Fonte: elaboração Oikos.

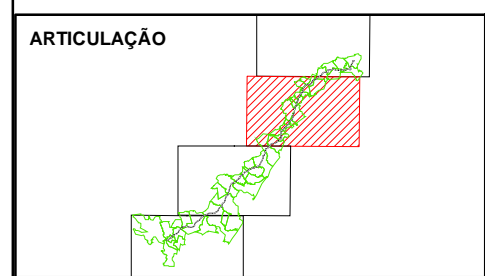
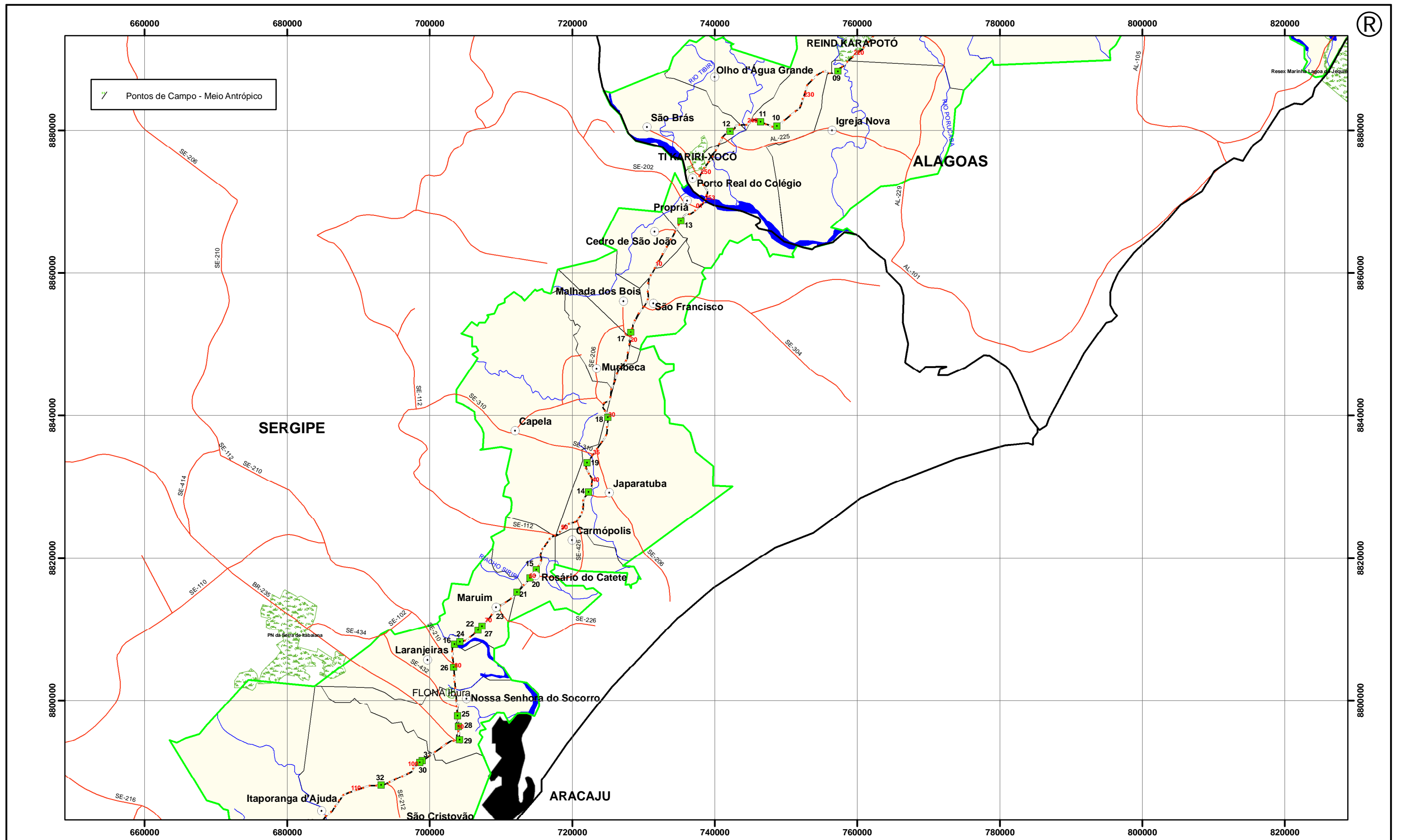


Convenções Cartográficas		Limites e Áreas	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual
	Sedes Municipais		Corpos D'água
	Unidades de Conservação		Área Urbana
			Km Rodovia
			Limite Municipal

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO

Escala: 1:500.000
Figura: 3.11 (1/4)

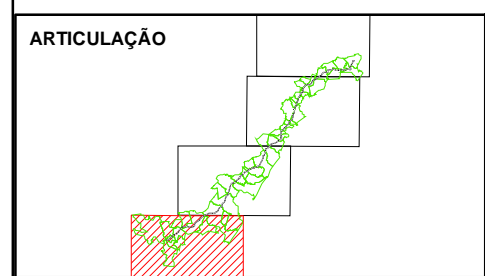
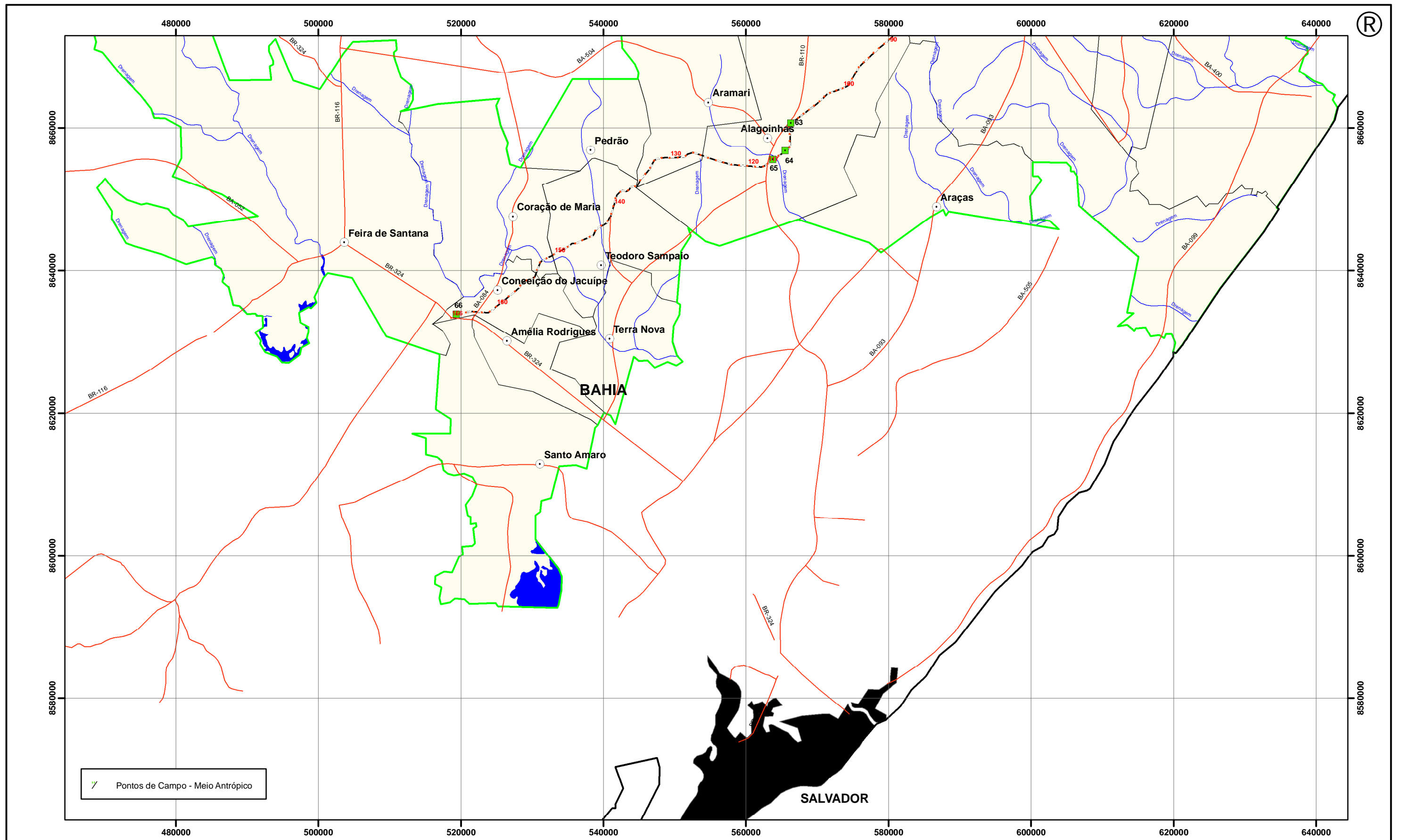


Convenções Cartográficas		Convenções Cartográficas	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual
	Sedes Municipais		Corpos D'água
	Unidades de Conservação		Área Urbana
			Limite Municipal
			Km Rodovia

Elaborado Por:	
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO

Escala: 1:500.000
Figura: 3.11 (2/4)



Convenções Cartográficas		Convenções Cartográficas	
	Rodovia BR-101		Limite da Área Influência Indireta
	Rodovias Pavimentadas		Limite Estadual
	Sedes Municipais		Corpos D'água
	Unidades de Conservação		Área Urbana
	Limite Municipal		Km Rodovia

Elaborado Por:	OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO	

Escala: 1:500.000
Figura: 3.11 (4/4)

3.10.3 – EXPECTATIVAS DAS COMUNIDADES LOCAIS

Todas as entrevistas realizadas na pesquisa de campo indicaram que as expectativas das comunidades, inclusive daquelas atingidas, são bastante positivas com relação ao empreendimento. No caso dos empresários envolvidos nas atividades econômicas descritas anteriormente, tanto de pequeno como de médio e grande porte, acreditam que o empreendimento causará impacto fortemente positivo àquelas, em função da facilidade de escoamento de suas produções.

As populações residentes em pequenos povoados rurais são favoráveis ao empreendimento na medida em que este poderia facilitar seu deslocamento aos centros urbanos da região, realizado com bastante regularidade em função da procura por serviços (especialmente hospitalares), comércio e emprego. Mesmo as populações residentes em povoados rurais que poderão ser diretamente atingidos pelas obras mantêm esse ponto de vista, estando em geral dispostas a negociar seu deslocamento para outras áreas.

Nos povoados de tamanho médio e nos centros urbanos interceptados diretamente pela BR-101, as populações também se mostraram favoráveis, e se colocaram em geral contra a opção da instalação de variantes que deslocassem o traçado da Rodovia. O caso típico encontra-se no município de Esplanada, onde o traçado da BR-101 foi modificado para afastá-lo de seu centro urbano. As entrevistas realizadas nesse município indicaram que as populações consideram que o empreendimento, realizado há aproximadamente 20 anos, foi prejudicial à sede municipal e em geral condenam o empreendimento.

Por outro lado, porém, em todos os povoados de médio ou grande porte, bem como nos cruzamentos com centros urbanos, foram relatados casos freqüentes de acidentes na BR-101 envolvendo a população residente. Uma parte dessas populações, portanto, teme que o empreendimento possa aumentar a freqüência destes; enquanto outro grupo espera que as obras de duplicação possam melhorar as condições de segurança das travessias para tais populações.

3.11 – PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

3.11.1 – ANTECEDENTES

Os trabalhos realizados nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia são diferenciados em função dos esforços e das possibilidades que os arqueólogos e as instituições de pesquisa encontraram ao longo do tempo.

Com relação ao caráter fragmentado e, por vezes, inconsistente dos dados disponíveis sobre o patrimônio arqueológico de uma determinada região, deve-se fazer as seguintes ressalvas:

- ✓ Grande parte das pesquisas arqueológicas não foi integralmente publicada, e a divulgação, muitas vezes, é feita em notas prévias ou em veículos de comunicação, sem que seja possível verificar a fonte;
- ✓ outra parte se encontra em fase de desenvolvimento, ou foi abandonada e não concluída; e

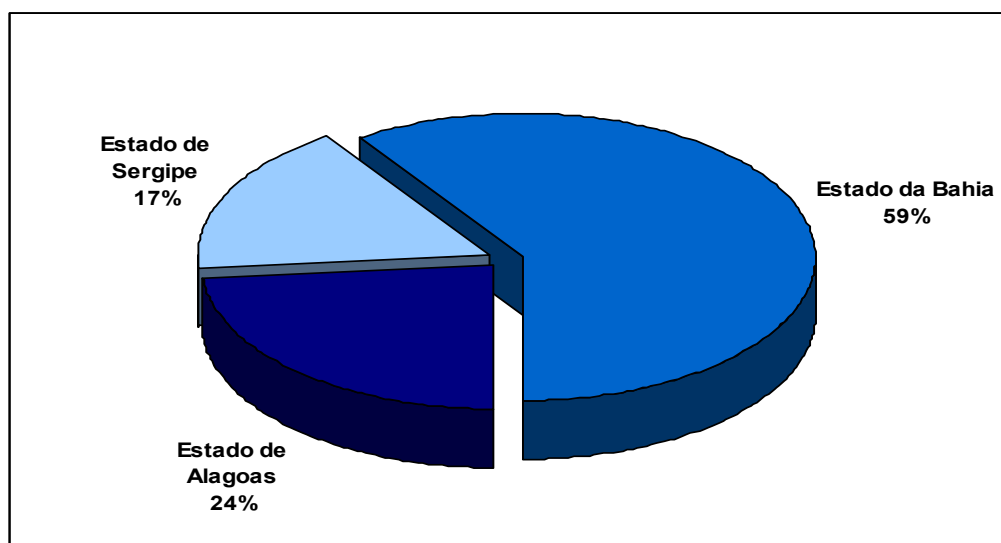
- ✓ existem diversos sítios arqueológicos ainda não cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológicos – SGPA, do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A existência de sítios conhecidos e citados na literatura científica não cadastrados no SGPA/IPHAN pode ser explicada devido à dificuldade do Instituto em processar e atualizar o seu banco de dados, ou em decorrência dos dois primeiros aspectos listados acima.

Desta forma vale destacar que o número total de sítios cadastrados no SGPA/IPHAN não corresponde ao universo de sítios arqueológicos existentes, ou mesmo pesquisado, nem na All, nem nos Estados, ou mesmo no Brasil. Mas apesar disso, esse dado oficial fornece um indicador quantitativo das pesquisas arqueológicas realizadas em uma determinada área amostrada.

De acordo com o SGPA/IPHA, oficialmente, existem 784 sítios arqueológicos cadastrados nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, assim distribuídos: 186 em Alagoas; 133 em Sergipe; e 465 na Bahia (ver Gráfico 3.11).

GRÁFICO 3.11 - PERCENTUAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN POR ESTADO



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico - SGPA/IPHAN, Maio/2006.

De acordo com os dados secundários disponíveis, pode-se verificar que as Culturas Arqueológicas Canindé, Aratu e Tupiguarani foram identificadas nos três Estados, bem como na Área de Influência.

Com o objetivo de agregar informações neste diagnóstico, ilustrativamente, serão apresentados os principais aspectos das três Culturas Arqueológicas.

A identificação de elementos da **Cultura Canindé** foi realizada durante os trabalhos de Salvamento de Xingó, nos sítios arqueológicos localizados nos terraços e afluentes do Rio São Francisco, mais especificamente, no “canyon” que seria inundado com o barramento, no município de Canindé do São Francisco, em Sergipe. Esse trabalho permitiu a identificação da evidência de diversas fogueiras, necrópoles (a maior do Nordeste) e expressiva quantidade de artefatos líticos e

cerâmicos. Os sítios foram localizados nos topos ou flancos dos terraços, assim como em abrigos localizados em riachos afluentes, em sua maioria, com registro rupestre. Essa cultura apresenta uma abrangência temporal de 9.000 anos a 1.280 anos antes do Presente (Carvalho, 2000). Foi evidenciada a presença de cerâmica até a camada de ocupação de 4.340 anos atrás (Gabriela Martin, 1999).

A **Cultura Aratu** foi estabelecida pelo arqueólogo Valentin Calderón a partir de prospecções de 24 sítios arqueológicos, efetuadas no litoral da Bahia, em Sergipe e Pernambuco. O nome Aratu foi dado a partir do Sítio Guipe, no centro industrial de Aratu, que está a 16 quilômetros de Salvador (Gabriela Martin, 1999). No entanto, com o avanço das pesquisas arqueológicas, atualmente, considera-se que a tradição Aratu estende-se de São Paulo ao Mato Grosso, Minas Gerais e do litoral baiano até o sudeste de Goiás.

Em linhas gerais essa tradição se caracteriza como uma cultura de agricultores ceramistas, situados em grandes aldeamentos circulares localizados em elevações suaves. As cabanas eram alinhadas ou dispostas em círculo ao redor de uma praça central, lembrando os aldeamentos Macrogê do Brasil Central como os Kayapós e Xavantes (André Prous, 1992).

Esses grupos ocupavam, à época, área florestal (floresta mesófila decídua) e escolhiam, como espaço topográfico para erguer suas habitações, o platô de colinas, próximo a algum córrego.

A cultura Aratu era formada por caçadores-coletores em área florestal, assim como pelo desenvolvimento de uma agricultura incipiente. Sua base alimentar, portanto, era típica de coletores silvícolas. Os enterramentos eram predominantemente secundários, em urnas dispostas em grupos de duas ou mais, nas aldeias. As urnas, piriformes, tinham dimensões médias de 75 cm de altura por 65 cm de bojo e abertura aproximada de 45 cm. Tigelas menores eram empregadas para cobrir a boca dos vasilhames funerários (Luis Lins Carvalho, 2000).

A tradição, ou **Cultura Tupiguarani** tem sido estudada a partir de sítios arqueológicos localizados ao longo da costa brasileira e da mata atlântica do Nordeste. A arqueologia constata que os grupos humanos que pertenciam a Cultura Tupiguarani não se estabeleciam em regiões secas e em terras frias. Procuravam construir suas aldeias em terrenos baixos (até 400 metros acima do nível do mar) e próximos de rios navegáveis. Os sítios arqueológicos foram encontrados próximos de rios navegáveis e em zonas de mata. De um modo geral, no Nordeste, os territórios secos e serrados e caatingas não são os locais relacionados à presença Tupiguarani. As áreas preferenciais de ocupação eram aquelas cobertas pela floresta mesófila, decídua e semi-decídua, eliminando-se a caatinga.

No entanto, deve-se destacar que o arqueólogo Marcos Albuquerque, a partir das pesquisas que realizou em Pernambuco, tem questionado essa limitação espacial, pois no território pernambucano há evidências de ocupação Tupi-guarani em todo o Estado, da região de mangue a restinga e da mata ao semi-árido, com uma abrangência temporal de aproximadamente 1.000 anos, do Século IX ao Século XIX.

Em função dos dados arqueológicos e etnográficos, pode-se afirmar que a área de ocupação Tupi-guarani ficava entre 250 a 400 m² para as pequenas e até 10.000 m² para as maiores. A distribuição espacial das habitações era geralmente

de forma circular ou ovulada, ao redor de uma praça central. Na praça, havia um espaço livre destinado às festas, aos rituais e reuniões. A média populacional dos aldeamentos situava-se entre 500 a 3.000 índios. Os enterramentos eram efetuados em urnas funerárias, com quantitativos que demonstram uma maior fixação na região. Por possuírem forma similar à dos grandes potes para a fermentação de bebidas, são chamados de igaçabas (vasos para água, em Tupi). As urnas são carenadas e com bojo mais largo que a altura. O mobiliário no sepultamento consta de objetos de uso pessoal como machados polidos e tembetás. Entre os Tupi-guaranis do litoral, o rito da incineração foi comum.

No Nordeste brasileiro, poucos sítios arqueológicos da tradição Tupi-guarani foram escavados, e as notas prévias resultantes desses trabalhos ainda não permitem maiores conhecimentos sobre essa tradição. Característica marcante da cultura Tupi-guarani é a decoração policrômica encontrada nas peças e fragmentos resgatados. São traços lineares, vermelhos, sobre fundo englobado. A decoração pintada inclui diversos padrões. O mais popular consiste em linhas finas e faixas mais largas em vermelho e ou castanho, desenhadas sobre um fundo pintado de branco ou creme. A pintura pode ter sido aplicada tanto na superfície externa quanto interna das vasilhas, mas se observa que a pintura é mais comum externamente nas formas fechadas e internamente nas formas abertas. A presença mais recente da cerâmica Tupiguarani no litoral Nordeste é a das sub-tradições corrugada e escovada.

Dos prováveis ancestrais desses grupos, porém, os únicos vestígios arqueológicos são vasilhas e fragmentos de cerâmica, muitas vezes pintados com motivos variados. Um novo e amplo estudo sobre as pinturas aplicadas a essa cerâmica – reunida sob o nome 'Tradição Tupiguarani' – revela que não eram apenas simples decoração; na verdade, os desenhos parecem expressar os valores coletivos desses primeiros habitantes do litoral brasileiro. No final dos anos 60, os pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), dirigido pelos arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans (1920-1981), encontraram numerosos sítios onde apareciam restos de cerâmica decorada, alguns com traços vermelhos ou pretos pintados sobre fundo branco. Tais manifestações foram reunidas sob o nome 'Tradição Tupiguarani' – Tupiguarani em uma só palavra, indicando tratar-se de um conceito arqueológico que não corresponde obrigatoriamente aos povos falantes das línguas tupi-guarani (com hífen), embora se supusesse que os autores das peças fossem, ao menos em parte, ancestrais desses povos. As datações radiocarbônicas apontavam que os artefatos teriam entre 1.500 e 500 anos.

De acordo com o arqueólogo José J.J.P. Brochado, a tradição Tupiguarani, consolidou-se até o século V de nossa era, seguindo-se os períodos arcaico, médio e tardio, ainda anterior ao contato com os europeus, prosseguindo durante o período colonial até os dias atuais.

O Período Arcaico teve início com a primeira onda migratória, durante a qual a principal característica da cerâmica era a decoração policroma, em vermelho e preto sobre fundo branco que corresponde à Subtradição Pintada. Este período finaliza com o início da Subtradição Corrugada. O Período Médio corresponde à formação da segunda onda migratória, conduzindo a Subtradição Corrugada. O período termina com a chegada da primeira onda migratória, trazendo a Subtradição Pintada, no Nordeste. No Período Tardio se desenvolveu a maior parte

da segunda onda migratória, conduzindo a Subtradição Corrugada. Essa onda migratória chegou até o rio Prata, estendendo-se até o Nordeste. Nessa época mantinha-se ainda em movimento a primeira onda migratória nesta região. O fim do período corresponde à chegada dos europeus. Para a arqueóloga Cristina M. Scatamacchia durante o Período Colonial as migrações teriam sido desviadas e finalmente paralisadas; considerando ainda que sob a influência européia, teria surgido a Subtradição Escovada.

A Tabela 3.28 apresenta a periodização da Cultura Tupiguarani, de acordo com o proposto pelo Arqueólogo Jose J. P.P. Brochado e reproduzido por diversos pesquisadores.

TABELA 3.28 - PERIODIZAÇÃO TUPIGUARANI

Datação (Séculos)		Períodos	Denominação
Início	Término		
-	V	Início da Tradição	Pré-Histórico
V	IX	Período Arcaico	
IX	XIII	Período Médio	
XIII	XV	Período Tardio	
XV	XVIII	Período Colonial	Histórico
XVIII	XIX	Período Atual	

Fonte: Adaptado de Fernando Lins de Carvalho, 2000.

Nos próximos itens serão apresentadas as principais pesquisas realizadas por Estado.

3.11.2 – EM ALAGOAS

As pesquisas arqueológicas no território alagoano estão concentradas na Faixa Litorânea e na Serra da Barriga, referente ao Quilombo de Palmares.

Os trabalhos arqueológicos do projeto de “*Prospecção Arqueológica na Lagoa do Jequiá*” foram desenvolvidos pela equipe do Arqueólogo Marcos Albuquerque, através da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Teve como resultado preliminar a associação de sítios com a tradição ceramista Tupi-guarani com um sítio cuja cerâmica apresenta características da Tradição Aratu.

Os primeiros estudos na Serra da Barriga, no local onde teria existido o Quilombo de Palmares³, tiveram início em 1990, por meio de pesquisas exploratórias e preliminares, pela equipe da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), liderada pelo arqueólogo Scott Joseph Allen. As evidências encontradas estavam relacionadas a uma forte presença indígena, bem como cerâmicas portuguesas, sem nenhum traço cultural africano, contrariando a expectativa inicial. Diante das características dos sítios pesquisados, que contrariavam as expectativas iniciais, em

³ O Quilombo de Palmares teria sido fundado no fim do século XVI, resistindo por aproximadamente cem anos ao ataques portugueses e holandeses. Esse Quilombo seria formado por um conjunto de vários povoados que parecem ter se organizado como um tipo de confederação, tendo como “capital” o povoado de Macaco, cuja localização ainda não foi encontrada. De acordo com o arqueólogo Scott Joseph Allen, ela pode estar localizada em uma das encostas da Serra da Barriga e não necessariamente no alto da serra, como outros defendem.

1987, a Fundação Cultural Palmares – Instituição responsável pelo sítio arqueológico, suspendeu as atividades arqueológicas. No entanto, em 2005, em decorrência da expansão de estrutura para a ampliação de um estacionamento de visitantes, em novembro daquele ano, as atividades arqueológicas foram retomadas no Sítio Arqueológico SB1.

De acordo com o Arqueólogo Allen, há evidências que a região foi ocupada há pelo menos mil anos atrás, por populações pré-históricas, provavelmente relacionadas ao tronco lingüístico Macro-Jé, que é recorrente em todo o Brasil Central e, em épocas mais remotas, também habitavam o interior do Nordeste. Entre as evidências arqueológicas, existem traços da tradição ceramista Tupi-guarani, que teria chegado posteriormente na região, bem com de cerâmica portuguesa (faiança grossa, produzida com menor refinamento, na colônia brasileira). A relação entre as populações indígenas e a população de Palmares ainda está sendo interpretada pelos arqueólogos, entre várias hipóteses, entre elas destaca-se a possibilidade dos indígenas terem feito parte da população do quilombo, ou de pelos menos terem estabelecido comércio com os quillombolas - “esse tipo de contato, explicaria a presença da faiança – registros históricos falam de trocas entre os habitantes do quilombo e os colonos, ou de brancos que se mudaram para lá” (LOPES, 2005).

3.11.3 – EM SERGIPE

Apesar de haver registros etnográficos e etnohistóricos que apresentem indícios de sítios arqueológicos desde o Século XVI, foi somente em meados do Século XX que as pesquisas arqueológicas tiveram início em Sergipe.

A localização de diversos artefatos pertencentes à pré-história sergipana foi realizada nas décadas de 60 e 70, pelos trabalhos pioneiros de José Augusto Garcez, Celso Oliva, Luiza Maria Gonçalves e Valetin Calderon. Com a cooperação entre a Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi realizado o mapeamento arqueológico do território sergipano, mais especificamente no município de Canindé do São Francisco, no local onde havia sido identificado o Sítio Arqueológico Letreiro. O levantamento arqueológico realizado pelo PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, ainda na década de 60, na região do Poxim ao Rio São Francisco, permitiu a hipótese de que as evidências da tradição Tupiguarani nessa região representem resíduos materiais do aldeamento, registrado historicamente, em 1575 e no século XVII.

Calderón localizou vários sítios arqueológicos nos municípios de Cristinápolis, entre Sergipe e Bahia, situados ao longo dos rios que deságuam no Oceano Atlântico.

Posteriormente, nos anos 80, o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), da Universidade Federal de Sergipe, identificou, a partir do mapeamento arqueológico do Estado, a presença de sítios da cultura Aratu nos municípios de Frei Paulo, Riachuelo, Divina Pastora, Pacatuba, Santa Luzia do Itanhhy, Pedrinhas e Cristinápolis.

Os trabalhos iniciados entre 1987-88, com a assinatura de um contrato entre a UFS e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, resultaram no Programa Arqueológico de Xingó. Durante a realização do Programa de Salvamento

Arqueológico da UHE Xingó, na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe, mais especificamente no município de Canindé do São Francisco, a arqueóloga Cleonice Vergene localizou diversos sítios arqueológicos.

Na escavação do sítio Cemitério do Sítio Justino foram encontradas urnas funerárias e 188 esqueletos humanos, além de cerâmica e outros objetos arqueológicos, associados com elementos das culturas arqueológicas Canindé, Aratu e Tupi-guarani. Com a continuidade dos trabalhos foi possível localizar mais de 254 sítios arqueológicos. Quando os trabalhos de salvamento estavam concluídos, no final de 1987, já haviam sido levantados mais de 200 sítios à margem do São Francisco. A continuidade da pesquisa arqueológica em Xingó pressupunha a retomada das escavações nos terraços do São Francisco, interrompidas com o enchimento do lago, a manutenção do levantamento de sítios de registros gráficos no platô, e a análise detalhada das evidências arqueológicas resgatadas na área.

As escavações realizadas no Sítio Jerimum, na margem direita do São Francisco, a jusante da barragem, revelou uma pequena necrópole. A equipe do MAX realizou a escavação dos Sítios Barracão, Barragem e Cipó, a jusante da barragem, na margem alagoana.

No município de Pacatuba, foi encontrado o Sítio Arqueológico Machado, onde foram recolhidos fragmentos cerâmicos e uma urna funerária associados à Tradição Aratu.

Cabe destacar que a Tradição Aratu apresenta a maior quantidade de estudos arqueológicos na região, pois está presente na grande maioria dos sítios arqueológicos sergipanos entre os séculos VIII ao XVII, enquanto que a Tradição Tupi-guarani, por ser mais recente, está relacionada aos sítios arqueológicos com datação a partir do século IX.

3.11.4 – NA BAHIA

Na Bahia existem relatos de cronistas que são indicativos de sítios arqueológicos desde o Século XVI, porém, é somente a partir da segunda metade do Século XX, que as pesquisas arqueológicas tiveram início no Estado.

Entre as décadas de 60 e 70, as pesquisas arqueológicas sistemáticas na Bahia tiveram início na faixa litorânea do Estado, com o Arqueólogo Valentin Calderon, que assinalou diversos sambaquis localizados no Recôncavo Baiano; assim como na periferia de Salvador, município de Periperi; e na ilha de Itaparica. Os sítios localizados no Recôncavo baiano apresentavam cerâmica Aratu e Tupi-guarani. Esse Arqueólogo realizou prospecções também no litoral sul da Bahia.

Em 1982, no domínio da Chapada Diamantina, tendo o município Central como epicentro, localizado no centro das caatingas regionais, com uma equipe multidisciplinar e com pesquisadores internacionais, sob a coordenação da Arqueóloga Maria da Conceição Moraes Coutinho Beltrão, o Projeto Central teve início com uma área de abrangência de 270.000 km², contemplando 243 municípios baianos. Em 2002, com o desenvolvimento das pesquisas, já havia sido contabilizado 300 sítios arqueológicos catalogados e estudados nos municípios de

Angical, Barreiras, Carfanaum, Central⁴, Gentio de Ouro, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Morro do Chapéu, Palmas de Monte Alto, Presidente Dutra, São Desidério, Uibaí, e Xique-Xique e Jacobina. A área original do projeto foi reduzida pelo IPHAN para 100.000 Km². Como resultado dos trabalhos realizados no município, foi fundado o Museu Arqueológico de Central, em 06 de agosto de 1995, prédio do Mercado Municipal.

Outras pesquisas foram realizadas em território baiano: nos municípios de Glória e Rodelas, através Projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica do São Francisco (PSA I), entre 1982 e 1988, pelo Antropólogo Pedro Agostinho; e nos municípios de Coribe e Santa Maria da Vitória, entre 1981 e 1986, na fronteira entre o Estado baiano e Goiás, com o Projeto Arqueológico Serra Geral, ao longo do Rio Correntes - realizado pelos Arqueólogos Altair Sales Barbosa e Igor Schmitz.

Ademais, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia realizou pesquisas na Vila de Piragiba, em Muquem do São Francisco e o mapeamento de sítios arqueológicos existentes no Recôncavo Baiano, em Santa Cruz de Cabralia, em Porto Seguro e em alguns municípios da Chapada Diamantina. As informações referentes a essas pesquisas não estão disponibilizadas. A partir de 1995, os trabalhos do MAE ganharam reforços com a presença de Ana Gantois e do Arqueólogo Carlos Etchevarne.

O Arqueólogo Carlos Etchevarne, entre 1995-96, escavou um possível aldeamento ou cemitério Aratu, no Município de Ibotirana, na Bahia.

3.11.5 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGISTRADOS NA AII E NA ADA

Na Área de Influência da Rodovia BR-101 AL/SE/BA, existem 28 sítios cadastrados no SGPA/IPHAN, sendo:

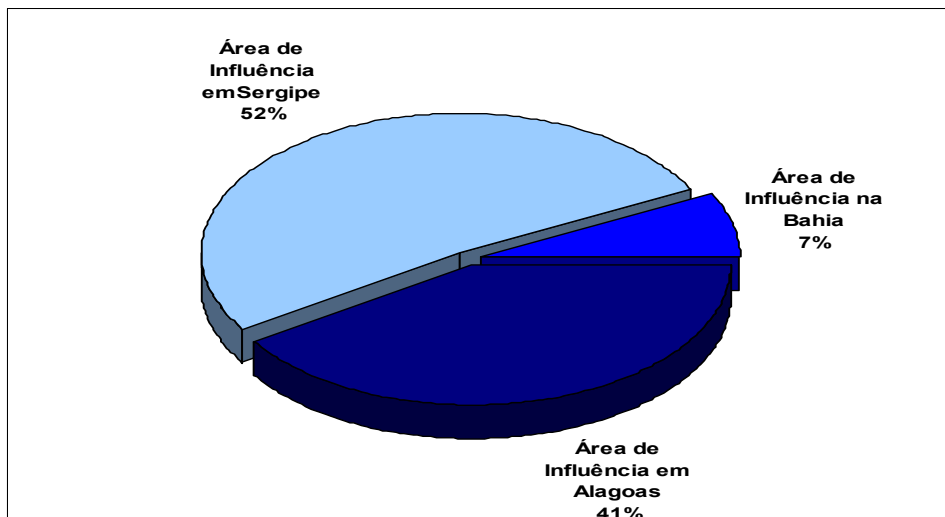
- ✓ Onze sítios arqueológicos cadastrados no município de Porto Real do Colégio, em Alagoas;
- ✓ Quatorze sítios arqueológicos cadastrados, no município de Propriá, em Sergipe; e
- ✓ Dois sítios no município de Esplanada e um sítio no município de Rio Real, na Bahia.

No entanto, as pesquisas arqueológicas realizadas em Alagoas indicam que o município de São Miguel dos Campos apresenta o registro de nove sítios arqueológicos (oito sítios da tradição arqueológica ceramista Tupi guarani e um sítio da tradição arqueológica ceramista Aratu), localizados por ocasião do Projeto "Prospecção Arqueológica na Lagoa do Jequiá-Alagoas", na área dos tabuleiros periféricos à Lagoa do Jequiá (ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Velleda: 1998).

O Gráfico 3.12 apresenta a distribuição por Estado dos municípios com sítios arqueológicos, cadastrados e não cadastrados no SGPA/IPHAN, assim como aqueles que apresentam bens tombados no Arquivo Noronha Santos do IPHAN.

⁴ No abrigo arqueológico Toca da esperança, no município de Central, Maria Beltrão acredita ter a comprovação científica da presença humana há pelo menos 300.000 anos atrás.

**GRÁFICO 3.12 - PERCENTUAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA AII
CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS NO SGPA/IPHAN**



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico - SGPA/IPHAN, Maio/2006.

Na visita expedita de campo foram observados aspectos que poderão interferir na integridade de sítios arqueológicos eventualmente existentes ou mesmo na sua localização. A seguir serão relacionadas as principais interferências físicas observadas em campo.

Em Alagoas:

- ✓ As construções residenciais, comerciais e de serviços associadas à sede do município de Teotônio Vilela acompanham a BR-101 por um trecho aproximado de dois quilômetros, em ambos os seus lados.
- ✓ O conjunto de construções comerciais, residenciais e de serviços (escola, posto de saúde, igreja) de ambos os seus lados, como mostram, no município de Junqueiro, no lado direito da BR-101 (sentido Sul).
- ✓ O distrito de Luziápolis localizado às margens da estrada, em seu lado direito (sentido Sul).

Em Sergipe:

- ✓ No município de Carmópolis a existência de locais de extração de petróleo na proximidade da rodovia, com prováveis instalações subterrâneas (oleodutos e/ ou gasodutos) ou mesmo superficiais.
- ✓ Diversos pequenos povoados localizados as margens da rodovia, especialmente nos entroncamentos que dão acesso às sedes municipais, no sub-trecho entre os 90 quilômetros entre a Divisa AL/SE e o entroncamento com a BR-235. Além da presença de pessoas do Movimento Sem-Terra acampados às margens da BR-101.

- ✓ A presença de pequenas chácaras, construções comerciais, pastagens e/ou plantações no trecho entre o fim da duplicação e o entroncamento com a BR-349(B).
- ✓ A presença de gasodutos e oleodutos subterrâneos é especialmente marcante no trecho entre o fim da duplicação e o entroncamento com a BR-349(B).
- ✓ A interligação tanto da fábrica da Ambev quanto da Mabel ao sistema de distribuição de gás natural da Petrobrás, deve apresentar ocorrência de dutos de gás subterrâneos, no trecho entre Itaporanga D´Ajuda e a periferia de Estância.
- ✓ A interseção da rodovia com área urbana de Estância por aproximadamente dois quilômetros e meio, cuja, faixa de domínio encontra-se integralmente ocupada por construções de todos os tipos: residências, igrejas, escolas, postos de gasolina, etc. No final do trecho urbano central da cidade, segue-se, por aproximadamente mais 01 km, construções comerciais e residenciais e o cemitério da cidade, às margens da BR-101.
- ✓ Interceptação das áreas urbanas dos municípios de Umbaúba, e Cristinápolis, por 1.9 km e s 3 km, respectivamente.

Na Bahia

- ✓ A presença do Povoado de Loreto às margens da BR-101, no entroncamento para Jandaíra e Rio Real.
- ✓ A existência de diversas construções em Esplanada, como residências, comércio, cemitério e escolas, em ambos os lados da Rodovia.
- ✓ A existência de duas passagens sob a Rodovia, construídas por viadutos, que servem de pontos de travessia no trecho, tanto às populações de Esplanada como à via férrea.
- ✓ A presença construções residenciais, comerciais e industriais na região próxima a seu entroncamento para o município de Entre Rios.

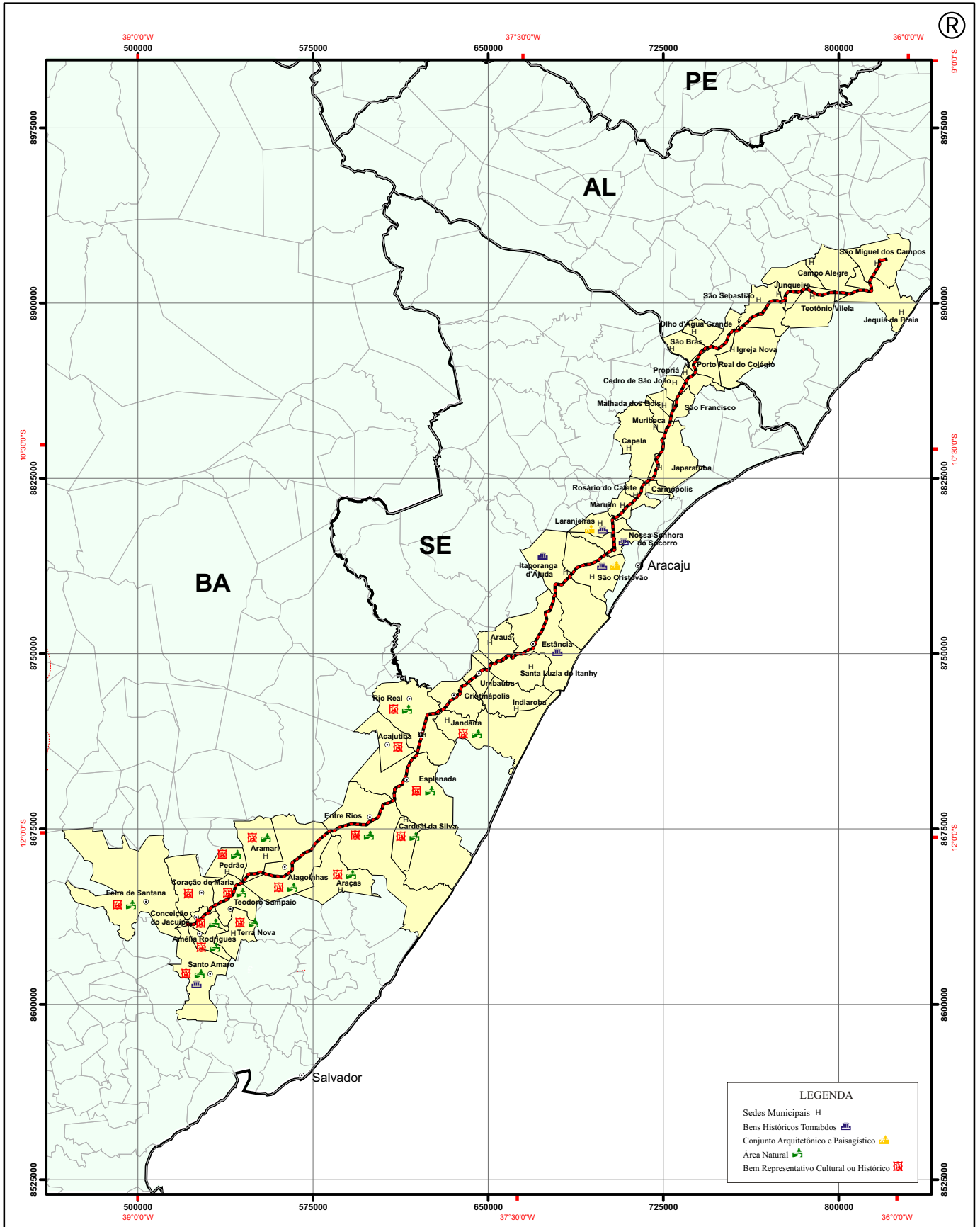
Em resumo, as pesquisas arqueológicas realizadas, ou em desenvolvimento nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, demonstram a presença das Culturas Arqueológicas Canindé, Aratu e Tupi guarani na região, corroborando o potencial arqueológico e a possibilidade de existência de sítios arqueológicos.

Outro tipo de evidência arqueológica que, eventualmente, poderá ser identificada nesta região está relacionado ao padrão de assentamento estabelecido pelas antigas missões e reduções indígenas que proliferaram no período colonial, na região do Rio São Francisco conforme as indicações dos estudos indígenas realizados pela OIKOS⁵.

⁵ Recomenda-se a Leitura da seção 3.14 – Terras Indígenas Kariri Xocó e Karapoto.

Na Área Diretamente Afetada pelas obras de adequação e melhoria da capacidade da BR-101 AL/SE/BA não foram realizadas pesquisas suficientemente detalhadas que permitam localizar as evidências arqueológicas ou, ao contrário, fornecer elementos que possibilitem atestar sua ausência.

Mesmo com a interferência antrópica observada, deverá ser realizado um levantamento arqueológico, visando identificar e localizar o patrimônio arqueológico eventualmente existente na ADA, indicando quando necessário os procedimentos para o seu salvamento, em conformidade com a Legislação pertinente.



Convenções Cartográficas	
	Área de Diretamente Afetada
	Área de Influência
	Limite Municipal
	Limite Estadual

Elaborado Por:	
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101 AL / SE / BA TRECHO: DIVISA PE / AL - DIVISA BA / ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS / AL - ENTR. BR-324 / BA	
MAPA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO DA AI	

	Escala:	1:1.500.000
	Figura:	3.12

3.12 – PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO

O patrimônio cultural pode ser identificado através de suas tradições culturais, tais como festividades religiosas ou populares; pela presença de prédios e/ou monumentos históricos; ou por locais que desempenharam uma função significativa na formação da identidade cultural de uma determinada população.

A identificação, a preservação e a proteção do patrimônio cultural são amparadas por Legislação específica, a saber:

- ✓ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
- ✓ Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (Institui o registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências).
- ✓ Constituição 1988, de 05 de outubro de 1988⁶.

Apesar da Área de Influência Indireta apresentar municípios cuja instalação remonta aos Séculos XVI, XVIII e XIX, existem apenas 26 bens históricos tombados e registrados no Livro de Tombo Histórico do Arquivo Noronha Santos do IPHAN (ver Tabela 3.29). Esses bens tombados são constituídos por igrejas, engenhos, capelas e prédios, distribuídos da seguinte forma:

- ✓ Vinte em Sergipe (um em Estância; dois em Itaporanga; d'Ajuda; cinco em Laranjeiras; um em Nossa Senhora do Socorro; e onze em São Cristóvão); e
- ✓ Seis na Bahia (no município de Santo Amaro).

No Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, encontra-se registrado o “conjunto arquitetônico e paisagístico” de Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe.

Na vistoria de campo realizada, pode-se observar que a grande maioria das cidades da Área de Influência apresentava edificações históricas mal conservadas. No entanto, nenhum dos Bens Tombados ou edificações encontra-se impactado pela adequação da capacidade e melhoria da BR-101 AL/SE/BA.

TABELA 3.29 - BENS HISTÓRICOS NA AII

ESTADO	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DO BEM TOMBADO
BA	Santo Amaro	Matriz de Nossa Senhora da Purificação
BA	Santo Amaro	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos
BA	Santo Amaro	Prédio à Rua da Matriz, 9
BA	Santo Amaro	Paço Municipal

⁶ Artigos Referentes ao Patrimônio Cultural Brasileiro: Artigo 5º - LXXIII; Artigo 23º - III, IV,V, VI, VII; Artigo 24º - VI, VII, VIII, IX; Artigo 30º - IX; Artigo 170º - VI; Artigo 215 - §1º e §2º; Artigo 216º - I, II, III, IV,V:§1º; §2º, §3º, §4º e § 5º; Artigo 220º; Artigo 221º - I, II, III; Artigo 225º - § 1º, I, II, III, IV, V, VI, VII, § 2, § 3º., § 4º., § 5º, § 6º.

ESTADO	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DO BEM TOMBADO
BA	Santo Amaro	Santa Casa de Misericórdia: prédio central
BA	Santo Amaro	Solar do Conde de Subaé
SE	Estância	Casa à Praça Rio Branco, 35
SE	Itaporanga d'Ajuda	Casa de Tejupeba
SE	Itaporanga d'Ajuda	Capela do Colégio
SE	Laranjeiras	Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio
SE	Laranjeiras	Igreja de Comandaroba
SE	Laranjeiras	Igreja Matriz do Coração de Jesus
SE	Laranjeiras	Engenho Jesus, Maria, José: capela
SE	N. Senhora Socorro	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
SE	São Cristóvão	Sobrado à Rua das Flores
SE	São Cristóvão	Engenho Poxim: Capela de Nossa Senhora da Conceição
SE	São Cristóvão	Convento e Igreja de Santa Cruz
SE	São Cristóvão	Convento E Igreja Do Carmo
SE	São Cristóvão	Igreja e Casa da Misericórdia
SE	São Cristóvão	Igreja da Ordem Terceira do Carmo
SE	São Cristóvão	Igreja de Nossa Senhora do Amparo
SE	São Cristóvão	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
SE	São Cristóvão	Sobrado à Rua Castro Alves, 2
SE	São Cristóvão	Sobrado com balcão corrido
SE	São Cristóvão	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias

Fonte: IPHAN, Livro de Tombo Histórico.

O governo da Bahia, através da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT/BA), realizou o Programa de Mapeamento Cultural do Estado da Bahia, através de um Censo Cultural realizado entre 1996 e 1998 e atualizado anualmente. Por este, foram identificados conjuntos de elementos do Patrimônio Cultural, incluindo Áreas Naturais e Bens Representativos da Cultura e da História, para cada município do Estado. Os bens levantados para os municípios da AI estão na Tabela 3.30. A Figura 3.13 apresenta o mapeamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico na AI.

TABELA 3.30 - PATRIMÔNIO CULTURAL – MUNICÍPIOS DA BAHIA DA AI

MUNICÍPIO	ÁREA NATURAL/ BEM REPRESENTATIVO CULTURAL E HISTÓRICO
Acajutiba	Bica de Fae Estação Ferroviária Igreja Matriz
Alagoinhas	Bacia Hidrográfica Pojuca Cachoeira de Subaúna Fonte dos Padres Lagoa do Mato Riacho do Mel

MUNICÍPIO	ÁREA NATURAL/ BEM REPRESENTATIVO CULTURAL E HISTÓRICO
	Rio Catú Serra de Fortaleza Serra do Ouro Serra do Tombador Serra Maria Brito Estação Ferroviária de São Francisco Mercado do Artesão Ruína da Igreja Inacabada de Alagoinhas Velha
Amélia Rodrigues	Reserva Ecológica do Loteamento Canto Verde Igreja Nossa Senhora da Lapa
Araçás	Rio Quiricó Igreja Deus Menino
Aramari	Represa de Aramari Praça Nossa Senhora da Conceição Viação Férrea Federal Leste Brasileira
Cardeal da Silva	Fonte de Água Mineral Igreja de Nossa Senhora Divina Pastora
Conceição do Jacuípe	Vale do Rio Pojuca Capela do São Francisco de Assis Cidade Cinematográfica do Filme Tieta do Agreste Fazenda Candeal Fazenda São Francisco Milagre São Francisco Nascente do Rio Jacuípe
Coração de Maria	Igreja de São Simão Igreja Imaculado Coração de Maria Igreja Nossa Senhora das Dores
Entre Rios	Área de Proteção Ambiental Manguezal - Capim Duro Praia de Massarandupió Praia de Subaúma Praia do Porto de Sauípe Rio Sauípe Casa da Cultura Gonzagão Igreja da Padroeira do Município de Nossa Senhora dos Prazeres
Esplanada	Área de Proteção Ambiental – Praia de Baixo Área de Proteção Ambiental Cachoeira do Riacho Grande Praia de Baixo Igreja de Santo Antônio Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia Igreja Senhora Santana
Feira de Santana	Fonte de Milagres Lagoa do Prato Raso Lagoa Grande Lagoa Mundéu Lagoa Pindoba Lagoa Pirixi Lagoa Salgada

MUNICÍPIO	ÁREA NATURAL/ BEM REPRESENTATIVO CULTURAL E HISTÓRICO
	Lagoa Seca Lagoa Tábua Parque Florestal do Prejeto Pássaro Vivo Rio Jacuípe Rio Pojuca Rio Subaé Serra de São José Câmara de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana Catedral Diocesana de Sant'Anna - Igreja Matriz Centro de Cultura Amélio Amorim Igreja Senhor dos Passos Mercado de Arte Popular de Feira de Santana Paço Municipal Maria Quitéria Universidade Estadual de Feira de Santana
Jandaíra	Área de Proteção Ambiental Cachoeira da Itanhy Dunas de Coqueiros Dunas de Mangue Seco Fonte da Gurunga Praia de Costa Azul Praia de Mangue Seco Capela do Santo Cruzeiro Igreja de Bom Jesus dos Navegantes Igreja de Nossa Senhora de Abadia Igreja Nossa Senhora da Guia
Pedrão	Gruta do Patrimônio Lagoa de Cabeça Lagoa de Iaçu Escola Encourados da Independência Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus Sobrado Rua Cônego Carneiro
Rio Real	Lagoa do Carro Quebrado Lagoa Grande Rio dos Peixes Rio Itapicuru Rio Real Caixa D'Água Capela de São José Cine Teatro São Vicente de Paula Estação Ferroviária Fórum Doutor Antônio Carlos Magalhães Igreja Matriz Nossa Senhora do Livramento
Santo Amaro	Cachoeira da Vitória Cachoeira de José Regadas Cachoeira de Nana Cachoeira do Urubu ou da Mãe 'Dágua Gruta da Aurora Praia de Itapema Timbó

MUNICÍPIO	ÁREA NATURAL/ BEM REPRESENTATIVO CULTURAL E HISTÓRICO
	Capela de Nossa Senhora do Desterro Capela de São Brás Capela do Senhor Santo Amaro Capela Santo Antonio dos Calmons Casa da Fazenda São João Casa do Dr. Bião Chácara Rocinha Loteamento Verde Vale Chafariz da Praça Clube Social Irapuru Hospital Nossa Senhora da Vitória Igreja Nossa Senhora do Amparo Igreja Nossa Senhora do Rosário Matriz de Nossa Senhora da Purificação Matriz de Oliveira dos Campinhos Pensão Brasil Prefeitura Municipal / Antiga Casa de Câmara e Cadeia Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes Santa Casa de Misericórdia Sobrado da Avenida Getúlio Vargas Sobrado da Rua Conselheiro Saraiva Sobrado de Biju Sobrado do Engenho Novo Sobrado do Engenho Subaé Solar de Aramaré Solar do Conde de Subaé Solar Paraíso
Teodoro Sampaio	Alto de Seu Rosendo Lagoa de Iaçu Milagre de Santo Antônio Vales do Pau Brasil Casa de Fazenda: Fazenda Oiteiro Escola de Laticínio Catuí Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda
Terra Nova	Morro Alto do Cáipe Capela de Engenho Água Boa Casa do Engenho Santo Antônio de Rio Fundo Chalé dos Vilas Boas Clube LÍtero Recreativo Terra Nova Igreja Bom Jesus de Bonças Igreja São Pedro do Rio Fundo Igreja São Roque

Fonte: SCT/BA – Primeiro Censo Cultural da Bahia, 2005.

As principais festividades praticadas na All estão relacionadas na Tabela 3.31. É importante destacar que as obras de adequação da BR-101, estrada implantada

e em plena utilização há mais de 30 anos, dificilmente implicarão na desestruturação de padrões culturais tradicionais.

TABELA 3.31 - FESTIVIDADES TRADICIONAIS NA AI

REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
ALAGOAS		
Alagoas	Emancipação Política	16 de Setembro
Alagoas	Dia Nacional da consciência negra	20 de Novembro
Teotônio Vilela	Emancipação Política	12 de dezembro
São Sebastião	Emancipação Política	31 de Maio
São Sebastião	Nossa Senhora da Penha (padroeira)	08 de Setembro
Jequiá da Praia	Emancipação Política	02 de Fevereiro
Igreja Nova	Emancipação Política	16 de Maio
Igreja Nova	SÃO JOÃO BATISTA (Padroeiro do Município)	24 de Junho
Campo Alegre	Emancipação Política	09 de Junho
Campo Alegre	BOM JESUS DOS AFLITOS (Padroeiro do Município)	25 de Dezembro
São Miguel dos Campos	Emancipação Política	29 de Setembro
São Miguel dos Campos	NOSSA SENHORA DO Ó (Padroeira do Município)	18/12 a 06/01
Porto Real do Colégio	Emancipação Política	07 de Julho
Porto Real do Colégio	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (Padroeira)	08 de Dezembro
Olho D'água Grande	Emancipação Política	14 de Setembro
Olho D'água Grande	SÃO JOSÉ (Padroeiro do Município)	19 de Março
Junqueiro	DIVINA PASTORA (Padroeira do Município)	Mês de Janeiro
Junqueiro	Emancipação Política	09 de Julho
SERGIPE		
Sergipe	Pré-Caju	15 dias antes do Carnaval
Sergipe	São João	Junho
Cedro de São João	São João Batista	Junho
Própria	Festa de Bom Jesus dos Navegantes	Janeiro
Japaratuba	Santos Reis	Janeiro
Japaratuba	São Pedro/ Cavalgada	Junho
Japaratuba	Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Dezembro
São Francisco	São Francisco de Assis	Outubro
São Francisco	Santos Reis	Janeiro
Carmópolis	Nossa Senhora do Carmo	16 de Julho 07
Carmópolis	Emancipação Política	16 de Outubro
Carmópolis	Festa do Povoado Aguada	-
Laranjeiras	Encontro Cultural	Janeiro
Laranjeiras	Santo Reis	Janeiro
Laranjeiras	Padroeiro Sagrado Coração de Jesus	Junho
Laranjeiras	Semana do Folclore	Agosto
Laranjeiras	N. Srª das Dores	Setembro

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – VOLUME 2 – TOMO III

BR-101 AL/SE/BA

REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
Laranjeiras	Lambe Sujo e Caboclinhos	Outubro
Maruim	Bom Jesus dos Navegantes	Abril
Maruim	Emancipação Política	05 de Maio
Maruim	São Pedro	Junho
Maruim	Festa de Cruz de Bela	Novembro
Rosário do Catete	Nossa Sra. do Rosário	Outubro
Rosário do Catete	Emancipação Política	Março
Rosário do Catete	Festa do Milho	Junho
Nossa Senhora do Socorro	Padroeira	Fevereiro
Nossa Senhora do Socorro	Forró siri	Junho
Nossa Senhora do Socorro	Chegança	Agosto
São Cristóvão	Festa Senhor dos Passos	
São Cristóvão	Festa Nossa Senhora da Vitória	
Estância	Aniversário da Cidade	04 de Maio
Estância	Padroeira Nossa Senhora de Guadalupe	
Estância	São João e São Pedro	
Indiaroba	Festa do divino	
Indiaroba	São João	Junho
Indiaroba	Micareta	
Indiaroba	Indifolia	
Itaporanga d'Ajuda	Festa da padroeira Nossa Senhora D'Ajuda	20 Janeiro a 02 Fevereiro
Itaporanga d'Ajuda	São João	Junho
Santa Luzia	São João	Junho
Santa Luzia	Festa dos pescadores	Setembro
Santa Luzia	Padroeira Santa Luzia do Itanhy	13 de Dezembro
Santa Luzia	Santos Reis	Janeiro
Aruá	Padroeira Nossa Senhora da Conceição	08 de Dezembro
Aruá	São Benedito	2º Domingo de Janeiro
Aruá	Micareta	
Cristinápolis	São Francisco de Assis	03 a 10
Cristinápolis	São João	Junho
Cristinápolis	São Pedro	Junho
Cristinápolis	Micaforró	Após o carnaval
Umbaúba	Nossa Senhora da Guia	
Umbaúba	Vaquejada	
Umbaúba	Cavalgada	
Umbaúba	Micaúba	
Capela	São Pedro (Padroeiro)	Junho
Capela	Festa do Mastro	
Malhada dos Bois	Festa de Santo Antônio	13 de junho
Malhada dos Bois	Festa da Emancipação Política	Novembro
Muribeca	São Pedro	29 de Junho

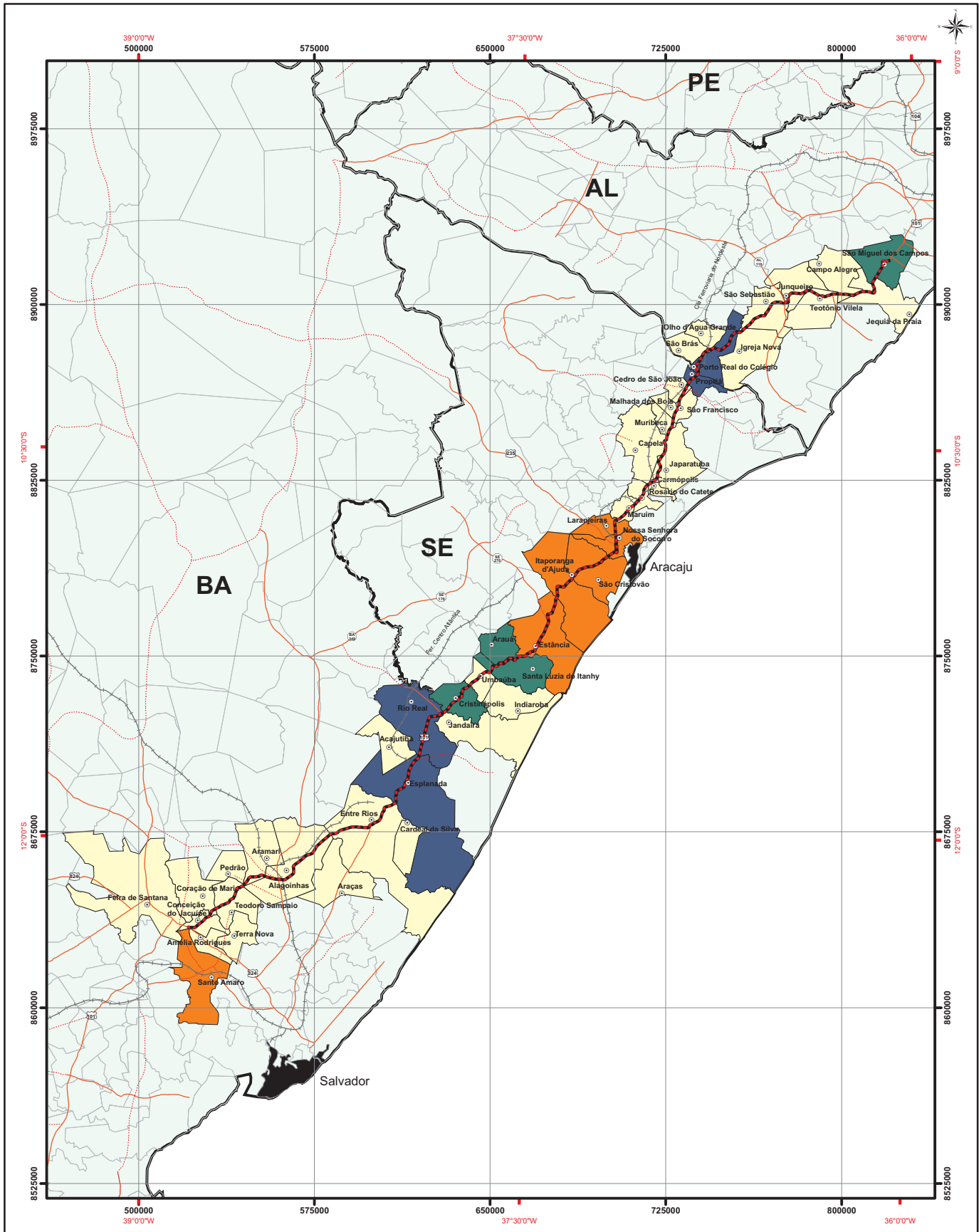
REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
BAHIA		
Acajutiba	Festa da Padroeira	02/02
Acajutiba	Aniversário da cidade de Acajutiba	28 e 29/11
Alagoinhas	Lavagem da Baixa da Candeia	Janeiro
Alagoinhas	Micareta	Maiο
Alagoinhas	Padroeiro da Cidade de Santo Antônio	01 a 13/06
Alagoinhas	Aniversário da Cidade	02/07
Alagoinhas	Salão Regional de Artes Plásticas	Julho ou novembro
Alagoinhas	Simpósio Espírita	Agosto
Alagoinhas	Concurso de Bandas e Fanfarras	Outubro
Alagoinhas	Festa do Senhor do Bonfim	17/12
Amélia Rodrigues	Festa de Nossa Senhora do Amparo	Janeiro
Amélia Rodrigues	Festa e Lavagem do Largo do Cruzeiro	Janeiro
Amélia Rodrigues	Aniversário Poetisa Amélia Augusta Sacramento	26/05
Amélia Rodrigues	Novenas de Nossa Senhora da Lapa	Maiο
Amélia Rodrigues	Arraiá Mel da Cana	21,22,23 e 24 de Junho
Amélia Rodrigues	Festa do Milagre de São Roque	16/08
Amélia Rodrigues	Emancipação Política do Município	20/10
Amélia Rodrigues	Mostra de Cultura e Artes	Outubro
Amélia Rodrigues	Semana da Cultura e Ciências	Outubro
Amélia Rodrigues	Festa do Cavalo	Novembro
Araçás	Comemoração do Aniversário da Cidade	31 de Janeiro
Araçás	Festas Juninas	22 a 24 de Junho
Aramari	Festa do Senhor do Bonfim	Última semana de Janeiro
Aramari	Festa de São José	No mês de Março
Aramari	Festa de São João	22 a 29 de Junho
Aramari	Festa do Padroeiro Deus Menino	2ª semana de Agosto
Aramari	Emancipação Política do Município	01 a 07 de Setembro
Aramari	Festa de Nossa Senhora da Conceição	1º a 8 de Dezembro
Cardeal da Silva	São João e São Pedro	De 23 a 29 de junho
Cardeal da Silva	Aniversário do Município	31 de Julho a 04 de Agosto
Cardeal da Silva	Festa da Padroeira Divina Pastora	01 a 30 de Setembro
Cardeal da Silva	São Cosme / São Damião	Setembro
Conceição do Jacuípe	Festa de Louvor a Maria	01 a 31 de Maio
Conceição do Jacuípe	Festa de Santa Rita de Cássia	13 a 22 de Maio
Conceição do Jacuípe	Festa de Santo Antônio	01 a 13 de Junho
Conceição do Jacuípe	São João	22 a 26 de Junho
Conceição do Jacuípe	Festa de São Roque	07 a 16 de Agosto
Conceição do Jacuípe	Desfile da Primavera do Povoado do Bessa	Setembro
Conceição do Jacuípe	Emancipação Política de Conceição do Jacuípe	20 de Outubro
Conceição do Jacuípe	Festa Nossa Senhora da Conceição do Jacuípe	29 Novembro/8 Dezembro
Coração de Maria	Aniversário do Município	01 de Junho
Coração de Maria	Festa de São João	24a 25 de Junho
Coração de Maria	São Pedro do Retiro	28 a 29 de Junho

REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
Coração de Maria	Festa da Padroeira Imaculada Coração de Maria	20 a 28 de Agosto
Coração de Maria	Cavaleiros do Sol	Fim Agosto/início Setembro
Coração de Maria	Festa de Nossa Senhora dos Dolores	3ª. semana de Setembro
Coração de Maria	Festa do Padroeiro São Simão	Dezembro
Coração de Maria	Vaquejada	Dezembro
Entre Rios	Festa de São Sebastião	3ª semana de Janeiro
Entre Rios	Festa do Padroeiro – São Francisco	2ª semana de Janeiro
Entre Rios	Festa do Senhor do Bonfim	17 a 26 de Janeiro
Entre Rios	Lavagem de Porto de Sauípe	Penúltimo Sábado de Janeiro
Entre Rios	Lavagens das Igrejas de Subaúma	17 a 26 de Janeiro
Entre Rios	Festa da Emancipação de Entre Rios	03 de Abril
Entre Rios	Festejos Juninos	19 a 29 de Junho
Entre Rios	Festa da Padroeira da Cidade - Nossa Senhora dos Prazeres	10 a 25 de Agosto
Esplanada	Dia da poesia	14 de Março
Esplanada	Aniversário da cidade	23 e 24 de Junho
Esplanada	Festa de Santo Antônio	13 de Junho
Esplanada	São João	24 de Junho
Esplanada	2 de Julho no Timbó	02 de Julho
Esplanada	Festa da Padroeira	07 a 15 de Setembro
Esplanada	Olimpíada Intercolegial	07 a 14 de Setembro
Esplanada	Semana Cultural Outubro	(Data Móvel)
Esplanada	Dia do Teatro Novembro	(Data Móvel)
Feira de Santana	Dia do Bibliotecário	12 de Março
Feira de Santana	Oficinas de Artes Plásticas e Teclado	Mar a Jun e Ag a Nov
Feira de Santana	Oficinas de Teatro para Adolescente e Adulto	Março a junho
Feira de Santana	Lavagem do Bairro Brasília	Abril
Feira de Santana	Micareta	Abril
Feira de Santana	Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima	Maio
Feira de Santana	Festa de Santa Rita	Maio
Feira de Santana	Salão de Arte Infantil	Maio a Setembro
Feira de Santana	Semana do Meio Ambiente	Maio
Feira de Santana	Arraia do Serviço Social da Indústria	Junho
Feira de Santana	Feira da Paróquia Senhor do Bonfim	Junho
Feira de Santana	Festa do Padroeiro Santo Antônio	Junho
Feira de Santana	Festa Junina da Escola Castro Alves	15 a 20 de Junho
Feira de Santana	Festa Junina do Colégio Anísio Teixeira	06 a 10 de Junho
Feira de Santana	Festa Junina do Colégio Visão	Junho
Feira de Santana	São João do Distrito de São José	Junho
Feira de Santana	São Pedro de Humildes	Junho
Feira de Santana	Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo	Julho
Feira de Santana	Festa de Nossa Senhora Santana	26 de Julho

REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
Feira de Santana	Copa de Xadrez Helyos	Setembro
Feira de Santana	Expofeira	Setembro
Feira de Santana	Feira de Cultura da Escola Castro Alves	27 de Setembro a 03 de Outubro
Feira de Santana	Feira de Cultura do Colégio Anísio Teixeira	Setembro
Feira de Santana	Feira Cultura e Informática Colégio Padre Ovídio	26 de Setembro
Feira de Santana	Festa do Padroeiro Senhor do Bonfim	04 a 14 de Setembro
Feira de Santana	Festival Música Arte Colégio P. Ovídio - FEMAR	Setembro
Feira de Santana	Gincana do Colégio Anísio Teixeira	Setembro
Feira de Santana	Olimpíadas do Colégio Padre Ovídio	24 a 27 de Setembro
Feira de Santana	Festa de Nossa Senhora de Fátima	Outubro
Feira de Santana	Festa do Padroeiro São Francisco de Assis	Outubro
Feira de Santana	Semana do Estudante	Outubro
Feira de Santana	Semana Nacional do Livro e da Biblioteca	22 a 29 de Outubro
Feira de Santana	Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças	Novembro
Feira de Santana	Festa da Sagrada Família	Dezembro
Feira de Santana	Festa do Menino Jesus de Praga	Dezembro
Jandaíra	Festa de Bom Jesus dos Navegantes	01 de Janeiro
Jandaíra	Festa de Nossa Senhora de Abadia	02 de Fevereiro
Jandaíra	Festa de São José	19 de Março
Jandaíra	Festa do Santo Cruzeiro	Maiο
Jandaíra	Festa de Santo Antônio	13 de Junho
Jandaíra	Festa de Nossa Senhora D'Ajuda	Agosto
Jandaíra	Aniversário do Município de Jandaíra	07 de Setembro
Jandaíra	Festa de Nossa Senhora das Dores	14 de Setembro
Jandaíra	Festa de São Tarcísio	19 de Setembro
Pedrão	Festa Padroeiro do Sagrado Coração de Jesus	2ª quinzena de janeiro
Pedrão	Festa de São José	16 a 19 de Março
Pedrão	Mês Mariano	01a 03 de Maio
Pedrão	Comemorações Juninas	Junho
Pedrão	Emancipação Municipal	12 de Julho
Rio Real	Comemoração ao Dia de Santos Reis	06 de Janeiro
Rio Real	Lavagem da Igreja Senhor do Bomfim	Janeiro
Rio Real	Festividades Comemorativas ao Dia de São José	12 a 19 de Março
Rio Real	Micareta	Segunda quinzena de Abril
Rio Real	Festival de Música Religiosa	Maiο a Outubro
Rio Real	São João	23 a 24 de Junho
Rio Real	São Pedro	
Rio Real	Emancipação Polífrica de Rio Real	01 de Julho
Rio Real	Festa da Padroeira Nossa Senhora do Livramento	30 Ago. a 08 de Set.
Rio Real	Festa da Laranja	Setembro
Santo Amaro	13 de Maio / Bembé do Mercado	11 a 13 de Maio
Santo Amaro	Caminhada do Folclore	Último dom. Agosto ou 1º

REGIÕES	FESTIVIDADE	PERÍODO/ DATA
		dom. Setembro
Santo Amaro	Festa Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos	De 01 a 08 de Setembro
Teodoro Sampaio	Festa do Senhor do Bonfim	Janeiro
Teodoro Sampaio	Festa da Padroeira	01 a 08 de Setembro
Teodoro Sampaio	Festa de Emancipação Polífrica	20 de Outubro
Terra Nova	Festa de São João	20 a 24 de Junho
Terra Nova	Procissão de São Roque	16 de Agosto
Terra Nova	Aniversário do Município	14 a 20 de Outubro

Fontes: BAHIA: Censo Cultural da Bahia, 2005.



Convenções Cartográficas:

	Área de Diretamente Afetada		Limite Municipal
	Limite Estadual		Rodovias Pavimentadas
	Área de Influência		Municípios com presença de Sítios Arqueológicos Cadastrados no IPHAN
	Divisão Municipal		Municípios com presença de Sítios Arqueológicos, Não cadastrados no IPHAN, mas identificados por pesquisas arqueológicas
	Áreas Urbanas		Municípios com presença de Bens Tombados, Registrados no Livro de Tombo Histórico, do Arquivo Noronha Santos do IPHAN

Elaborado Por:	
Data:	Janeiro / 2007
Versão:	01

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-101 AL/SE/BA	
RODOVIA BR-101AL/SE/BA TRECHO: DIVISA PE/AL-DIVISA BA/ES SUBTRECHO: SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL - ENTR. BR-324/BA	
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA COM PRESENÇA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E BENS TOMBADOS	

	Escala: 1:1.500.000
Figura: 3.13	

3.13 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS

3.13.1 – ASPECTOS GERAIS

Denominam-se Populações Tradicionais os pequenos aglomerados populacionais, cuja produção está voltada basicamente para o auto-consumo, através do cultivo da terra ou da prática de atividades extrativas, como pesca, coleta e caça, o que torna sua organização econômica e mesmo seu modo de vida dependentes, em grande medida, dos ciclos da natureza. Em outras palavras, são as populações que praticam atividades de subsistência de baixo impacto ambiental em áreas rurais e/ou urbanas, baseadas na reciprocidade, nos laços de solidariedade e de interação e cooperação comunitárias, e em relações econômicas e sociais mais coletivizadas.

No Brasil, esses povos ou grupos, que no geral se diferenciam significativamente entre si, são conhecidos por diversas denominações que, ora baseiam-se em sua atividade econômica mais característica, ora sublinham sua origem étnica, ora referem-se aos espaços que habitam, ou ainda a aspectos de sua cultura e de seu modo de vida.

Freqüentemente, o uso do termo populações tradicionais inclui os povos indígenas. Todavia, as populações indígenas no Brasil são tratadas de modo distinto, em separado, com direitos especiais assegurados expressamente pela Constituição Federal ou por Legislação Infraconstitucional.⁷

Segue abaixo a descrição de algumas populações tradicionais características do Brasil.

- ✓ **Babaçueiros** - Extrativistas que têm como base da subsistência a exploração do babaçu, espécie de palmeira oriunda do Norte do Brasil.
- ✓ **Caiçaras** - pescadores tradicionais, mestiços de índios e portugueses, da faixa litorânea brasileira dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.
- ✓ **Quebradeiras de Coco** - Mulheres de comunidades extrativistas do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí que coletam e quebram o coco da palmeira de babaçu, utilizado para a produção de óleo e sabonete de coco, por exemplo.
- ✓ **Quilombolas** - Comunidades negras rurais, formadas em sua maioria por descendentes escravos remanescentes dos antigos quilombos.⁸
- ✓ **Ribeirinhos** - Moram na beira de rios ou em regiões de várzea e praticam atividades de coleta, caça, pesca e alguma agricultura. São conhecidos também como varjeiros.
- ✓ **Seringueiros** - Sua principal atividade é a extração do látex, matéria prima da borracha.

⁷ As populações indígenas presentes na All são tratadas em separado, na seção 3.14.

⁸ As comunidades quilombolas presentes na All são também tratadas em separado, na seção 3.13.3.

- ✓ **Extrativistas** - populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

3.13.2 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS (NÃO QUILOMBOLAS) NA AII E ADA

De acordo com os dados secundários disponíveis, existe apenas uma população tradicional (não quilombola) presente nos municípios que compõem a AII do trecho da BR-101 em estudo. Mais precisamente, a Colônia Z13 de pescadores tradicionais da Reserva Extrativista (Resex) Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia, em Alagoas.

O levantamento da situação da ADA e da AII, feito com base em visitas às sedes municipais e/ou entrevistas com as populações dos municípios e povoados locais, confirmou a presença da referida colônia de pescadores em Jequiá da Praia. Ver Figura 3.14. Sendo esta de fato a única população tradicional (não quilombola) encontrada pela pesquisa de campo ao longo do trecho da Rodovia em estudo.

FIGURA 3.14 - COLÔNIA DE PESCADORES Z13, ALAGOAS



Fonte: Equipe Oikos.

Apesar de situar-se dentro AII, o município de Jequiá da Praia é por ela atingida apenas em sua porção mais a oeste, sendo que a colônia de pescadores da Reserva da Lagoa do Jequiá situa-se no extremo leste do município, no litoral de Alagoas; mais precisamente, a mais de 25kms da BR-101. Por outro lado, deve-se observar que os pescadores da colônia não utilizam o trecho da BR-101 em estudo, pois seus contatos ocorrem fundamentalmente com os municípios de São Miguel dos Campos (ao norte), através das Rodovias AL-101 e AL-215, e de Coruripe (ao sul), cujo acesso dá-se pela AL-101. Com efeito, por essas razões acima mencionadas, avalia-se que a referida população tradicional não será afetada pelas obras de duplicação da BR-101.

3.13.3 – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

3.13.3.1 – ASPECTOS POLÍTICOS E LEGAIS

Mocambos, terras de preto, comunidades negras rurais, negros fugidos, remanescentes de quilombos, comunidades quilombolas, etc. várias são as expressões comumente usadas para denominar os quilombos de um modo geral. Até hoje seu significado, seus diferentes sentidos históricos, interpretações antropológicas e tratamentos jurídicos permanecem em pleno debate entre acadêmicos, pesquisadores, operadores do Direito, órgãos de governo, organizações não-governamentais e as comunidades envolvidas diretamente com a questão.

Nos últimos anos, o debate ganhou considerável incentivo e notoriedade com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que restabeleceu o conceito de quilombo como categoria jurídica, ao reconhecer o direito à propriedade definitiva das terras às comunidades remanescentes de quilombos que nelas ainda vivessem. Portanto, o conceito reapareceu juridicamente e com um tratamento distinto ao que lhe fora conferido no passado, pois se tornou pela primeira vez um critério para uma política de demarcação de terras.

Atualmente, as políticas de governo voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos inserem-se num conjunto mais amplo de políticas que buscam defender e promover a igualdade racial. Tais políticas estão sob coordenação da **Secretaria de Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)**, subordinada diretamente à Presidência da República.

Mais especificamente em relação às comunidades de remanescentes de quilombos, o Governo Federal, através da Seppir, criou o **Programa Brasil Quilombola**. Segundo o relatório de atividades da Seppir, o Programa Brasil Quilombola “foi lançado parcialmente em 12 de março e 2004, por meio da Ação Kalunga; e integralmente em 14 de dezembro de 2004, por meio da Audiência Pública sobre Políticas para Quilombos, tendo sido concedido em 2003, com base no Decreto nº 4.887/03.” (Seppir, 2004).

O conjunto de ações inseridas no Programa envolve diferentes órgãos governamentais que integram o seu Comitê Gestor⁹. Tais ações são compatíveis com os recursos constantes na lei orçamentária do Plano Plurianual 2004-2007, onde estão previstas também as responsabilidades e os prazos de execução. Por outro lado, para a definição das ações mais apropriadas, levam-se em consideração as demandas presentes nas comunidades.

São quatro os eixos principais das ações nas comunidades remanescentes de quilombos, segundo o relatório do Programa Brasil Quilombola de 2005.

- ✓ **Regularização fundiária:** resolução dos problemas relativos do título de posse das terras pelas comunidades de remanescentes de quilombos e á a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade;

⁹ O Comitê Gestor é formado por 18 Ministérios, 04 Secretarias Especiais da Presidência, além da Casa Civil da Presidência da República.

- ✓ **Infra-Estrutura e serviços:** consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a tender as demandas advindas das comunidades remanescentes de quilombos;
- ✓ **Desenvolvimento Econômico e Social:** consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades remanescentes de quilombos;
- ✓ **Controle e Participação Social:** estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das políticas definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro.

Ademais, buscando realizar um trabalho conjugado com a sociedade civil e demais entes da Federação, o Governo Federal criou o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR).

Em suma, no que diz respeito às áreas de atuação e competências dos diferentes ministérios e órgãos do governo brasileiro envolvidos na questão dos quilombos, é importante sublinhar que, de acordo com a Legislação Brasileira, **cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, a função mais importante no processo de regularização das terras dos remanescentes de quilombos**, vale dizer: a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos.

À Fundação Palmares do Ministério da Cultura cabe assessorar e acompanhar o MDA e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos quilombos, bem como subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento.

Por sua vez, à Seppir, responsável pela Política de Promoção da Igualdade Racial, cabe acompanhar e coordenar as ações dos diferentes ministérios e demais órgãos do governo brasileiro.

3.13.3.2 – FONTE DE DADOS E PESQUISA DE CAMPO

Cabe observar, inicialmente, que não há hoje no Brasil um centro de informações sistematizadas de âmbito nacional sobre a distribuição das comunidades remanescentes de quilombos e suas respectivas situações jurídicas no que diz respeito aos processos de titulação de suas terras. Por outro lado, as estimativas existentes são divergentes e/ou inconsistentes.

De todo modo, foram usados os dados oficiais do governo federal, mais precisamente, os da Fundação Palmares (MinC), que é um órgão da administração direta do Governo Federal, cujas funções são, dentre outras, a certificação e a organização das informações cadastrais a respeito dos processos de regularização das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Utilizaram-se, também, os dados da Documentação Cartográfica organizados pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília, Anjos (2005), ou seja, uma fonte de dados não oficial.

Além de serem usadas para o levantamento geral das comunidades quilombolas no Brasil, essas fontes serviram também como base para a pesquisa de campo feita pela equipe da Oikos. Cabe observar, contudo, que essas referências carecem de informações mais precisas sobre a localização das “ocorrências informadas” de quilombos. Portanto, adverte-se inicialmente que esse caráter fragmentado das informações não permitiu a localização de parte das indicações apontadas.

3.13.3.3 – AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

A distribuição por regiões das comunidades remanescentes de quilombos cadastradas na Fundação Palmares pode ser vista na Tabela 3.32 abaixo. É a Região Nordeste que concentra mais da metade das comunidades, vale dizer, algo em torno de 54%. Dentre as 146 espalhadas por todo o Brasil, aproximadamente 40% estão tituladas de acordo com o processo de regularização de terras estabelecido em lei.

TABELA 3.32 - COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

REGIÃO	COMUNIDADES
Sul	3
Sudeste	30
Norte	26
Nordeste	79
Centro-Oeste	8
Brasil	146

Fonte: Fundação Palmares. Dados disponíveis em: (www.palmares.gov.br/sicab/). Acesso em: 17/04/2006.

Observando os dados da Fundação Palmares por estado, pode-se notar que em Alagoas existem cinco municípios com pelo menos uma comunidade quilombola, em Sergipe são seis e na Bahia 22, mais precisamente:

- ✓ **Alagoas:** Batalha; Delmiro Gouveia; Igreja Nova; Monteirópolis; e Palmeira dos Índios.
- ✓ **Sergipe:** Amparo de São Francisco; Canhoba; Indiaroba; Poço Redondo; Porto da Folha; e Santa Luiza do Itanhý.
- ✓ **Bahia:** Antônio Gonçalves; Bom Jesus da Lapa; Cachoeira; Camaçari; Campo Formoso; Carinhanha; Cipó; Ituberá; Lençóis; Livramento de Nossa Senhora; Malhada; Margogipe; Mata de São João; Nilo Peçanha; Nova Viçosa; Rio de Contas; Salvador; Seabra; Senhor do Bonfim; Simões Filho; Vitória da Conquista; e Wanderley.

De acordo com Anjos (2005), existem no Brasil 2.228 “ocorrências informadas” de comunidades quilombolas (Tabela 3.33). Elas se concentram principalmente no Nordeste, com 63% do total, sendo o Estado do Maranhão o com maior concentração, aproximadamente 28% do total. Juntos, os Estados de Alagoas,

Sergipe e Bahia, correspondem a 21% das “ocorrências informadas” de comunidades quilombolas de todo o país.

TABELA 3.33 - OCORRÊNCIAS INFORMADAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

REGIÃO SUDESTE		REGIÃO NORDESTE	
Espírito Santo	45	Alagoas	46
Minas Gerais	135	Bahia	396
Rio de Janeiro	21	Ceará	54
São Paulo	70	Maranhão	642
Total	271	Paraíba	13
REGIÃO SUL		Pernambuco	91
Paraná	4	Piauí	78
Rio Grande do Sul	90	Rio Grande do Norte	64
Santa Catarina	19	Sergipe	24
Total	113	Total	1408
REGIÃO NORTE		REGIÃO CENTRO-OESTE	
Acre	0	Distrito Federal	0
Amapá	14	Goiás	27
Amazonas	3	Mato Grosso	59
Pará	294	Mato Grosso do Sul	20
Rondônia	4	Total	106
Roraima	0	BRASIL	
Tocantins	15	Total	2228
Total	330		

Fonte: Anjos, 2005.

3.13.3.4 – AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AII

Segundo os dados da Fundação Palmares, são três as comunidades de remanescentes de quilombos presentes na Área de Influência (AI), sendo uma delas em Alagoas, no município de Igreja Nova, e as outras duas em Sergipe, nos municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy (Tabela 3.34).

TABELA 3.34 - COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA AII

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	RECONHECIMENTO	TITULAÇÃO	REGISTRO
ALAGOAS				
Igreja Nova	Furnas	2/3/2005	Não	Não
SERGIPE				
Indiaroba	Desterro	22/7/2005	Não	Não
Santa Luzia do Itanhy	Luziense	12/7/2005	Não	Não

Fonte: SICAB, Fundação Palmares. Disponível em: (www.palmares.gov.br/sicab). Acesso em: 11/04/ 2006.

No que se refere ao processo de regularização das terras dessas comunidades, elas foram reconhecidas em 2005, mas ainda se encontram em processo de titulação e registro (Tabela 3.34).

De acordo com os dados do levantamento efetuado pela UNB (Anjos, 2005), existiriam 26 potenciais comunidades de remanescentes de quilombos nos municípios que compõem a Área de Influência, sendo cinco em Alagoas, seis em Sergipe e 15 na Bahia (ver Tabela 3.35).

TABELA 3.35 - COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS INFORMADAS

MUNICÍPIO		COMUNIDADE
ALAGOAS		
1	Igreja Nova	Palmeira dos Negros
2	Porto Real do Colégio	Oiteiro dos Negros
3	Porto Real do Colégio	Palmeira de Fora
4	Porto Real do Colégio	Porto Real do Colégio
5	Teotônio Vilela	Abobreiras
SERGIPE		
6	Araúá	Caruzá
7	Capela	Cafumba
8	Estância	Assumgué
9	Itaporanga d'Ajuda	Poço da Mulata
10	Itaporanga d'Ajuda	Crioulas
11	São Cristóvão	Quibonga
BAHIA		
12	Alagoinhas	Buri
13	Alagoinhas	Catizinho
14	Alagoinhas	Gaioza
15	Feira de Santana	Candeal
16	Feira de Santana	Lagoa do Negro
17	Feira de Santana	Lagoa Grande
18	Feira de Santana	Lagoa Salgada
19	Feira de Santana	Matinha
20	Feira de Santana	Roçado
21	Santo Amaro	Barão Vermelho
22	Santo Amaro	Caeira
23	Santo Amaro	Subaé
24	Santo Amaro	São Braz
25	Terra Nova	Camboatã
26	Terra Nova	Malemba

Fonte: Anjos, 2005.


No Estado de Alagoas, das comunidades registradas pela Fundação Palmares e das cinco "ocorrências informadas", só foi encontrado o povoado de Palmeira dos Negros (Figura 3.15, Foto 01). No entanto, da população entrevistada, nenhum morador se auto-identificou de algum modo como descendente de quilombo ou de acordo com algum outro termo que fizesse referência aos quilombos.

No Estado de Sergipe, as indicações da Fundação Palmares e as "ocorrências informadas" apontadas pela cartografia de Anjos (2005) não foram localizadas devido ao desconhecimento dos moradores e à inexistência de informações oficiais mais consolidadas sobre as mesmas.

Na Bahia, por sua vez, das 15 “ocorrências informadas”, nenhuma foi **efetivamente** achada. No caso da comunidade Malemba, o que existe é uma fazenda de mesmo nome, cujos trabalhadores não se auto-definem como quilombolas e desconhecem evidências a esse respeito na região. A fazenda está localizada, mais precisamente, na divisa entre os municípios de Terra Nova e Teodoro Sampaio (Fotos 02 e 03).

Já nas proximidades do município de Santo Amaro, foi localizado o bairro Caeira (Foto 04). Contudo, a população local entrevistada não tinha nenhum conhecimento a respeito de quilombos na região, além de não se reconhecerem de algum modo como quilombolas ou com base em algum outro termo que fizesse referência aos quilombos.

FIGURA 3.15 - REGISTROS DA PESQUISA DE CAMPO DE QUILOMBOS

	
<p>Foto 01: Povoado Palmeira dos Negros no município de Igreja Nova, AL. (Coord.: N: 749979 / E: 8878222).</p>	<p>Foto 02: Fazenda Malemba, localizada na divisa entre Terra Nova e Teodoro Sampaio, BA. (Coord.: N: 540816 / E: 8638075).</p>
	
<p>Foto 03: Fazenda Malemba. Localizada na divisa entre Terra Nova e Teodoro Sampaio, BA. (Coord.: N: 540816 / E: 8638075).</p>	<p>Foto 04: Bairro de Caeira nas proximidades de Santo Amaro, BA. (Coord.: N: 533113 / E: 8610904).</p>

Fonte: Equipe Oikos.

Em resumo, das informações da Fundação Palmares e das 26 “ocorrências informadas” apontadas pela documentação cartográfica de Anjos (2005), foram achadas 03 localizações cujos nomes conferiam, porém em nenhuma delas a população local se auto-identificou de alguma forma como quilombolas ou com algum outro termo que fizesse referência aos quilombos.

3.13.3.5 – COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ADA

Além dos dados organizados pela Fundação Palmares e pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informações Geográficas da UnB, Anjos (2005), o levantamento da situação da ADA contou, também, com visitas às sedes municipais e/ou entrevistas com as populações de todos os municípios e povoados presentes na Faixa de Domínio do trecho da Br-101 em estudo.

Com base nisto, pode-se afirmar que as “ocorrências informadas” e, mais propriamente, as comunidades remanescentes de quilombos indicadas pelas pesquisas não estão presentes na ADA, assim como nenhuma outra comunidade quilombola que pudesse ser do conhecimento da população dos municípios e povoados presentes na Faixa de Domínio.

Em resumo, apesar dos instrumentos criados para a defesa das comunidades remanescentes de quilombos, designados na política pública e na legislação atual, a pesquisa de campo não indicou a presença de comunidades quilombolas na Área Diretamente Afetada (ADA). Por sua vez, as “ocorrências informadas” de comunidades quilombolas que foram encontradas na Área de Influência Indireta (All) não serão atingidas pelas obras de duplicação da Br-101.

Ressalta-se que nenhuma das “ocorrências informadas” encontradas se auto-identificou como comunidades quilombolas. Deve-se considerar, no entanto, que a atual legislação que trata dos quilombos fora criada em 1988, com a Constituição Federal, sendo regularizada por completo apenas em 2005, através de legislação infraconstitucional. Esse caráter recente da referida Legislação explica em parte o próprio desconhecimento das comunidades e povoados encontrados em relação ao tema, assim como a precariedade e inconsistência dos dados oficiais e não-oficiais disponíveis, no que se refere, sobretudo, à identificação e localização das comunidades quilombolas.

3.14 – TERRAS INDÍGENAS KARIRI XOCÓ E KARAPOTO¹⁰

3.14.1 – INTRODUÇÃO

Existem índios no Nordeste? Esta é a pergunta que João Pacheco de Oliveira Filho faz na introdução do “Atlas das Terras Indígenas do Nordeste”, publicado em 1993. Se definirmos índio como aquele que é membro de uma comunidade ou povo indígena, objeto de direitos e deveres específicos, que está sujeito a uma legislação especial viabilizada por meio de um órgão tutelar, pode-se dizer que trata-se de uma identidade genérica e jurídica, atribuída pelo Estado brasileiro, que vem do plano das leis para o das práticas sociais, circunscrevendo, inclusive, um espaço para as suas reivindicações.

Por outro lado, existe o uso difuso da palavra índio e que remete ao dicionário, está expresso na fala do dia-a-dia, nas artes e literatura, no imaginário popular e, até no pensamento científico. Este é o índio arquetípico, que vive nas

¹⁰ Este subitem é a íntegra do relatório antropológico elaborado pela antropóloga Celina Braga Moreira de Souza.

matas, em bandos nômades, com tecnologia simples e religião específica, diferente do cristianismo, religião oficial do país. Este é o índio romântico ou o bárbaro selvagem, dependendo de como o queiramos enfocar.

É bastante difícil mostrar como esses dois sentidos se encaixam nos povos indígenas hoje existentes. Diferentemente daqueles que são logo identificados como índios, ou seja, aqueles que vivem mais isolados em áreas recuadas do país, os índios do Nordeste não se encaixam perfeitamente nas representações difusas sobre índios. No entanto, seria absurdo não considerá-los como tal e negar-lhes direitos preferenciais a terra e outros, punindo-os, mais uma vez, pela destruição cultural trazida pelo domínio colonial. Nesta discussão de quem é índio no Nordeste, imagens fortes são criadas como quando Darcy Ribeiro falava em “resíduos da população indígena do nordeste” ou ainda em “magotes de índios desajustados” que viviam nas ilhas e barrancos do Rio São Francisco (Ribeiro:1970). Esse autor ressaltava que mesmo os símbolos de sua origem indígena haviam sido modificados no processo de aculturação, citando os Potiguara que utilizavam instrumentos africanos em suas danças. Descrevia igualmente o processo que aconteceu entre os Xucuru, já altamente mestiçados com a população sertaneja, tendo perdido a língua original e as práticas tribais, exceto o culto do Juazeiro Sagrado.

Na história dos índios do Nordeste, desde meados do século passado, nota-se um silêncio sobre o que aconteceu com os povos que tradicionalmente ocupavam esta porção do território brasileiro. Foi durante esse período que se deu a extinção da maior parte dos remanescentes dos antigos aldeamentos missionários, implantados entre os séculos XVI e XVIII, uma das formas que o governo utilizou para “domesticar” os povos indígenas.

Nos livros gerais de história do Brasil, a questão indígena é apenas tratada no primeiro capítulo, enquanto que, nos livros que trazem uma visão mais regional, eles são mencionados até 1850. Mas, nas descrições das frentes de expansão econômica, da consolidação da estrutura fundiária em grandes propriedades, da organização do trabalho escravo e livre, os índios aparecem como personagens secundários, selvagens infelizes e retraídos, mas ainda obstáculos ao pleno estabelecimento da economia da sociedade dominante.

Pesquisas realizadas em arquivos de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe indicam que o papel das tribos indígenas foi bem mais atuante, interagindo com os demais agentes sociais de diversas formas, que iam da fuga ao ataque, do conflito à negociação, da aceitação até a rebeldia. Tanto durante o período colonial, quanto no Império, a história do contato interétnico foi complexa e instável. Tomando como exemplo o aldeamento, local onde se dava o maior contato, encontra-se um espaço de sucessivas transformações, com fundações, extinções e restaurações até se configurarem nas terras indígenas atualmente demarcadas, em sua grande maioria originárias dos antigos redutos dos índios aldeados.

Aliás, o aldeamento atingiu a grande maioria dos índios da região durante o período colonial, sendo sob a tutela dos jesuítas, dos beneditinos, capuchinhos, carmelitas ou franciscanos. Chegaram a somar cerca de uma centena de locais em meados do século XIX, distribuídos pelas capitânicas da Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Os grupos indígenas aldeados incluíam, dentre outras, as etnias Tupi ou Tupinambá,

Kariri, Sapuyá, Kiriri, Kaimbé, Payayá, Proká, Tupiniquin, Boime, Caxago, Aramuru, Karapotó, Xokó, Xucuru, Carnijó, Prakio, Pankararu, Ixu, Kanindé, Tabajara, Reriu, Anacé, Payaku, Tremembé, Jenipapo, Quixelo, Jucá, Cariú, Calabaça, Icozinho, Jaico, Akroá, Gueguê, além dos grupos denominados genericamente de caboclos de língua geral e de tapuias.

A expansão da fronteira agropecuária foi devastadora para as populações indígenas, mas preservaram, de certo modo, os índios aldeados, espalhados por toda a região, formando núcleos populacionais estáveis que acabaram se transformando nas principais vilas e cidades interioranas. Entre 1757 e 1798, quando estiveram em vigor as leis do Diretório pombalino, que reformularam o funcionamento das aldeias após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a vida dos índios do Nordeste passou por grandes modificações, já que ficaram sujeitos diretamente ao controle dos governantes e administradores coloniais, perdendo a tutela eclesiástica. Nos aldeamentos, encontravam-se então não tão somente índios, mas também moradores brancos, aumentando o grau de contato entre as populações.

As práticas indigenistas do final do sistema colonial dedicaram-se principalmente à desarticulação da vida tribal, procurando anular o que era peculiar a cada etnia local. Impuseram o uso da língua portuguesa, proibindo tanto as línguas nativas, quanto a "língua geral", obrigaram a adoção de sobrenomes portugueses pelas famílias indígenas e derrubaram as casas coletivas em que ainda viviam, impondo o padrão de moradias individuais. Para evitar a resistência e as rebeliões, adotaram um procedimento de transferências constantes dos índios de uma aldeia para outra e unificaram algumas, misturando, de propósito, as etnias, de modo a se tentar diluir as diferenças tribais. Os agentes administrativos facilitavam a entrada de moradores brancos, com direito à posse de terras, promoviam casamentos mistos e faziam a chamada "reforma dos abusos, dos vícios e dos costumes".

Embora o sistema de aldeamentos tenha sido responsável por profundas transformações na identidade étnica das tribos, não resultou no seu desaparecimento físico, mas, sim, na substituição gradual da especificidade das culturas tribais por algo que poderia se definir como uma "cultura de contato", com adaptações recíprocas do branco e das diferentes etnias entre si. Formou-se uma cultura heterogênea, que não pode ser atribuída exclusivamente a nenhum dos grupos, mas que incorpora elementos herdados de muitos deles. No entanto, o nomadismo dos grupos que habitavam o polígono das secas já os havia familiarizado com diferenças culturais, trocas e adaptações entre as diversas sociedades indígenas. Contato e mudança eram experiências que já faziam parte da vida desses grupos, em sua história mais antiga.

Segundo Porto Alegre, "dessa cultura de fronteira de alta mobilidade emerge tardiamente o caboclo nordestino que, como o tapuia da Amazônia, forma o substrato da população rural, onde a colonização foi feita com a presença majoritária do índio e pequeno contingente de colonos brancos e onde a mestiçagem ganhou terreno rapidamente. No que se refere ao sertão nordestino, acrescentaríamos que a participação secundária do escravo negro na economia reforçou a expansão de uma cultura cabocla de base predominantemente indígena e portuguesa" (publicação digital, sem data).

Essa maleabilidade cultural tornou possível a sobrevivência de um contingente considerável de índios, que viviam coletivamente, ainda que em pequenos enclaves, em meio à população camponesa no final do século XVIII. Os enclaves se formaram, em grande parte, graças à plasticidade adquirida na longa interação dos grupos sociais, especialmente no interior dos aldeamentos, o que favoreceu a sobrevivência daquelas etnias que possuíam uma organização social menos rígida. Porque, embora a prática colonial forçasse os grupos a modificarem seus costumes e tradições, não tinha força, por si só, para destruir os sistemas anteriores de referência de cada grupo.

Os grupos no Nordeste acabaram por demonstrar uma grande capacidade de preservação de sua identidade étnica, sobrevivendo por meio de negociações e processos de acomodação, modificando e refazendo seus modos de vida, recompondo valores e reinventando tradições, incorporando o que fosse “novo”, vindo da população envolvente. Garantiram assim a sua permanência nos seus locais de origem ou em áreas próximas aos antigos aldeamentos. Esse é o caso dos Fulni-ô, dos Kapinawá, dos Xocó, dos Pankararu, dos Kiriri, dos Tremembé, dos Tuxá, dentre outros grupos indígenas hoje existentes.

Mas, em contrapartida, o aprisionamento nos aldeamentos acabou resultando em um rápido esvaziamento desse espaço. Já no final do século XVIII, houve a saída de homens jovens e adultos, que, fugindo do trabalho forçado, misturaram-se aos regionais. Muitos dos grupos migraram para áreas ainda pouco habitadas, ali vivendo, até serem de novo atingidos pelas frentes econômicas. No início do século XIX, a situação de conflito com a população envolvente já estava minimizada, mas ainda havia lutas violentas e extermínio de grupos mais hostis, como por exemplo, os Botocudos não aldeados no sertão da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que foram totalmente dizimados.

A historiografia regional diz que a maioria dos índios aldeados aceitou pacificamente a dissolução dos aldeamentos, não se opondo à integração. No entanto, existem documentos que contam uma outra versão da história. Mesmo consolidado o processo de ocupação das terras indígenas, os grupos continuaram com suas atitudes de rebelião, mas sem o uso de armas. Agora, opunham-se recusando a deixar as suas terras, escapando ao trabalho compulsório nas propriedades dos moradores e abandonando as aldeias. Vagavam pelas capitânicas, ignorando as normas impostas e procurando retornar aos costumes originais.

Entre os anos de 1824 e 1860, o governo já não estava mais tão empenhado no recrutamento dos índios dispersos. Tal fato foi devido às dificuldades por que passava a política indigenista na fase de transição da colônia para o império. Mas, a partir de então, voltou a se agravar a questão das terras indígenas, com as reformas propostas pela legislação do segundo reinado. Na década de 1850, o Ministério da Agricultura emitiu ordens contínuas de medição e demarcação das terras das aldeias, inclusive concedendo alguns lotes aos índios. Estes começaram a intensificar os pedidos de garantia de seus direitos às terras dos aldeamentos, concedidos antes pela Coroa portuguesa.

Foi entre os anos de 1854 e 1860 que ocorreu a expropriação definitiva da maior parte das terras indígenas, já que os governos das províncias afirmavam que não mais existiam tribos selvagens e que as aldeias estavam vazias, com os índios

estando misturados à população. No entanto, alguns grupos ainda aldeados continuavam a reivindicar a posse de suas terras, enviando requerimento às autoridades, solicitando medição e demarcação. Numerosos documentos relatam fatos sobre a invasão das terras indígenas nesse período.

Desde então, a existência de invasões e conflitos entre índios e moradores indica que o Estado continuou a intervir e que os índios continuaram a insistir, mesmo depois que a tese do desaparecimento das tribos tornou-se vitoriosa. Mas, pouco a pouco, o silêncio foi se impondo de maneira mais forte. Todos os dispositivos legais que determinavam que os índios em contato com as populações regionais perdiam o direito às terras reforçava categoricamente a negação da existência de índios na região, silenciando suas reclamações.

Com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, algumas terras indígenas foram reconhecidas oficialmente e demarcadas. A partir de 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entre 1930 e 1970, foram demarcadas 11 áreas indígenas no Nordeste: Fulni-ô (PE), Potiguara (PB), Pankararu (PE), Tuxá (BA), Kiriri (BA), Xukuru (PE), Kariri-Xocó (AL), Xucuru-Kariri (AL), Kambiwá (PE), Atikun (PE), e Pataxó (BA). Dez anos mais tarde, cinco outros grupos obtiveram reconhecimento e demarcação de suas terras: Truká (PE), Xocó (SE), Wassu (AL), Pankararé (BA) e Kapinawá (PE). Dados de 1975 estimam a população indígena dessas áreas em 13.000 pessoas.

Os índios passaram a se mobilizar, não mais de forma isolada, mas integrando-se ao movimento nacional deflagrado com a promulgação do Estatuto do Índio em 1973, reivindicando seus direitos junto aos órgãos governamentais e recebendo o apoio de instituições como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Um novo cenário nacional, de cunho indigenista, foi se compondo com a articulação de parlamentares, missionários, antropólogos, ambientalistas, juristas e representantes dos povos indígenas, que culminou na, hoje extinta, União das Nações Indígenas (UNI) e outras entidades de liderança.

Na região Nordeste estão atualmente identificados 28 povos indígenas, sendo que oito vivem na Bahia, sete em Pernambuco, seis no Ceará, seis em Alagoas, um em Sergipe e um na Paraíba. Com exceção dos Fulni-ô, que conservam sua língua original, os demais falam apenas o português. A maior parte mora em áreas pequenas, localizadas em meio à população não-índia, da qual pouco se distingue externamente. Seus costumes e tradições, base de suas identidades étnicas, são muitas vezes ocultados, tornando-se práticas semi-secretas, de modo a evitar mais discriminações.

3.14.2 – IDENTIFICAÇÃO E DADOS HISTÓRICOS

Os Kariri-Xocó são mais conhecidos na literatura mas não com dados tão atuais. Informações sobre os Karapotó são mais escassas, mesmo junto às instituições de pesquisa e ao próprio órgão tutelar. No entanto, a história dos Karapotó não difere muito da dos Kariri-Xocó que, por sua vez, é semelhante ao que aconteceu aos demais grupos existentes na região.

O nome Kariri é recorrente no Nordeste e chama a atenção para uma nação bastante grande que ocupou uma parte considerável dos Estados do Nordeste do Brasil, tendo sido conhecida desde o século XVIII. Esse nome simboliza o que ficou da grande nação que vivera na maior parte dos atuais Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Os kariri dominavam desde o Rio Paraguaçu na Bahia, tendo o Rio São Francisco como limite ocidental, até o Rio Itapicuru, no Maranhão. Indo para o litoral, entraram em conflito com os “Tupinambás e Tupiniquins”, nome genérico dado pelos cronistas da época (o que dificulta a identificação dos diferentes grupos) e onde os portugueses acabaram por encontrá-los. Outras frentes de avanço, originárias do sul (Sergipe e Bahia), contribuíram para a sua dispersão.

Cronistas e historiadores destacam a mobilidade dos Kariri, que ficaram conhecidos por seu domínio tão vasto. Denominações como Cariris Velhos, que ocupavam o Planalto da Borborema, e Cariris Novos, que viviam nos vales férteis e deram origem a várias cidades nordestinas, são encontradas na historiografia do grupo.

Os índios hoje existentes em Porto Real do Colégio são remanescentes de diferentes grupos aldeados e da conseqüente homogeneização de diferentes culturas que se fundiram devido ao avanço da sociedade nacional. Dentre essas fusões, destaca-se o caso dos Xocó da Ilha de Sergipe que foram expulsos de suas terras, depois de decretada a extinção das aldeias nessa província. Já o nome Kariri-Xocó referente ao grupo é recente, posterior à criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

O processo histórico de ocupação acabou por acuar as populações indígenas da região para as margens do rio São Francisco, onde ficavam sujeitas aos aldeamentos dos jesuítas. A ocupação dessa região se fez a partir de dois núcleos: Pernambuco (Olinda e, depois, Recife) e Bahia. Podem-se distinguir três formas de penetração territorial: as entradas; a expansão da pecuária, vinda da Bahia e a catequese, na qual se destacavam os jesuítas até meados do século XVIII.

As entradas ligavam-se à conquista do sul da então Capitania de Pernambuco, que corresponde às “Alagoas”. Também incluía a Guerra ao Gentio, neste caso os Caetés, considerados responsáveis pela morte do Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, que naufragara no litoral sul de Alagoas no ano de 1556. Esse fato deu início a uma série de expedições punitivas, sendo que o combate aos Caetés durou até 1557 e fez com que convergissem para as margens do Rio São Francisco outros grupos.

Vindos do sul, também ‘empurrando’ os índios em direção ao rio, encontravam-se os colonizadores baianos que procuravam ouro e prata e/ou escravizar os índios. Em 1590, estabeleceram-se as primeiras fazendas de gado às margens desse rio, com uma ocupação mais efetiva do que as expedições. Junto

com as fazendas, chegaram os jesuítas, com a catequese em aldeamentos, atingindo de modo irremediável a estrutura tribal existente.

Um aldeamento jesuítico significa, segundo Mata (1989:31) *“um grupamento de indígenas «reduzidos» ou «pacificados»*“. Na realidade, as aldeias se constituíam de índios submetidos à supervisão de um corpo teocrático *“que assegurava a presença compulsória de grupos de etnias diversas, que se homogeneizavam sob a proteção das missões, ao modelo cristão-colonial. A redução jesuítica pode, assim, ser entendida como submissão e literalmente como diminuição numérica dos índios aldeados.”*

Os missionários chegaram a Pernambuco em 1551, com sua estrutura de Colégios, Residências, aldeias e missões e fundaram, em 1568, o Colégio de Recife, ao qual se deveu, ainda segundo Mata, *“a presença da ordem religiosa na região da atual Porto Real do Colégio”* (1989:32). Chegaram à Bahia em 1549, junto com outras ordens religiosas que vieram disputar a cristianização dos povos indígenas. As fazendas de gado pertencentes aos jesuítas surgiram da doação de sesmarias e de terras deixadas por devotos e serviram para ocupar os índios, livrá-los da vida errante, ensinar a plantar e a guardar para o dia seguinte. Ali também se fabricavam objetos de couro e sola, incluindo selas e arreios. Assim, na fazenda, encontrava-se uma mão-de-obra diversificada que incluía os irmãos administradores, artesãos nos diversos ofícios, enfermeiros e professores, estes se dedicando ao ensino e à catequese das gerações mais novas.

Do Recife vieram os jesuítas que fundaram os aldeamentos que correspondem hoje aos municípios de Porto Real do Colégio e São Brás. As terras das duas aldeias foram concedidas pelo Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, em 1708 e pertenciam aos índios, conforme determinava o Alvará Real de 23 de novembro de 1700, que dizia que cada missão deveria receber uma légua em quadra para sustentação dos índios e missionários.

Em 1694, os missionários já administravam fazendas pertencentes ao Colégio de Recife, que totalizavam 11 currais. Em uma delas, Urubumirim, construíram uma residência centralizando a administração do Baixo São Francisco que, por sua proximidade, veio a controlar as aldeias de Colégio e São Brás. Na residência de Urubumirim existia um irmão superior e um irmão administrador e, em 1719, tinha ampla autonomia administrativa e considerável independência eclesiástica.

As aldeias ficavam sob o controle dos jesuítas que, nelas, fundavam missões para catequese, misturando vários grupos indígenas e criando uma divisão de trabalho que seguia o modelo europeu. Na aldeia de Colégio, plantava-se arroz, que veio a ser a principal cultura das terras inundáveis do Baixo São Francisco, onde viviam Crotós (antigo nome dos Karapotós), Cariris, Aconans, Ceococes (certamente plural de Ciocó ou Xocó) e Prakiós.

A residência de Urubumirim funcionou até a expulsão dos jesuítas em 1759. Em 1764, as terras foram arrematadas em hasta pública. Mas as terras das aldeias passaram para o Estado, que instituiu a administração leiga, contando, porém, com o auxílio de um padre ou missionário de diferentes ordens.

Em 1798 os índios foram equiparados aos órfãos e ficaram sob a tutela do Estado Português. Em 1846, passaram para o controle do Diretório Geral dos Índios. Com a alegação de que não existiram mais índios verdadeiramente primitivos em

território alagoano, em 17 de julho de 1873, as aldeias foram extintas pelo Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

De modo geral, pode-se dizer que a aldeia missionária, mesmo tendo sido um braço da expansão colonizadora, representou em muitos casos, inclusive no dos Kariri-Xocó, as únicas terras a serem reivindicadas como indígenas. Isto porque a memória social do grupo guarda, como limite territorial, o espaço ocupado pela aldeia ou algo que dela se aproxima. É também a aldeia o berço onde nasceu o caboclo, o indivíduo miscigenado, identificação genérica que, no século XIX, vai adquirir uma conotação racista, o que permitiu que a política imperial desqualificasse as populações indígenas.

O período que vai da expulsão dos jesuítas até meados do século XIX é escasso em documentação sobre as aldeias indígenas em Alagoas. Em 1817, Alagoas tornou-se uma província, tendo sido desmembrada de Pernambuco. Sua primeira Assembléia Legislativa instalou-se somente em março de 1835 e, a partir daí, pôde-se traçar melhor um histórico sobre o que aconteceu com os índios em território alagoano.

Uma informação mais detalhada pode ser encontrada na Fala do então Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, de 1840, que informa que existiam na aldeia de Colégio 102 homens e 92 mulheres e registra também a doação de terras aos índios, mas esclarece que a propriedade nunca havia sido medida ou demarcada. A Fala ressalta ainda a má conduta e insubordinação dos índios e acrescenta que poucos viveram realmente na aldeia. Mas, contraditoriamente, aconselha a demarcação urgente das terras pertencentes aos índios.

Em 1845, o Decreto Imperial nº 426 regulamentava as Missões de Catequese e Civilização, criando a Diretoria Geral dos Índios. Em cada Província existia um Diretor Geral e, em cada aldeia, um Diretor Parcial. A criação dessa estrutura reforçava a política imperial baseada na catequese e assimilação das populações indígenas, preocupação esta sempre reforçada pelo discurso dos presidentes das províncias.

A Lei da Terra, promulgada em 1850, constitui-se no primeiro instrumento legal que estabeleceu a compra como meio legítimo de ocupação de terras devolutas. Foi também a partir daí que se instalou uma política “anti-aldeia”, com os sucessivos presidentes dizendo que as aldeias não eram mais ocupadas por indígenas, já que estes não existiam mais enquanto raça primitiva. O que existia eram os caboclos, resultantes de cruzamentos. O termo caboclo acabou por possuir uma característica evolucionista – assimilacionista. Sendo o índio “puro” o tipo inicial, o caboclo era o meio do caminho entre esse índio (que já não pode ser) e o branco (que jamais conseguirá ser). Foi um modo também de retirar o direito às terras desta população.

O golpe final nas terras dos aldeamentos veio com a Lei 1.174, de 1860, que determinou que as terras das “extintas” aldeias poderiam ser vendidas. Em 1872, o Presidente da Província de Alagoas disse que as aldeias indígenas ainda existentes só serviam para manter o conflito entre mestiços que se intitulavam índios e os proprietários de terras.

Em 1914, Porto Real do Colégio foi visitada por engenheiro da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas com a finalidade de levantar os limites da “extinta” aldeia e verificar a situação das pessoas que ali viviam. A intenção era de instalar um Centro Agrícola em comum com o Governo Federal, cabendo ao estado de Alagoas ceder parte da terra demarcada à Federação. O Centro só veio a ser efetivamente criado 10 anos depois e, durante este período, os índios ainda detiveram a posse das terras. Ficou determinado que as terras não seriam utilizadas pelo Centro seriam divididas em lotes de 1 a 50 ha e vendidas, preferencialmente, a seus ocupantes.

O Centro Agrícola estava subordinado ao Serviço do Algodão do Estado de Alagoas, criado em 1923 e extinto em 1933. Com relação à área, foi celebrado novo acordo para a instalação do Serviço de Plantas Têxteis, também do Governo Federal. Como este projeto também não deu certo, o acordo de cessão de terras do governo estadual ao federal encerrou-se em 1938.

No início dos anos 40, os Kariri-Xocó ocupavam apenas 10 ha de área na periferia da cidade, local conhecido como a “**rua dos índios**” ou “**rua dos caboclos**”, além de uma reduzida área da Mata do Ouricuri, onde realizavam seus rituais e, por isso, não poderia ter outra destinação. Quando a situação de extrema carência atingiu os Kariri-Xocó, foi criado o Posto Indígena padre Alfredo Damaso (1944). Na documentação da época, a área estava sobre o controle da Fomento Agrícola, mas eram terras que haviam sido usurpadas dos índios pelo governo. Um relatório de 1945, do chefe do posto indígena, pede informações sobre outras terras devolutas já que os Kariri-Xocó encontravam-se totalmente expropriados de seu território tradicional.

O então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) iniciou negociações junto à Fomento Agrícola, visando obter 50 ha para os índios, o que veio a ser conseguido em 1948, com a cessão de 50,54 ha para os índios, em caráter de empréstimo. Os índios denominaram essa área de Colônia. Mas, em 1950, essa gleba foi cortada pela ferrovia que liga Porto Real do Colégio a Maceió, o que reduziu o espaço a apenas 35 ha utilizáveis.

A região do rio São Francisco, a partir da década de 40, foi alvo de várias iniciativas governamentais. Em 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) com o objetivo de maximizar o aproveitamento econômico dessa região. Em 1955, a área passou a abrigar o projeto “Fazenda Escola”, que pretendia preparar e qualificar a mão-de-obra local. Em 1967, a CVSF foi substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) que investiu na pecuária associada à agricultura. A Fazenda Escola tornou-se Fazenda Modelo e teve como meta ser um pólo de pecuária bovina destinada à reprodução de matrizes de gado nelore e holandês.

Foi durante esse período que se observou um reavivamento do processo de desmatamento e um aumento da concentração fundiária, com a formação de grandes pastagens nas terras altas. A SUVALE foi extinta, sendo substituída pela Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF) já em 1970. Seis anos depois, a CODEVASF encerrou as atividades da Fazenda Modelo e teve como planos instalar uma estação de piscicultura.

Coube ao município de Porto Real do Colégio sediar o Projeto Itiúba que desapropriou pequenas propriedades e posses na área inundável às margens do

rio, em um total de 2.100 ha, incidindo, em grande parte, em área do antigo aldeamento indígena.

Premidos pela necessidade de defender suas terras, em 1978, os Kariri-Xocó invadiram a Fazenda Modelo, que se encontrava praticamente abandonada, dando início ao longo processo de retomada de seu território original. A FUNAI e a CODEVASF tentaram dissuadir os índios de ficarem na Fazenda, oferecendo outras terras que não foram aceitas pela comunidade. Desta forma, foi assinado, em 1979, um termo entre as duas instituições onde a FUNAI recebia a área da Fazenda Modelo, em um total de 245,9 ha. Três anos após a assinatura do Termo, constatou-se que a CODEVASF não detinha poderes legais sobre o imóvel, que pertencia ao Estado.

A regularização das terras passou, então, a exigir um processo muito mais demorado. Em 1980, a FUNAI designou um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de eleger uma área para ser a reserva indígena. A área escolhida por esse GT era constituída pela antiga Fazenda Modelo, com 245,9 ha; pela Colônia, com 54,5 ha, já de posse dos índios desde o tempo do SPI; pelo Cercado Grande, com cerca de 200 ha; e pelas terras da Mata do Ouricuri de cerca de 35 ha, posteriormente mensurada em 100 ha, que pertencia a uma finada índia, casada com um não-índio, cuja posse teria sido alienada sem o consentimento da comunidade e sem nenhuma transmissão formal por seus filhos.

Constatado o equívoco da eleição dessa área, quatro anos mais tarde, um outro GT realizou a identificação dessa terra indígena, ratificando a área antes delimitada. Essa proposta foi aprovada com ressalvas, já que correspondia a uma pequena porção do território Kariri-Xocó. A área foi declarada de ocupação indígena pelo Decreto de 04 de outubro de 1993, mas, antes da homologação, o grupo resolveu voltar a discutir os limites de sua área, reivindicando, por carta às autoridades competentes, datada de setembro de 1993, o reconhecimento de todas as terras de seu antigo aldeamento.

Assim, outro GT foi criado e, conforme será visto no próximo item, novos limites foram estabelecidos.

É importante ressaltar que a tradição oral do grupo, como ocorre entre outras populações indígenas no próprio estado e no Brasil em geral, atribui o direito das terras a uma doação do imperador Pedro II. Nesse caso, a doação teria ocorrido em sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso em 1859. A visita de D. Pedro em Porto Real do Colégio efetivamente ocorreu, sendo recebido por um grupo de índios, episódio registrado no diário de viagem do imperador, mas nenhum termo de doação foi localizado.

Em relação aos Karapotó não há muitos dados disponíveis. Alguns levantamentos foram feitos, mas são de difícil acesso. Sabe-se que os Karapotó são citados em território alagoano desde o século XVII, Antes disto, há notícias deles em Pernambuco, no século XVII, juntamente com os Carnijó (Fulni-ô), na Serra do Comunati, entre 1681 e 1685; no Baixo São Francisco, em 1759; e em Porto Real do Colégio, em 1938. Como será visto no próximo item, a FUNAI só passa a ter conhecimento desses índios em 1983 sob a denominação de Tingui-Kariri.

No entanto, sua história não difere muito da dos Kariri-Xocó ou de outro grupo do Nordeste. Em pesquisa realizada na Internet, foi levantado o depoimento

de um índio Karapotó que se encontra descrito a seguir. Trata-se da história passada pela tradição oral da própria tribo:

“O desabafo é de Cícero Cirilo, 17 anos, índio Karapotó que cursa a 7ª série da Escola de 1ª Grau Pe. José dos Santos Mosinho, em São Sebastião, AL: antes do descobrimento, os povoados indígenas de Alagoas eram os seguintes: povos de língua Tupi, os Caetés – família tupi, praticamente extinta, no litoral. No interior, povos de língua Jê ou Macrojê: Aconã ou Wakonã, em Tingui e Botó; Xucuru e Kariri, em Palmeira dos Índios; Karapotó, em São Sebastião; e Kariri, em Porto Real do Colégio.”

“Muito antes desse Cabral chegar aqui, os Karapotós, como os outros, já viviam nesta terra que não era Brasil e sim Ibirapitanga. Além de nós, Karapotós, viviam no norte os Aruaka, Karibós; no sertão, os Jês; no litoral, os Tupis; e, no sul, os Guaranis”.

“Em 1500, esta terra virou colônia de Portugal e nós começamos a perder a nossa paz e a nossa liberdade. Vieram as expedições, a partir de 1501, depois as Capitânicas Hereditárias, as Entradas e Bandeiras e, com isso, o confinamento do nosso povo, os massacres e as lutas pela terra. Nos batizaram de índios e nos cercaram em aldeias, violentando a nossa língua e a nossa cultura”.

“Em 1822, veio o Império e com ele mais massacres e mais lutas. Os cartórios e os seus donos, que eram brancos, documentaram as terras a seu favor, tomaram nossos rios e nossas matas. Nós, os Karapotós, ficamos com a área que compreendia o que hoje é a fazenda Tabuado, que era denominada Tingê. Depois, fomos expulsos por fazendeiros e obrigados a ficar como escravos em nossa própria terra, ou a nos refugiar em outras aldeias. Uns ficaram no que hoje é o povoado Terra Nova, outros foram se abrigar junto aos Kariri, em Porto Real do Colégio. Lá o grupo era maior, tinha a proteção dos jesuítas e já abrigava os Xocó, que também foram expulsos de Sergipe”.

“Muito tempo depois, começou o movimento de entidades não-governamentais, de universidades, museus e fomos descobrindo nossos direitos. Depois de muita pesquisa e reuniões, o povo Karapotó, que ainda estava com os Kariri, resolveu procurar seus descendentes na Terra Nova e, com a liderança do cacique Juarez e do pajé Izidório, em 1991 retornamos à fazenda Coqueiro. Passamos um ano acampados, sofrendo muito, com fome e sede. Nosso objetivo não era só a fazenda Coqueiro. O que queríamos mesmo era nossa Tingê, chamada agora de Tabuado – a fazenda Coqueiro era uma estratégia. Até que, no dia 26 de fevereiro de 1992, alcançamos o nosso objetivo. Arriscamos a vida e recuperamos a nossa Tingê. Foi o maior reboliço, com Polícia Federal, Jornal Nacional e liminar pra gente se retirar”.

“O juiz expediu uma liminar contra a gente. Nós saímos, mas acampamos na beira da pista por 17 dias, depois entramos outra vez na nossa terra, onde estamos até hoje, com garantia do Governo Federal, apoio da FUNAI e de outras entidades”.

3.14.3 – AS TERRAS INDÍGENAS KARIRI XOCÓ E KARAPOTÓ

A Terra Indígena Kariri-Xocó localiza-se à margem do Rio São Francisco, no Município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, com uma área de 699,3580 ha e perímetro de 14.713,02 m.

Os Karapotó habitam as Aldeias Taboada e Terra Nova, regularizada, com uma área de 1.810 ha e perímetro aproximado de 22 km, no município de São Sebastião, Estado de Alagoas. A desapropriação da área de 1810 ha por Decreto foi cancelada e a FUNAI adquiriu parte da área por compra.

Para que uma área seja considerada Terra Indígena (TI), diversos procedimentos devem ser adotados, segundo o Decreto 1775/96. A sistemática segue os seguintes passos:

- ✓ Estudos de Identificação: A FUNAI nomeia um antropólogo com qualificação reconhecida para elaborar estudo da Terra Indígena em questão em um prazo determinado. Esse estudo subsidia o trabalho do grupo técnico especializado, que fará pesquisas complementares de natureza etnohistórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário, com vistas à delimitação da TI. O grupo será coordenado por um antropólogo e contará preferencialmente com técnicos do quadro funcional do órgão tutelar. Esse grupo encaminhará relatório circunstanciado à FUNAI, no qual constarão elementos e dados específicos listados na Portaria nº 14, de 09/01/96, assim como caracterização da TI a ser demarcada.
- ✓ Aprovação da FUNAI: O relatório precisa obter aprovação do Presidente da FUNAI que, em 15 dias, fará com que seja publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial da unidade federada correspondente um resumo das informações nele contidas. A publicação deverá ser afixada na sede da Prefeitura local.
- ✓ Contestações: Do início do procedimento até 90 dias depois da publicação do relatório no DOU, qualquer interessado, inclusive estados e municípios, terá o direito de se manifestar, apresentando à FUNAI suas razões e provas pertinentes, com objetivo de pleitear indenização ou demonstrar vícios existentes no relatório. O órgão tutelar tem, então, 60 dias, após os 90 dias mencionados anteriormente, para elaborar pareceres sobre as razões dos interessados e encaminhar ao Ministro da Justiça.
- ✓ Declarações dos limites da TI: O Ministro da Justiça terá 30 dias para: (a) expedir portaria, declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física; ou (b) prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias; ou ainda, (c) desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º. do artigo 231 da Constituição.
- ✓ Demarcação física: Sendo declarados os limites da área, o órgão tutelar promove a sua demarcação física, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em caráter prioritário, procederá ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

- ✓ Homologação: O procedimento de demarcação deve, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto.
- ✓ Registro: A terra demarcada e homologada será registrada, em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União – SPU.

A demarcação administrativa da Terra Indígena Kariri-Xocó foi homologada pelo Decreto 0_013 de 04 de outubro de 1993, cujo texto encontra-se a seguir.

DECRETO DE 4 DE OUTUBRO DE 1993

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Kariri-Xocó, localizada no Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e art. 9º do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI da Área Indígena KARIRI-XOCÓ, localizada no Município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena com **superfície de 699,3580ha** (seiscentos e noventa e nove hectares, trinta e cinco ares e oitenta centiares) e **perímetro de 14.713,02 m** (quatorze mil, setecentos e treze metros e dois centímetros).

Art. 2º A Área Indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Marco M-04 de coordenadas geográficas aproximadas 10º09'09"S e 36º50'34"Wgr., localizado próximo de um córrego sem denominação, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 77º40'35,2" e 372,01 metros, até o Marco M-05 de coordenadas geográficas aproximadas 10º09'07"S e 36º50'22"Wgr., localizado no bordo de uma estrada carroçável; daí, segue pela citada estrada, sentido Olho D'água Grande, com a distância de 2.554,26 metros, até o Marco M-06 de coordenadas geográficas aproximadas 10º08'06"S e 36º49'45"Wgr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 63º17'38,7" e 754,87 metros, até o Marco M-07 de coordenadas geográficas aproximadas 10º07'55"S e 36º49'23"Wgr. LESTE: Do marco antes descrito segue por uma linha reta com azimute e distância de 158º51'23,1" e 1.260,19 metros, até o Marco M-08 de coordenadas geográficas aproximadas 10º08'33"S e 36º49'08"Wgr., localizado no bordo de uma estrada vicinal; daí, segue por esta, sentido Porto Real do Colégio, passando pelo Marco M-08/A de coordenadas geográficas aproximadas 10º09'12"S e 36º49'34"Wgr., com a distância de 5.537,48 metros, até o Marco M-09 de coordenadas geográficas aproximadas 10º09'41"S e 36º49'28"Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 163º07'44,2" e 1.182,18 metros, até o Marco M-10 de coordenadas geográficas aproximadas 10º10'18"S e 36º49'16"Wgr. SUL: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 253º17'59,4" e 2.462,10 metros, até o Marco M-01 de coordenadas geográficas aproximadas 10º10'41"S e 36º50'34"Wgr., localizada na margem esquerda do Rio São Francisco. OESTE: Do marco antes descrito, segue pelo citado rio, a montante, com uma distância de 830,59 metros, até o Marco M-02 de coordenadas geográficas aproximadas 10º10'16"S e 36º50'42"Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 73º18'15,6" e 876,00 metros, até o Marco M-03 de coordenadas geográficas aproximadas 10º10'08"S e 36º50'15"Wgr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 342º15'53,8" e 1.883,35 metros, até o Marco M-04, início da descrição deste perímetro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de outubro de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Maurício Corrêa

No entanto, a Terra Indígena Kariri-Xocó passou por um processo de revisão. O despacho Nº110 de 07 de dezembro de 2001, da Diretoria de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2001, aprova as conclusões do Relatório de Identificação de autoria dos antropólogos Marco Tromboni de Souza e Luciana Maria de Moura Ramos. Esse relatório define que a Terra Indígena Kariri-Xocó situa-se nos municípios de Porto Real do Colégio e São Brás, com uma área de 4419 ha e perímetro de 41 km. Como ainda não foi emitido nenhum decreto ratificando a nova área da terra indígena, a FUNAI considera-a delimitada, em processo administrativo contraditório. O último trabalho realizado foi o Relatório de Levantamento Fundiário da TI Kariri-Xocó, de 04/11/2004, que contém os laudos de vistoria e avaliação das ocupações incidentes nos limites em estudo (documentos da FUNAI – levantamento na sede em Brasília).

Quanto aos Karapotó, o processo de delimitação de suas terras é bastante complicado. Segundo o "Atlas das Terras Indígenas do Nordeste" (1993) é somente a partir de 1983 que a existência do grupo foi reconhecida pelo órgão tutelar, primeiro com o nome de Tingui-Kariri e, posteriormente, como Karapotó. Esse grupo foi considerado descendentes dos Tingui que haviam sido expulsos de sua terra pelo Barão de Penedo.

Em 1988 foi criado um grupo de trabalho para a delimitação da área dos Karapotó, grupo esse constituído pelas Portarias Nº411, 461 e 0603/88 datadas de 11 e 22 de abril e de 06 de junho respectivamente. Os trabalhos de campo foram realizados ainda no mesmo ano e foi elaborado um mapa que relacionava os pontos limites do território dos Karapotó. Mas, no entanto, o relatório informava que, dada a dificuldade de reconquistar o território tradicional, os pontos indicados eram outros e tinham a aprovação da tribo. Nessa ocasião, os Karapotó habitavam o povoado Terra Nova, no município de São Sebastião, a 4km do limite mais próximo da área que foi proposta.

Logo após a identificação da terra proposta, a relação entre índios e não índios em Terra Nova tornou-se mais tensa. Os índios arrendavam as terras que eram suas por direito e ainda eram discriminados no valor e na forma de pagamento, sendo cobrado preços superiores e assinados contratos de menor duração do que os dos não índios. Com dificuldades de acesso às terras, restou aos índios se empregarem nas fazendas próximas ou nas usinas em municípios da região, como Arapiraca, São Sebastião, São Brás e outros.

Em 1989, a Portaria PP nº 165/89 decidiu retirar de pauta a proposta da área, levando em conta que havia falta de definição de limites. Dois anos depois, os Karapotó, junto com outros grupos indígenas e com apoio de algumas entidades, acamparam em frente à Administração Regional de Maceió, de modo a pressionar a FUNAI a tomar medidas efetivas para resolver a situação de terras. Ficaram ali durante um ano e, em 1992, encaminharam-se para a Superintendência da FUNAI em Recife(3º SUER).

Toda essa movimentação dos índios repercutiu local e regionalmente e teve como consequência o Decreto de 11 de agosto de 1992 que declarava de interesse social, para fins de desapropriação, propriedades particulares situadas na área que especifica, situada no Município de São Sebastião, Estado de Alagoas. O texto integral do Decreto encontra-se a seguir.

Apesar de ser um decreto, na prática não significou nenhuma medida efetiva para a demarcação e liberação da área pelos ocupantes não-índios.

A precária situação dos karapotó, muitos acampados à beira da BR 101, foi registrada por várias reportagens nos jornais alagoanos. Nessa época, parte dos índios ocupava também a Fazenda Coqueiro, além dos que se encontravam na estrada. Em 24 de fevereiro, os índios ocuparam outro imóvel na área identificada: a Fazenda Taboado. A ação foi denominada de “Operação Retomada” e contou com a participação de representantes de outros grupos indígenas do Espírito Santo, Minas Gerais, Alagoas e Bahia.

Diante da situação tensa, a FUNAI anunciou que não possuía recursos para viabilizar as desapropriações necessárias. Os índios foram então retirados pela Polícia Militar da Fazenda Taboado e voltaram a ocupar as margens da estrada.

A desapropriação da área de 1810 ha pelo Decreto de 11 de agosto de 1992 foi cancelada judicialmente, e a FUNAI adquiriu parte da área por compra. A Escritura Pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 15-D, Folhas 158v/169v, do Cartório do Único Ofício, Comarca de São Sebastião, Estado de Alagoas, mostra que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) adquiriu, de Maria das Vitórias Palmeira Canuto, o imóvel rural denominado Fazenda Solobro, com área total de 345 tarefas (equivalente a 140 hectares) para assentamento dos índios Karapotós da Terra Indígena Karapotó de Terra Nova. A escritura é datada de 09 de novembro de 2004.

DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 1992

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, propriedades particulares situadas na área que especifica, situada no Município de São Sebastião, Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 26 e 27, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e de acordo com os arts. 1º e 5º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, combinados com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse social, para fins de desapropriação, as propriedades particulares existentes na área, localizada no Município de São Sebastião, Estado de Alagoas, com a superfície aproximada de 1.810ha (um mil e oitocentos e dez hectares) e perímetro aproximado de 22 km (vinte e dois quilômetros).

Art. 2º A área de que trata este decreto tem a seguinte delimitação: Norte: Partindo do Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 09º59'18"S e 36º38'10"WGr., situado no lugar denominado Pedra do Limoeiro, na margem esquerda do Rio Boa Cica, daí segue por uma linha reta com azimute aproximado 92º30'00" e distância aproximada 5.400m, até o Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 09º59'30"S e 36º35'22"WGr., situado na borda direita da Rodovia BR 101, no sentido Maceió/Aracajú, lugar denominado Tanque Velho da Tapera. Leste: Do Ponto 1 segue pela referida rodovia no sentido Aracajú, com os seguintes azimutes aproximados 244º30'00", 218º30'00" e 231º00'00" e distância aproximada 7.500m, até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 10º02'04"S e 36º38'30"WGr., situado na borda direita da citada rodovia, lugar denominado Açude Campo Alegre. Sul: Do Ponto 2, segue pela antiga estrada no Olho D'Água, com azimute aproximado 298º30'00" e distância aproximada 1.200m, até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 10º01'45"S e 36º39'00"WGr., situado à margem esquerda do Rio Boa Cica, lugar denominado Olho D'Água do Tabuado. Oeste: Do Ponto 3, segue pela margem esquerda do Rio Boa Cica, no sentido montante, com uma distância aproximada de 7.800m, pelo limite natural, até o Ponto 4, inicial da presente descrição perimétrica.

Parágrafo único. As coordenadas indicadas neste artigo foram extraídas das Cartas Topográficas SC 24-X-D-V/MI-1598, confeccionada pela Sudene - 1971/72 e SC 24-Z-B-II/MI-1667, confeccionada pela DSG/Exército - 1971.

Art. 3º A área descrita no artigo anterior é destinada a servir de habitat ao grupo indígena KARAPOTÓ, passando a integrar a reserva indígena KARAPOTÓ.

Art. 4º O Ministério Público Federal promoverá as medidas amigáveis e judiciais necessárias à desapropriação das propriedades particulares, legitimamente tituladas, existentes na área descrita no art. 2º deste Decreto, podendo alegar urgência para os efeitos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

CÉLIO BORJA

3.14.4 – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

O grupo indígena Kariri-Xocó tem sido objeto de mais estudos do que o grupo Karapotó. Para os primeiros, já foram elaboradas teses de mestrado e doutorado e escritos vários artigos, monografias e trabalhos finais de curso, destacando-se aqueles elaborados pelos especialistas da Universidade Federal de Alagoas. Essa universidade vem desenvolvendo um projeto multidisciplinar, denominado “O Cotidiano Indígena”, que tem como objetivo fazer um balanço dos povos indígenas de Alagoas, integrando as áreas de história, ciências sociais, medicina, odontologia e nutrição. Já os Karapotó não são muito conhecidos na literatura, mesmo estando contemplados no projeto acima mencionado.

As informações aqui apresentadas foram levantadas a partir da bibliografia existente e de trabalho de campo, sendo os principais informantes os caciques, os homens mais velhos do grupo e o responsável pelo Posto Indígena da FUNAI.

3.14.4.1 – POPULAÇÃO

O relatório do primeiro agente do Posto Indígena na TI Kariri-Xocó, diz que, em 1944, existiam 166 pessoas identificadas como índios. Em 1983, considerava-se que existem 1.050 indivíduos, o que representou um aumento de população devido ao fato da retomada das terras da Fazenda Modelo ou Sementeira, que trouxe de volta à aldeia parentes dispersos e, ao mesmo tempo, valorizou o casamento inter-étnico, em uma região de escassez de terras. O contingente populacional, segundo informações do último levantamento realizado pela FUNAI, datado de 1989, indica que o grupo contava, naquela época, com 1812 pessoas, sendo 893 homens e 919 mulheres. Destes, 1727 são índios e 85 são não índios, conforme demonstrado na Tabela 3.36.

TABELA 3.36 - NÚMERO DE PESSOAS POR FAIXA ETÁRIA E ETNIA NA TI KARIRI-XOCÓ, 1989

FAIXA ETÁRIA (EM ANOS)	SEXO			É ÍNDIO		
	MASC	FEM	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL
01 a 05	0	0	0	0	0	0
06 a 10	92	109	201	201	0	201
11 a 15	114	140	254	254	0	254
16 a 20	127	121	248	248	0	248
21 a 30	226	222	448	435	13	448
31 a 40	131	132	263	238	25	263
41 a 50	87	86	173	153	20	173
51 a 60	52	53	105	94	11	105
> de 60	64	56	120	104	16	120
Total Geral	893	919	1812	1727	85	1812

Fonte: FUNAI, Cadastro Geral de Famílias, Ano Base 1989.

A distribuição da população por faixa etária em 1989 mostrava uma população com 39 % das pessoas com idade entre 6 e 20 anos; 40% entre 21 e 40

anos; e 25% com 41 anos ou mais. Nesse levantamento não se registraram crianças entre 1 e 5 anos de idade. As pessoas não-índias contabilizadas nesse levantamento se ligavam aos índios Kariri-Xocó por laços de casamento.

Os índios e não-índios que efetivamente residiam na aldeia à época representavam 72 % de sua população, estando 28% fora da aldeia, conforme mostra a Tabela 3.37, a seguir. A faixa etária mais importante dentre os que residiam fora era de 21 a 30 anos, que concentrava cerca de 27% do total dos não residentes. Essas pessoas se deslocaram provavelmente à procura de oportunidades de trabalho em outras localidades.

TABELA 3.37 - SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NA TI KARIRI-XOCÓ, 1989

FAIXA ETÁRIA (EM ANOS)	RESIDE ALDEIA		
	Sim	Não	Total
01 a 05	0	0	0
06 a 10	143	58	201
11 a 15	194	60	254
16 a 20	192	56	248
21 a 30	312	136	448
31 a 40	185	78	263
41 a 50	120	53	173
51 a 60	71	34	105
> de 60	94	26	120
Total Geral	1311	501	1812

Fonte: FUNAI, Cadastro Geral de Famílias, Ano Base 1989.

Já em 1997, a Funai calculava a população Kariri-Xocó em 1500 pessoas, número que vinha sendo repetido desde 1990 (Atlas das Terras Indígenas do Nordeste, PETI, Museu Nacional, 1993). A Gazeta de Alagoas em 1992 estima os índios em 1.700 pessoas e , em outubro de 1993, em 2.500 integrantes.

Ao tratar de quem é ou não Kariri-Xocó, é preciso levar em conta os que se auto-identificam como índios e assim também são identificadas pelo grupo e por não-indígenas negros, loiros de olhos azuis e biótipos ameríndios. Ser índio em Porto Real do Colégio significa ser filho da aldeia e conhecer o segredo do Ouricuri (festa tradicional), desde a primeira infância. Há, porém uma diferenciação interna.

Segundo Vera Calheiros Mata “se a pessoa tem pai e mãe identificados como Kariri e/ou Xocó, é descendente. Se, além disso, freqüenta o Ouricuri, é conhecedor. Para ser realmente membro da aldeia, o ideal é ser descendente e conhecedor. Há, contudo formas atenuantes: a parte não-índia de um casamento misto pode vir a ser um caboclo de entrada se, merecendo a confiança do grupo, for convidado pelo pajé a freqüentar o Ouricuri. Há ainda a condição de cabeça seca, que inclui todos nós que não conhecemos o segredo do Ouricuri (Instituto SócioAmbiental, op. cit).

Hoje, os Kariri-Xocó são organizados em apenas uma aldeia, cuja denominação é igual ao nome do grupo indígena. No passado havia uma aldeia que se denominava Sementeiro, mas com o crescimento dos Kariri-Xocó passou a

integrar a aldeia atual. Esta possui três portões de entrada, sendo um às margens da BR-101 e os demais na zona rural do município de Porto Real do Colégio, que margeia um dos afluentes do Rio São Francisco (Rio Tibiri), onde se concentra a população indígena.

Segundo informações fornecidas pelo cacique, vivem na aldeia cerca de 550 famílias que, considerando-se a média de 1989 - 4 membros por família - daria um total de 2200 índios.

Em relação aos Karapotó, em 1989, no mesmo levantamento realizado pela FUNAI, o grupo contava com 694 pessoas, sendo 342 homens e 352 mulheres. Destes, 580 são índios e 114 não índios, conforme demonstrado na Tabela 3.38.

TABELA 3.38 - NÚMERO DE PESSOAS POR FAIXA ETÁRIA E ETNIA NA TI KARAPOTÓ, 1989

FAIXA ETÁRIA (EM ANOS)	SEXO			É ÍNDIO		
	Masc	Fem	Total	Sim	Não	Total
01 a 05	13	11	24	24	0	24
06 a 10	40	40	80	80	0	80
11 a 15	49	49	98	98	0	98
16 a 20	31	47	78	77	1	78
21 a 30	67	77	144	123	21	144
31 a 40	58	50	108	74	34	108
41 a 50	39	42	81	51	30	81
51 a 60	24	17	41	24	17	41
> de 60	21	19	40	29	11	40
Total Geral	342	352	694	580	114	694

Fonte: FUNAI, Cadastro Geral de Famílias, Ano Base 1989.

A distribuição da população por faixa etária neste ano era de 37 % da população entre 6 e 20 anos, 37% entre 21 e 40 anos e 24% com 41 anos ou mais, sendo 3% de crianças entre 1 e 5 anos de idade. As pessoas não índias contabilizadas neste levantamento também se ligavam aos Karapotó por laços de casamento.

Os índios e não-índios que residiam na aldeia representavam 38 % de sua população, estando o restante, 62%, fora da aldeia. A faixa etária mais importante dos que residiam fora era de 21 a 30 anos, que concentrava cerca de 21% do total dos não residentes. O motivo da saída era o mesmo dos Kariri-Xocó e de outros grupos da região: a busca de postos de trabalho em outras localidades. A Tabela 3.39 ilustra a situação de domicílio em 1989.

Em 1993, o Atlas das Terras Indígenas do Nordeste menciona a existência de 500 índios. Hoje, os Karapotó são divididos em duas aldeias, os da terra tradicional, habitantes da antiga fazenda Taboado, e os Terra Nova. A aldeia Taboado possui 2 entradas às margens da BR-101, sendo que a população se concentra em porções de terras mais distantes da rodovia. Segundo estimativas da FUNAI existem, atualmente, 1050 índios Karapotó.

TABELA 3.39 - SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NA TI KARAPOTÓ, 1989

FAIXA ETÁRIA (EM ANOS)	RESIDE ALDEIA		
	Sim	Não	Total
01 a 05	19	5	24
06 a 10	26	54	80
11 a 15	36	62	98
16 a 20	31	47	78
21 a 30	65	79	144
31 a 40	27	81	108
41 a 50	21	60	81
51 a 60	25	16	41
> de 60	15	25	40
Total Geral	265	429	694

Fonte: FUNAI, Cadastro Geral de Famílias, Ano Base 1989.

3.14.4.2 – CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

A partir da retomada da fazenda modelo em 1979, pertencente então à CODEVASF, os Kariri-Xocó ocuparam as edificações da empresa, utilizando-as como moradia. No ano de 1981, o governo do Canadá, por meio dos seus representantes da embaixada no Brasil, destinou recursos para a Delegacia Regional de Recife, recursos estes que seriam utilizados para a construção de 160 casas. Entretanto, apenas 60 delas foram construídas, em regime de mutirão, atendendo a população que se encontrava em condições mais precárias em relação à habitação.

Nos anos seguintes, a população Kariri-Xocó cresceu bastante, sendo que as famílias novas construíam suas próprias casas ou continuavam morando na casa dos pais. No mais recente censo, em 2001, contou-se 172 casas na aldeia. Em geral, as casas da aldeia são construídas em alvenaria, algumas com acabamento externo (reboco) e outras não, mas todas apresentam divisão de sala, quarto, cozinha, banheiro e rede de abastecimento de água, esgoto por fossa rudimentar e energia elétrica.

Deve-se destacar que a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) construiu uma estação de bombeamento e tratamento de água que abastece exclusivamente a aldeia. Além disso, também desenvolveu um programa de melhoria das instalações sanitárias residenciais.







A maior concentração de casas margeia duas ruas principais, que se iniciam nos dois portões da Terra Indígena, nas proximidades de um afluente do Rio São Francisco. Todas elas encontram-se distantes da BR-101.

A aldeia indígena Taboado dos Karapotó apresenta um padrão construtivo bastante semelhante a dos Kariri-Xocó, com as casas divididas internamente e possuindo os mesmos serviços de água, luz e esgoto. Situação semelhante é encontrada na aldeia Terra Nova. Em ambas, a FUNASA também construiu uma estação de bombeamento e tratamento de água e desenvolveu a melhoria das

instalações sanitárias. Em Taboado, as casas estão dispostas às margens do arruamento principal e algumas nas poucas ruas transversais.

Em Terra Nova, deve-se destacar que o contato mais intenso com população não-índia, provavelmente, influenciou também no padrão construtivo das casas. A maior parte delas apresenta um acabamento mais aprimorado. Como em Taboado, as casas se distribuem às margens do arruamento principal e nas poucas ruas transversais.

FIGURA 3.16 - ASPECTOS DAS TERRAS INDÍGENAS KARAPOTÓ E KARIRI-XOCÓ

	
<p>FOTO 75: Padrões Construtivos – Karapotó – Aldeia Taboado.</p>	<p>FOTO 76: Padrões Construtivos – Karapotó – Aldeia Taboado.</p>
	
<p>FOTO 77: Aldeia Taboado – Karapotó.</p>	<p>FOTO 78: Aldeia Karapotó - Terra Nova.</p>
	
<p>FOTO 79: Aldeia Karapotó - Terra Nova.</p>	<p>FOTO 80: Estação de Tratamento de Água – Karapotó – Aldeia Taboado.</p>

	
<p>FOTO 81: Estação de Tratamento de Água – Terra Nova.</p>	<p>FOTO 82: Estação de Tratamento de Água Kariri-Xocó.</p>

Fonte: Elaboração Oikos.

3.14.4.3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em relação às atividades econômicas, elas pouco diferem entre os grupos. Desta forma são tratadas em conjunto.

Os grupos, até fins dos anos 70, viviam da venda de sua força de trabalho nos projetos de plantio com irrigação desenvolvidos na área. A alteração na estrutura econômica e fundiária da região, com o fim dos projetos governamentais, atingiu também os índios.

A principal atividade econômica é a agricultura de subsistência de milho, feijão, arroz e mandioca. Não é costume dos grupos fazerem grandes roças e, por isso, não há muito excedente a ser comercializado.

Assim, os índios precisam ainda vender sua força de trabalho nas fazendas e municípios vizinhos, trabalhando como empregadas domésticas, vigias, nas colheitas e em serviços semelhantes. Precisam auferir renda, já que seus padrões de consumo não são muito distintos da população regional.

Embora hoje, por exemplo, os Kariri-Xocó possuam mais terras do que à época do antigo aldeamento, estas ainda são insuficientes, permanecendo os índios ainda dependentes da Administração Regional de Maceió para o sucesso de suas roças de subsistência. Dependem da FUNAI para aquisição de sementes, óleo para máquinas, manutenção de equipamentos, adubos, pesticidas e outros. No entanto, esses recursos costumam ser escassos e não atendem à real necessidade dos grupos.

A confecção de artesanato, que se vende na BR-101 e outras localidades, é uma fonte alternativa de renda, embora não seja uma ocupação que garanta sustento pelo poucos rendimentos dela auferida. Produzem utensílios em cerâmica, alguns instrumentos musicais, como maracá e gaita; bijuterias feitas em sua maioria de sementes de mulungú e de olho-de-gato. Em 2005, artesãos da tribo Kariri-Xocó participaram da II Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Brasília.

Plantam ainda abacaxi, abóbora, batata-doce, macaxeira e algodão. Em quase todas as casas existem quintais, de tamanhos diferentes, mas permitindo a plantação de árvores frutíferas como abacateiro, cajueiro, coqueiro, goiabeira,

gravioleira, laranjeira, limoeiro, mangueira e outras plantas como cana-de-açúcar, ervas medicinais, condimentos e de utilização ritual. Algumas famílias cultivam hortaliças. Além disso, na maioria das casas existem abrigos, ainda que rústicos, para galinhas e patos, porcos, algumas ovelhas, algum gado bovino e cavalos.

As terras mais próximas ao rio São Francisco são utilizadas, devido à sua condição propícia, para plantio de frutas tropicais como abacate, banana, cajá, caju, coco, goiaba, jaca, jenipapo, laranja, limão, mamão, manga, pitanga, pitomba, tangerina e outras. As culturas de subsistência costumam ficar nas terras mais altas e assim ficam mais dependentes do regime de chuvas.

A pesca no rio São Francisco e nas lagoas por ele inundadas sempre representou uma fonte de proteínas para a população. Devido a abundância e diversidade de espécies, os índios podiam escolher qual peixe desejavam consumir. A pesca era feita de caniço durante todo o ano, e os índios consumiam tanto os peixes de escamas, quanto de couro ou casco. Com a implantação das barragens da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), especialmente a de Sobradinho, a partir de 1978, a pesca tornou-se mais escassa e menos variada.

Das áreas de capoeira, a maioria delas está ocupada por terceiros, mas, mesmo assim, os índios retiram produtos medicinais para fins rituais e a matéria prima para a confecção de artesanato. Daí também retiram lenha, que igualmente é retirada das árvores e arbustos mortos da Mata do Ouricuri.

O órgão tutelar também dá emprego aos índios no Posto Indígena Kariri, assim como são indígenas os corpos docente e discente das escolas.

Os grupos recebem ajuda do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) recebendo dinheiro para compra de sementes e para a preparação da terra com adubos e implementos. A aldeia se beneficia de fomento promovido pelo posto indígena da FUNAI, que é equipado com caminhão, trator e fornece implementos agrícolas.

Quando o ano é pouco chuvoso, costumam perder quase toda a sua lavoura. Assim, resta a aposentadoria, a venda das panelas, a venda de trabalho nas fazendas vizinhas ou aguardar pelas cestas básicas distribuídas pelo governo. Aliás, a aposentadoria rural, instituída pela Constituição Federal de 1988, representou um grande alívio para a parcela mais idosa da população e constitui uma grande parte da renda da comunidade como um todo.

3.14.4.4 – EDUCAÇÃO

Os Kariri-Xocó dispõem da Escola Estadual Indígena Pajé Francisco Queiroz Suíra, que funciona em dois prédios: um para educação infantil, maternal e pré-escola; o outro, para as turmas de 1ª a 4ª série. São atendidos cerca de 289 alunos em 14 turmas, sendo 7 de manhã e 7 à tarde.

A escola dispõe de quatorze monitores (não concursados), duas merendeiras, duas serventes, quatro vigilantes, duas assistentes administrativas e uma diretora. O quadro de pessoal é todo indígena, com exceção da diretoria. O idioma utilizado pelos professores é o português.

Para o restante do ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, os alunos Kariri-Xocó recorrem à escola rural de Porto Real do Colégio, que dista cerca de 2

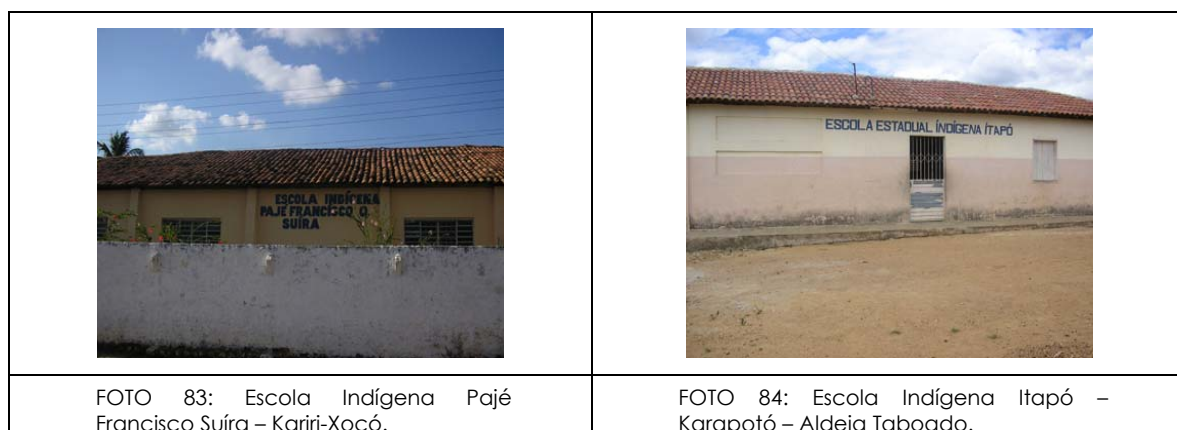
km da aldeia. Segundo relato de professora da escola local, atualmente oito índios estão cursando o ensino universitário em Porto Real do Colégio, sendo que sete deles em Pedagogia e um em Matemática.

Vale ressaltar que o grupo dispõe de três programas de incentivo à escolarização: bolsa-família, bolsa-escola e o vale-gás. Ainda existe problema de evasão escolar na aldeia, mas em escala bastante reduzida, se comparada ao período anterior ao funcionamento dos referidos programas.

Na aldeia Taboado dos Karapotó localiza-se a Escola Estadual Indígena Itapó, com educação infantil, pré-escola e 1ª a 4ª série, atendendo a cerca de 83 alunos em 5 turmas, sendo três de manhã e duas à tarde.

A escola conta com cinco professores, uma merendeira, um servente, dois vigilantes, duas assistentes administrativas e uma diretora, sendo que todos são índios. O idioma utilizado pelos professores também é o português.

FIGURA 3.17 - ESCOLAS INDÍGENAS KARIRI-XOCÓ E KARAPOTÓ



Fonte: Elaboração Oikos.

Na aldeia Terra Nova existe a Escola Municipal Rui Barbosa, também de educação infantil, pré-escola e 1ª a 4ª série. São atendidos cerca de 400 alunos em 13 turmas, sendo 4 de manhã, de 7h20 às 10h20; 3 intermediárias, de 10h30 às 13h20 e 3 turmas à tarde, de 13h30 a 17h30. Também são atendidos jovens e adultos em 3 turmas noturnas.

A escola dispõe de onze professores, quatro merendeiras, um servente, dois vigilantes, duas assistentes administrativas e duas diretoras. Desse quadro de pessoal, quatro professores, um vigia e uma diretora são índios. As aulas são ministradas em português.

Para dar continuidade ao primeiro ciclo do ensino fundamental, os alunos do grupo indígena Karapotó, das duas aldeias, recorrem à localidade de Cana Brava, para cursar da 5ª a 8ª série, e a São Sebastião, para cursar o ensino médio. Segundo relato de professora, atualmente dois índios estão cursando a faculdade de Pedagogia.

Vale ressaltar que o grupo dispõe de três programas de incentivo a escolarização, bolsa-família, bolsa-escola e o vale-gás.

3.14.4.5 – SAÚDE

A Constituição Federal, a Lei ° 8.080 (Lei Orgânica da Saúde) e a Lei Sérgio Arouca, de 1999, que instituiu o Subsistema de Saúde Indígena, delegaram à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) a responsabilidade pelas ações de saúde voltadas para os povos indígenas. Desde que assumiu a gestão da Política de Saúde Indígena em 1999, a FUNASA transferia aos parceiros, por meio de convênios, a responsabilidade pela prestação dos serviços, ficando com as tarefas de repassar os recursos e fazer a supervisão e fiscalização dos convênios.

A partir de abril de 2004, a FUNASA passou a adotar novas diretrizes para a política de atenção à saúde indígena, respaldada na Portaria 70, baixada em 20 de janeiro de 2004, pelo Ministério da Saúde. Essa portaria transfere de direito e de fato para essa fundação a responsabilidade pelas ações de saúde indígena.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena está organizado na forma de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e como um subsistema em perfeita articulação com o Sistema Único de Saúde, atendendo as seguintes condições: considerar os próprios conceitos de saúde e doença da população e os aspectos intersetoriais de seus determinantes; ser construído coletivamente a partir de um processo de planejamento participativo; e possuir instâncias de controle social formalizados em todos os níveis de gestão. Os estados de Alagoas e Sergipe compõem o DSEI 1.

O Pólo de Saúde localizado na aldeia dos Kariri-Xocó foi interditado há 4 meses (setembro de 2004) pela Vigilância Sanitária por falta de condições de higiene, impossibilitando até o armazenamento de medicamentos que seriam distribuídos à população indígena.

Assim, não existe, atualmente, distribuição de medicamentos, médicos, dentistas por falta de lugar para efetuar esse atendimento e de condições de solucionar os problemas de saúde dos índios. A alternativa emergencial da FUNASA foi comprar medicamentos para o tratamento dos índios em farmácias de Porto Real do Colégio. Essa iniciativa também fracassou em função do atraso e do não pagamento pela FUNASA dos medicamentos adquiridos

Assim, os serviços de saúde que disponíveis para os Kariri-Xocó são o atendimento de primeiros socorros efetuados pelas enfermeiras, que continuam a trabalhar fazendo encaminhamento de doentes para outras localidades, a remoção de pacientes e ações dos agentes de saúde. Estes visitam os moradores com problemas de saúde, dificuldade de locomoção e gestantes, distribuem medicamentos quando têm e fazem campanhas de vacinação.

Os doentes que não podem ser atendidos na área, que formam a maioria deles, são encaminhados para Arapiraca, Penedo (para a maternidade local) e, em casos mais graves, para Maceió.

As principais doenças que incidem na aldeia são verminose, gripe, problema na tireóide, mioma, próstata e doentes psiquiátricos. Segundo relato de uma auxiliar de enfermagem que mora na aldeia, há ocorrências também de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), embora em pequena escala, como gonorréia, cancro mole e AIDS.

As ações mantidas pela FUNASA nos Karapotó, tanto na Aldeia Taboado, quanto na Terra Nova, são melhorias nas instalações sanitárias das residências, distribuição de medicamentos, ambulância para remoção de doentes e campanhas de vacinação. Além disso, a FUNASA gerencia o Programa Saúde Familiar do governo federal.

Os Karapotó dispõem de dois postos de saúde, um em cada aldeia, que fornecem atendimento médico com clínico geral, uma enfermeira, 2 auxiliares de enfermagem e dentista. Os agentes de saúde na aldeia visitam as residências, marcam consulta, informam quando tem campanha de vacinação, executando-a e, eventualmente, distribuem resultados de exame.

As principais doenças que incidem na aldeia são verminose, gripe, virose e diarreia, não ocorrendo, segundo informações, problemas com Doenças Sexualmente Transmissíveis. Os doentes que não podem ser atendidos na área são encaminhados para Arapiraca, São Sebastião e Maceió, nos casos mais graves.

FIGURA 3.18 - POSTOS DE SAÚDE NAS TI KARIRI-XOCÓ E KARAPOTÓ

	
<p>FOTO 85: Pólo de Saúde – Aldeia Kariri-Xocó.</p>	<p>FOTO 86: Posto de Saúde – Karapotó - Aldeia Taboado.</p>
	
<p>FOTO 87: Posto de Saúde – Karapotó – Aldeia Terra Nova.</p>	

Fonte: Elaboração Oikos.

3.14.4.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICA E CULTURAL

Segundo Mata, em 1989, apesar de viverem juntos há mais de cem anos, os índios da região de Porto Real do Colégio ainda acionam, em determinados momentos, identidades que se complementam ou se opõe. Kariri e Xocó podem ser vistas como dois grupos distintos ou apenas como um só. Na verdade, essa distinção tem suas origens na história, como foi visto. Quando o Posto Indígena foi criado, identificava o grupo do qual cuidava como Kariri. No entanto, quando da invasão

do local conhecido como Sementeira, o movimento foi coletivo, um acerto entre as lideranças Kariri e Xocó. Por outro lado, é parte importante da memória tribal a expulsão dos Xocó da ilha de São Pedro e da sua recepção entre os Kariri.

No trabalho de campo desenvolvido com fins específicos deste relatório, não seria possível aprofundar esses aspectos. Assim, as observações feitas são as que mais se destacam ou aquelas que foram permitidas que o observador visse. Segundo os informantes, os Kariri-Xocó têm, no momento, duas lideranças, cada uma pertencendo a um dos grupos, sendo que ambos foram escolhidos pela tradição familiar.

Na administração da aldeia, as lideranças são auxiliadas por um conselho de 10 membros, que ajudam em tarefas corriqueiras (arrecadação de dinheiro para ações da comunidade, organização de viagens, aviso de ocorrências de reuniões gerais, dentre outras). Para participar do conselho, o futuro membro tem que estar em idade adulta e ser escolhido pela comunidade em reunião geral, que o avalia em função da atuação pelo benefício da população.

A aldeia possui também dois pajés, representantes dos dois grupos. Na condição de líderes religiosos também participam do conselho e das reuniões. O pajé é também escolhido pela tradição familiar.

Na aldeia Kariri-Xocó existem duas associações regularizadas e funcionando, embora existam mais três não oficiais, ainda em fase de organização. As associações se reúnem mensalmente para elaborar projetos de desenvolvimento local, discutir o andamento dos trabalhos e apresentar resultados alcançados. As associações em funcionamento são a Associação Indígena Bonsucesso Kariri-Xocó e Associação dos Índios Kariri-Xocó Cerealista e Armazenamento. Os projetos em recente elaboração e funcionamento são de apoio a atividades econômicas (piscicultura, horticultura, etc.) e de incentivo à difusão da cultura indígena. Existe inclusive um Centro Cultural Kariri-Xocó, mostrado a seguir.

FIGURA 3.19 - CENTRO CULTURAL KARIRI-XOCÓ



Foto 88: Centro Cultural Kariri-Xocó.
Fonte: Elaboração Oikos.

A maioria quase absoluta dos índios é praticante da religião católica. Embora não tenha igreja na comunidade, as missas são realizadas à sombra de árvores com um padre de Porto Real do Colégio. Não existem também espaços destinados para cultos evangélicos, que são assistidos pelos índios em Porto Real do Colégio.

Os Kariri-Xocó não perderam de vista suas tradições, apesar do contato com o povo não indígena influenciar bastante em seus hábitos culturais. Quinzenalmente é realizado, em mata afastada cerca de 6 km, dentro dos limites da Terra Indígena, o Ouricuri, antigo ritual indígena comum a grupos indígenas do nordeste, que será mais detalhado adiante.

O idioma comumente falado na aldeia é o português, apenas alguns poucos membros dominam e falam a sua língua original. Não há cemitérios nessa aldeia e os mortos são enterrados em Porto Real do Colégio.

Nos Karapotó, cada aldeia tem uma liderança. Em Taboado, o atual cacique foi escolhido pela comunidade devido à sua atuação em defesa dos direitos e benefícios dos índios. Ele foi o fundador da aldeia e realizou um levantamento de pessoas indígenas, na busca do reconhecimento da herança indígena dos habitantes locais.

Tal como os Kariri-Xocó, o cacique é auxiliado por um conselho de 12 membros, que têm as mesmas funções, de ajudar naquelas tarefas corriqueiras e supervisionar as ações da liderança. A forma de escolha dos membros do conselho também é semelhante a dos Kariri-Xocó, sendo requisitos a idade adulta e a escolha pela comunidade em reunião. Uma das qualidades mais apreciadas é a atuação em benefício da aldeia. Também aqui o pajé participa do conselho, comparecendo às reuniões e dando opiniões, tarefas possíveis para um homem em idade avançada, uma vez que o pajé atual foi escolhido, não só por seu conhecimento, mas também pelo critério de idade.

Em Taboado, existe apenas uma associação de mulheres, que atua elaborando projetos que buscam alternativas de emprego e renda para a população, tais como criação de suínos, bovinos e agricultura familiar.

Também aqui a maioria dos índios é católica, embora não aconteçam missas na comunidade. Não se registra igualmente a ocorrência de cultos evangélicos. Os Karapotó da aldeia Taboado não perderam de vista suas tradições, apesar de o contato com o povo não indígena influenciar bastante em seus hábitos culturais, praticando também o Ouricuri.

O idioma comumente falado na aldeia é o português, com apenas poucos indivíduos conhecendo o idioma original. Os mortos são enterrados nos cemitérios dos Karapotó na aldeia Terra Nova, bem como em cemitérios não indígenas, em Cana Brava e em Curralinho.

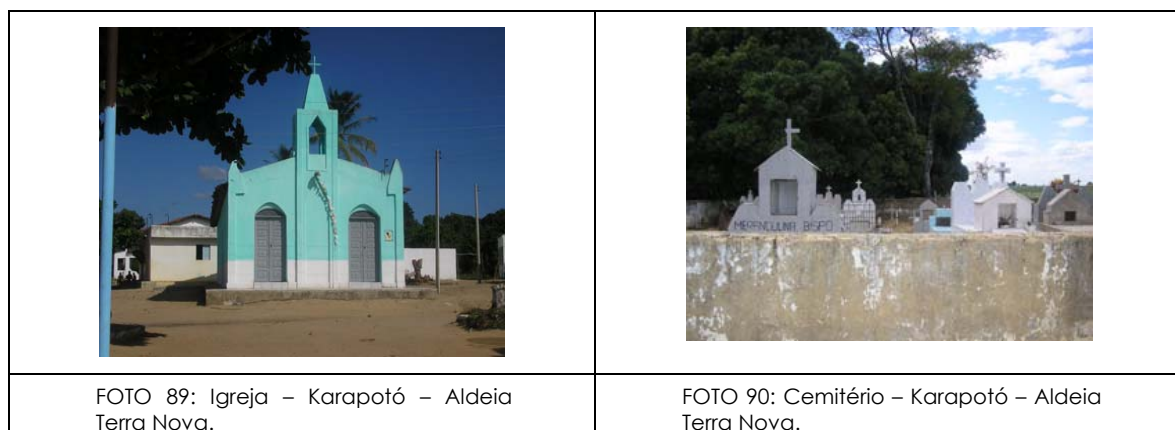
Em Terra Nova também existe uma liderança escolhida pela comunidade. Já viveu na aldeia Taboado e, por questões de desavenças com o líder da última, retornou a seu local de origem. Aqui, o conselho é composto por 13 membros, escolhido da mesma maneira que na outra aldeia. O pajé, obviamente, também participa do conselho.

Existem duas associações, uma indígena e outra não indígena, que atuam elaborando projetos que buscam alternativas de emprego e renda para a população, financiamento de implementos agrícolas e maquinaria e a construção de uma fábrica de doces. A associação não indígena é formada por quase toda a comunidade, cerca de 200 famílias estão a ela associada.

Também em Terra Nova, a maioria quase absoluta dos índios é praticamente da religião católica. Ocorre uma missa toda segunda semana do mês, com um padre que se desloca de São Sebastião. Também atua na aldeia uma comunidade de religiosos da Assembléia de Deus, que realizam cultos todo domingo com um pastor de São Sebastião. Da mesma forma que os Kariri-Xocó, os Karapotó mantêm viva a tradição do Ouricuri.

Na aldeia, fala-se o português, com poucos indivíduos conhecendo a língua original. Seus mortos são enterrados em cemitério nos limites das terras ocupadas por eles, a 20 minutos do casario da aldeia.

FIGURA 3.20 - CEMITÉRIO E IGREJA KARAPOTÓ



Fonte: Elaboração Oikos.

Se os índios Kariri-Xocó e Karapotó não são fisicamente diferentes da população local, tornam-se bem distintos quando são analisados elementos de sua religiosidade. A prática do ritual do Ouricuri é o que dá “sentido à terra, à família, à identidade, à chefia, enquanto princípio organizador. Estrutura a vida perceptível mediante a ordenação do sagrado, do misterioso, do intangível, daquele reduto da vida indígena que a sociedade nacional não consegue dominar. Durante o trabalho de campo, sempre me foi cobrada uma atitude discreta em relação ao ritual, que costumam denominar nosso segredo, nosso particular. Certamente, por motivo dessa reserva, quer do ponto de vista documental, quer no que se refere a registro etnográfico, as informações são pobres e não correspondem à magnificência de seu significado para a sobrevivência e coesão dos remanescentes indígenas.” (Mata, 1989).

Chama-se de Ouricuri tanto ao ritual, quanto ao local onde este se realiza. No caso dos Kariri-Xocó, é um local de vegetação nativa que corresponde a 100 ha da área da aldeia. É aí, na Mata do Ouricuri, que os índios realizam curas e se fortificam para fazê-las no seu cotidiano, quando são procurados pela população local, indígena ou não. No caso dos Karapotó, segundo informações de campo, praticam o ritual em dois locais distintos: um em mata em morro alto durante o verão e, outro, em mata localizada ao fundo de um vale, no inverno.

Várias tribos do Nordeste praticam rituais xamanísticos, o que é considerado um sistema tipicamente indígena. Mas, hoje, estes rituais já estão influenciados por traços culturais de origem ocidental, o que leva a um sincretismo religioso

complexo. Aqui, serão descritos aspectos do ritual entre os Kariri-Xocó, já que não foi possível localizar descrições detalhadas entre os Karapotó. Mas esse ritual deve diferir pouco entre as tribos do Nordeste, já que umas ensinaram às outras tradições que já haviam sido perdidas. De certa forma, o ritual foi revivido e se tornou, como diz Mata, “o princípio geral que ‘informa’ o comportamento grupal, no que se refere a um conjunto de atitudes e crenças” (1989). A mesma autora diz que o ritual tem um papel de articulador da prática política, pelo menos entre os Kariri-Xocó. Isto porque, em algumas situações, é depois do Ouricuri que os índios tomam – ou tomaram no passado – algumas posturas mais incisivas, tal como a tentativa de retomar algumas de suas terras. Desse modo, o Ouricuri desenvolve uma consciência coletiva, opondo o “nós” aos “outros”.

Segundo Marinho da Silva (2000), “O Ouricuri é o ponto alto da atividade xamanística entre os Kariri-Xocó.” Ele é realizado a cada 15 dias, nos finais de semana. Uma vez por ano, os índios fazem um ritual mais longo – a festa do Ouricuri - geralmente no final de janeiro e princípio de fevereiro, que dura 15 dias. Um dos motivos para se adiar o Ouricuri é o falecimento de um índio.

Esse autor visitou o local do Ouricuri deste grupo – sem assistir ao ritual – e descreve-o como um lugar onde a vegetação começa a mudar, aparecendo algumas árvores em meio ao pasto. Dista cerca de uma légua da aldeia, sendo que seu acesso é por estrada de terra. O local possui um portão para impedir a entrada de pessoas estranhas. No meio da mata, existe uma clareira, local plano e batido – “o limpo” (Mata, 1989) – onde ocorre o ritual. Em volta, os “ranchos”, pequenas casas que se estendem por várias ruas estreitas. Desde 1993, as antigas choças de plana foram substituídas por casas uniformes de tijolo batido. Ao autor, foi dito que “você só não pode entrar ali”, indicando uma pequena rua, local onde os homens ficam durante o ritual.

No Ouricuri, o espaço destinado aos homens não pode ser cruzado pelas mulheres. Na verdade, esta é uma outra aldeia, a taba, construída para fins religiosos (Mata, 1989). Aqui não há energia elétrica e a água é puxada do rio São Francisco por bomba, abastecendo os banheiros coletivos e ranchos. Quando anoitece, as mulheres se recolhem aos ranchos e os homens transitam pela aldeia até as 20 horas, quando se reúnem no local a eles reservado. Os meninos, que acompanhavam os pais até esta hora, vão ficar com suas mães nos ranchos. Os homens adultos dormirão nos locais destinados a eles ou no terreiro em frente à rua onde ficam. Em nenhum momento, durante a estadia no Ouricuri, dormirão nos ranchos com as mulheres. A reunião é restrita aos índios do sexo masculino com mais de 14 anos.

É no Ouricuri que os índios entram em contato com seus mortos. O ritual consiste em um conjunto de cantos e danças, acompanhados da ingestão do vinho da Jurema, extraído de uma árvore que é utilizada no sertão nordestino desde tempos imemoriais e é de grande importância para os Kariri-Xocó, necessária às curas (base da grande maioria dos remédios) e a todas as atividades xamanísticas. A bebida que os índios utilizam no Ouricuri é feita da entrecasca da raiz da árvore, que é batida até formar uma pasta e colocada para macerar em água. Segundo o pajé “ela nos mostra muita coisa, nos dá muita insinuação, abre mais a vidência.” (Marinho da Silva, 2000). Existem três tipos de jurema, a roxa, a branca e a preta. A preta e roxa tem flores e só a preta tem espinhos. A roxa é utilizada pelos Kariri-Xocó para limpar o corpo e, como defumador, para se “livrar

dos espíritos.” (idem). Na aldeia, a planta não é cultivada, cresce na mata do Ouricuri. Com a ingestão da Jurema, entra-se em uma espécie de transe, onde se rompe a barreira entre os mundos natural e sobrenatural, entrando-se em comunhão com os ancestrais.

Os índios são muito zelosos com o ritual e aquele que descumprir as normas ou desrespeitá-las sofre sanções sociais, perdendo, principalmente, o respeito dos outros membros do grupo. O segredo do Ouricuri é muito bem guardado e só pode ser conhecido pelos iniciados, sendo proibido para os “cabeças secas”, ou seja, aqueles que não o conhecem e, por isso, possuem a cabeça vazia. Mesmo as crianças não falam do ritual. Esse silêncio, no caso dos Fulni-ô, outra tribo que pratica o ritual, está ligado ao rito de iniciação dos meninos.

Para participar do ritual, é preciso se abster de bebidas alcoólicas e de sexo. A abstinência de sexo se estende por um período anterior e posterior ao ritual. Essas proibições são importantes para se precaver dos espíritos que frequentemente rondam a mata e que teriam como alvo os índios que não estivessem “limpos”. “Eles vão procurar os mais fracos e desses se aproximarão para seus propósitos, por isso devemos tá preparado. Lá é um ambiente bastante perseguido.” São palavras textuais de um índio em depoimento a Marinho da Silva (2000).

Nos quinze dias que se passa no Ouricuri, uma semana é responsabilidade dos Kariri e a outra dos Xocó. Segundo Mata (1989), “A fartura faz parte da festa e para lá é levado sob a forma de alimentos, tudo o que se consegue acumular durante o ano”. Do Ouricuri ainda faz parte a dança do Toré. E, segundo informações, devem ser resolvidas todas as desavenças, é no ritual que os índios se fortalecem frente ao mundo exterior, é onde reforçam sua pertinência étnica.

No Ouricuri dança-se o Toré, o que também acontece em outros momentos. O Toré constitui-se da harmonia entre música e dança, e é também um momento de agrupação entre os Kariri-Xocó. Quando realizado dentro do Ouricuri é chamado de Toré de Búzios e é realizado na sua abertura, invocando a proteção das entidades mágicas e religiosas que fazem parte da crença do grupo e que abrigam santos católicos e entidades indígenas.

O Toré realizado fora do ritual, em festas, eventos e apresentações no município e fora dele é chamado de Toré de Roupas. Pode também ser cantado/dançado como forma pura de diversão, como brincadeira de crianças ou para marcar o ritmo em trabalhos coletivos dos adultos sob a forma de música (as cantigas do mutirão). O Toré é, então, uma parte do segredo do Ouricuri que pode ser levado a qualquer lugar ou situação. Naquele que acontece nos limites do ritual, antecede o transe xamanístico, onde é rompida a barreira entre o mundo natural e o sobrenatural.

Pode ser ainda considerado um elemento diferenciador em relação a outros grupos da região. Como é um momento de forte articulação interna, há a preocupação de mostrar o valor e o sentimento de cada uma delas. Assim, um grupo pode se referir ao Toré feito por outro como não sendo muito bom, nem muito bonito.

Independente disto, como já vimos, a maioria dos índios considera-se católica, participando de festas promovidas pela paróquia do município. Para os índios, há uma compatibilidade entre o catolicismo e o seu próprio sistema religioso.

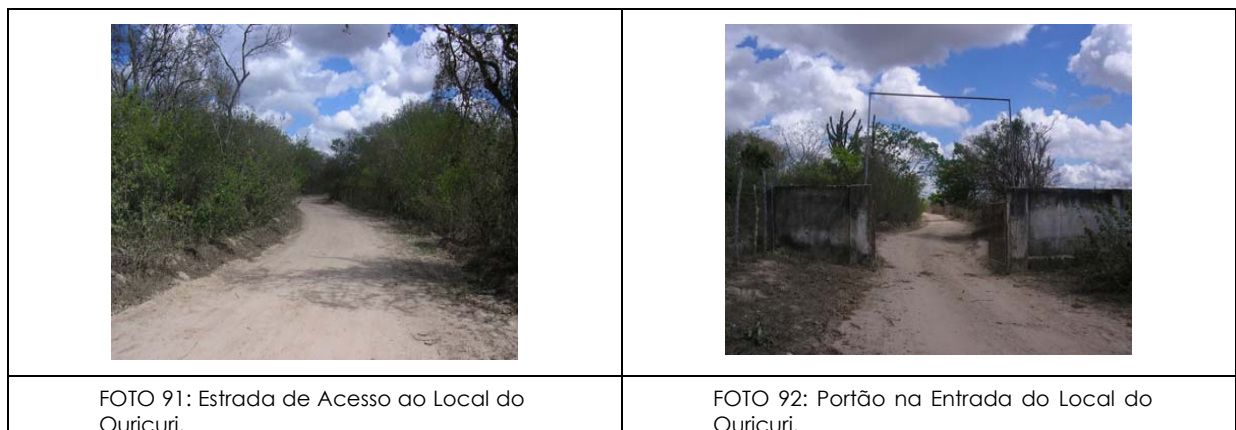
A mesma coisa não acontece com aqueles índios que praticam o protestantismo. Ainda sendo poucos, são unânimes em afirmar que não há pressão por parte das diferentes seitas protestantes, mas não acham mais importante participar do Ouricuri. Essa posição não é bem aceita – a da não participação – pela comunidade.

A história dos grupos remete aos aldeamentos missionários e, portanto, a um trabalho doutrinário de séculos. É natural para eles se confessarem católicos. Além desta influência receberam traços dos ritos afro-brasileiros, que a eles chegaram por meio da população negra que veio para a região do São Francisco. Negros formaram quilombos ao longo dos cursos médio e baixo deste rio, como os Mocambos, que viviam próximos da área original dos Xocó na Ilha de São Pedro, em Sergipe.

No entanto, mesmo sendo forte o sincretismo religioso, existe uma intolerância às religiões afro. Os kariri-Xocó fazem questão de mostrar que o que eles fazem é diferente do que se faz nos terreiros. Nenhum índio está autorizado a frequentar os terreiros, e os pajés têm todo um discurso sobre os feiticeiros ligados a essa religião. Dizem que os feiticeiros praticam o mal e que muitos dos que vêm procurar curas na aldeia por estarem com males espirituais frequentam ou já frequentaram terreiros. Essa intolerância tem a ver como os índios vêem os espíritos: segundo explicações de um curandeiro entrevistado por Marinho da Silva (2000) “ou não era hora dele se desprender da matéria ou esse espírito foi condenado a viver vagando pelo mundo”. Esse tipo de pensamento foi construído historicamente desde quando eram aldeados nas missões católicas

A confissão católica dos índios Kariri-Xocó é verdadeira, embora seja um cristianismo com características próprias. Mas é – e provavelmente cada vez será mais – no Ouricuri que tem seu ponto alto de vivência sagrada, de onde vem à força a que eles se referem.

FIGURA 3.21 - LOCAL DO OURICURI



Fonte: Elaboração Oikos.

3.14.5 – INFRA-ESTRUTURA DA FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) possui um posto (Posto Indígena Padre Alfredo Damaso) que está situado na cidade de Porto Real do Colégio, fora da área indígena. Conforme dito anteriormente, esse posto foi criado em 1944, ainda pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), quando os Kariri-Xocó atingiram uma situação de extrema dificuldade. Segundo o Atlas de Terras Indígenas do Nordeste, o Posto Indígena é conhecido como PI Kariri.

Atualmente, o posto emprega sete pessoas, todos índios, com exceção do chefe. Os cargos são de segundo chefe (chefe substituto), técnico agrícola, assistente administrativo, um serviçal, um vigia e um fiscal de limites da terra indígena.

Atendendo também aos Karapotó, o posto é equipado com caminhão, trator e repassa aos índios implementos agrícolas e fornece apoio técnico.

Está subordinado à Administração Executiva Regional de Maceió, Estado de Alagoas.

3.14.6 – EXPECTATIVAS DAS COMUNIDADES E IMPACTOS









Populações que vivem em beira de estradas, indígenas ou não, convivem com pessoas de locais e modos de vida diversos. Estradas também costumam trazer para suas margens estabelecimentos como bares ou pequenas biroskas que sobrevivem da venda de bebidas alcoólicas. Há também o risco de acidentes, especialmente se ambas as margens tiverem ocupação. Por outro lado, tem sua importância como via de acesso e local onde podem ser comercializados produtos.

No caso dos grupos indígenas Kariri-Xocó e Karapotó, a existência da estrada não tem grande importância, a não ser como via de acesso. As terras que margeiam a rodovia são, em sua grande maioria, ocupadas por culturas de subsistência – milho, feijão, arroz, mandioca – e algumas árvores frutíferas. Em uma análise preliminar, é possível estimar que seis residências, três em Tabuado e três em Terra Nova, todas do grupo indígena Karapotó, podem vir a ser atingidas. Isto deverá ser visto em etapa posterior do trabalho, fazendo-se um cadastro dessas propriedades. As fotos inseridas na Figura 3.22 ilustram o exposto.

Para se avaliar as expectativas em relação ao empreendimento, foram estabelecidos contatos com lideranças indígenas e alguns índios. Os dois grupos indígenas apresentaram expectativas bastante semelhantes em relação ao empreendimento. A possibilidade de atingir terras indígenas, quando da duplicação da rodovia, é encarada com naturalidade. Talvez esta naturalidade derive do fato de estarem convivendo já há muito tempo praticamente dentro da cidade e vejam a rodovia como uma melhoria.

Em relação à compensação pela interferência, todos indicaram a indenização como a forma adequada.

FIGURA 3.22 - BENFEITORIAS ATINGIDAS

	
<p>FOTO 93: Residência que pode ser atingida – Taboado, TI Karapotó.</p>	<p>FOTO 94: Residência que pode ser atingida – Taboado, TI Karapotó.</p>
	
<p>FOTO 95: Residência que pode ser atingida – Taboado, TI Karapotó.</p>	<p>FOTO 96: Residência que pode ser atingida - Terra Nova, TI Karapotó.</p>
	
<p>FOTO 97: Residência que pode ser atingida - Terra Nova, TI Karapotó.</p>	<p>FOTO 98: Residência que pode ser atingida - Terra Nova, TI Karapotó.</p>
	
<p>FOTO 99: Lavoura de Milho ao longo da BR-101, TI Kariri- Xocó.</p>	<p>FOTO 100: Pomar ao longo da BR-101, TI Kariri-Xocó.</p>

Fonte: Elaboração Oikos.

Deve-se destacar que o cacique dos Karapotó-Taboado, embora tenha uma percepção positiva em relação à rodovia e ache a indenização uma maneira razoável de tratar a interferência da futura ampliação, chamou a atenção para o fato de que qualquer negociação de impactos em terras indígenas deverá ser feita com a participação da FUNAI.

O mesmo representante indígena declarou que, dentre as necessidades da comunidade, havia a de uma camionete ou caminhão para transportar os eventuais excedentes da produção que são vendidos aos atravessadores que nem sempre pagam um preço justo pelas mercadorias, ou ainda, como aconteceu recentemente, têm dificuldades de receber.

Em relação ao impacto nas residências Karapotó-Terra Nova, destaca-se que esta é a única das três aldeias que não possui o reconhecimento oficial como terra indígena, o que pode criar dificuldades na definição de seus limites e futuras interferências. Segundo informações colhidas no local, registrou-se recentemente um aumento grande de famílias que se reconheceram como indígenas.

Na expectativa das duas comunidades está presente também a possibilidade dos índios conseguirem trabalho na época das obras de ampliação, uma vez que alguns membros mais antigos das comunidades já trabalharam na construção da BR-101. Além disso, são comunidades carentes de recursos, e a possibilidade de frentes de trabalho onde oportunidades poderão surgir são bem recebidas.

Há também um entendimento de que a ampliação da BR-101 beneficiaria a população em geral e, por isso, uma tendência de maior aceitação do empreendimento, ainda que este atinja algumas de suas terras.

Pode-se dizer que, se for necessário o remanejamento da população que ocupa as residências, este será o impacto de maior importância, já que altera distribuição de terras e relações de vizinhança. Esse remanejamento deverá ser feito levando-se em conta, principalmente, os anseios dos moradores e da comunidade.

Existem medidas que deverão ser tomadas durante a fase de construção. Nesse período, haverá certamente um aumento maior de pessoas e veículos na área. O número de acidentes poderá vir a aumentar. Assim, placas sinalizadoras e um número mínimo de pessoas estranhas à área deverão ser respeitadas. Sugere-se assim, e também devido à escassez de trabalho para os índios, que esses sejam contratados para os trabalhos de construção da estrada. Deverá ainda ser implantado um programa tanto para os trabalhadores, quanto para os chefes de equipe e técnicos de nível superior, informando-os das especificidades da cultura indígena, de modo a evitar conflitos. Não deverão ser montados acampamentos de trabalhadores dentro da área indígena.

Em resumo, Conforme visto nos itens anteriores, os Kariri-Xocó e Karapotó, como a maioria dos grupos do Nordeste, não diferem em sua história. Ao se passar pela terra indígena, um observador mais descuidado não os diferenciaria de qualquer população regional.

Viu-se como se construiu o processo de "branqueamento" dos índios ao longo da história, como funcionaram os aldeamentos e, depois, a miscigenação até ser dada a palavra final de que não mais existiam índios no Nordeste, estando

já assimilados na população. Tal afirmação servia aos interesses da época e das camadas dominantes da população.

Houve muitas redescobertas dos índios do Nordeste que sempre estiveram por lá. Após ser reconhecido e ganhar sua identidade “perdida”, começou a luta pela posse do território.

Contrariando a previsão do desaparecimento, o que se vê hoje, entre os povos indígenas do Nordeste, é uma retomada do crescimento das tribos, não somente um crescimento demográfico, mas um resgate de sua especificidade cultural. O contato modificou as culturas indígenas, não há dúvidas. Muitos dos povos hoje existentes não se enquadram na representação genérica que deles se faz. Mas, rompendo estereótipos e denunciando preconceitos, resistem.

Reavivando a memória dos mais velhos, reaprendendo com outros grupos da mesma origem, os povos indígenas do Nordeste fazem hoje o caminho inverso: não mais caboclos e sim índios. Várias tradições estão sendo recuperadas, os indivíduos possuem nomes “civilizados”, mas também nomes indígenas reaprendem a língua nativa, praticam rituais para fortalecer a coesão do grupo. E também sabem se inserir na sociedade maior. Para tal, contam com uma história de lutas que ainda não acabou.